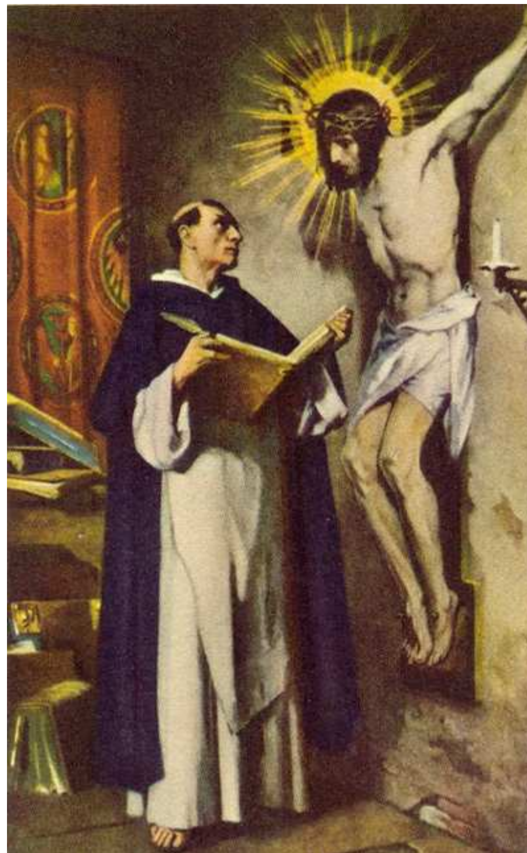
R. P. Tomás Pègues, O. P.

A SUMA TEOLÓGICA DE SANTO TOMÁS DE AQUINO EM FORMA DE CATECISMO

Para uso dos fiéis



Traduzida por um sacerdote secular

"Deriventur fontes tui foras; et in plateis aquas tuas divide"
Corram fora os regatos da tua fonte, e espalha as tuas águas nas praças públicas (Prov. V, 16)

Editora Taubaté
1942

NIHIL OBSTAT
Scti Pauli, die 25 novembris, a. 1941

Com. Antonio Alves de Siqueira
Censor

IMPRIMATUR
✝ Josephus Archiep. Paulop.

À Sua Excia. Revma.
D. JUSTINO JOSÉ DE SANT’ANA
D. D. Bispo de Juiz de Fora

Uma singela homenagem às suas muitas e eminentes virtudes.

O Tradutor.

5

PREFÁCIO

Depomos nas mãos de todos os fiéis esta tradução da obra de Santo Tomás de Aquino, posta em forma catequética, por um dos seus mais fecundos comentadores.

Cremos ter prestado à Religião um assinalado serviço, pois, como muito bem disse S. S. Bento XV, era necessário que os tesouros de tão insigne sábio não ficassem circunscritos aos doutos e *aos teólogos, e a grande Suma, conforme a sua insuspeita opinião, em nada desmereceu, neste precioso volume.*

Esta edição, segundo a opinião do ilustre Pe. Leonel Franca, Vem enriquecer a nossa literatura religiosa e embora destinando-se a todos os fiéis, aos doutos, aos que estudam a Suma, servirá também para lhes refrescar a memória.

Sem as redundâncias do original e mais completa que a tradução espanhola, apresentamos esta tradução a todos os amantes da verdade, com a nobre intenção de ser útil e concorrer para a maior glória de Deus e para que Jesus e *a sua palavra sejam cada vez mais conhecidos e amados.*

Santo Tomás, escrevendo a Suma, teve em vista auxiliar os estudiosos e mais particularmente os incientes: Quia catholicae veritatis Doctor non solum provectos debet instruere, sed ad eum etiam pertinet incipientes erudire, *diz o Santo Doutor, já no seu pequeno Prólogo, e fundamentando-se em São Paulo* (*I Cor. III,* 2) *continua:* propositum nostrae intentionis in hoc opere est ea quae ad christianam religionem pertinent eo modo tradere secundum quod congruit ad eruditionem incipientium.

6

Os que estudarem e lerem com amor esta tradução, certamente hão de verificar como ela se ajusta ao fim especial que Santo Tomás teve em vista.

No meio de tantas obras catequéticas que têm visto a luz da publicidade, nestes últimos tempos, algumas de reconhecido mérito, estamos seguro de que esta tradução vai abrir uma ampla clareira de luz e virá vantajosamente elucidar a grande legião dos nossos catequistas.

O TRADUTOR.

7

CARTA DE S.S. BENTO XV AO AUTOR

TEXTO LATINO

Dilecte fili, salutem et apostolicam benedictionem. Praeclara de Thoma Aquinate praeconia Apostolicae Sedis iam neminem catholicum dubitare sinunt quin ideo ille sit excitatus divinitus, ut haberet Ecclesia quem doctrinae magistrum maxime in omne tempus sequeretur. Consonum autem videbatur singularem viri sapientiam non modo sacri cleri hominibus, verum omnibus quicumque religionis altius studia colerent, atque ipsi multitudini, directo patere: natura enim fit ut quo proprius ad lumen accesserit, eo quis uberius collustretur. Vehementer igitur es tu quidem laudandus qui, cum opus Angelici Doctoris potissimum, Summam Theologicam literalibus commentariis gallice interpretari instituisses (remque e sententia succedere volumina ostendunt adhuc edita) eandem in modum cathechismi explicatam nuper evulgasti. Ita hujus tanti ingenii divitias non minus apte ad rudiorum usum accomodasti quam ad doctiorum, omnia breviter strictimque, eadem perspicuitate ordinis tradendo, quae is copiosius exposuerat. Equidem tibi gratulamur isto diuturni laboris studiique fructu, in quo licet magnam disciplinae Thomisticae cognitionem ac scientiam agnoscere: optamusque id quod, pro tuo Ecclesiae Sanctae amore, habes propositum, ut ad christianam doctrinam penitus percipiendam prosit quamplurimis: Atque auspicum divinorum munerum et praecipuae benevolentiae Nostrae testem, apostolicam benedictionem tibi, dilecte fili, tuisque discipulis, amantissime impertimus.

Datum Romae apud S. Petrum, die V mensis februarii MCMXIX, Pontificatus Nostri anno quinto.

BENEDICTUS PP. XV.

9

TEXTO PORTUGUÊS

Querido Filho: Saúde e Benção Apostólica. Os numerosos quão expressivos e extraordinários elogios tributados pela Santa Sé a Santo Tomás de Aquino, não permitem mais a qualquer católico, por em dúvida que Deus o enviou para que a Sua Igreja tivesse um doutor, a quem especialmente seguisse em todos os tempos. Útil e oportuno parecia que a doutrina de tão preclaro varão não se limitasse simplesmente a ser patrimônio dos eclesiásticos, mas que se estendesse a todos os que se dedicam a assíduos estudos sobre religião, e também ao mesmo povo, visto que, por lei natural, quanto mais alguém se chega ao fogo, mais viva claridade o ilumina. Certamente, és mui digno de louvor, porque, havendo-te proposto escrever um comentário literal, em francês, à douta obra do Doutor Angélico, a Suma Teológica (de como o êxito correspondeu aos seus fins, o demonstram os volumes publicados até esta data) - agora a divulgaste explicada em forma de catecismo. Deste modo, soubeste acomodar ao alcance de sábios e ignorantes os tesouros daquele gênio excelso, condensando em formas claras, breves e concisas, o que ele com maior amplitude e abundância escreveu. Por Nossa parte te felicitamos por teus prolongados estudos e trabalhos, nos quais te mostras excelente conhecedor da ciência Tomista, e sinceramente desejamos que consigas o fim que, ao empreendê-los, te inspirou o teu amor à Santa Igreja: - que sirvam a muitos para conhecer a fundo a doutrina cristã. E em prova dos divinos favores e testemunho de Nossa especial benevolência, com muito amor te damos, a ti, querido filho e aos teus discípulos, a benção apostólica.

Dada em S. Pedro de Roma aos 5 *de Fevereiro de* 1919*, no ano quinto de Nosso Pontificado.*

Bento P. P. XV.

11

INTRODUÇÃO

Cremos satisfazer os justos desejos de muitos leitores, oferecendo-lhes, à maneira de introdução, algumas notas dignas de se terem em conta, a respeito da Suma Teológica, de que é compêndio o presente catecismo, e mais um breve resumo da vida de seu glorioso autor.

Santo Tomás de Aquino, filho do Conde Landulfo e da Condessa Teodora, nasceu, provavelmente, no ano de 1225, no Castelo de Aquino ou no de Rocaseca, na Itália. Em 1230, confiaram seus pais a educação do menino, que contava 5 anos, aos cuidados e à solicitude de seu tio Sinibaldo, Abade de Monte Cassino. Foi ali que, ainda criança, fazia a seus mestres a pergunta em que resumiu a obsessão de toda a sua vida: *Quem é Deus?* Só para responder a esta tremenda interrogação, viveu, escreveu e ensinou. Enviado para Nápoles, afim de cursar os estudos superiores, travou relações com os primeiros discípulos de Santo Domingos, pouco havia estabelecidos naquela cidade. Bem depressa se lhes afeiçoou e, solicitado o seu ingresso na ordem, ali mesmo tomou o hábito dos Pregadores.

A Condessa, sua mãe, julgou indecoroso que um filho seu abraçasse a vida monástica numa Ordem Mendicante e resolveu empregar todos os meios para que a abandonasse.

Tomás, porém, resolvido a manter a sua decisão, empreendeu uma viagem penosíssima, primeiro a Roma e depois à França, com o fim de subtrair-se às opressões de sua família.

Surpreendido por seus irmãos, oficiais do exército imperial da Lombardia, foi conduzido preso e encerrado por espaço de quase dois anos no torreão do Castelo de Rocaseca. Aquele imerecido rigor estimulou a sua vocação, em lugar de intibiá-la, e assim empregou a ociosidade forçada da prisão em decorar a Bíblia Sagrada, as *Sentenças* e muitos tra-

12

tados de Aristóteles. Daquela época data a vitória com que o jovem heróico triunfou na prova delicadíssima a que os irmãos, como último recurso, submeteram a sua virtude: Armado de um tição, pôs em fuga a beleza tentadora de uma mulher introduzida na sua cela para quebrar com carícias a sua constância.

Como prêmio daquela façanha lhe enviou o Senhor dois anjos para consolá-lo e cingir-lhe um cordão misterioso que, como precioso talismã, lhe assegurava o domínio da razão sobre os sentidos e as paixões.

Voltando à sua Ordem, foi destinado ao convento de Colônia, para continuar os estudos sob a direção de Alberto Magno. Tão aplicado e "extraordinariamente taciturno" era (Guilherme de Toco), que os condiscípulos lhe puseram o apelido de "O grande boi mudo da Sicília". Alberto Magno, porém, assombrado pelo engenho que em seu discípulo descobria, anunciou que bem depressa ressoariam no mundo inteiro os mugidos daquele "boi mudo".

Não contava ainda vinte anos de idade, quando recebeu a missão de ensinar no convento de Santiago de Paris. O primeiro fruto daquele ensino, foi o comentário ou explicação do livro de Pedro Lombardo, intitulado *Sentenças*, então e mais tarde, até ao século. XVI, obra de texto nas faculdades de Teologia.

O gênio predestinado que havia de ser o Mestre por excelência da Doutrina, se revelou e apareceu desde o primeiro instante, tal como hoje o conhecemos, e como a Igreja o consagrou com sua autoridade suprema.

Desenvolvia tanta habilidade na explicação dos textos; tal arte e maestria na classificação das questões, anotações e comentários, como demonstração antecipada do maravilhoso plano da Suma Teológica; inaugurou um método de ensino tão didático, amplo e luminoso; empregava uma linguagem tão exata; projetava tanta luz nas questões mais abstratas; fluía a verdade de seus lábios com tanta quietude, doçura, atrativo e incontrastável vigor, que de pronto foram as lições do Fr. Tomás o assunto de todas as conversações entre os estudantes de Santiago, de toda a Universidade e

do mundo inteiro[1].

Quando, pouco depois, recebeu a investidura de Professor, todas as universidades do orbe cristão disputavam a honra de contá-lo entre os seus doutores.

13

Por este motivo foi chamado a Roma, Orviedo, Anagni, Viterbo, Perusa, Bolonha e Nápoles. Reintegrado na sua cátedra de Paris, de novo teve de abandoná-la, ainda que com promessa formal de voltar, pois ninguém se resignava a perder, conjuntamente com sua presença, a esperança de tornar a ouvi-lo. Como torrente transbordante e inesgotável, inundou o seu gênio, em caudais de luz, todo o campo da ciência sagrada, e como se fossem escassos os numerosíssimos discípulos agrupados, pela magia da sua palavra, em torno de quantas cátedras perlustrou, afluíam, de todas as "paragens do mundo cristão, cartas, escritos, propondo dúvidas e pedindo pareceres e conselhos; graças a isso, seu incomparável ensino adquiriu tais vôos e extensão que pode chegar às celas dos anacoretas, aos palácios dos príncipes, aos alcáçares dos reis e até aos degraus do Sólio Pontifício.

No transcurso de vinte e cinco anos escreveu, além do já citado comentário das *Sentenças* e a *Summa contra Gentiles,* os comentários ao livro de Job, ao dos Salmos, aos de Isaías e Jeremias, aos Evangelhos de S. Mateus e São João, é às Epístolas de São Paulo; as explicações dos Evangelhos, conhecidas com o nome de *Cadeia de Ouro;* os comentários aos livros de Boécio e de S. Dionísio; *As questões Disputadas,* questões várias ou *Quodlibetos,* o comentário às obras de Aristóteles e a *Suma Teológica.*

Espanta considerar o caudal de doutrina acumulado nesta última,obra. Um fato o prova melhor do que cem razões. Há quinze anos que trabalhamos para escrever um comentário literal em francês, e teremos que empregar ainda, se Deus nos conservar vida e forças, mais dez anos de labor constante para terminá-lo. Acabado, constará, pelo menos, de vinte tomos em oitavo, de setecentas páginas cada um. Pois bem, neste trabalho de tão gigantescas proporções, nos limitamos a comentar, melhor diremos, a pouco mais que seguir passo a passo uma obra apenas de Santo Tomás: A Suma Teológica; e a Suma Teológica é a quinta da sexta parte dos escritos do Santo Doutor!

A nota característica e distintiva de suas obras é à de parecerem escritas todas na mesma época de sua vida, em pleno vigor e maturidade de suas faculdades mentais, posto que jamais teve necessidade de melhorar o que escreveu e ensinou; donde resulta que não se sabe o que mais admirar, se a riqueza e transcendência das idéias, se a maestria insuperável do plano, ou a sobriedade e precisão da linguagem. Sem dúvida, Deus, tendo em conta a missão, única em seu

14

gênero, a que o destinava, o acumulou de graças e dons de entendimento, com maior profusão que a nenhum outro gênio de quantos deram lustre à ciência cristã. Por isso, a Igreja o considerou e venerou em todos os tempos como Mestre e Doutor por excelência. Com justiça tem por divisa e emblema o *Sol.* À luz dos seus princípios e nos ditados do seu ensino, devem inspirar-se todos quantos exercem o magistério na Igreja de Deus.

E como assim não há de ser, se a mesma Igreja docente, congregada nas mais augustas assembléias do Orbe, não duvida em converter-se de algum modo em discípula sua?

O Papa Leão XIII observa na Encíclica *Aeterni Patris* que não houve concílio geral, posterior a Santo Tomás, a que não houvesse sido chamado e, de certo modo, presidido por meio de suas obras. O mesmo Pontífice pondera o privilégio, único na Igreja, concedido no Concílio de Trento à *Suma Teológica,* colocando-a na mesa presidencial, ao lado da Bíblia e dos Decretos Pontifícios, "para tirar dela ditames, razões e oráculos". O último e mais solene ato com que a Igreja referendou quanto anteriormente havia feito para enaltecer e infundir estima e veneração pelo seu Doutor predileto, é a lei, promulgada no novo Código de Direito Canônico[2], em que se impõe a todos os professores de Filosofia e Teologia a obrigação de ensinar as ditas matérias e educar os seus discípulos conforme o método, doutrina e princípios de Santo Tomás de Aquino e segui-los santamente.

---

[1] *Histórias dos Mestres Gerais Ord. Preg.* por *Martiez,* T.I - Pág. 408.
[2] O autor refere-se ao Código de Direito Canônico de 1917.

Morreu o grande Doutor aos sete de Março de 1274, com cincoenta anos de idade, e foi canonizado pelo Papa João XXII em dezoito de Julho de 1323.

O Papa Urbano V fez doação de suas relíquias à Universidade de Tolosa, em cuja igreja, chamada dos Jacobinos, descansaram até ao tempo da Revolução francesa. Posteriormente foram trasladadas para a igreja de São Saturnino, da mesma cidade.

Escusado é falar aqui das virtudes e eminente santidade do Doutor Angélico, nem tão pouco dos milagres obrados por sua intercessão, em vida e na morte. Basta-nos apontar que sua vida corre parelhas com sua doutrina e ostenta todos os caracteres da verdade perfeita e sem sombras de erro; a mesma lucidez, serenidade e majestosa simplicidade; igual atividade e mansa energia; idêntica suavidade, doçura e delicadeza.

Quanto era e possuía, vida, costumes, pensamentos, palavras, escritos, todo o conjunto do seu ser foi uma imagem

15

perfeitíssima de Deus; e do mesmo modo o é a obra insigne do seu engenho, verbo adequado à sua personalidade, a **Suma Teológica.** Basta folhear o livro que oferecemos aos nossos leitores, compêndio fiel, como dissemos, da Suma, para convencer-nos de que o seu único objeto e fim, como o mesmo Santo Doutor adverte no princípio da obra, é Deus. - Deus uno, ser divino, vida íntima de Deus, misteriosa e divina fecundidade em virtude da qual brota, como esplêndida floração, a Trindade de Pessoas, sem detrimento da Unidade da Essência. - Deus criador, primeiro dos Anjos, nobres ministros assistentes ao seu trono; depois, do mundo material e, finalmente, do homem, laço de união entre os mundos da matéria e do espírito. - Deus conservador e soberano providente das três ordens de seres. - Deus, fim último e felicidade suprema da criatura racional, atraindo-a docemente a seu seio, para a regalar com os prazeres de sua própria bem-aventurança. Aqui examina Santo Tomás e estuda com riqueza de pormenores tudo quanto pode auxiliar, ou servir de obstáculo para que o homem consiga a Deus: bondade e malícia das ações morais; qualidades que adquirem, mercê da graça sobrenatural; mérito e demérito; conformidade e discordância com a lei divina; classificação dos atos humanos e suas relações de dependência com as virtudes teologais, Fé, Esperança e Caridade e com as quatro morais Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança; caracteres ou modalidades que eles tomam nos estados de perfeição, a saber o episcopado, a plenitude do sacerdócio e o estado religioso. - Por último, Deus Redentor que, compadecido de sua desditosa criatura, enferma, desamparada, reduzida pelo pecado ao último extremo de indigência, se dignou baixar à terra, para dadivar-nos com sua vida, morte, ressurreição e ascensão, meios com que o gênero humano, saído de suas mãos e regenerado com a graça dos sacramentos, possa empreender, debaixo do seu amparo, o caminho da felicidade, até chegar a abismar-se no mesmo Deus, oceano sem praias e sem fundo, oceano de luz, de amor, de vida e de ventura. Este é o objeto único e íntegro das três partes que compõem a Suma Teológica.

Divide-se cada parte em questões, e estas em artigos. A primeira compreende 119 questões e 584 artigos. Subdivide-se a segunda em duas secções; contém a primeira secção 174 questões com 618 artigos, a segunda 189 e 924, respectivamente. A morte segou em pleno vigor a vida de Santo Tomás, antes de poder acabar a terceira parte, acrescentada, mais tarde,

16

com os extratos de outras obras, em que o Santo Doutor havia explicado as matérias que ali não pode tratar. Foram escritas pelo Santo as 190 primeiras questões, subdivididas em 559 artigos; o acrescentado, conhecido com o nome de *Suplemento,* contém 442 artigos e mais um apêndice de 3 questões e 10 artigos.

Total 614 questões e 3137 artigos.

Confessamos que coisa alguma do que aqui temos escrito é nossa. Tanto o plano como a doutrina pertencem exclusivamente a Santo Tomás. Por nossa parte, nos limitamos a respigar e selecionar, o que convinha a nosso intuito, ou para melhor dizer, a condensar o pensamento do Santo Doutor em formulas catequéticas e a dispô-las na mesma ordem, com que se estudam na *Suma Teológica*, com o fim de por o que poderíamos chamar sua tessitura e substância ao alcance

de todas as inteligências[3].

Outro título de glória de Santo Tomás é a nomeada de que desfruta na Igreja como Cantor inspirado da Eucaristia. Os seus hinos, admiração dos sábios e artistas, pelo vigor e profundidade dos pensamentos, e pela espontaneidade e embelezadora fluidez da versificação, chegaram a popularizar-se de tal forma que até os mais humildes e iletrados os repetem com inesgotável complacência. Quanta majestade e esplendor, que imponente grandeza, que doçura e suavidade difundem as estrofes do *Lauda Sion, Pange Língua, Sacris Solemniis. Verbum Supernum, O Salutaris Hostia, Tantum Ergo Sacramentum,* ou as do admirável Hino *Adoro-te!*

Se é incomparável a reputação do Santo Tomás como sábio e também como poeta, parece-nos fora de dúvida que não é menor a que lhe corresponde como catequista. Não é somente o robusto autor da *Suma Teológica,* manancial inesgotável de que se nutrem as inteligências eminentes; é-o também do ensino catequístico modesto, porém suculento manancial, onde encontram alimento apropriado à sua condição, as crianças e os humildes e em cuja simplicidade e amenidade acham saboroso deleite homens da estatura de B-nald, Jouffroy ou Sully-Prudhomme.

É certo que. pessoalmente, o Doutor Angélico, nunca deu aos seus escritos a forma catequética moderna; independente disso, ele é um doutor catequista; primeiro, porque o

17

essencial num catecismo, não é a forma externa, mas sim a clareza, concisão e exatidão da doutrina, e nestas qualidades ninguém se avantaja ao Angélico Mestre; segundo, porque o primeiro catecismo. redigido por ordem e autoridade da Santa Sé na época do Concílio de Trento e daqui provém seu nome de Catecismo Romano, - é obra quase exclusiva dos irmãos em religião e discípulos do Doutor Angélico; terceiro, porque a outro irmão e esclarecido discípulo seu, o grande Teólogo espanhol do século XVII, João de Santo Tomás, coube a glória de haver sido o primeiro a extrair e condensar em forma de diálogo, as doutrinas de seu Mestre, se bem que na exposição se acomodou ao plano e ordem do Catecismo e não ao da *Suma.*

Por nossa parte, nos propusemos demonstrar com o presente trabalho que o ensino do Catecismo, tal como o pratica a Igreja, é uma derivação da assombrosa síntese doutrinal de Santo Tomás. Oferecemos a todos os leitores, conforme menciona o título, a mesma *Suma Teológica de Santo Tomás em forma de Catecismo, para uso de todos os fiéis,* e esperamos que, ao terminar a sua leitura, todos se tenham convencido de que a *pavorosa* Suma pode transformar-se sem perder qualquer dos seus caracteres essenciais, em um simples e luminoso catecismo, capaz de por ao alcance das crianças o mais recôndito da ciência sagrada.

Tempo há que se notam na Igreja desejos de simplificar e unificar o ensino da doutrina cristã, não só no que se refere ao fundo, e nisto não pode haver discrepâncias essenciais, mas também quanto às fórmulas e enunciados.

Para consegui-lo, é mister recorrer à autoridade de um Doutor, cujo prestígio se sobreponha ao dos outros e seja universalmente reconhecido e acatado. Qual seja o Doutor escolhido pela Igreja, todos o sabemos. Dele e do seu ensino, especialmente na forma definitiva que adquiriu na *Suma,* se pode dizer o que com justiça se disse da mesma Igreja e da sua doutrina: "Quanta magnificência! Que esplendorosos mistérios! Que encadeamento e férrea travação de verdades! Que amplitude de vistas! Quanta inocência e candura nas virtudes! Que concludentes testemunhos que, no curso dos séculos e especialmente em. nossos dias, dão a autoridade, o gênio, e a arte dessa sublime instituição, guarda da verdade divina e solar afortunado de virtude!"[4].

18

Certamente, apoiada nestas ou análogas razões, a Igreja tomou não só o espírito, como a letra da *Suma Teológica* para dar unidade ao seu ensino superior.

Termo médio entre o ensino doutrinal e o catequético ordinário, próximo a uniformizar-se como havemos dito, é a unificação de ambos que aqui intentamos. Aspira a ser complemento do primeiro e preparação do segundo, com o fim de facilitar os dois! Subministrando o texto e a

[3] Para facilitar aos nossos leitores o cotejo do nosso resumo com o texto do Santo, citamos as questões e os artigos, indicando as primeiras com caracteres romànicos e os segundos com caracteres arábicos.

[4] La Bruyère, Caracteres – Espíritos Fortes.

doutrina de Santo Tomás e apresentando-a em forma catequética ordinária pode utilizar-se, ou para ampliar as noções adquiridas no catecismo, ou como introdução e também como complemento ao estudo direto da *Suma*.

Estamos convencido de que, à medida que se propague e enraíze nas inteligências a doutrina do Doutor Angélico, se irá convertendo, quanto o permite a condição humana, em consoladora realidade, o anelo manifestado pela Igreja, no hino dedicado a festejar a primeira manifestação da Sabedoria Eterna, apropriada na pessoa do Verbo Encarnado: "Então se desvanecerá o erro; então a mulher, o menino e o humilde escravo seguirão com segurança o caminho real; repelirão os embaixadores da sociedade dos crentes, e uma só doutrina, expressão da verdade única, alimentará todos os espíritos."

Tunc omnis error excidet,
Tunc sponsa, tunc et servuli
Secura per vestigia,
Viam sequentur regiam.
Gentium repellent perfidiam
Credentium de finibus;
Verax et omnes amica
Doctrina nos enutriet[5].

Preparando o terreno para implantar esta unidade tão ardentemente desejada, sem dúvida a Igreja proclamou a Santo Tomás, Patrono Universal de todas as escolas católicas. O milagroso crucifixo do convento de Nápoles o havia já proclamado em vida do Santo Doutor, ao aprovar os seus escritos, com estas memoráveis palavras:

Bene scripsisti de me, Thoma
Bem escreveste de mim, Tomás.

19

[5] Hino de Laudes na festa da invenção de Jesus no templo.

PRIMEIRA PARTE

DEUS

Criador e Soberano Senhor de todas as coisas

I

DA EXISTÊNCIA DE DEUS

Há Deus?

Sim, Senhor (II).

Por que o dizeis?

Porque, se não o houvesse, não poderia existir coisa alguma. (II, 3).

Como o demonstrais?

Mediante o seguinte raciocínio: O que necessariamente há de receber de Deus o ser não existiria, se Deus não existisse. Assim é que coisa alguma pode existir, exceto o mesmo Deus, se não recebe Dele a existência. Logo, se não houvesse Deus, não poderia existir coisa alguma.

E como demonstrais que nenhuma coisa pode existir, exceto o mesmo Deus, se não recebe Dele a existência?

Desenvolvendo o mesmo raciocínio: O que existe e pode não existir, depende, em última análise, de alguma coisa que existe necessariamente, e a esta alguma coisa chamamos Deus. Assim é que nada do que existe, exceto Deus, existe por si mesmo, isto é, em virtude de forçosa exigência de sua natureza. Logo, há de, necessariamente, receber de Deus a existência.

Por que dizeis que nada do que existe, exceto Deus, existe por si mesmo

Porque nenhum ser que *necessita* de alguma coisa, existe em virtude de exigências de sua natureza. Assim é que

20

todos os seres, exceto Deus, *necessitam* de alguma coisa. Logo nenhum pode existir por si mesmo.

Por que os seres que necessitam de alguma coisa não podem existir por si mesmos?

Porque, o que existe por si mesmo, não depende, nem pode depender de coisa alguma, nem de pessoa alguma; e o que forçosamente necessita de alguma coisa ou pessoa, dessa coisa ou pessoa depende.

E por que o ser que existe por si mesmo não depende, nem pode depender de qualquer pessoa ou coisa?

Porque no fato de existir *per se* já vai incluída a posse atual de todas as perfeições, por virtude de sua natureza e com absoluta independência: Não pode, portanto, receber coisa alguma de fora.

Portanto, a existência dos seres contingentes é prova evidente da existência de Deus?

Assim é.

Que fazem, por conseqüência, os que o negam?

Sustentam a verdade da seguinte proposição: O ser que tudo necessita, de nada tem necessidade.

Isto, porém, é contraditório.

Evidentemente: Como é possível negar a existência de Deus sem se contradizer?

É, portanto, uma loucura negar a existência de Deus?

De verdadeira loucura se pode qualificar.

II

NATUREZA E ATRIBUTOS DE DEUS

Quem é Deus?

Um Espírito em três Pessoas; Criador e Soberano Senhor de todas as coisas.

Que quereis dizer quando dizeis que Deus é espírito?

Quero dizer que não tem corpo como nós, que está, absolutamente, isento de matéria e de qualquer elemento estranho ao seu ser (III, 14).

Que conseqüências se derivam destes princípios?

Resulta que Deus é, no sentido mais absoluto e transcendental, o *Ser* por essência e as restantes coisas são seres particulares, são tais seres e não o Ser. (III, 4).

21

Deus é perfeito?

Sim, Senhor; porque nada lhe falta (VII, 1).

É bom?

É a própria bondade, como princípio e fim de todos os amores. (VI).

É infinito?

Sim, Senhor; porque coisa alguma pode limitá-lo.

Está em toda a parte?

Sim, porque tudo quanto existe, Nele e por Ele existe. (VII).

É imutável?

Sim, porque nada pode adquirir. (IX).

É Eterno?

Sim, porque Nele não há sucessão (X).

Quantos deuses há?

Um só (XI).

Existem em Deus os referidos atributos?

Sim, Senhor, e se não os possuísse não seria o Ser por essência.

Podereis demonstrá-lo?

Sim, Senhor; Deus não seria o ser por essência, se não fosse o que existe *per se,* ou como dissemos, por necessidade de sua natureza. O que existe *per se* concentra em si mesmo todos os modos do ser; é, portanto perfeito e, sendo perfeito, necessariamente há de ser bom. É, além disso, infinito, condição indispensável para que nenhum ser tenha ação sobre Ele e o limite, e se é infinito possui o dom da ubiqüidade. É imutável, porque, se mudasse, havia de ser em busca de uma perfeição que lhe faltasse. Sendo imutável, é eterno, porque o tempo é sucessão e toda sucessão revela mudança. Sendo perfeito em grau infinito, não pode haver mais do que um; se houvesse dois seres infinitamente perfeitos, nada teria um que o outro não possuísse, não haveria meios de distingui-los e seriam, portanto um (III-XI).

Podemos ver a Deus enquanto vivemos neste mundo?

Não Senhor; não o consente o nosso corpo mortal (XI, 11).

Poderemos vê-lo no céu?

Sim, Senhor; com os olhos da alma glorificada (XII, 1-10).

De quantos modos podemos conhecer a Deus neste mundo?

De dois: por meio da fé e da razão (XII-12-13).

22

Que coisa é conhecer a Deus por meio da razão?

É conhecê-Lo, mediante as criaturas, obras de suas mãos (XII, 12).

E conhecê-Lo pela Fé?

É conhecê-Lo, sabendo o que Ele é, pelo que nos revelou de Si mesmo (XII, 13).

Qual destes dois modos de conhecimento é mais perfeito?

Indubitavelmente, o da fé, dom sobrenatural que nos mostra Deus com uma claridade como jamais o pode conjeturar a razão humana; e ainda que, devido à imperfeição de nosso entendimento percebemos esta claridade, manchada de sombras e obscuridades impenetráveis, é todavia dela, como aurora do dia feliz da visão perfeita, que se constituirá a nossa Bem-aventurança no céu (XII, 15).

As palavras e proposições que usamos para falar de Deus expressam alguma coisa de positivo, determinado e real?

Sim, Senhor; porque, se bem que tenham sido inventadas para designar as perfeições das criaturas, podem empregar-se para manifestar o que em Deus corresponde a essas perfeições (XIII, 1-4).

Têm o mesmo sentido aplicadas a Deus e às criaturas?

Sim, Senhor; porém, com alcance diverso: quer dizer que, aplicadas às criaturas, manifestam plenamente a natureza e as perfeições que expressam; porém, usadas para designar perfeições divinas, se bem que em Deus existe realmente quanto de positivo encerra o seu significado, não alcançam expressá-lo de modo supereminente como está em Deus (XIII, 1-4).

Por conseguinte, Deus é inefável, qualquer que seja a nossa linguagem e a sublimidade das expressões que usemos para falar Dele?

É inefável: apesar disso, não pode ter o homem ocupação mais digna e proveitosa do que a

de falar de Deus e dos seus atributos, apesar do confuso e impreciso de nossa linguagem, durante esta vida mortal (XIII, 6, 12).

23

III

OPERAÇÕES DIVINAS

Qual é a vida íntima de Deus?
A sua vida consiste em conhecer-se e amar-se (XIV - XXVI).

Deus sabe todas as coisas?
Sim, Senhor (XIV, 5).

Sabe tudo o que se passa no mundo?
Sim, Senhor (XIV, 11).

Conhece todos os segredos dos corações?
Sim, Senhor (XIV, 10).

Conhece o futuro?
Sim, Senhor (XIV, 13).

Em que vos fundais para atribuir a Deus tão profunda ciência?
Em que ocupando Deus o grau supremo do imaterial, possui inteligência infinita; é impossível, portanto, que ignore coisa alguma, presente, passada, futura e possível, visto que não há ser que pertença, quer à ordem entitativa quer à operativa, que não dependa da sua ciência, como o efeito da sua causa (XIV, 1-5).

Logo em Deus há também vontade?
Sim, porque a vontade é inseparável do entendimento (XIX, 1).

Logo, todos os seres dependem da vontade divina?
Sim, Senhor; visto que a vontade de Deus é causa primeira e suprema de todas as coisas (XIX, 4-6).

Ama Deus a todas as criaturas?
Sim porque as criaturas são obra do seu amor (XX, 2).

Produz o amor de Deus algum efeito nas criaturas?
Sim, Senhor.

Que efeito produz?
O de dar-lhes todo o bem que possuem (XX, 3, 4).

Deus é justo?
É a mesma justiça (XXI, 1).

Por que dizeis que Deus é a mesma Justiça?

Porque dá a todos o que exige a natureza de cada um (XXI, 1-2).

24

A Justiça divina reveste alguma modalidade especial a respeito dos homens?
Sim, Senhor.

Em que consiste?
Em que Deus premia os bons e castiga os culpados (XXI, 1 ad 3).

Recebem os homens neste mundo o merecido prêmio ou castigo?
Em parte, sim, mas nunca por inteiro.

Onde recompensa Deus por inteiro os justos e castiga os pecadores?
No céu os primeiros e os segundos no inferno.

Há em Deus misericórdia?
Sim, Senhor (XXI, 3).

Em que consiste a misericórdia divina?
Consiste em que Deus dá a cada coisa mais do que exige a sua natureza e também em que dá aos justos mais do que lhes é devido, e castiga os pecadores com pena inferior à que merecem as suas culpas (XXI, 4).

Governa Deus este mundo?
Sim, Senhor.

Como se chama o governo de Deus no mundo?
Chama-se Providência (XXI, 1).

A Providência Divina estende-se a todas as coisas?
Sim, porque não há nada no mundo que Deus não tenha previsto e predeterminado desde toda a Eternidade (XXII, 2).

Estende-se aos seres inanimados?
Sim, porque fazem parte da obra de Deus (XXII, 2 ad 4).

Atinge também os atos livres do homem?
Sim, Senhor (XXII, 2, ad 4).

Explicai como.

Os atos livres, de tal maneira estão sujeitos às disposições da Providência Divina, que coisa nenhuma pode o homem fazer, se Deus a não ordena ou a permite, pois a liberdade não lhe confere independência a respeito de Deus (*Ibid*).

Tem nome especial a Providência Divina em relação aos justos?
Chama-se Predestinação.

25

Que quer dizer predestinado?
O homem que há de gozar no Céu a bem-aventurança da glória (XXIII, 2).

Que nome recebem os que não hão de gozar da bem-aventurança?

O de réprobos ou não eleitos (XXIII, 3).

Por que uns hão de ser felizes e os outros não?

Porque os predestinados foram eleitos do Senhor, ou amados com amor de preferência, em virtude do qual governa Deus o curso da sua vida de tal modo que chegarão a conseguir a felicidade eterna (XXIII, 3).

E por que não alcançarão os réprobos a mesma felicidade ?
Porque não foram amados com o amor dos predestinados (XX, 3).

Não haverá nisso injustiça por parte de Deus?
Não, Senhor; porque Deus a ninguém deve por justiça a bem-aventurança eterna, e os que a conseguem só a alcançarão a título de graça (XXIII, 3 ad 2).

E os que não hão de alcançá-la, serão castigados pelo fato de não a possuir?
Serão castigados por não a possuir, porém, só em razão das culpas em virtude das quais se tornaram indignos de recebê-la (XXIII, 3).

Como podem ser culpados de não a haver recebido?
Podem sê-lo, e, com efeito, o são, porquanto Deus a oferece a todos: porém, os homens que, debaixo do império dos decretos divinos, conservam a liberdade, podem aceitar o oferecimento ou recusá-lo, pondo em seu lugar outro fim (*Ibid*).

Ofendem com isso a Deus?
Tão gravemente, que merecem duro castigo, visto que, ao fazê-lo, caem voluntariamente em grave pecado pessoal (*Ibid*).

Os que aceitam o oferecimento e conseguem a glória, a quem devem o ter correspondido ao chamamento de Deus?
À virtude causal do decreto predestinante (XXIII, 3 ad 2).

É eterna a predestinação por parte de Deus?
Sim, Senhor, (XXIII, 4).

Que significa a predestinação a respeito dos eleitos?
Significa que Deus assinalou a cada um o seu lugar na glória, e, mediante a graça, o porá em condições de possuí-la (XXIII, 5-7).

26

Que devem fazer os homens ante o pavoroso mistério da predestinação absoluta por parte de Deus?
Abandonar-se inteiramente à ação da graça e convencer-se, na medida do possível, que os seus nomes estão escritos no livro dos predestinados (XXIII, 8).

Deus é Todo-Poderoso?
Sim, Senhor (XXV, 1-6).

Por que?
Porque, sendo o ser por essência, a Ele há de estar submetido tudo quanto existe ou possa existir (XXV, 3).

Deus é feliz?

É a mesma felicidade, porque goza infinitamente do Bem infinito, que é Ele mesmo (XXVI, 1-4).

IV

DAS PESSOAS DIVINAS

Que quereis dizer, quando afirmais que Deus é um espírito em três Pessoas?

Que há Nele três Pessoas, cada uma das quais se identifica com Deus, e possui os atributos da divindade (XXX, 2).

Quais são os nomes das três Pessoas divinas?

Padre, Filho e Espírito Santo.

Quem é o Padre?

O que, sem ter tido princípio, gera o Filho e dá origem ao Espírito Santo.

Quem é o Filho?

O gerado pelo Padre, e do qual, conjuntamente com o Padre, procede o Espírito Santo.

Quem é o Espírito Santo?

O que procede do Pai e do Filho.

As Pessoas divinas são distintas de Deus, em si mesmo?

Não Senhor.

São distintas entre si?

Sim, Senhor.

Que quereis dizer, quando afirmais que as Pessoas divinas são distintas entre si?

Que o Padre não é o Filho, nem o Espírito Santo; que o Filho não é o Padre, nem o Espírito Santo e que o Espírito Santo não é o Padre, nem o Filho.

27

Podem separar-se as Pessoas divinas?

Não Senhor.

Estão unidas desde a eternidade?

Sim, Senhor.

Possui o Padre, com relação ao Filho, tudo o que temos visto que há em Deus?

Sim, Senhor.

E o Filho com relação ao Padre?

Também.

E o Padre e o Filho com relação ao Espírito Santo?

Também.

E o Espírito Santo com relação ao Padre e ao Filho?

Sim, Senhor.

Logo, são três Deuses com conexões eternas?

Não, Senhor; são três Pessoas que se identificam com Deus, apesar do que, permanecem realmente distintas.

As Pessoas divinas formam sociedade?

Sim, e a mais perfeita de quantas existem (XXXI, 3 ad 1).

Por que?

Porque, sendo três, cada uma delas possui de modo infinito a perfeição, a duração, a ciência, o amor, o poder, a felicidade, e todas e cada uma, constituem a sua própria Bem-aventurança no seio da divindade.

Como sabemos que há três Pessoas em Deus?

Porque Ele mesmo nô-lo revelou.

Pode a razão humana, sem o auxílio da fé, perscrutar a existência das Pessoas divinas?

Não Senhor (XXXII, 1, 2).

Como se chamam as verdades inacessíveis à inteligência e que só pela fé conhecemos?

Chamam-se mistérios.

É, por conseguinte, um mistério, a existência das Pessoas divinas?

É mistério e o mais profundo de todos.

Que nome tem?

Mistério da Santíssima Trindade.

Poderemos chegar a compreendê-lo?

Sim, e com seu conhecimento seremos eternamente felizes.

Poderemos nesta vida entrever alguma coisa dos admiráveis segredos do mistério da Santíssima Trindade, estudando a natureza das operações dos seres espirituais?

28

Sim, Senhor; dois são os atos imanentes do ser espiritual: entender e amar, e em cada um se estabelecem relações de princípio a termo, e de termo a princípio de operação. Daqui se deduz, conforme o que ensina a fé, que o Padre, no ato de entender, é princípio, porquanto diz e pronuncia um verbo, e o Verbo tem relação de termo, dito ou pronunciado. O mesmo sucede no ato de amor. O Padre e o Filho formam um princípio de amor, com relação ao Espírito Santo, que é o termo.

Em que qualidade divina se funda o mistério da Santíssima Trindade?

Na fecundidade e riqueza infinitas da divina natureza, em virtude da qual se estabelecem em Deus misteriosas processões de origem (XXVIII, 1).

Como se chamam as processões de origem?

Geração e Processão (XXVIII, 1, 3).

Que se deduz da existência da geração e processão?
Que entre os dois termos de cada processão há relação real constituída pelos mesmos termos.

Quantas e quais são as relações em Deus?
São quatro: Paternidade, Filiação, Inspiração ativa e Processão ou inspiração passiva (XXVIII, 4).

Relação é o mesmo que Pessoa Divina?
Sim, Senhor (XL, 1).

Por que sendo quatro as relações, não são mais que três as pessoas?
Porque a relação chamada inspiração ativa, não só não se opõe, relativamente, à Paternidade e à Filiação, mas convém a uma e a outra; portanto, as Pessoas constituídas pela Paternidade e pela Filiação, podem e devem ser sujeito da inspiração ativa, a qual não ***constitui*** Pessoa, senão que convém conjuntamente às pessoas do Padre e do Filho (XXX, 2).

Guardam ordem entre si as Pessoas divinas?
Sim, guardam a ordem de origem, em virtude da qual o Padre pode enviar o Filho, e o Filho enviar o Espírito Santo (XLII, XLIII).

As ações divinas (excetuando os atos de noção, gerar e inspirar) são comuns às três Pessoas?
Sim, Senhor; assim o conhecer e amar de Deus, é um só ato realizado pelas três pessoas, e bem assim todas as ações divinas que produzam algo de extrínseco à divindade (XXXIX, XLI).
29

Não há, apesar disso, alguns atos que se atribuem especialmente a determinadas Pessoas?
Sim, Senhor; atribuem-se-lhes, em virtude de certa conveniência entre aqueles atos e os caracteres distintivos da Pessoa: assim, por apropriação, se atribui ao Padre a Onipotência, ao Filho a Sabedoria, e a Bondade ao Espírito Santo, ainda que os três são igualmente poderosos, sábios e bons (XXXIX, 7, 8; XLV, 6).

Logo, sempre que falamos de Deus em relação com o mundo, entendemos falar Dele como uno na essência e trino em Pessoas?
Sim, Senhor; exceto quando falamos da Pessoa do Verbo no Mistério da Encarnação (XLV, 6).

V

DA CRIAÇÃO

Que se entende por Deus Criador de todas as coisas?
Que todas foram tiradas do nada por virtude de sua Onipotência (XLIV, XLV).

Antes de Deus ter criado o mundo, existia alguma coisa, exceto Ele mesmo?
Não, Senhor; porque só Ele existe necessariamente, e tudo o mais, em virtude do seu Poder (XLIV, 1).

Quando criou Deus o mundo?
Quando aprouve ao seu divino querer (XLIV).

Podia, por conseqüência, deixar de criá-lo?
Sim, Senhor.

Por que o criou?
Para manifestar a sua glória (XLIV, 4).

Que devemos entender, quando dizeis que Deus criou o mundo, para manifestar a sua glória?
Que se propôs dar-nos a conhecer a sua Bondade, comunicando aos seres parte do bem infinito que possui.

Logo, Deus não criou o mundo por necessidade nem por ambição?
Muito ao contrário; criou-o por pura benevolência, para comunicar às criaturas parte da sua Bondade infinita (XLIV, 4 a 1).

30

VI

DO MUNDO

Que nome tem o conjunto de todos os seres criados?
Universo, ou Mundo (XLVII, 4).

Logo o Mundo é obra de Deus?
Sim, Senhor (XLVII, 1, 2, 3,).

Que seres completam o Universo?
Três categorias de seres distintos: Os espíritos puros, os corpos e os compostos de matéria e espírito.

Deus criou-os a todos?
Sim, Senhor.

Criou-os imediatamente, sem auxílio e intervenção de pessoa alguma?
Sim, Senhor; porque só Ele pode criar (XLV, 5).

Como criou Deus o Universo?
Pelo império da sua palavra e influxo do seu amor (XL, 6).

VII

DOS ANJOS: SUA NATUREZA

Por que quis Deus que no mundo houvesse espíritos puros?
Para que fossem digno remate e coroa da obra de suas mãos (L).

E que quer isso dizer?
Que eles são a porção mais formosa, nobre e perfeita do Universo.

Que coisa é um espírito?
É uma substância completa, que não está unida à matéria, nem tem relação com ela (L, 3).

São muito numerosos os espíritos?
Sim Senhor; numerosíssimos (L, 3).

Excede, o seu número ao de todas as demais naturezas criadas?
Sim, Senhor (*Ibid*).

31

Para que tantos?
Porque era conveniente que na obra de Deus o perfeito sobrepujasse ao imperfeito (*Ibid*).

Qual é o nome comum a todos os espíritos puros?
É o de Anjos.

Por que?
Porque são os enviados de que o Senhor se serve para o governo das demais criaturas.

Podem os anjos unir-se substancialmente a um corpo, assim como as almas humanas?
Não, Senhor; e se bem que em algumas ocasiões tenham aparecido em forma humana, não tinham de homens, mais que a aparência exterior (LI, 1, 2, 3).

Estão os Anjos em algum lugar?
Sim, Senhor (LII, 4).

Onde, moram habitualmente?
No céu (LXI).

Podem trasladar-se de um lugar para outro?
Sim, Senhor (LIII, 1).

Necessitam de tempo para trasladar-se?

Não, Senhor; podem fazê-lo instantaneamente quaisquer que sejam as distâncias (LIII, 2).

Podem, se assim o desejam, abandonar lentamente um lugar e ocupar outro da mesma forma?
Sim, Senhor; porque o movimento angélico consiste na atuação sucessiva em lugares distintos, ou em diversas partes do mesmo lugar (LIII, 3).

VIII

VIDA ÍNTIMA DOS ANJOS

Em que consiste a vida íntima dos anjos?
Suposto que são espíritos puros, consiste em conhecer e amar.

Que espécie de conhecimento possuem?

Conhecimento intelectual (LIV).

Não possuem também conhecimento sensitivo como os homens?

Carecem absolutamente dele (LIV, 5).

Por que?

Porque não se dá conhecimento sensitivo sem corpo orgânico, e os anjos são incorpóreos (*Ibid*).

32

O conhecimento intelectual dos anjos é mais perfeito do que o nosso?

Sim, Senhor.

Por que?

Porque nem o seu conhecimento tem origem nas espécies tomadas do mundo exterior, nem a sua ciência progride mediante o raciocínio, pois que abrange de uma só visão os princípios e as conseqüências (LV, 2 LVIII, 3, 4).

A ciência dos anjos é infinita?

Não, Senhor; porque é finita a sua natureza; unicamente Deus, Ser infinito, possui ciência infinita.

Conhecem o conjunto das criaturas?

Sim, Senhor; porque o exige a sua qualidade de espíritos puros (LV, 2).

Sabem o que acontece no mundo?

Sim, Senhor; porque o vêem nas suas espécies naturais, à medida que vai sucedendo (*Ibid*).

Conhecem os pensamentos e os segredos dos corações?

Não, Senhor; porque, sendo pensamentos e afetos livres, não concorrem necessariamente com a mudança e sucessão das coisas (LVII, 4).

Como podem chegar a conhecê-los?

Pela revelação divina ou pela manifestação, do agente (*Ibid*).

Sabem o futuro?

Sem revelação especial, não Senhor.

Que coisas amam os anjos necessariamente?

A Deus sobre todas as coisas, a si mesmos e às criaturas, exceto quando o pecado contraria ou destrói na ordem sobrenatural a livre propensão do amor natural (LX).

IX

DA CRIAÇÃO DOS ANJOS

Criou Deus imediatamente a todos os anjos?

Sim, Senhor; porque todos são espíritos puros, e não podiam de outro modo vir à existência (LXI, 1).

33

Quando foram criados?

No princípio dos tempos e no mesmo instante que os elementos do mundo material (LXI, 3).

Foram criados os anjos nalgum lugar corpóreo?

Sim, Senhor; porque assim convinha aos desígnios da divina Providência.

Como chamamos o lugar em que foram criados?

Chamamo-lo ordinariamente céu e também céu empíreo (LXI, 4).

Que coisa é o céu empíreo?

Um lugar ameníssimo, pleno de luz e resplendor, resumo e compêndio das maiores delícias do mundo corporal (*Ibid*).

O céu empíreo é o mesmo que o céu dos bem-aventurados, ou simplesmente céu?

Sim, Senhor (*Ibid*).

X

DA TENTAÇÃO DOS ANJOS

Em que estado foram criados os anjos?

No estado de graça (LXII, 3).

Que entendeis quando afirmais que foram criados em estado de graça?

Que no primeiro instante da sua Criação, receberam, conjuntamente com a natureza, a graça santificante que os fazia filhos adotivos de Deus e, por seu mérito, podiam alcançar a glória eterna (LXII, 1, 2, 3).

Foi necessário que os anjos merecessem a glória por virtude de algum ato livre?

Sim, Senhor (LXII, 4).

Em que consistiu aquele ato de seu livre alvedrio?

Em seguir o movimento da graça que os inclinava a submeter-se a Deus por inteiro, para receberem Dele com acatamento e ação de graças, o dom da glória que lhes havia prometido (*Ibid*).

Necessitaram muito tempo para escolher, debaixo do influxo da graça, a submissão ou a rebeldia?

Um só instante.

34

Feita a devida escolha, foram imediatamente admitidos ao gozo da Bem-aventurança?

Sim, Senhor (LXII, 5).

XI

QUEDA DOS ANJOS

Permaneceram fiéis todos os anjos na prova meritória, a que Deus os submeteu?
Não, Senhor (LXIII, 2, 3).

Por que recusaram alguns submeter-se a Deus?
Por sentimento de orgulho, por quererem ser como Deus e gozar a felicidade, independentemente das divinas disposições (LXIII, 2, 3).

Este ato de soberba foi pecado grave?
Foi tão grande que provocou imediatamente a ira divina.

E Deus, justamente indignado, que fez para castigá-los?
Precipitou-os no inferno para que ali padeçam tormentos eternos (LXIV, 4).

Que nome têm os anjos rebeldes e condenados ao inferno?
Chamam-se demônios (LXIII, 4).

XII

DO MUNDO CORPORAL. A CRIAÇÃO E A OBRA DOS SEIS DIAS

Qual é a segunda categoria dos seres criados por Deus?
A segunda categoria está formada pelo mundo corpóreo.

Criou Deus também o conjunto dos seres materiais?
Sim, Senhor (LXV, 5).

35

Criou por si, e imediatamente, a terra com todas as suas maravilhas, o mar e tudo o que misteriosamente nele se contém, o céu, a lua e as estrelas?
Sim, Senhor.

Quando criou Deus o mundo corporal?
No princípio dos seres, ao mesmo tempo que criava o mundo dos espíritos (LXVI, 3; LXVI, 4).

Criou Deus o mundo instantânea ou sucessivamente?
A Criação, quer se trate da matéria, quer do espírito, é instantânea (*Ibid*).

Formou Deus o mundo, desde o princípio, tal como hoje o vemos?
Não, Senhor (LXVI, 1).

Em que estado o criou?
No estado caótico.

Que entendeis, ao dizer que Deus criou o mundo em estado caótico?
Que Deus criou primeiramente os elementos ou materiais com que havia de construí-lo na forma e estado que agora tem (LXVI, 1, 2),

Quem ordenou e compôs aqueles primeiros elementos, e deu ao mundo corpóreo a sua forma atual?

Deus.

Rematou Deus a sua obra de uma só vez?
Não Senhor, mas mediante intervenções sucessivas.

Quantas vezes interveio até dar ao mundo a forma definitiva?
Seis vezes.

Que nome têm aquelas seis intervenções?
Conhecem-se com o nome de - os seis dias da criação (LXVII, 1,2).

Que fez Deus no primeiro dia?
No primeiro dia fez a luz (LXVII, 4).

E no segundo?
Fez o Firmamento (LXVII, 4).

E no terceiro?
Separou os mares dos continentes e produziu as plantas (LXIX).

Que fez no quarto?
O sol, a lua e as estrelas (LXX, 1).

E no quinto?
As aves e os peixes (LXXI).

36

E no sexto?
Produziu os animais terrestres, e criou o homem (LXXII).

Como sabemos que Deus criou o mundo na ordem predita?
Porque Ele mesmo nô-lo revelou.

Donde consta o testemunho divino no que se refere à Criação do mundo e à disposição que agora tem?
Do primeiro capítulo do Gênesis, que é por sua vez o primeiro da Sagrada Escritura.

Existem conflitos entre a ciência e o primeiro capítulo do Gênesis?
A verdadeira ciência sempre estará de acordo com o primeiro capitulo do Gênesis.

Por que?
Porque a verdadeira ciência vê as coisas como elas são e ninguém as conhece melhor como são, do que o mesmo Deus que as criou e que no primeiro capitulo do Gênesis nos revelou como as fez.

É, por conseguinte, impossível que haja contradição entre o relato da Escritura e os descobrimentos científicos, no que se refere à Criação do mundo?
Não há contradição e não a haverá jamais (LXVII, LXXIV).

XIII

DO HOMEM E SUA NATUREZA: ESPIRITUALIDADE E IMORTALIDADE DA ALMA

Há entre os seres corporais algum que forme um mundo à parte, ou categoria distinta no conjunto dos demais?
Sim, Senhor; o homem.

Que é o homem?
Um ser composto de espírito e matéria, no qual, de algum modo, se compendiam os mundos espiritual e material. (LXXV).

Com que nome se conhece o espírito humano?
Com o de alma (LXXV, 1-4).

Há, além do homem, algum outro ser corpóreo que tenha alma?
Sim, Senhor; as plantas e os animais.

37

Que diferença existe entre a alma humana e as almas das plantas e dos animais?
Em que a alma das plantas é exclusivamente vegetativa; a dos animais vegetativa e sensitiva; e a humana, além destas faculdades, possui a inteligência.

Logo, é a inteligência que distingue o homem dos demais seres corpóreos?
Sim, Senhor.

A alma, como princípio intelectual, exerce a sua função própria, independentemente do corpo?
Sim, Senhor (LXXV, 2).

Em que vos apoiais para assegurá-lo?
Em que o objeto do entendimento é o imaterial.

E por que, se a alma exerce a sua função própria independentemente do organismo, se deduz que é incorpórea?
Porque, se não o fosse, não poderia unir-se ao objeto do entendimento, que é o imaterial (*Ibid*).

Que se segue desta verdade?
Segue-se que a alma humana é imortal (LXXV, 6).

Poderíeis dar a razão da conseqüência?
Sim, Senhor; porque se é independente do organismo no obrar, forçosamente há de sê-lo no existir.

E que deduzis deste princípio?
Deduzo que, se bem que o corpo perece, ao separar-se da alma, a alma, ao contrário, não pode morrer (*Ibid*).

Logo, durará eternamente?

Sim, Senhor.

Para que se une a alma ao corpo?

Para formar um todo harmônico e substancial, chamado homem (LXXV, 4).

Não é, portanto, acidental a união da alma com o corpo?
Não, Senhor; porque a alma exige por natureza a união substancial (LXXVI, 1).

Que faz a alma no corpo?
Dá-lhe todas as perfeições que possui: o existir, o viver e sentir, reservando para si, unicamente, o ato de entender (LXXVI, 3, 4).

38

XIV

DAS POTÊNCIAS OU FACULDADES VEGETATIVAS E SENSITIVAS

Há na alma faculdades distintas ou princípios diversos de operação?
Sim, Senhor; pois quanto no homem há, procede imediatamente de faculdades ou potências do espírito, exceto a perfeição fundamental, o ser corpo, que recebe imediatamente da essência da alma (LXXVII).

Em virtude de que potências vive o corpo?
Em virtude das vegetativas.

Quantas e quais são?
São três: o poder de nutrição, o de crescimento e de reprodução (LXXVIII, 2).

Em virtude de que potências sente?
Em virtude das potências sensitivas.

Quereis dizer-me quantas e quais são?
Existem duas classes: cognoscitivas e afetivas.

Quais são as cognoscitivas?
Os cinco sentidos exteriores.

Que nome têm?
Potência ou faculdade de ver, ouvir, cheirar, gostar e apalpar (*Ibid*).

Como se chamam os órgãos correspondentes?
Vista, ouvido, olfato, gosto e tacto (*Ibid*).

Há também faculdades cognoscitivas sensíveis, sem órgão externo?
Sim, Senhor; e são: o senso comum, a imaginação, o instinto e a memória (LXXVIII, 4).

XV

DA INTELIGÊNCIA E DO ATO DE ENTENDER

Há no homem alguma outra faculdade cognoscitiva?
Há outra e é a mais nobre e principal.

Que nome tem?
O de inteligência ou razão (LXXIX, 1).

39

A inteligência e a razão são uma ou duas potências?
Uma só (LXXIX, 8).

Por que tem dois nomes?
Porque há verdades que o entendimento compreende intuitivamente de um só golpe, e outras que necessita adquirir mediante o raciocínio (*Ibid*).

Por conseguinte, o discurso é o ato característico do homem?
Sim, Senhor; porque nenhum outro ser da Criação pode e necessita discorrer.

É o discurso perfeição da inteligência humana?
Sim, Senhor; porém, revela imperfeição a necessidade de discorrer.

Por que é perfeição, no homem, a faculdade de discorrer?
Porque, por ela, pode o homem conhecer a verdade, inatingível aos seres inferiores, como são os animais privados de razão.

Por que revela imperfeição a necessidade de discorrer?
Porque, se bem que por virtude do raciocínio pode o homem conhecer a verdade, só com tempo e perigo de enganar-se, o consegue; ao contrário, os seres que não o necessitam, como Deus e os Anjos, se apoderam da verdade com uma só visão e assim estão isentos até da possibilidade de se enganarem.

Que significa conhecer a verdade?
Ter conhecimento do que existe.

E que implica o desconhecê-la?
Ignorância ou erro.

Há alguma diferença entre a ignorância e o erro?
Sim, Senhor; e muito grande: A ignorância é a carência do conhecimento de uma coisa; erro é atribuir existência ao que não a teve nem tem.

É um mal viver no erro?
Sim, Senhor; porque o bem próprio do homem consiste na verdade, que é o bem da inteligência.

Tem o homem ciência inata?

Não, Senhor; porque se bem que, desde o princípio, possui inteligência, há de aguardar, para adquirir a verdade,

40

que se desenvolvam as faculdades sensitivas destinadas a servi-la (LXXXIV, 5).

Quando começa o homem a conhecer a verdade?
Quando tem uso de razão, aos sete anos aproximadamente.

Pode a razão humana investigar e conhecer todas as verdades?
Com o exercício próprio de suas forças naturais, de nenhum modo, pode adquirir conhecimento próprio de todas elas (XII, 4; LXXXVI, 2, 4).

Que coisas pode conhecer naturalmente?
As coisas sensíveis e as verdades que deste conhecimento se derivam.

Pode o homem conhecer-se a si mesmo?
Sim, Senhor; porque há nele alguma coisa que pertence ao domínio dos sentidos, e partindo do sensível mediante o discurso, pode investigar o que necessita para saber o que é (LXXXVIII, 1, 2).

Pode conhecer os espíritos puros?
Só de um modo imperfeito.

Por que?
Porque não pertencem ao mundo do sensível, objeto próprio da razão humana.

Pode conhecer a Deus, em si mesmo?
Não, Senhor; porque a sua natureza soberana dista infinitamente do objeto proporcionado à inteligência, no conhecimento natural, que, como dissemos, é o mundo sensível (LXXXVIII, 3).

Logo a razão humana, abandonada às suas próprias forças, como pode conhecer a Deus?
De modo muito imperfeito.

Apesar dessa imperfeição, enobrece ao homem o conhecimento natural de Deus?
Sim, Senhor; em primeiro lugar, porque, por meio dele, se levanta muito acima dos irracionais; segundo, porque o convence que será elevado, mediante a graça, à soberana dignidade de filho de Deus e que, em virtude desse conhecimento, está chamado a conhecê-Lo como é, primeiro de modo imperfeito, mediante a fé, depois intuitivamente, pelo *Lumen Gloriae*[6] (XII, 4 ad 3).

Em virtude da elevação à dignidade de filho de Deus, igualou-se o homem com os anjos?
Em virtude dessa elevação pode ser igual e até supe-

41

rior aos anjos na ordem da graça, porém sempre inferior na da natureza (CVIII 8).

---

[6] Luz da Glória.

XVI

DAS FACULDADES AFETIVAS: O LIVRE ARBÍTRIO

Há no homem faculdades distintas das cognoscitivas?
Sim, Senhor; as afetivas.

Que entendeis por faculdades afetivas?
O poder que o homem tem de propender para o que as faculdades cognoscitivas lhe apresentam como bom, e de fugir do que como mau lhe põem diante dos olhos.

Quantas classes de faculdades afetivas há no homem?
Duas, correspondentes às duas espécies de conhecimento que estudamos.

Que nome recebe a primeira?
O de apetite sensitivo (LXXXI).

E a segunda?
A segunda chama-se vontade (LXXXII).

Recebe também a vontade o nome de apetite?
Sim, Senhor; porém em sentido mais nobre e espiritual.

Qual das duas faculdades é mais perfeita?
A vontade.

Se o homem possui livre arbítrio, é devido à vontade?
Sim, Senhor; porque, sendo o bem em geral *(Bonum commune)* o único que a vontade ama necessariamente, solicitada por bens particulares permanece senhora de seus atos, podendo por conseqüência, inclinar-se a querer ou a não querer (LXXXVIII).

A liberdade humana reside exclusivamente na vontade?
Não Senhor; na vontade unida à inteligência.

O homem dotado de livre arbítrio, em virtude da inteligência e da vontade, é rei da Criação neste mundo corpóreo?
Sim, Senhor; porque os outros seres materiais são inferiores a ele, por natureza, e todos foram criados para que o servissem na peregrinação que há de empreender, até que volte ao seio de Deus, de cujas mãos saiu.

42

XVII

ORIGEM DIVINA DO HOMEM

Descendem dos mesmos pais todos os homens que existem e têm existido no mundo?
Sim, Senhor.

Como se chamavam os primeiros pais da linhagem humana?

Adão e Eva.

E eles, por sua vez, donde procediam?
Foram criados por Deus.

Como os criou?
Dando-lhes corpo e alma.

Como produziu Deus as suas almas?
Por Criação.

E os corpos?
O mesmo Deus nos revelou que modelou com barro o corpo de Adão e de uma das suas costelas formou o de Eva (XCI, XCII).

O homem foi criado à imagem e semelhança de Deus?
Sim, Senhor (XCIII).

Que quer dizer que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus?
Que a natureza e operações mais elevadas do homem lhe permitem entrever a natureza divina e a vida íntima da Augusta Trindade e imitam de certo modo a perfeição das pessoas divinas (XCIII, 5).

Por que se reflete, na natureza e operações mais nobres do homem, a natureza divina?
Porque também a nossa alma é espiritual e as suas operações mais perfeitas, entender e amar, têm por objeto a primeira Verdade e o Bem supremo, que é o mesmo Deus (XCII, 5-7).

Por que nos atos de entender e amar podemos ver uma semelhança da vida íntima da Augusta Trindade?
Porque o nosso Espírito, ao pensar em Deus, concebe um verbo interior que lhe serve de objeto e, sob a influência do pensamento produtor do Verbo, brota o ato de amar o objeto concebido pelo espírito (XCIII, 6).

43

De que modo podemos imitar a perfeição própria das Pessoas divinas?
Podemos, à sua semelhança, ter como primeiro objeto e último fim de nossos pensamentos e afetos a Deus, concebido no entendimento e adorado no coração (XCIII, 6).

Não há no mundo corpóreo, além do homem, algum outro ser feito à imagem e semelhança de Deus?
Não, Senhor; porque somente o homem possui natureza espiritual (XCIII, 2).

Logo, nas criaturas inferiores, nada há por onde venhamos ao conhecimento de Deus?
Sim, Senhor; porque, em razão das perfeições materiais de que foram dotadas, são como impressões ou vestígios da mão de Deus, seu criador (XCIII, 6).

XVIII

DO ESTADO FELIZ EM QUE FOI CRIADO O HOMEM

Criou Deus o homem perfeito?
Sim, Senhor.

Que bens compreendia o primitivo estado de felicidade em que o homem foi criado?
Ciência claríssima e universal, justiça original unida à prática de todas as virtudes, império absoluto da alma sobre o corpo e domínio sobre todas as criaturas (XCIV, XCV, XCVI).

Possuía o primeiro homem estes bens, na qualidade de privilégio exclusivo e intransferível?
Em relação à ciência, sim Senhor; porém, a justiça original e os dons de integridade se transmitiriam por geração a todos os seus descendentes, porque eram inseparáveis da natureza humana enquanto deles não fosse o homem despojado pelo pecado (XCIV, 1).

Estava o homem sujeito à morte?
Não Senhor (XCVI, 2).

Estava isento de sofrimento e de dor?
Sim, Senhor; visto que a alma, por especial privilégio, protegia o corpo contra todo o mal e ela por sua vez de coisa alguma podia receber dano, enquanto a vontade permanecesse submissa a Deus (XCVII, 2).

44

Logo, o homem foi criado em estado de verdadeira felicidade?
Sim, Senhor.

E aquela felicidade era a última e suprema a que podia aspirar?
Não, Senhor; era temporal e a ela devia seguir-se outra mais alta e definitiva (XCIV, 1, ad 1).

Como poderíamos chamá-la?
A primeira felicidade inicial, durante a qual o homem contrairia méritos para alcançar, a titulo de recompensa, o estado de felicidade último e perfeito (XCIV, 1,2, 2; XCV, 4).

Onde receberia o homem o galardão que havia de coroar a sua felicidade?
No céu da glória, em companhia dos anjos, para onde seria levado por Deus. depois de algum tempo de prova e méritos no primitivo estado (XCIV. 1, ad 1).

Onde habitaria o homem, enquanto contraía méritos para ser levado á glória?
Num jardim de delicias, expressamente preparado por Deus (CII).

Como se chamou aquele lugar de delícias?
Paraíso terreal.

XIX

CONSERVAÇÃO DOS SERES E PROVIDÊNCIA DO MUNDO

Que entendeis, quando afirmais que Deus é Soberano Senhor de todas as coisas?

Que todos os seres do mundo estão sujeitos ao governo e domínio supremo, único e absoluto de Deus (CIII, 1, 2).

Explicai-me o que quereis dizer?

Queremos dizer que coisa alguma existe no mundo espiritual, material e humano, independente da ação divina, a qual conserva a existência de todos os seres e os conduz ao fim para que foram criados (CIII, 4, 8).

Qual é o fim que Deus tem em vista na conservação e governo do mundo?

Deus mesmo, isto é, a sua própria glória (CIII, 2).

45

Por que?

Porque, se Deus rege e conserva o universo, é para que na ordem e concerto do mundo se possa refletir e manifestar o pensamento Daquele que o criou, o conserva e o governa (*Ibid*).

Logo, o concerto e a ordem admirável do universo proclamam e manifestam a glória de Deus?

Sim, Senhor (*Ibid*).

Pode haver conjunto mais perfeito e grandioso que a obra da Criação, conservação e governo do Universo?

No plano atual da Providência, não, Senhor.

Por que dizeis "no plano atual da Providência?"

Porque Deus é onipotente, e, sendo-o, nenhuma criatura, nem conjunto delas, por perfeitas que sejam, podem exaurir o seu poder infinito.

XX

AÇÃO PESSOAL DE DEUS NO GOVERNO DO MUNDO: O MILAGRE

De que modo governa Deus o universo?

Conservando-o no ser e conduzindo-o ao fim para que foi criado (CIII, 4).

É o próprio Deus quem conserva a existência dos seres?

Sim, Senhor; posto que é também certo, utilizar-se de uns para conservar outros, segundo a ordem de dependência que Ele mesmo estabeleceu ao criá-los (CIV, 1, 2).

Que quereis dizer, quando afirmais que Deus conserva por si mesmo todas as coisas?

Entendemos que todas as criaturas recebem de Deus diretamente, e sem intervenção estranha, o que nelas há de mais íntimo, aquilo, em virtude do que todas participam do fato da existência (CIV).

A conservação do universo, assim como a Criação, são obra própria e exclusiva de Deus?

Sim, Senhor; porque ambas têm por fim direto e imediato a existência, e a existência é efeito privativo de Deus (CIV, 1).

46

Pode Deus aniquilar o mundo?
Sim, Senhor (CIV, 3).

Que seria necessário para o realizar?
Seria bastante que Ele suspendesse por um instante a ação, por virtude da qual lhe dá e continua dando em cada momento o ser.

Logo, a existência das coisas só se mantém debaixo da ação direta, absoluta e constante de Deus?
Sim, Senhor; do mesmo modo que a luz do dia depende em absoluto da presença e atividade solar; com a notável diferença, porém, de que o sol emite necessariamente os seus resplendores e, pelo contrário, a ação divina é toda liberdade e bondade infinitas.

Destruiu Deus alguma parte da criação?
Não, Senhor (CIV, 4).

Destruí-la-á no futuro?
Também não (*Ibid*).

Por que?
Porque o fim da Criação é a sua glória e esta glória exige, não a destruição, mas a conservação do criado (*Ibid*).

Experimentam as criaturas mudanças e transformações?
Sim, Senhor; mais ou menos profundas, em conformidade com cada espécie, e dentro da mesma espécie, conforme os seus diversos estados.

Estão previstas estas transformações no plano da Providência?
Sim, Senhor; posto que podem contribuir, e de fato contribuem, para o fim previsto, que é a glória de Deus e o bem do universo.

São algumas delas devidas à ação direta e imediata de Deus?
Sim, Senhor (CV, 1-8).

Quais são?
As que se efetuam nos últimos elementos componentes dos seres materiais, ou nas faculdades afetivas dos espirituais, e o princípio de qualquer ação em toda criatura (CV, 6, 7).

A quem devem atribuir-se as mudanças e transformações produzidas nos seres materiais, quando as causas segundas são incapazes ou insuficientes para efetuá-las, atento o curso ordinário da natureza?
Devem atribuir-se a Deus, e se chamam milagres (CV, 1, 2, 4, 5).

47

Logo, Deus faz milagres?
Sem duvida; Deus faz milagres que podemos agrupar em três categorias: Aqueles, para cuja execução são impotentes todas as forças criadas; os que estas forças não poderiam efetuar pela razão do sujeito em que se realizam e os que não podem atribuir-se a forcas naturais, pelo modo como se efetuam (CV, 8).

Por que fez e faz Deus milagres?
Deus faz milagres quando apraz ao seu divino beneplácito, para fazer sentir ao homem a sua

grandeza, e obrigá-lo a reconhecer como intervém no mundo, para sua glória e bem dos homens.

XXI

AÇÃO DAS CRIATURAS NO GOVERNO DO MUNDO: ORDEM DO UNIVERSO

Podem as criaturas exercer o influxo de umas nas outras para efetuar as mudanças e alterações que se observam no mundo?

Sim, Senhor; e neste mútuo influxo se funda a ordem do universo (XLVII, 3).

Estão reguladas estas ações pelas leis da Providência divina?

Sim, Senhor; e de modo especialíssimo (CIII, 6).

Por que?

Porque são o meio ou instrumento de que Deus se utiliza para conduzir as criaturas em conjunto ao fim que lhes assinalou (*Ibid*).

Pode Deus prescindir do concurso das criaturas no governo do mundo?

Sem dúvida alguma pode, porém foi melhor que as utilizasse, pois deste modo Ele aparece maior, e a criatura mais enobrecida e perfeita.

Por que ganham as criaturas em nobreza e perfeição?

Porque concorrem com a ação soberana de Deus, na obra de guiar os seres ao seu fim ultimo (CIII, 6-3).

Por que aparece Deus maior?

Porque manifesta-se Nele sinal de grandeza e poderio soberano o ter a seu serviço uma legião de ministros que executem submissos os seus mandatos (*Ibid*).

48

Logo, quando as criaturas exercem mútuo influxo, limitam-se a cumprir as ordens absolutas de Deus?

Sim, Senhor; porque é impossível que executem atos não previstos, nem ordenados no plano da Providência divina (*Ibid*).

É possível que a atuação da criatura, obrando como instrumento de Deus, no governo do mundo, perturbe ou contrarie o plano divino?

Não, Senhor; porque quaisquer que sejam os seus atos, ordenados estão por Deus, para o bem do universo (CIII, 8, ad 1).

Podem, não obstante isto, ser causa de algum mal particular?

Sim, Senhor; podem ocasionar alguns males físicos e até morais, porque, em determinadas ocasiões, umas vezes perturbam a ordem inferior de um grupo de seres e outras vezes impedem alguma manifestação secundária do poder e da vontade de Deus.

Ferem estes males particulares a ordem estabelecida no plano divino?

Considerando o plano em conjunto, não Senhor.

Por que?

Porque o soberano poder de Deus é tal, que se utiliza do mal particular, e depois de o ter subordinado a um fim mais elevado ele vai contribuir para o bem universal (*Ibid*, XIX, 6; XXIII 5 ad 3).

Logo, não há ação das criaturas que não esteja maravilhosamente disposta, para cooperar, sob a direção suprema de Deus, para o bem do universo?

Não, Senhor; e se alguma coisa aparece prejudicial ou deslocada, num plano inferior, considerado de um ponto de vista mais alto, ela tem sempre a razão suficiente, sapientíssima e profundíssima.

Pode o homem, neste mundo, abranger e compreender a maravilhosa grandeza e harmonia do plano divino?

Não, Senhor; porque necessitaria conhecer todas as criaturas, assim como os incontáveis segredos do plano divino.

Onde as compreenderá?

Somente no céu.

49

XXII

AÇÃO DOS ANJOS NO GOVERNO DO MUNDO ORDENS E HIERARQUIAS ANGÉLICAS

Atuam também umas criaturas sobre as outras no mundo dos espíritos?

Sim, Senhor.

Como se chama este influxo?

Chama-se iluminação (CVI, 1).

Por que?

Porque um Espírito puro influi no outro para transmitir-lhe a iluminação que recebe de Deus, relacionada com o governo do mundo (*Ibid*).

Logo, a iluminação, que procede de Deus, comunica-se aos espíritos, ordenada e gradualmente?

Comunica-se com graduação e ordem maravilhosa.

Que entendeis, quando afirmais que se comunica com graduação e ordem maravilhosa?

Que Deus a comunica diretamente aos que estão mais próximos Dele, e estes aos demais anjos, porém com ordem tão severa que a iluminação dos primeiros só pode chegar aos últimos por ação dos intermediários (CVI, 3).

Logo há anjos superiores, intermediários e últimos na ordem estabelecida para se comunicarem entre si as iluminações que emanam de Deus?

Sim, Senhor (CVIII, 2).

Podereis esclarecer com um exemplo em que consiste esta subordinação?

Poderíamos compará-la a um rio que, em vistosas cascatas, se precipita de rocha em rocha,

alimentando o seu curso, sem cessar, com as águas de um lago, situado no alto da montanha.

Há, em cada uma das ditas categorias angélicas, diversos agrupamentos?
Sim, Senhor (CVIII).

De quantas classes são?
De duas classes.

Que nome têm?
Chamam-se Hierarquias e Ordens Angélicas (*Ibid*).

Que significa o nome de Hierarquia?
Hierarquia é uma palavra derivada do grego que significa Principado sagrado.

50

Que coisas se expressam com a palavra Principado?
Duas: O príncipe e a multidão a ele subordinada (*Ibid*).

Qual é, pois, o significado completo da expressão "Principado sagrado"?
Significa e designa o conjunto de todas as criaturas racionais, chamadas a participar das coisas santas, debaixo do governo único de Deus, Rei dos Reis e Príncipe Soberano (*Ibid*).

Logo, só há uma Hierarquia e um principado sagrado no mundo?
Considerado por parte de Deus, Rei Soberano de todas as criaturas racionais por Ele regidas, só há uma Hierarquia ou principado sagrado, que compreende os anjos e os homens (*Ibid*).

Por que, pois, e em que sentido, se fala das Hierarquias no plural e especialmente no mundo dos espíritos puros ou anjos?
Porque, atendendo aos súbditos, se classificam os principados, segundo os diversos modos como o príncipe os governa (*Ibid*).

Poderíeis elucidá-lo com um exemplo?
Sim, Senhor; debaixo do cetro de um monarca pode haver cidades e províncias regidas cora diversas leis e diferentes ministros (*ibid*).

São os homens da mesma Hierarquia que os anjos?
Enquanto vivem neste mundo, não, Senhor (*Ibid*).

Por que dizeis "enquanto vivem neste mundo"?
Porque no céu serão admitidos nas Hierarquias angélicas (CVIII, 8).

Logo, há várias Hierarquias angélicas?
Sim, Senhor (CVIII, 8).

Quantas são?
São três (*Ibid*).

Em que se distinguem?
Na forma diversa de conhecer a razão das coisas concernentes ao governo divino (*Ibid*).

Como as conhecem os da primeira Hierarquia?
Com a iluminação direta procedente do mesmo Deus.

Que se segue daqui?

Segue-se que os anjos da primeira Hierarquia são os mais próximos de Deus e, portanto, as ordens desta hierar-

51

quia tomam os seus nomes de algum ministério que tenha por objeto o mesmo Deus (CVIII, 1,6).

Como conhecem os anjos da segunda Hierarquia a razão das decisões concernentes ao governo do mundo?

Nas suas causas universais criadas (*Ibid*).

Que se deduz deste princípio?

Que os anjos da segunda Hierarquia as conhecem, mediante a iluminação dos da primeira, e suas ordens tomam o nome de algum ministério que tenha por objeto o conjunto de todas as criaturas (*ibid*).

Como as conhecem os anjos da terceira Hierarquia?

Enquanto são executivas e dependem de suas causas próximas (*Ibid*).

Que se deduz deste modo de conhecer?

Que os anjos da última Hierarquia recebem as ordens divinas tão concretas e particularizadas como é necessário para comunicá-las às nossas inteligências e as suas ordens recebem denominação de atos limitados a um homem. v. gr., anjos da guarda, ou a uma província, como os principados (CVIII, 6).

Podereis esclarecer a doutrina exposta com uma comparação?

Com a seguinte: nas cortes dos reis há assessores e conselheiros áulicos que assistem à pessoa do Monarca; há secretários da real cúria e despacho a cujas secretarias vêm ter os negócios gerais de todo o reino: há, por fim. governadores e prepostos nas diversas províncias e nos diversos ramos da administração.

São as ordens angélicas distintas das Hierarquias?

Sim, Senhor (CVIII, 2).

Em que se distinguem?

Em que as Hierarquias se integram com diversas multidões de anjos que formam diferentes principados. debaixo do governo divino, e as ordens constituem classes distintas dentro das multidões que formam uma mesma hierarquia (*Ibid*).

Quantas ordens há em cada Hierarquia?

Há três (*Ibid*).

Por que?

Porque é uma semelhança do que se passa entre os homens, onde se agrupam as classes sociais em aristocracia, classe média e povo inferior (*Ibid*).

Logo, em cada Hierarquia, há anjos superiores, médios e inferiores?

Sim, Senhor e a estas categorias chamamos ordens angélicas (*Ibid*).

52

Logo, são nove as ordens angélicas?

As principais são nove (CVIII, 5, 6).

Por que dizeis "as principais"?

Porque em cada ordem há infinitas sub-ordens, visto que cada anjo tem a sua categoria e ofício particular, ainda que nos não é dado conhecê-las neste mundo (CVIII, 3).

Ordem é o mesmo que coro angélico?

Sim, Senhor.

Por que se dá o nome de coros às ordens angélicas?

Porque, cumprindo as diversas ordens a missão que Deus lhes confia no governo do mundo, formam grupos harmônicos, onde maravilhosamente se retrata a glória divina.

Que nome têm as ordens angélicas?

Enumerados em ordem descendente, chamam-se: Serafins, Querubins, Tronos, Dominações, Virtudes, Potestades, Principados, Arcanjos e Anjos (CVIII, 5).

Há ordens ou classes entre os demônios?

Sim, Senhor; porque a ordem angélica depende da natureza de cada anjo, e esta permaneceu nos demônios.

Logo, há subordinação entre eles, como a havia antes da queda?

Sim, Senhor.

Algum dos demônios utiliza esta superioridade para praticar o bem?

Nunca, sempre para praticar o mal (CIX, 3).

Não existe, portanto, iluminação entre os demônios?

Não, Senhor, por isso que seu reino é chamado o império das trevas.

XXIII

AÇÃO DOS ANJOS BONS NO MUNDO CORPÓREO

Serve-se Deus dos anjos bons no governo do mundo material?

Sim, Senhor, porque este mundo é inferior ao dos anjos, e, em todo governo bem ordenado, os inferiores são regidos pelos superiores (CX, 1).

53

Qual é o seu ministério?

Velar pelo exato cumprimento do plano providencial e dos decretos divinos concernentes às coisas materiais.

A que ordem pertencem os anjos administradores das coisas materiais?

À ordem das Virtudes (CX, 1, 2, 2).

Que fazem os anjos que servem na administração do mundo corporal?

Velam pela perfeita execução do plano da Providência e pelas manifestações da vontade divina, em tudo o que se passa nos diversos seres que constituem o mundo material.

Logo, Deus executa por meio dos anjos que pertencem à ordem das Virtudes quantas alterações e mudanças se efetuam no mundo corporal, inclusive os milagres?

Sim, Senhor (CX, 4).

Têm os anjos virtude ou poder suficiente para fazer milagres?

Não, Senhor. Somente Deus pode fazê-los e o anjo concorre ou com intercessão ou como causa instrumental (CX, 4, ad 1).

XXIV

AÇÃO DOS ANJOS NO HOMEM

O ANJO DA GUARDA

Podem os anjos influir no homem?

Sim, Senhor; porque são de natureza puramente espiritual, e, portanto, superior à humana (CXI).

Podem iluminar a nossa inteligência?

Sim, Senhor; dando-lhe vigor e pondo ao nosso alcance a Verdade puríssima que eles contemplam (CXI, 1).

Podem intervir diretamente na nossa vontade?

Não, Senhor; porque a volição é um movimento interior que só depende de Deus, sua causa (CXI, 2).

Logo, somente Deus pode atuar diretamente e mudar, como lhe apraz, os movimentos da vontade humana?

Só Deus o pode fazer (*Ibid*).

Podem os anjos excitar a imaginação e as demais faculdades sensitivas?

Sim, Senhor; porque estando intimamente ligadas ao organismo dependem do mundo corpóreo submetido à ação dos anjos (CXI, 3).

54

Podem impressionar os sentidos externos?

Sim, Senhor; pela mesma razão, exceto quando a excitação provém do demônio, e neste caso pode ser contrabalançada por outra de um anjo bom (CXI, 4).

Por conseqüência, os anjos podem dificultar e impedir a obra dos demônios?

Sim, Senhor; porque a justiça divina submeteu os demônios, como castigo do seu pecado, ao domínio dos anjos (*Ibid*).

Envia Deus os seus anjos a exercer algum ministério entre os homens?

Sim, Senhor; Deus se serve deles para promover o bem e para executar os seus desígnios junto dos mortais (CXII, 1).

Envia, com este fim, todos os anjos?

Não, Senhor (*Ibid*).

Quais são os que nunca são empregados?

Os da primeira Hierarquia (CXII, 2, 3).

Por que?

Porque é privilégio desta Hierarquia o de permanecer constantemente junto ao Trono de Deus (*Ibid*).

Que titulo obtêm os anjos da primeira Hierarquia, em atenção a este privilégio?

O de anjos assistentes (*Ibid*).

Quais são, pois, os enviados?

Todos os da segunda e terceira Hierarquia, porém note-se que as Dominações presidem ao cumprimento dos decretos divinos e as outras ordens, Virtudes, Potestades, Principados, Arcanjos e Anjos, são os executores (CXII, 4).

Destina Deus alguns anjos para guarda dos homens?

Sim, Senhor; porque a divina Providência decretou que o homem, ignorante no pensar, inconstante e frágil no querer, tivesse como guia protetor, na sua peregrinação até ao céu, um daqueles espíritos ditosos, confirmados para sempre no bem (CXIII, 1).

Destina Deus um anjo para a guarda de cada homem, ou um só para guardar muitos?

Destina um para cada homem, porque mais ama Deus uma alma do que todas as espécies de criaturas materiais, e, apesar disto, determinou que cada espécie tivesse um anjo custódio encarregado do seu governo (CXIII, 2).

55

De que ordem toma Deus os anjos da guarda?

Toma-os do último coro (CXIII, 3).

Têm todos os homens, sem exceção, anjo custódio?

Sim, Senhor; todos o têm, enquanto vivem neste mundo, em atenção aos obstáculos e perigos do caminho que têm de percorrer até chegar ao fim (CXIII, 4).

Teve-o Nosso Senhor Jesus Cristo, enquanto homem?

Considerando que era pessoa divina, não convinha que o tivesse; porém, teve anjos com a nobilíssima missão de servi-Lo (*Ibid*).

Quando começa cada anjo custódio a exercer o seu ministério?

No instante em que o homem aparece no mundo (CXIII, 5).

Abandonam, alguma vez, os anjos custódios os homens confiados à sua guarda?

Não, Senhor; velam por eles sem interrupção até que exalem o último suspiro da sua vida (CXIII, 6).

Afligem-se à vista das tribulações e males do seu protegido ?

Não, Senhor; porque, depois de fazerem o que está em suas mãos para evitá-los, reconhecem e adoram neles a grandeza insondável dos juízos de Deus (CXIII, 7).

É boa e recomendável a prática de invocarmos com freqüência o nosso anjo da guarda e lhe confiarmos nossas pessoas e coisas?

É prática excelente e muito recomendável.

Quando invocamos os anjos da guarda, acodem eles, infalivelmente, em nosso socorro?

Sim, Senhor; porém com sujeição e conformidade com os decretos divinos e de modo que

seja em coisa ordenada, em harmonia com a glória de Deus (CXIII, 8).

XXV

AÇÃO DOS ANJOS MAUS OU DEMÔNIOS

Podem os demônios combater e tentar os homens?

Sim, Senhor.

Por que?

Porque o seu todo é malícia e, além disso, porque

56

Deus sabe tirar proveito das tentações em benefício dos eleitos (CXIV, 1).

É próprio dos demônios o tentar?

Sim, Senhor.

Em que sentido o dizeis?

No sentido de que os demônios só tentam aos homens com o propósito de seduzi-los e perdê-los (CXIV, 2).

Podem com este objetivo fazer milagres?

Verdadeiros milagres, não, Senhor; porém, "alguma coisa parecida com os milagres".

Que entendeis por estas palavras "alguma coisa parecida com os milagres"?

Entendemos alguns fatos prodigiosos que excedem as forças dos agentes mais próximos e conhecidos, porém, não a virtude natural de todas as criaturas (CXIII, 4).

Como os distinguiremos dos milagres?

Em que se realizam sempre com fim ilícito ou meios reprováveis e não podem, por conseqüência, ser obra de Deus (CXIV, 4, ad 1).

XXVI

AÇÃO DOS SERES MATERIAIS

Não há mais cooperadores de Deus no governo do mundo do que os espíritos bons e maus?

Também cooperam outros seres.

Quais são?

Os agentes cósmicos ordenados e regidos por Deus (CXIV, 1).

Logo, em todas as ações e fenômenos que se realizam no Universo, intervém o poder e a mão divina?

Sim, Senhor (CXVI, 2).

Logo, o movimento acorde dos céus, o nascimento regular do Sol, os períodos harmônicos das estações, a sucessão majestosa e inalterável dos dias, os meses, os anos e os séculos, têm por objetivo cantar a glória de Deus e realizar os seus eternos desígnios?

Assim é.

Podemos dizer que Deus organizou e mantém o curso regular do Universo, em obséquio e proveito do homem?

Sim, Senhor.

57

O homem é, pois, a criatura para quem Deus dispôs todas as outras, tendo em vista prover a todas as suas necessidades?

Sim, Deus dispôs tudo, no sentido de servir o homem em todas as suas misérias.

Por que Deus assim procedeu com o homem?

Porque é a criatura mais débil e a que mais necessita de cuidados espirituais e materiais.

XXVII

AÇÃO DO HOMEM NO MUNDO

Pode o homem, apesar de sua fraqueza, cooperar com a ação divina, no governo do mundo?

Sim, Senhor.

De que maneira?

Procurando o bem dos seus semelhantes.

Como pode o homem cooperar para o bem de seus semelhantes?

Como instrumento de Deus em benefício das almas e dos corpos.

De que modo pode o homem ser instrumento de Deus em bem das almas?

Primeiro, porque pode ser, mediante os seus atos, causa ocasional da Criação de novas almas, e segundo, porque estas almas infantis se nutrem e medram em perfeição, com seus exemplos e ensinos.

Como pode ser instrumento de Deus em beneficio dos corpos?

Porque, por lei natural, estabelecida por Deus, o corpo humano tem origem no ajuntamento do varão com a mulher (CXIX).

XXVIII

LUGAR A QUE CONVERGEM TODOS OS MOVIMENTOS ORDENADOS NO PLANO DIVINO

Logo, é o berço do infante o ponto cêntrico do universo onde podemos admirar as sábias disposições da amorosa Providência?

58

Sim, Senhor; porque todas as coisas estão dispostas e ordenadas para o bem deste infante. Os pais para ampará-lo, a natureza para robustecê-lo, os anjos para o assistir e Deus para predestiná-lo e conduzi-lo à Bem-aventurança.

Houve um berço no mundo, em torno do qual brilharam de modo incomparável os desvelos da divina Inteligência governadora do Universo?

Sim, Senhor; e no berço daquele infante começou, como mais tarde veremos, o caminho a que o homem tem de recorrer para volver ao seio de Deus de onde saiu (CXIX, 2, ad 4).

Que prodígios se viram no nascimento daquele menino ?

Viu-se um Homem, concebido por obra do Espírito Santo, uma Virgem Mãe, Reis e Magos guiados por uma estrela e uma multidão de Espíritos celestiais que entoavam hinos de alegria, dizendo: Glória a Deus nas alturas, e na terra, paz aos homens de boa vontade.

Quem é, e como se chama aquele Filho de Benção?

É Emanuel ou Deus conosco, e se chama Jesus.

Fim da Primeira Parte

59

SEGUNDA PARTE

O homem procede de Deus e para Deus deve voltar

SECÇÃO PRIMEIRA

Noções gerais acerca do modo como o homem tem de voltar para Deus

I

SEMELHANÇA ENTRE AS OPERAÇÕES DE DEUS E AS DO HOMEM

Há alguma semelhança entre as operações divinas e as humanas?

Sim, Senhor.

Em que consiste?

Em que, assim como Deus é livre para dispor do Universo a seu agrado, também o é o homem no que dele depende (Prólogo).

II

ÚLTIMO FIM DOS ATOS HUMANOS. A FELICIDADE

Tem em vista o homem algum fim em todas as suas ações?

Quando obra como homem e não como máquina, por impulso ou reação física e instintiva, sim, Senhor (I, 1).

É o homem o único ser material que se propõe algum fim em suas ações?

Somente o homem é capaz de se propor uma finalidade.

60

Logo, os outros seres materiais obram ao acaso?
Não, Senhor; as suas operações estão ordenadas à consecução de um fim determinado, porém, não o intentam, nem o propõem, porque isto, em seu lugar, o faz Deus (I, 2).

Logo, todos se movem para realizar o fim que Deus se propôs?
Sim, Senhor.

Assinalou Deus algum fim às ações humanas?
Na verdade, Deus lhes assinalou um fim.

Que diferença há entre as ações do homem e as dos outros seres materiais?
Diferenciam-se em que o homem pode, sob o impulso e dependência de Deus, determinar o fim dos seus atos, ao passo que os outros seres propendem cegamente, por natureza ou instinto, para o fim que Deus lhes assinalou (*Ibid*).

Em que se baseia esta diferença?
Em que o homem possui inteligência e os demais seres, não (*Ibid*).

Propõe-se o homem, com seus atos, alcançar algum fim último e supremo?
Sim, Senhor; porque se não quisesse e não intentasse o seu fim último, nada poderia intentar nem querer (I, 4, 5).

Subordina ao dito fim todas as suas ações?
Ordena-as a todas para a consecução do fim último ou de modo consciente e explícito, ou implicitamente em virtude de certa espécie de instinto racional (I, 6).

Qual é este objeto tão desejado?
A felicidade (I, 7).

Logo, o homem quer necessariamente ser feliz?
Sim, Senhor.

Não haverá algum que queira ser desgraçado?
É impossível que o haja (V, 8).

Pode equivocar-se, ao escolher o objeto da sua felicidade?
Sim, Senhor; porque, estando em suas mãos escolher entre muitos bens, pode confundir os verdadeiros com os aparentes (I, 7).

Que sucede, se se engana?
Que em lugar de encontrar a felicidade no fim da jornada, só encontra a mais desconsoladora e irreparável desgraça.

61

Logo é de excepcional importância o acerto na eleição?
É importantíssimo.

III

OBJETO DA FELICIDADE

Em que consiste objetivamente a felicidade do homem?
Num bem superior a ele, e o único capaz de acumulá-lo de perfeições (II, 1-8).

Este bem pode consistir nas riquezas?
Não, Senhor; porque as riquezas são coisa inferior ao homem, e incapazes, por si mesmas, de aperfeiçoá-lo (II, 1).

São as honras?
Também não; porque as honras não dão perfeição, já a supõem, sob pena de serem postiças, e se são postiças nada são (II, 2).

E a glória e a nomeada?
Também não; já porque supõem méritos, já por serem, neste mundo, coisa mui frágil e volúvel (II, 4).

Consiste no poder?
Não, Senhor; porque o poder não se dá para o bem próprio, senão para o dos outros e está à mercê do capricho e do espírito de insubordinação (II, 4).

Consiste na saúde e na beleza corporal?
Tão pouco; porque a saúde e a beleza são bens inconsistentes e passageiros e, além de tudo, só dão perfeição ao exterior e não ao interior do homem (II, 5).

Serão os prazeres dos sentidos?
Não, Senhor; porque são grosseiros demais, comparados com os gozos delicados da alma (II, 6).

Logo, o objeto da felicidade consiste nalgum bem que traz perfeição diretamente ao espírito?
Sim, Senhor (II, 7).

Qual é este bem?
Deus, Sumo Bem, Soberano e Infinito (II, 8).

62

IV

POSSE DA FELICIDADE

De que modo pode o homem chegar a possuir a Deus?
Mediante um ato do entendimento movido para este feito pela vontade (III, 4).

Que condições deve reunir este ato intelectual?
É necessário que, por seu intermédio, conheça o homem a Deus, não de maneira imperfeita, como pode reconhecê-lo nas criaturas, mas como é em Si mesmo (III, 5-8).

Logo, a felicidade do homem consiste na visão de Deus?

Sim, Senhor (III, 8) .

A visão divina é suficiente para fazer feliz não só a alma, como também o corpo com todos os seus sentidos e potências?

Sim, Senhor; porque, sendo a perfeição suprema da parte mais nobre e elevada, por influência dela derrama-se a sua ação por todos os demais elementos do composto humano (IV, 1-8).

Logo, integra o homem na posse de todos os bens sem mistura de mal algum?

Sim, Senhor (*Ibid*).

V

MEIOS PARA ALCANÇAR A BEM-AVENTURANÇA

Pode o homem, nesta vida, gozar da visão divina, objeto supremo da felicidade?

Não, Senhor; porque a plenitude da bem-aventurança é incompatível com as atribulações e misérias deste mundo (V, 3) .

A quem deve recorrer para alcançá-la?

A Deus, que é o único que pode concedê-la (V, 5).

Concede-la-á sem méritos e sem preparação?

Não, Senhor (V, 7).

Qual é, por conseqüência, a obrigação suprema do homem nesta vida mortal?

A de entesourar merecimentos, para fazer-se digno de alcançar, algum dia, a graça suprema da visão beatífica.

63

VI

DO MÉRITO E DEMÉRITO EM GERAL

De que modo pode o homem dispor-se para alcançar, como recompensa, a visão beatífica?

Unicamente por meio dos seus atos (VI, Prólogo).

Que ações merecem tão grande recompensa?

As ações virtuosas.

Que entendeis por ação virtuosa?

Aquela que a vontade humana executa, em conformidade com a vontade divina e sob o impulso da graça (VI-CXIV).

Que condições há de reunir o ato humano para ser voluntário?

Há de ser espontâneo e feito sob conhecimento de causa (VI, 1-8).

Que entendeis por ação espontânea?

Aquela que a vontade executa por impulso próprio e isenta de violência e coação (VI, L, 4, 5, 6).

De quantas maneiras pode obrigar-se o homem a executar atos contra sua vontade?

De dois: por meio da violência e do medo (VI, 4, 5, 6).

Que entendeis por violência?

Toda força exterior que impede o exercício voluntário dos membros ou os obriga a executar atos que a vontade recusa (V, 4, 5).

Que é o medo?

Um movimento interior que, em determinadas circunstâncias, e para evitar males que se consideram iminentes, arrasta a vontade a consentir no que, em outras circunstâncias, não consentiria (VI, 6).

São voluntários os atos realizados por violência?

São involuntários quando procedem de violência exterior (VI, 6).

***Por que ajuntais a palavra* exterior**?

Porque, em certas ocasiões, também se chama violência ao movimento interior da ira.

64

São também voluntários os atos praticados por impulsos da ira ou de qualquer outra paixão interior?

Sim, Senhor; exceto o caso em que a paixão seja tão violenta que impeça o exercício da razão (VI, 7).

São voluntários os atos praticados por medo?

Sim, Senhor; ainda que juntos com alguma coisa de involuntário; porque, se bem que nestes casos não se possa negar, em absoluto, o consentimento da vontade, esta, todavia, consente a seu pesar e para evitar males maiores (VI, 6).

Que quereis dizer quando afirmais que o ato voluntário deve realizar-se com conhecimento do fim?

Que, se o agente se engana no que há de fazer, o ato é involuntário (VI, 8).

É sempre involuntário?

Só é involuntário, se o agente, conhecendo o erro, o não executaria.

Podem, apesar do que fica dito, ser voluntários os atos ou omissões que procedem do erro ou da ignorância?

Sim, Senhor; quando o sujeito é culpado da ignorância ou do erro.

Quando o será?

Quando recusa ou é negligente, com negligência culpável, no aprender as suas obrigações (*Ibid*).

Acompanham o ato voluntário algumas circunstâncias que devam tomar-se em conta, para apreciar devidamente a sua moralidade?

Sim, Senhor; e têm especialíssima importância (VII, 1, 2).

Quais são?

As circunstâncias da pessoa, objeto, conseqüências, lugar, intenção, meios e tempo (VII, 3).

A que se refere cada uma delas?

A primeira, ao caráter ou condição do agente; a segunda, à realidade do fato e seus efeitos e conseqüências; a terceira, ao lugar da operação; a quarta, ao fim ou objeto que se propõe o operante; a quinta, aos meios e auxílios que utiliza; e sexta, ao tempo em que a executa (VII, 3).

Qual é a mais importante?

A quarta, ou seja o fim do operante (VII, 4).

Os atos que chamamos voluntários procedem sempre da vontade?

Sim, Senhor; ou exclusiva e imediatamente, ou mediante as outras faculdades e membros exteriores, sob as ordens e impulso da vontade (VIII - XVII).

65

Logo, o valor dos atos humanos e sua virtualidade para nos acercarmos ou afastarmo-nos da bem-aventurança tem raízes exclusivamente na vontade?

Sim, Senhor; porque o ato só tem valor, quando o executa a vontade, ou só, ou por meio das outras faculdades (VIII - XXI).

Entre os atos interiores da vontade, qual é o mais importante e que leva como vinculada a responsabilidade?

O ato de escolher ou a eleição (XIII, 1, 6).

Por que?

Porque, mediante a eleição, a vontade, com conhecimento de causa e prévia deliberação, adere a um bem determinado que desde logo aceita e ao qual trata de apropriar-se com preferência a outros (XIII, 1).

É a eleição, propriamente, um ato do livre arbítrio?

Sim, Senhor (XIII, 1).

Logo, os atos humanos tomam o seu caráter moral e o valor de meios para conseguir a bem-aventurança, da faculdade, de eleger?

Sim, Senhor.

Como se divide a eleição?

Em boa e má (XVIII - XXI).

Quando diremos que é boa?

Quando forem bons o objeto, o fim e as circunstâncias (XVIII).

Donde recebem a bondade, o objeto, o fim e as circunstâncias?

Da sua conformidade com a reta razão (XIX, 3, 6).

Que quer dizer "rela razão?'

A razão humana que opera esclarecida com a luz divina, ou, ao menos, quando voluntariamente não lhe opõe obstáculos.

Logo, para que um ato seja bom, é necessário que o objeto seja conforme a reta razão, que esta aprove o fim e não oponha reparo às circunstâncias?

Sim, Senhor; e se falta alguma das ditas condições, o ato deixa de ser bom e se converte, ainda que em graus distintos, em ato mau (XVIII - XXI).

Como se chamam as más ações?

Chamam-se culpas ou pecados (XXI, 1).

66

VII

DOS MOVIMENTOS AFETIVOS CHAMADOS PAIXÕES

Há no homem, além dos atos da vontade, outros impulsos afetivos capazes de contribuir para a consecução do último fim?

Sim, Senhor.

Quais são?

As paixões (XXII - XLVIII).

Que entendeis por paixões?

Os movimentos afetivos da parte sensível.

São as paixões próprias e exclusivas do homem?

Não, Senhor; têm-nas também os animais (XX, 1, 2, 3).

As paixões dos animais podem ser sujeito de moralidade?

Não, Senhor; só podem sê-lo as do homem.

Por que?

Porque só no homem estão submetidas ao império da vontade livre (XXIV, 1, 4).

A que chamamos propriamente movimentos afetivos ou paixões?

Aos movimentos do coração, que nos impelem a procurar o bem e a fugir do mal, conforme o apresentam os sentidos (XXIII - XXV).

Quantas são?

São onze (XXII, 4).

Como se chamam?

Amor, desejo, prazer ou alegria, ódio, tédio, tristeza, esperança, audácia, temor, ira e desesperação.

Em muitos dos nossos atos encontra-se o impulso passional?

Sim, Senhor.

Por que?

Porque somos compostos de duas naturezas, uma racional e outra sensitiva, e esta é a primeira que atua, por estar em contacto com o mundo exterior sensível, donde tomamos os

dados originários de todo conhecimento e ação.

Logo, as paixões nem sempre são más?
Por si mesmas, não Senhor.

Algumas vezes elas são más?
Sim, Senhor, quando não estão de acordo com a reta razão.

67

E quando é que não estão?
Quando nos afastam do bem e nos impelem para o mal sensível, antecipando ou contrariando o juízo da razão (XXIV, 3).

As paixões que mencionamos radicam-se, exclusivamente, na parte sensível do homem?
Não, Senhor; encontram-se também na vontade (XXVI, 1).

Que diferença existe entre as paixões da parte sensível e as da vontade?
Diferenciam-se em que o organismo toma sempre parte nos movimentos das paixões sensitivas, ao passo que as da vontade são totalmente espirituais (XXXI, 4).

Quando se fala dos movimentos do coração, trata-se das paixões sensitivas ou das da vontade?
Propriamente das sensitivas, porém, em sentido metafórico, aplica-se também a frase às da vontade.

Logo, ao falarmos do coração humano, referimo-nos indiferentemente às duas espécies de paixões?
Sim, Senhor.

Que queremos exprimir quando aplicamos a um homem a expressão "homem de coração"?
Umas vezes queremos dizer que é afetuoso e terno, assim na ordem sensível, como na ordem superior da vontade; outras, que é homem de valor e energia.

Por que se recomenda vigiar atentamente os movimentos do coração, e que significa tal conselho?
Significa que devemos por grande cuidado em não seguir inconsideradamente os primeiros movimentos afetivos, visto que só nos impelem a procurar o prazer e a fugir do sofrimento.

Também se recomenda educar o coração. Que significa este outro preceito?
Que devemos ocupar-nos em desarraigar os movimentos afetivos que nos inclinam ao mal.

É importante educar o coração no sentido explicado?
É como o resumo de todos os esforços do homem para adquirir a virtude e afastar-se do vício.

68

VIII

DO PRINCÍPIO DAS BOAS AÇÕES OU DAS VIRTUDES

Que significa adquirir virtudes?
A aquisição e aperfeiçoamento de todos os hábitos que inclinam o homem a proceder bem (XLIX - LVIII).

Que são os hábitos virtuosos?
São certas disposições e inclinações das diversas faculdades, que fazem bons os atos correspondentes (LV, 1, 4).

Qual é a sua origem?
Há ocasiões, ainda que parcialmente, em que são conaturais ao homem; outras, adquiridas com o exercício, e às vezes infundidos direta e sobrenaturalmente por Deus (LXIII).

Existem hábitos ou virtudes intelectuais?
Sim, Senhor (LXVI, 3).

Que efeito produzem?
O de conduzir sempre o homem pelos caminhos da verdade (*Ibid*).

Quais são?
Inteligência, sabedoria, ciência, prudência e arte (LXVII, 1, 3).

Qual é o objeto de cada uma?
O da inteligência é facilitar o conhecimento dos primeiros princípios; a sabedoria, o das causas segundas, supremas; a ciência, o das conclusões; a prudência dirige a vida moral e a arte, a execução das obras externas (*Ibid*).

Qual é, moralmente considerada, a mais importante na prática?
A prudência (LVII, 5).

Não há na inteligência humana mais virtudes que as enumeradas?
Sim, Senhor; há outra de ordem muito mais elevada (LXII, 1, 4).

Qual é?
A Fé (*Ibid*).

Existem na vontade algumas virtudes da mesma categoria que a Fé?
Sim, Senhor (*Ibid*).

Quais são?
A Esperança e a Caridade (*Ibid*).

69

As virtudes da fé, esperança e caridade, têm nome especial?
Sim, Senhor; chamam-se virtudes teologais (*Ibid*).

Que significa a expressão "Virtudes teologais?".
Significa que as virtudes da fé, esperança e caridade provém exclusivamente de Deus e a

Deus na ordem sobrenatural têm por objeto (LXII, 1).

Existe alguma outra virtude na vontade?
Sim, Senhor; a virtude da Justiça e as que dela se derivam (LVI; LIX; LX, 2, 3).

Além do entendimento e da vontade, há no homem outras potências que possam ser sujeito de virtudes?
Sim, Senhor; as potências afetivas da ordem sensitiva (LVI, 4; LX, 4).

Que virtudes as adornam?
A Fortaleza e a Temperança, com as demais que delas dependem.

Que nome tem o conjunto das virtudes de Justiça, Fortaleza e Temperança, unidas à Prudência?
O de virtudes morais (LVIII, 1).

Não se chamam também virtudes cardeais?
Sim, Senhor (LXI, 1-4).

Que significa este nome?
Que são virtudes de capital importância, por serem como o eixo (em latim *cardo, cardinis*), em volta do qual giram todas as demais, exceto as teologais (*Ibid*).

As virtudes naturais e adquiridas, quer sejam intelectuais, quer morais, requerem como complemento outras virtudes correspondentes da ordem sobrenatural, infundidas por Deus, com o fim de facilitar ao homem todos os meios necessários para que suas ações sejam perfeitas na ordem moral?
Sim, Senhor; porque unicamente as virtudes infusas são proporcionadas aos atos de que o homem necessita para sua elevação à ordem sobrenatural, e que deve alcançar mediante as virtudes teologais (LXIII, 3, 4).

Necessita o homem possuir todas as virtudes, tanto as teologais, como as cardeais para que as suas ações sejam boas em conjunto?
Sim, Senhor.

Se lhe falta uma só, já não se pode chamar virtuoso?
Não, Senhor; porque, faltando uma, as demais são informes, ou não têm os caracteres de virtude completa

70

IX

DOS DONS, COMPLEMENTOS DAS VIRTUDES

É suficiente que o homem possua as virtudes de que temos falado, para que possa alcançar a eterna Bem-aventurança?
Não, Senhor; necessita além disso dos dons do Espírito Santo (LXVIII).

Que se entende por dons do Espírito Santo?
Certas disposições habituais e infusas que fazem o homem dócil e submisso às inspirações e

movimentos interiores com que o Espírito de Deus o guia e encaminha para a felicidade eterna (LXVIII, 1, 2, 3).

Por que, além das virtudes, necessita o homem dos dons do Espírito Santo?

Porque está elevado, como dissemos, à vida da graça, e para que as suas ações alcancem nesta ordem a perfeição precisa, é necessário um auxílio direto e especial de Deus, com que se leve a bom termo o que, com o exercício das virtudes, só se pode iniciar; pois os dons do Espírito Santo preparam e dispõem para receber esta ação de Deus (LXVIII, 2).

Quantos são os dons do Espírito Santo?

São sete (LXVIII, 4).

Quais são?

Sabedoria, entendimento, ciência, conselho, piedade, fortaleza e temor de Deus (*Ibid*).

X

DAS BEM-AVENTURANÇAS E FRUTOS DO ESPÍRITO SANTO, RESULTANTES DOS DONS E VIRTUDES

Possui o homem, adornado com as virtudes e dons do Espírito Santo, tudo o que de sua parte necessita para levar uma vida perfeita na ordem sobrenatural?

Sim, Senhor.

Podemos dizer que a sua vida, neste caso, é na terra já o começo da que depois há de levar no céu?

Sim, Senhor; e em atenção a isso falamos, neste mundo de Bem-aventuranças e dos frutos do Espírito Santo.

71

Que entendeis por bem-aventuranças?

Os atos das virtudes e dos dons, conforme as enumerou Jesus Cristo, como consta do Evangelho, que, por sua presença na alma, ou pelos merecimentos que em sua virtude entesoura, são como uma antecipação e um penhor da vida eterna (LXIX, 1).

Que entendeis por frutos do Espírito Santo?

As ações boas da ordem sobrenatural que, realizadas sob a inspiração do Espírito Santo, têm a virtude de produzir prazer e alegria quando se praticam (LXX, 2).

São distintas das bem-aventuranças?

Distingamos: enquanto significam o bem supremo do homem, não, Senhor, porque neste sentido se confundem com o fruto por excelência, que é a bem-aventurança celestial. Pela mesma razão, podem identificar-se com as bem-aventuranças .aqui na terra. Porém, distinguem-se em que as bem-aventuranças são obras excelentes e perfeitas, e ao fruto lhe basta a razão de obra boa, sem ser perfeita (LXX, 2).

Quais são as bem-aventuranças e qual a sua recompensa?

São as seguintes: Bem-aventurados os pobres de Espírito, porque deles é o reino do céu. Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra. Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados. Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça, porque

serão fartos. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Bem-aventurados os limpos do coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus (LXIX, 2-4).

Quais são os frutos do Espírito Santo?
Caridade, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, longanimidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continência e castidade (LXX, 3).

Donde consta a sua existência?
Da Epístola de São Paulo, aos Gálatas (V, 22, 23).

Onde se enumeram as bem-aventuranças?
A enumeração completa lê-se em S. Mateus. (V, 3-13).
Encontra-se outra, se bem que incompleta, em S. Lucas (VI, 20-22).

Consigna S. Mateus e reproduz S. Lucas outra bem-aventurança, que seria a oitava?
72
Sim, Senhor; e é a bem-aventurança dos que sofrem perseguição por amor à Justiça, porém, se põe a modo de resumo e conclusão das sete anteriores, nas quais está incluída (LXXXIX, 3 ad 5).

Há, neste mundo, alguma coisa mais proveitosa para o homem do que o exercício assíduo dos dons e virtudes conducentes às bem-aventuranças e frutos do Espírito Santo?
Não, Senhor.

XI

DOS VÍCIOS, FONTE E ORIGEM DOS ATOS PECAMINOSOS

Há. neste mundo, algum método de vida oposto ao que acabamos de descrever?
Sim, Senhor; a vida do vício e do pecado (LXXI-LXXIX).

Que entendeis por vício?
O estado do homem que vive em pecado (LXXI, 1-6).

Que entendeis por pecado?
Um ato ou omissão voluntária em matéria ilícita (*Ibid*).

Quando devemos dizer que um ato ou omissão voluntária é pecaminoso?
Quando é contrário ao bem de Deus, ao bem próprio ou ao do nosso próximo (LXXII, 4).

Como é possível que possa o homem querer coisas opostas ao bem de Deus, ao seu próprio bem e ao do seu próximo?
Porque pode querer um bem incompatível com aqueles bens (LXXI, 2).

Que bens podem ser estes incompatíveis com o de Deus, o próprio, e o do próximo?
Os que deleitam os sentidos ou lisonjeiam a ambição e o orgulho (LXXII, 2, 3; LXXVII, 5).

Por que pode o homem querer semelhantes bens?
Porque os sentidos têm a faculdade de inclinar-se para o que proporciona prazeres,

antecipando-se ao exercício da inteligência e da vontade, ou arrastando estas duas faculdades para o seu partido, se elas não se opõem, podendo e devendo fazê-lo (LXXIII, 2 ad 3).

73

Qual é, por conseguinte, a raiz, a origem, e, em certo modo, a razão de todos os pecados humanos?

A prossecução desatenta dos bens sensíveis e temporais.

Como se chama o estado que inclina o homem a procurar sem razão, nem medida, os bens sensíveis?

Chama-se cobiça ou concupiscência (LXXVII, 1-5).

XII

DO PECADO ORIGINAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS, OU FERIDAS DA NATUREZA HUMANA

Existia a concupiscência no estado primitivo em que Deus criou o homem?

Não, Senhor.

Por que existe agora?

Porque o homem se acha em estado de natureza decaída (LXXXI-LXXXIII).

Que entendeis por estado de natureza decaída?

O estado que se seguiu como efeito e conseqüência do primeiro pecado do primeiro homem (LXXX, 4; LXXXII, 1).

Por que se estendem a todos e a cada um dos homens, os efeitos e conseqüências daquele primeiro pecado do nosso primeiro pai?

Porque a nossa natureza é a sua e dele a recebemos (*Ibid*).

Se não tivesse pecado o primeiro homem, ter-nos-ia transmitido a natureza em outro estado?

Sim, Senhor; no estado de integridade e justiça original (LXXXI, 2).

O estado em que atualmente a recebemos é estado de pecado?

Sim, Senhor (LXXXI, 1; LXXXII, 1).

Por que?

Porque recebemo-la como ela é e conforme ficou em conseqüência do pecado (*Ibid*).

Como se chama esta mancha do pecado que se nos transmite, junto com a natureza, efeito da queda do primeiro homem?

Chama-se pecado original (*Ibid*).

74

Logo, o pecado original transmite-se a todos os homens pelo fato de receber a natureza de Adão pecador?

Por este único fato se transmite (*Ibid*).

Que efeito produz em cada indivíduo da espécie humana o chamado pecado original?

A privação dos dons sobrenaturais e gratuitos que Deus misericordiosamente havia concedido à natureza, na pessoa do primeiro homem e pai comum dos mortais (LXXXII, 1).

Quais eram os dons de que nos privou o pecado original?

Em primeiro lugar, a graça santificante com as virtudes sobrenaturais infusas e os dons do Espírito Santo; além disso, o privilégio da integridade vinculado aos dons sobrenaturais.

Que efeito produzia o privilégio da integridade?

A subordinação perfeita dos sentidos à razão, e do corpo à alma.

Que bens se conseguiam com tão perfeita subordinação?

Conseguia-se que as faculdades afetivas não podiam experimentar nenhum movimento desordenado, e que o corpo fosse impassível ou imortal.

Logo, a morte e as outras misérias corporais são o efeito próprio do pecado?

Sim, Senhor (LXXXV, 5).

Como se chamam os efeitos do pecado na alma?

Chamam-se feridas.

Quais são?

Ignorância, malícia, fragilidade e concupiscência (LXXXV; 3).

Que entendeis por ignorância?

A condição a que ficou reduzida a inteligência quando perdeu a disposição infalível para a verdade, como a possuía no estado de integridade (*Ibid*).

Que entendeis por malícia?

A condição a que ficou reduzida a vontade, desapossada da disposição infalível para o bem, que tinha no estado de Justiça original (*Ibid*).

Que entendeis por fragilidade?

A condição a que ficou reduzida a parte afetiva sensível, destituída da ordem conatural para com tudo o que é mau ou difícil e que ela possuía no estado de integridade original.

75

Que entendeis por concupiscência?

A condição a que se reduziu a parte afetiva sensível quando sacudiu a autoridade que no estado de inocência a mantinha nos limites do prazer sensível, moderado pela razão (*Ibid*).

São estas quatro feridas efeitos do primeiro pecado do primeiro homem?

Sim, Senhor.

Podem agravá-las os nossos pecados pessoais e os dos nossos ascendentes?

Sim, Senhor (LXXXV, 1, 2).

Têm alguns pecados pessoais a propriedade de produzir no homem disposições e inclinações especiais para cometer outros novos?

Sim, Senhor; os chamados pecados capitais.

Quais são?

Soberba, Avareza, Gula, Luxúria, Preguiça, Inveja e Ira.

Apesar de todos estes motivos de pecado, herdados de nosso primeiro progenitor e ascendentes, devemos sustentar que o homem é livre quando executa atos morais e que jamais peca por necessidade?

Sim, Senhor.

Como poderiam as ditas causas de pecado destruir a liberdade humana?

Privando o homem do uso da razão (LXXXVII, 7).

Logo, enquanto o homem conserva o uso da razão, é livre e depende dele evitar ou não o pecado?

Sim, Senhor.

As preditas causas podem, apesar do exposto, entorpecer o exercício da liberdade até ao ponto de diminuir ou atenuar a gravidade do pecado?

Sim, Senhor; exceto o caso em que as agrava o pecado pessoal (LXXXVII, 6).

XIII

DISTINÇÃO DA GRAVIDADE DOS PECADOS E DE SEUS CORRESPONDENTES CASTIGOS

Têm os mesmos caracteres de gravidade todos os pecados cometidos pelos homens?

Não, Senhor.

76

A que se atende para determinar a gravidade de um pecado?

A categoria e necessidade do bem de que priva, e à maior ou menor liberdade com que se executa (LXXIII, 1-8).

Merecem castigo todos os atos pecaminosos?

Sim, Senhor (LXXXVII, 1).

Por que?

Porque, todo pecado é usurpação do direito alheio, e o castigo é à maneira de restituição do que injustamente se tomou (*Ibid*).

Logo, o castigo do pecado é ato de rigorosa Justiça?

Sim, Senhor.

Quem pode impor a pena devida pelo pecado?

Os encarregados de velar pela ordem e pela justiça, contra os atentados do pecador (*Ibid*).

Quais são?

Primeiramente Deus, depois, a autoridade humana, nos assuntos de sua competência; e, por último, o mesmo pecador (*Ibid*).

Como pode o pecador castigar o seu próprio pecado?

De duas maneiras; por meio da penitência e do remorso da consciência (*Ibid*).

Como intervém a autoridade humana?

Impondo castigos (*Ibid*).

Como pode castigar Deus?

De duas maneiras, mediata ou imediatamente (*Ibid*).

Quando dizemos que castiga mediatamente?

Quando o faz mediante a autoridade humana ou a consciência do pecador (*Ibid*).

Por que chamais castigos divinos aos impostos pela autoridade humana e pela consciência do pecador?

Porque a autoridade humana e a própria consciência participam do poder de Deus, de quem são de algum modo instrumentos (*Ibid*).

Emprega Deus algum outro meio para castigar o pecado?

Sim, Senhor; utiliza as próprias criaturas, que a Ele pertencem e cuja subordinação e harmonia o pecador procura perturbar (*Ibid*).

Podemos neste sentido dizer que há uma justiça imanente?

Sim, Senhor; e em virtude dela as mesmas coisas inanimadas servem como de instrumento à Justiça divina para

77

castigar o pecado, fazendo padecer o pecador as conseqüências de sua culpa (*Ibid*).

Que entendeis por intervenção imediata de Deus no castigo do pecado?

Uma intervenção particular e sobrenatural, em virtude da qual Ele mesmo castiga os atentados do pecador contra a ordem sobrenatural por Ele estabelecida (LXXXVII, 3, 5).

Em que se diferencia o castigo imposto imediatamente por Deus, na ordem sobrenatural, dos impostos pelas criaturas?

Em que Deus castiga alguns pecados com penas que durarão eternamente (LXXXVII, 3).

XIV

PECADOS MORTAIS E PECADOS VENIAIS

Que pecados castiga Deus com a pena eterna?

Os pecados mortais (*Ibid*).

Que entendeis por pecado mortal?

O que causa a morte da alma, destruindo nela a caridade, que é o princípio e fonte da vida sobrenatural (LXXXVIII, 1).

Por que castiga Deus esses pecados com pena eterna?

Porque, ao destruir-se o princípio da vida sobrenatural infundido por Deus na alma, fica o pecador impossibilitado de remediar os efeitos da sua culpa naquela ordem; portanto, enquanto durar o estado de pecado, e durará sempre, deve durar o castigo (*Ibid*).

São mortais todos os pecados que o homem comete?

Não, Senhor (LXXXVIII, 1, 2).

Que nome têm os que o não são?

Chamam-se pecados veniais (*Ibid*).

Que entendeis por pecados veniais?

Os pecados menos graves, a cujos efeitos o homem pode resistir com o auxílio ordinário da graça, visto que não têm o funesto poder de privar a alma da vida sobrenatural da caridade; não merecem, por conseguinte, castigo eterno, e se chamam veniais, isto "é, facilmente perdoáveis, da palavra latina *venia*, que significa *perdão*.

78

Se um homem, em pecado mortal, comete outros veniais e neste estado o surpreende a morte, padecerá também castigo eterno pelos pecados veniais?

Sim, Senhor; porque, privado de caridade, não pode nesta vida dar-lhes remédio, e depois da morte, todos são eternamente irreparáveis.

De que provem que uns pecados são mortais e outros veniais?

Por parte do objeto, da natureza e importância da desordem que provoca o ato pecaminoso, por parte do sujeito do grau de liberdade com que se executa (LXXXVII, 2).

Que quereis dizer, quando afirmais que, por parte do objeto, da natureza e importância da desordem que provoca o ato pecaminoso?

Entendo que há pecados que por sua natureza se opõem diretamente, ou são incompatíveis com a submissão e amor a Deus, na ordem sobrenatural; e há os que constituem uma menor insubordinação e são contudo compatíveis com o amor habitual de Deus na ordem da graça (*Ibid*).

Quais são os pecados que se opõem diretamente ao amor sobrenatural de Deus, ou são com este amor incompatíveis?

São os daquele que recusa prestar a Deus o obséquio do amor sobrenatural; os que essencialmente quebram e, enquanto deles depende, destroem a subordinação do homem a Deus; os que lesam gravemente a harmonia e boa ordem da sociedade; os que invertem a ordem de dependência e subordinação entre as diversas partes do indivíduo.

Podereis dizer-me alguns em concreto?

Sim, Senhor; tais são os pecados de desprezo do amor divino e os cometidos contra a honra de Deus; os de roubo, homicídio, adultério e os pecados contra a natureza.

Qual é o critério mais seguro para distinguir as diversas classes de pecados e sua gravidade?

O de contrastá-los com as virtudes opostas, não só em geral, como em particular.

Teremos ocasião de verificar este contraste?

Fa-lo-emos, com o auxílio divino, ao terminar o estudo em geral dos meios conducentes à prática das virtudes, e necessários para evitar vícios e pecados.

Que nos resta por conhecer nesta matéria?

O referente aos auxílios ou princípios exteriores das ações boas.

79

Quais são os auxílios exteriores de que o homem necessita para bem proceder?

São dois: A lei para dirigi-lo, e a graça para socorrer a sua debilidade (XC-CXIV).

XV

DA LEI, OU PRINCÍPIO EXTERIOR QUE REGULA OS ATOS HUMANOS

Que entendeis por Lei?
Um preceito da razão, ordenado ao bem comum, emanado de autoridade competente e por ela promulgado (XC, 1,4).

Um preceito contrário à razão, é Lei?
Não, Senhor; é um ato arbitrário e tirânico (XC, 1 ad 3).

Que entendeis quando afirmais que a lei é um preceito da razão ordenado para o bem comum?
Que a lei deve antes de tudo prover ao bem da coletividade, e que não se ocupe dos indivíduos senão enquanto contribuem para o bem estar comum (XC, 2).

Qual é a autoridade competente para legislar?
A razão obrigada a velar pelo bem comum, como se fosse próprio (XC, 3).

É necessária a promulgação da lei para que tenha força de obrigar?
Sim, Senhor (XC, 4).

E aquele que a ignora, por sua culpa, está desobrigado de cumpri-la?
Não, Senhor.

Temos, pois, obrigação grave de nos instruir nas leis que nos dizem respeito?
Sim, temo-la e gravíssima.

XVI

DIFERENTES CLASSES DE LEIS A LEI ETERNA

Podemos estar, e de fato estamos, sujeitos a diferentes classes de leis?
Sim, Senhor.

80

Quais são?
A lei eterna, a natural, a humana e a divina (XCI, 1-5).

Que entendeis por lei eterna?
A lei suprema que rege todas as coisas e da qual dependem todas as outras leis, visto como em princípio não são mais que derivações e determinações particulares daquela (XCIII).

Onde se encontra a lei eterna?
Em Deus (*Ibid*).

Quando se promulgou?
Ao estabelecer Deus a Ordem, a Harmonia e a sucessão entre os seres que formam o universo (XCIII, 4-6).

XVII

A LEI NATURAL

Imprimiu Deus no homem, como nos demais seres, a lei eterna? '

Sim, Senhor (XCIII, 6).

Como se chama a manifestação ou impressão da lei eterna no homem?

Chama-se lei natural (XCLV, 1).

Que entendeis por lei natural?

É o ato da razão e vontade de Deus, que prescreve a observância da ordem moral, proíbe a sua violação, e que se manifesta às criaturas na luz natural da razão.

Existe algum princípio fundamental no senso prático ou, o que é o mesmo, algum preceito supremo da lei natural?

Sim, Senhor; assim como o primeiro princípio de toda demonstração especulativa se baseia no conceito do *ente* assim as leis do senso prático se apóiam no conceito do *bem* (XCIV, 2).

Em que consiste este primeiro preceito da lei natural?

Em nos ordenar que pratiquemos o bem e evitemos o mal (*Ibid*).

Funda-se neste preceito a razão de se$_{r}$ de todos os demais?

Sim, Senhor, já que os outros são aplicações mais ou menos concretas deste primeiro (*Ibid*).

81

Qual é a aplicação primária e imediata do dito princípio?

O reconhecimento, por parte da razão, dos três bens de categoria distinta que aperfeiçoam a natureza humana.

Em que consiste esta primeira determinação do preceito supremo da lei natural?

Em decretar o seguinte: É bom o que serve para conservar e desenvolver a vida física, também o é, o que serve para perpetuar a espécie; por último, declara-se bom tudo o que aperfeiçoa o homem como.ser racional (*Ibid*).

Que se segue da promulgação desta tríplice lei?

Que a razão prática de cada homem reconhecerá e imporá como obrigatório tudo o que é essencial para conservar os bens enumerados, se bem que estabeleça entre eles a devida subordinação, pois o bem da inteligência precede em dignidade ao da conservação da espécie, e este ao do indivíduo (*Ibid*).

Que obrigações essenciais, impõe a lei natural a respeito da conservação do indivíduo?

A de alimentar-se e a de jamais atentar contra a própria vida.

Quais são as que dizem respeito á conservação da espécie?

Que haja quem aceite os pesados encargos e também as doçuras da paternidade e da maternidade e que jamais se execute ato algum contrário aos fins da procriação (*Ibid*).

Que obrigações impõe em relação ao bem da razão?

Provado que o homem é feitura de Deus e é, além disso, ser inteligente, e como tal destinado ã viver em sociedade, impõe as obrigações de honrar a Deus, como seu soberano Dono e

Senhor, e tratar os semelhantes conforme o exija a natureza das relações que com eles mantêm (*Ibid*).

E nestes três preceitos fundamentais, convenientemente subordinados, apóiam-se todos os demais preceitos da razão prática?

Imediatamente ou mediatamente, sim, Senhor (*Ibid*).

Os preceitos secundários derivados dos primeiros, por via de conseqüência mais ou menos afastada, são os mesmos para todos os homens?

Não, Senhor; porque, à medida que as conseqüências vão perdendo o contacto com os primeiros princípios referentes á conservação e fomento da inteligência, da espécie

82

e do organismo individual, se penetra nos domínios da lei positiva variável, visto que indefinidamente variáveis são as condições e meios em que os homens vivem (XCLV, 4).

Quem deduz as ditas conseqüências e formula os preceitos secundários da lei natural?

A razão de cada indivíduo da espécie humana, e a autoridade competente, diretora dos diversos agrupamentos chamados sociedades.

XVIII

A LEI HUMANA

O que a lei natural não concretiza, pode ser objeto de outra lei?

Sim, Senhor.

De qual?

É o objeto próprio da lei humana (XCV-XCVII).

Que entendeis por lei humana?

Um preceito da razão, ordenado ao hem comum da sociedade em particular, emanado da autoridade competente e por ela promulgado (XCVI, 4).

Têm os membros de cada sociedade a obrigação de acatar e obedecer as suas leis?

Sim, Senhor (XCVI, 5).

Este dever obriga em consciência e diante de Deus?

Sim, Senhor (XCVI, 4).

Há casos em que não estejam obrigados a obedecer?

Sim, Senhor (*Ibid*).

Quais são?

Os casos de impossibilidade e dispensa (*Ibid*).

Quem pode dispensar do cumprimento de uma lei?

Seu autor, quem tenha igual ou superior autoridade que ele, e as pessoas a quem se delegue este poder (XCVII, 4).

Está o homem obrigado a obedecer às leis injustas?

Diretamente, não senhor; mas pode estar indiretamente, se da não-obediência se segue escândalo ou outros inconvenientes graves (XCVI, 4).

Que entendeis por lei injusta?

A que é dada por quem não tem autoridade; a que se opõe ao bem comum e a que lesa direitos legítimos dos membros da sociedade (*Ibid*).

83

Está o homem obrigado a obedecer a uma lei que é injusta porque se opõe às prerrogativas de Deus e aos direitos essenciais da Igreja?

Não, Senhor (*Ibid*).

Que entendeis por prerrogativas de Deus e direitos essenciais da Igreja?

Tudo o que se refere à honra e ao culto de Deus e à missão confiada à Igreja Católica, de santificar as almas por meio da pregação e ensino da verdade e da administração dos Sacramentos.

Logo, se uma lei humana se opõe a estes direitos, deve obedecer-se?

De maneira nenhuma (*Ibid*).

Será neste caso verdadeira lei?

Não Senhor; será uma imposição odiosa e tirânica (XC, 1. ad 3).

XIX

DA LEI DIVINA. O DECÁLOGO

Que entendeis por lei divina?

A lei que Deus impôs aos homens quando se lhes deu a conhecer na ordem sobrenatural (XCI. 4. 5).

Quando foi promulgada?

Primeiramente no Paraíso, antes da queda de nossos primeiros pais; mais tarde, e também mais particularizada, por meio de Moisés e dos Profetas; ultimamente, e em toda a sua plenitude, por meio de Jesus Cristo e de seus Apóstolos (XCI, 5).

Como se chama a lei divina, dada por meio de Moisés?

Chama-se a Antiga Lei (XCVIII, 6).

E a lei dada por meio de Jesus Cristo e dos Apóstolos?

Lei Nova (XCVI, 3, 4).

Foi dada a lei antiga a todos os homens?

Não, Senhor; só ao povo judeu (XCVIII, 4, 5).

Por que o distinguiu Deus assim?

Porque estava destinado para que dele saísse o Salvador do Mundo (*Ibid*).

Que preceitos obrigavam só ao povo Judeu e caducaram com a Lei Antiga?

Os judiciais e os ceremoniais (XCIX, 3, 4).

84

Havia na Lei Antiga preceitos que mantêm sua força obrigatória na Nova Lei?
Sim, Senhor.

Quais são?
Os preceitos morais (XCIX, 1, 2).

Por que passaram para a Lei Nova os preceitos morais da antiga?
Porque constituem a essência e o fundamento imutável das regras da moralidade que obrigam a todo homem pelo mero fato de ser homem (C, 1).

Logo, os preceitos morais foram e serão sempre os mesmos para todos os homens?
Sim, Senhor (C, 8).

Identificam-se, portanto, com a lei natural?
Sim, Senhor (C, 1).

Por que, pois, dizeis que fazem parte da lei divina?
Primeiramente, porque Deus houve por bem promulgá-los, por si mesmo, de maneira solene, para evitar que a inteligência, em seus desvarios, os esquecesse ou torcesse, e além disso, porque guiam os homens para o fim sobrenatural a que estão destinados (C, 3).

Que nome tem a coleção dos ditos preceitos?
Conhece-se com o nome de Decálogo (C, 3, 4).

Que significa Decálogo?
É um termo grego que significa dez palavras ou enunciados, porque dez é o número dos mandamentos divinos.

Quais são?
Os seguintes:
"1.° — Não terás outros deuses distintos de mim;
2.° — Não tomarás em vão o nome do Senhor teu Deus;
3.° — Santificarás o dia do Senhor;
4.° — Honrarás a teu pai e a tua mãe;
5.° — Não matarás;
6.° — Não cometerás adultério;
7.° — Não furtarás;
8.° — Não dirás falso testemunho contra teu próximo;
9.° — Não desejarás a mulher de teu próximo;
10.° — Não cobiçarás as coisas alheias." (C, 4,5,6).

85

É suficiente a observância destes dez mandamentos para que o homem alcance a perfeição de todas as virtudes?
É suficiente para o exercício das virtudes referentes aos deveres essenciais para com Deus e para com o próximo; mas para adquirir a perfeição de todas as virtudes, foi necessário que os explicassem e completassem, na antiga Lei, os ensinos dos Profetas e os mais amplos e acabados de Jesus Cristo e dos Apóstolos na Nova Lei (C, 3,11).

Qual é o meio mais apropriado para bem entender os preceitos e as explicações, assim como a sua aplicação à vida moral?

O de estudá-los em suas conexões com cada virtude em particular.

Teremos ocasião de fazer este estudo?

Sim, Senhor; porque o modo de ser de cada virtude manifesta a extensão e o alcance do respectivo preceito.

Compreenderemos então a nobreza e a perfeição da Nova Lei?

Sim, Senhor; porque a perfeição desta lei consiste na sua aptidão para levar-nos até ao heroísmo na prática das virtudes (C, 2; CVIII).

Que tem de especial para conseguir tais resultados?

O de ajuntar conselhos aos preceitos (CVIII, 4).

Que entendeis por conselhos?

Entendo certos convites que Jesus Cristo dirige aos homens de boa vontade, para que, por seu amor e com a esperança de alcançar maior recompensa no céu, se desprendam de certos bens que, apesar de serem lícitos e compatíveis com a salvação eterna, podem, todavia, ser obstáculos para adquirir a perfeição da virtude (CVIII. 4).

Quantos são os conselhos evangélicos?

Podem reduzir-se a três: pobreza, castidade e obediência (*Ibid*).

Há algum estado em que se pratiquem com perfeição?

Sim, Senhor; o estado religioso (*Ibid*).

XX

DA GRAÇA, OU PRINCÍPIO EXTERIOR QUE AUXILIA O HOMEM NA PRÁTICA DO BEM

É suficiente a tutela da lei para praticar a virtude e livrar-se do pecado?

Não Senhor; necessita-se, além disso, o auxílio da graça (CIX - CXIV).

86

Que entendeis por graça?

Um auxílio especial que Deus concede ao homem para ajudá-lo a praticar o bem e fugir do mal.

Necessita o homem deste auxílio em todas as ocasiões?

Sim, Senhor.

Logo, não pode, com suas próprias forças, fazer obras boas nem evitar mal algum?

Sim, Senhor; pode, mercê de suas faculdades operativas e com os auxílios da ordem natural, exercitar atos de virtude e evitar pecados; porém, se Deus não vem em seu auxílio, remediando os estragos causados na natureza pelo pecado, não poderá praticar todas as virtudes nem evitar todos os pecados. Isto dizemos nós falando de virtudes e pecados na ordem natural, porque, se considerarmos a virtude sobrenatural e seu exercício como meio

de conquistar a glória, absolutamente nada pode fazer o homem sem o auxílio da graça (CIX).

De quantas maneiras participa o homem, da graça sobrenatural?

De duas: uma habitual e permanente, e outra em forma de moções sobrenaturais transitórias (CIX, 6).

Que entendeis por estado habitual de graça?

Um conjunto de qualidades que Deus produz e conserva na alma com o fim de divinizar sua essência e suas faculdades (CX, 1-4).

Como se chama a qualidade permanente que diviniza a essência da alma?

Chama-se graça habitual ou santificante (CX, 1,2,4).

E as que divinizam as faculdades?

Virtudes e dons (CX, 3).

Logo, as virtudes e dons estão vinculados à graça santificante?

Sim, Senhor; e dela se derivam de tal maneira que é impossível que exista graça na alma sem que os dons e as virtudes adornem suas faculdades.

A graça, as virtudes e os dons, são coisas de grande estima e valia?

Sim, Senhor; porque conferem ao homem a dignidade de filho de Deus e lhe proporcionam meios para comportar-se como filho de tal Pai.

A graça, juntamente com as virtudes e os dons, fa-

87

zem do homem o ser mais perfeito da criação na ordem natural?

Sim, Senhor; fazem-no superior aos anjos, atenta somente a sua natureza (CXIII, 9, ad 2).

Haverá, por conseguinte, neste mundo, alguma coisa mais digna de ser ambicionada do que a graça divina?

De maneira nenhuma pode haver objeto mais digno de desejar-se do que a posse, conservação e aumento da graça, das virtudes e dos dons.

De que modo podemos alcançá-la, conservá-la, e fazer nela progressos?

Correspondendo fielmente às inspirações do Espírito Santo, que nos convida a preparar-nos para recebê-la, se ainda a não possuímos e a aumentá-la incessantemente, se já temos a dita de possuí-la (CXII, 3; CVIII. 3, 5).

Que nome tem a moção ou a inspiração do Espírito Santo?

Chama-se graça atual (CIX, 6; CXII, 3).

Logo. é a graça atual a que nos proporciona os meios de dispôr-nos para receber a Santificante e para aumentá-la, uma vez adquirida?

Sim, Senhor.

Pode a graça atual produzir o seu efeito a contragosto nosso e sem nossa cooperação?

Não, Senhor (CXIII, 3).

Logo. é necessário que nosso livre arbítrio coopere com a sua ação?

Sim, Senhor.

Como se chama esta cooperação?
Correspondência à graça.

Que qualidade adquire o ato do livre arbítrio que coopera com a graça atual, quando possuímos a Santificante?
Adquire a qualidade de ato meritório (CXIV, 1, 2).

Quantas classes há de méritos?
Duas: uma chamada *de congruo* e outra *de condigno* (*Ibid*).

***Que entendeis por mérito* de condigno?**
O que dá direito estrito e de justiça à recompensa (*Ibid*) .
Que condições deve reunir o ato humano para ser meritório de condigno?
Que se execute debaixo do influxo da graça atual; que proceda da graça santificante por meio da caridade; que

88

se ordene para a consecução da própria felicidade eterna, ou para adquirir maior grau de graça e virtudes (CXIV, 2,4).

Podemos merecer de condigno, ***para outro, a vida eterna, a graça Santificante ou seu aumento?***
Não, Senhor; pois só Jesus Cristo pode merecer *de condigno* para os demais, como chefe e cabeça da Igreja (CXIV, 5, 8).

Que entendeis por mérito de congruo?
O mérito *de congruo* funda-se em que Deus, em atenção à intimidade que o une com os justos, recompensa de conformidade com as leis da amizade e não da Justiça, os empenhos de seus amigos por lhes agradar; fazendo-lhes mercê do que pedem e desejam (CXIV, 6).

Logo, as únicas fontes de mérito, para o homem, reduzem-se à amizade com Deus e à vida da graça e prática das virtudes sob a inspiração divina do Espírito Santo?
Sim, Senhor; e quanto, em outras circunstâncias, trabalhe e se afadigue, é inútil, de nenhum proveito para merecer a recompensa eterna (*Ibid*).

Podereis explicar-me, em concreto, como se fomenta e desenvolve a vida da graça, visto que ela constitui o objeto principal de nossa passagem por este mundo?
Sim, Senhor; pois tal estudo será a matéria do seguinte tratado.

89

SEGUNDA SECÇÃO

Estudo concreto dos meios que o homem deve empregar para voltar para Deus

I

DOS ATOS BONS E MAUS EM PARTICULAR. VIRTUDES TEOLOGAIS

Quais são as mais nobres entre as virtudes e aquelas cujos atos têm maior transcendência?
As teologais.

Por que?

Porque, por meio delas, se encaminha o homem para o fim sobrenatural, na medida que pode e deve procurar realizá-lo neste mundo.

Logo, sem as virtudes teologais, não pode o homem executar atos meritórios de prêmio sobrenatural?

Não, Senhor.

Quais e quantas são?

Três: Fé, Esperança e Caridade.

II

DA NATUREZA DA FÉ. — FÓRMULA E QUALIDADES DE SEUS ATOS. — O CREDO. — PECADOS OPOSTOS À FÉ: INFIDELIDADE, HERESIA, APOSTASIA E BLASFÊMIA

Que coisa é a fé?

Uma virtude sobrenatural, por cujo influxo o entendimento adere irrestritamente e sem temor de errar a Deus, como fim e objeto da eterna bem-aventurança, e às verda- *90*

des por Ele reveladas, posto que as não compreenda (I, II, IV).

Como pode o entendimento admitir de mudo tão absoluto verdades que não compreende?

Baseando-se na autoridade de Deus que nem pode enganar-se, nem enganar-nos (I, 1.).

Por que Deus não pode enganar-se, nem enganar-nos?

Porque é a verdade por essência (I, 1; IV, 8).

Como podemos certificar-nos de quais sejam as verdades reveladas por Deus?

Mediante o testemunho daqueles a quem as revelou, ou daqueles a quem confiou o depósito da revelação (I, 6-10).

A quem as revelou?

Primeiramente a Adão, no Paraíso; mais tarde, aos Profetas do Antigo Testamento; por último, aos Apóstolos no tempo de Jesus Cristo (I, 7).

Como o sabemos?

Pelas asserções bem comprovadas da história que refere o fato dá revelação sobrenatural e os milagres realizados por Deus, em testemunho de sua autenticidade.

É o milagre prova concludente da intervenção sobrenatural divina?

Sim, Senhor; visto que é ato próprio de Deus e nenhuma criatura pode realizá-lo com seus próprios meios.

Onde se acha escrita a história da revelação e de outras ações sobrenaturais de Deus?

Na Sagrada Escritura, chamada também a Bíblia.

Que entendeis por Sagrada Escritura?

Uma coleção de livros divididos em dois Grupos, chamados Antigo e Novo Testamento.

São, talvez, estes livros resumo e síntese de outros livros?

Não, Senhor; porque os demais livros foram escritos pelos homens, e estes pelo mesmo Deus.

Que quer dizer "que foram escritos pelo mesmo Deus"?

Que Deus é seu autor principal, e para escrevê-los utilizou, à maneira de instrumentos, alguns homens por Ele escolhidos.

Logo, é divino o conteúdo dos livros sagrados?

Atendendo ao primeiro original autógrafo dos Escritores Sagrados, sim, Senhor; as cópias o são na medida em que se conformem com o original.

91

Logo, a leitura destes livros equivale a ouvir a palavra divina?

Sim, Senhor.

Podemos equivocar e torcer o sentido da divina palavra?

Sim, Senhor; porque, se bem que na Sagrada Escritura há passagens claríssimas, também abundam as difíceis e obscuras.

Donde provem a dificuldade de entender a palavra divina ?

Em primeiro lugar, dos mistérios que encerra, visto que não raro enuncia verdades superiores ao alcance das inteligências criadas, e que somente Deus pode compreender; provem além disso da dificuldade que existe em interpretar livros antiquíssimos, escritos primeiramente para povos que tinham idioma e costumes muito diferentes dos nossos; finalmente, das equivocações que tenham podido escapar tanto nas cópias dos originais, como nas traduções feitas por elas e em suas cópias.

Há alguém que esteja seguro de não se equivocar ao interpretar o sentido da palavra de Deus consignada na Bíblia Sagrada?

Sim, Senhor; o Pontífice Romano e com ele a Igreja Católica, no magistério universal (I, 10).

Por que?

Porque Deus quis que fossem infalíveis.

E por que o quis?

Porque, se o não fossem, careceriam os homens de meios seguros para alcançar o fim sobrenatural para que estão chamados (*Ibid*).

Por conseguinte, que entendemos quando se diz que o Papa e a Igreja são infalíveis em matéria de fé e costumes?

Que quando enunciam e interpretam a palavra divina, não podem enganar-se nem enganar-nos no referente ao que estamos obrigados a crer e a praticar para conseguirmos a bem-aventurança eterna.

Existe algum compêndio das verdades essenciais da fé?

Sim, Senhor; o Credo ou Símbolo dos Apóstolos (1,6). Ei-lo aqui conforme o reza diariamente a Igreja:

92

"Creio em Deus Padre Todo Poderoso,
Criador do Céu e da terra;

E em Jesus Cristo seu único Filho, Nosso Senhor,
o qual foi concebido do Espírito Santo;
nasceu de Maria Virgem;
padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos,
foi crucificado, morto e sepultado;
desceu aos infernos;
ao terceiro dia ressuscitou de entre os mortos;
subiu aos céus
e está sentado à mão direita de Deus Padre, Todo Poderoso;
Donde há de vir a julgar os vivos e os mortos.
Creio no Espírito Santo,
na Santa Igreja Católica,
na Comunhão dos Santos,
na remissão dos pecados,
na ressurreição da carne,
na vida eterna. Amém".

É a recitação do Credo ou Símbolo dos apóstolos o ato de fé por excelência?

Sim, Senhor; e nunca devemos cessar de recomendar aos fiéis a sua prática diária.

Podereis indicar-me alguma outra fórmula breve, exata e suficiente para praticar a virtude da fé sobrenatural?

Sim, Senhor; eis aqui uma, em forma de súplica: "Deus e Senhor meu; confiado em vossa divina palavra, creio tudo o que haveis revelado para que os homens, conhecendo-Vos, Vos glorifiquem na terra e gozem um dia de vossa presença no céu".

Quem pode fazer atos de fé?

Somente os que possuem a correspondente virtude sobrenatural (IV, V).

Logo, não podem fazê-los os infiéis?

Não, Senhor; porque não crêem na Revelação, ou seja porque, ignorando-a, não se entregam confiadamente nas mãos de Deus, nem se submetem ao que deles exige ou porque, conhecendo-a, recusam prestar-lhe assentimento (X).

Podem fazê-los os ímpios?

Tão pouco, porque, se bem que têm por certas as verdades reveladas, fundadas na absoluta veracidade divina,

93

a sua fé não é efeito de acatamento e submissão a Deus, a quem detestam, ainda que com pesar seu se vejam obrigados a confessá-lo. (V, 2 ad 2).

É possível que haja homens sem fé sobrenatural, e que creiam desta forma?

Sim, Senhor; e nisto imitam a fé dos demônios (V, 2).

Podem crer os hereges com fé sobrenatural?

Não, Senhor; porque, embora admitam algumas verdades reveladas, não fundam o assentimento na autoridade divina, senão no próprio juízo (V, 3).

Logo, os hereges estão mais afastados da verdadeira fé que os ímpios e que os mesmos demônios?

Sim, Senhor; porque não se apóiam na autoridade de Deus.

Podem crer com fé sobrenatural os apóstatas?

Não, Senhor; porque desprezam o que haviam crido por virtude da palavra divina (XII).

Podem crer os pecadores com fé sobrenatural?

Podem, com tanto que conservem a fé, como virtude sobrenatural; e podem tê-la, se bem que em estado imperfeito, ainda quando, por efeito do pecado mortal, estejam privados da caridade (IV, 1-4).

Logo, nem todos os pecados mortais destroem a fé?

Não, Senhor (X, 1, 4).

Em que consiste o pecado contra a fé chamado infidelidade?

Em recusar submeter o entendimento, por veneração e amor de Deus, às verdades sobrenaturalmente reveladas (X, 1-3).

E sempre que isto sucede, é por culpa do homem?

Sim, Senhor; porque resiste à graça atual com que Deus o convida e impele a submeter-se (VI, 1, 2).

Concede Deus esta graça atual a todos os homens?

Com maior ou menor intensidade e em medida prefixada nos decretos de sua providência, sim, senhor.

É grande e muito estimável a mercê que Deus nos faz, ao infundir-nos a virtude da fé?

É em certo modo a maior de todas.

Por que?

Porque, sem fé sobrenatural, nada podemos intentar em ordem à nossa salvação, e estamos perpetuamente excluídos da glória, se Deus não se digna conceder-no-la antes da morte (II, 5-8, IV, 7).

94

Logo, quando se tem a dita de possuí-la, que pecado será, freqüentar companhias, manter conversações ou dedicar-se a leituras capazes de fazê-la perder?

Pecado gravíssimo, fazendo-o espontânea e conscientemente, e de qualquer modo ato reprovável, que sempre o é, expor-se a semelhante perigo.

Logo, importa sobremaneira escolher com acerto as nossas amizades e leituras para encontrar nelas, não peias, mas estímulos para arraigar a fé?

Sim, Senhor; e especialmente nesta época, em que o desfreio de expressão, chamado liberdade de imprensa, oferece tantas ocasiões e meios de perdê-la.

Existe algum outro pecado contra a fé?

Sim, Senhor; o pecado da blasfêmia (XIII).

Por que a blasfêmia é pecado contra a fé?

Por ser diretamente oposta ao ato exterior da fé que consiste em confessá-la por palavras, e a blasfêmia consiste em proferir palavras injuriosas contra Deus e seus Santos (XIII, 1).

É sempre pecado grave a blasfêmia?

Sim, Senhor (XIII, 2-3).

O costume de proferi-las escusa ou atenua a sua gravidade?

Em vez de atenuá-la, agrava-a, pois o costume demonstra que se deixou arraigar o mal, em lugar de dar-lhe remédio (XIII, 2 ad 3).

III

DOS DONS DO ESPÍRITO SANTO CORRESPONDENTES À FÉ: DOM DE ENTENDIMENTO E DOM DE CIÊNCIA. VÍCIOS OPOSTOS: CEGUEIRA DO ESPÍRITO E INSENSIBILIDADE

É suficiente a virtude da fé para conhecer as verdades sobrenaturais na medida com que podemos conhecê-las neste mundo?

Com a cooperação de alguns dons do Espírito Santo, sim, Senhor (VIII, 2).

Quais são os dons do Espírito Santo destinados a cooperar com a fé?

Os de entendimento e ciência (VIII, IX).

95

De que maneira auxilia o dom do entendimento a virtude da fé, para conhecer as verdades reveladas?

Se se trata de verdades que não excedem a capacidade de nosso entendimento, fazendo que este, debaixo do influxo direto do Espírito Santo, penetre no sentido íntimo e mais recôndito dos enunciados divinos e das proposições que com eles guardam relação; e quando se trate de mistérios, fazendo-lhe ver que não se lhes opõe nenhuma outra verdade conhecida, apesar dos problemas e dificuldades que os mistérios apresentam (*Ibid*).

Logo, o dom do entendimento é o dom de iluminação por excelência?

Sim, Senhor, e quanto de claridade e puros gozos intelectuais da ordem sobrenatural há em nós, o devemos ao dom de entendimento, o qual faz frutificar na alma os germes da verdade infinita, objeto próprio e direto da virtude da fé.

Influi também o dom do entendimento na prática das virtudes?

Sim, Senhor; visto como tem por objeto por em relevo os bens sobrenaturais anunciados e prometidos na Revelação, com o intuito de que a vontade, divinizada pelo amor de caridade, as busque como meio de alcançar a eterna bem-aventurança (VIII, 3, 4, 5).

Podereis dizer-me em que se distinguem a fé e outros dons do Espírito Santo, tais como os de sabedoria, ciência e conselho, do dom do entendimento, suposto que a fé e os outros dons aperfeiçoam a mesma inteligência?

Sim, Senhor; a fé tem por objeto propor-nos três classes de verdades reveladas: umas referentes a Deus na ordem sobrenatural, outras às criaturas, e outras à direção e governo dos atos humanos. Pode o homem prestar-lhes assentimento, mediante a fé; porém, não pode compreendê-las, nem penetrar o seu sentido íntimo, de modo que lhe sirvam de base para formular juízo fundado e seguro. Manifestar o sentido íntimo, próprio e exclusivo das verdades reveladas é objeto do dom do entendimento; formar juízo reto e seguro, nas referentes a Deus, é o objeto próprio do dom da sabedoria; nas concernentes às criaturas é objeto do dom de ciência e no que diz respeito aos atos humanos é objeto do dom de conselho (VIII, 6).

96

Tomando em conta estas doutrinas explicai-me o objeto e alcance do dom de ciência?

É o dom da ciência uma virtude por mercê da qual, o cristão, no estado de graça e diretamente movido pelo Espírito Santo, conhece e distingue imediatamente, sem discurso, nem raciocínio, de modo direto, poderemos dizer, intuitivo, o que é objeto da fé, regra de bem proceder e ato virtuoso, daquilo que não é objeto de fé, e a maneira como havemos de servir-nos das criaturas para nos acercarmos da Verdade Suprema, objeto da fé e último fim de nossas ações (IX, 1, 3).

Tem este dom importância especial em nossos dias?

Sim, Senhor; porque é o remédio por excelência para uma das maiores pragas que afligem o gênero humano desde a época da Renascença.

A que praga vos referis?

A uma que prevaleceu até nos povos, em outro tempo, profundamente cristãos, o reinado da falsa ciência que, esquecida de como as criaturas devem servir de meios para nos acercarmos do Criador, na ordem especulativa converteu o estudo em arma para combater a fé e, na prática, renovou os costumes corrompidos dos antigos pagãos, tanto mais perniciosos, quanto sucediam a uma esplêndida floração das virtudes sobrenaturais praticadas pelos Santos.

É esta uma das principais causas dos males que afligem a sociedade moderna?

Sim, Senhor.

Onde, pois, acharemos um poderoso remédio contra os males desta sociedade ímpia e afastada de Deus?

Na virtude da fé, e em seus inseparáveis aliados, quando o homem está em graça, os dons de entendimento e ciência.

Quais são os vícios opostos a estes dons?

Ao dom da ciência, se opõe a ignorância; ao do entendimento, a cegueira do espírito e a insensibilidade ou embrutecimento dos sentidos.

Donde provêm estes vícios, especialmente estes dois últimos?

Particularmente dos pecados carnais que asfixiam a alma (XV, 3)

97

IV

PRECEITOS CONCERNENTES À FÉ — O ENSINO CATEQUÉTICO E A SUMA DE SANTO TOMÁS DE AQUINO

Existem na lei divina preceitos concernentes à fé?

Sim, Senhor; e particularmente na lei nova (XVI, 1, 2,).

Por que dizeis, particularmente na lei nova?

Porque a Antiga não mandava crer os dogmas em concreto, visto como não foi vontade de Deus expô-los ao povo por esta forma (XVI, 1).

Por que não se exigiu do povo Judeu conhecimento e fé explícita dos mistérios em concreto, ou pelo menos dos principais, o da Trindade e o da Encarnação, como se exige, hoje de todos os homens?

Porque o mistério da Encarnação não existia no Antigo Testamento senão em sua figura e promessa, e estava reservada a Jesus Cristo a missão de revelá-lo conjuntamente com o da Santíssima Trindade.

Por conseguinte, que coisas estavam obrigados a crer os fiéis da antiga lei?

Explicitamente, nada em particular, nem em concreto dos dois grandes mistérios; implicitamente, tudo, já que acreditavam na inefável grandeza de Deus e confiavam nas suas divinas promessas (XVI, 1).

Era isto suficiente para que seus atos de fé fossem atos de virtude sobrenatural?

Sim, Senhor.

É nossa fé mais completa e perfeita que a dos Judeus?

Sim, Senhor.

Em que consiste esta superioridade?

Em que a eles apenas foi dado entrever de uma maneira vaga e simbólica os mistérios sobrenaturais da glória, que a nós, ainda que velados e entre sombras, expressamente se nos declaram.

Estamos obrigados a meditar neles com freqüência e a exercitar-nos em penetrar o mais recôndito do seu sentido, mediante os dons do Espírito Santo?

Sim, Senhor; e com o fim de facilitar-nos o cumprimento desta obrigação, emprega a Igreja todo o zelo e diligência em ensinar aos fiéis as verdades da fé.

98

Que método emprega ordinariamente a Igreja?

O de ensinar o catecismo.

Logo, têm obrigação todos os fiéis de aprender o catecismo na medida que lho permitam as suas faculdades?

Sim, Senhor.

Tem o Catecismo importância e autoridade especiais?

Sim Senhor; porque é uma iniciação no estudo e conhecimento das mais sublimes e deslumbradoras verdades da ordem sobrenatural.

Quem exerce o magistério catequético?

A Igreja, por intermédio dos seus maiores gênios e doutores.

Podemos dizer que o ensino do catecismo é fruto dos dons do Espírito Santo, na Igreja de Deus?

Sim, Senhor; porque no fundo se reduz a propor aos fiéis, com maior ou menor extensão, o mais apreciado e maravilhoso fruto dos dons do Espírito Santo, a Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino.

Tem a Suma Teológica grande e especialíssima autoridade na Igreja de Cristo?

Sim, Senhor; a Igreja impõe a todos os que ensinam em seu nome a obrigação de inspirar-se nela e ensinar as suas doutrinas (Código de Direito Canônico, 589, 1366).

É, por conseguinte, digno do maior encômio, o labor dos que a este ensino se dedicam?

Sim, Senhor; porque é o meio mais seguro para que ninguém se desvie do que ensina a fé e do que exige a razão.

V

DA VIRTUDE DA ESPERANÇA. — VÍCIOS OPOSTOS: PRESUNÇÃO E DESESPERACÃO. FÓRMULA DO ATO DE ESPERANÇA. — QUEM ESTÁ OBRIGADO A FAZÊ-LO.

Qual é a segunda virtude Teologal?

A virtude da Esperança.

Que entendeis por virtude da Esperança?

A virtude Teologal, cujo efeito é mover a vontade, para que, com o auxílio divino, se dirija e encaminhe para Deus, como objeto de nossa eterna felicidade, segundo no-lo mostra a fé. (XVII, 1, 2).

É possível sem fé ter esperança?

Absolutamente impossível (XVII, 7).

99

Por que?

Porque é a fé quem propõe à esperança o seu objeto e os motivos em que há de apoiar-se (*Ibid*).

Qual é o objeto da Esperança?

Antes de tudo, Deus em si mesmo, como termo e objeto de sua própria felicidade, e enquanto, por um rasgo de infinita benevolência, quis ser também o objeto de nossa dita no céu (XVII, 1, 2).

Há alguma outra coisa que possa ser objeto da Esperança?

Sim Senhor; qualquer bem real, subordinado à consecução do objeto primário (XVII. 2 ad 2).

Qual é o motivo ou razão em que se apóia a Esperança?

Deus mesmo, considerado como auxiliar de nossa fraqueza, na conquista da felicidade (*Ibid*).

Logo, o motivo da Esperança implica e supõe necessariamente ações virtuosas meritórias e conducentes à posse de Deus na ordem sobrenatural?

Sim, Senhor.

Logo, pecará contra a esperança o que confia salvar-se, sem contrair o hábito de praticar a virtude?

Sim, Senhor.

Como se chamei este pecado?

Pecado de presunção (XX-I).

É o único pecado que pode o homem cometer contra a virtude da esperança?

Não, Senhor: pode cometer outro chamado desesperação (XX).

Em que consiste?

É o pecado daqueles que, tomando em conta ou a grandeza e excelência infinitas de Deus, ou as dificuldades com que tropeçam no exercício das virtudes sobrenaturais, fazem a Deus a injúria de supor que jamais chegarão a possuí-Lo ou a praticar a virtude como convém; em conseqüência, renunciam à felicidade e abstêm-se de invocar a Deus e chamá-Lo em seu auxílio, ainda que bem o possam fazer (XX 1, 2).

Reveste especial gravidade o pecado de desesperação?

Sim, Senhor; porque inutiliza todo o movimento na ordem sobrenatural, e faz que o pecador pronuncie, em certo modo, contra si mesmo, a sentença de eterna condenação (XX, 3).

Logo, o homem jamais deve desesperar por grandes

100

que sejam as suas misérias e enormes as suas culpas e pecados?

Não, Senhor; porque superior a tudo isso, é a Onipotência e misericórdia divinas.

Que deve, pois, fazer quando se sente acabrunhado sob o peso de suas culpas?

Corresponder à graça que naquele momento o convida a voltar-se para Deus, com firme esperança de que lhe perdoará e dará forças para sair do seu mau estado e levar depois vida digna de recompensa eterna.

Podereis ensinar-me alguma fórmula para praticar o ato da Virtude Teologal chamada esperança?

Eis aqui uma: "Deus meu, com grande confiança, espero de vossa misericórdia e poder infinitos que me dareis graça para levar uma vida digna do prêmio destinado aos justos, e que, no fim da vida, se vossa graça não me deixar cair na desesperação, me admitireis a participar da vossa própria e eterna bem-aventurança."

Poderia abreviar-se esta fórmula?

Sim, Senhor; pode reduzir-se ao seguinte: "Deus meu, santa e firmemente espero em Vós."

Quem pode exercitar-se em atos de esperança?

Todos os fiéis, enquanto vivem neste mundo.

Conservam os Santos no céu a virtude da esperança?

Não, Senhor; porque a esperança supõe ausência, e eles já entraram na posse de Deus (XVIII, 2).

Têm-na os condenados no inferno?

Também não, porque jamais poderão gozar de Deus, objeto da esperança (*Ibid*).

Conservam-na as almas no Purgatório?

Conservam-na, como virtude, porém os seus atos não são inteiramente iguais aos desta vida, porque, se bem que não possuem e esperam a bem-aventurança, não contam com o auxílio divino para alcançá-la, pois, nem a podem merecer, nem abrigam o temor de perdê-la, visto que não podem pecar (XVIII, 3).

VI

DO DOM DE TEMOR CORRESPONDENTE À VIRTUDE DA ESPERANÇA — TEMOR SERVIL — TEMOR FILIAL

Qual é o efeito que produz a esperança nos fiéis enquanto vivem neste mundo?

O de fortalecer a vontade contra o excessivo temor de não alcançar a glória (XVIII, 4).

101

Existe alguma espécie de temor essencialmente bom e enlaçado com a virtude da esperança?

Sim, Senhor.

Qual é?

O temor de Deus, chamado temor filial (XIX, 1, 2).

Que entendeis por temor filial?

O que nos obriga a venerar a Deus em atenção à sua excelência e infinita majestade, e a considerar como a maior das desgraças a de ofendê-Lo, ou expor-nos a perdê-Lo por toda a eternidade (XIX, 2).

Existe algum temor de Deus, distinto do filial?

Sim, Senhor; o conhecido com o nome de *temor ser vil.*

Que coisa se designa com as palavras "temor servil"?

Certo sentimento ínfimo, próprio dos escravos que temem o amo porque ameaça com castigos (*Ibid*).

O temor das penas com que Deus ameaça o pecador é sempre temor servil?

Sim, Senhor; porém, nem sempre é defeituoso ou envolve pecado (*Ibid*).

Quando será pecaminoso?

Quando se considera o castigo ou perda de qualquer bem criado como mal supremo (XIX, 4).

Logo. se alguém temesse o castigo, não como objeto principal do temor, mas enquanto leva consigo a perda de Deus, a quem ama sobre, todas as coisas, experimentaria temor servil pecaminoso?

Não, Senhor; seu temor seria bom, ainda que de ordem muito inferior ao temor filial (XIX. 4, 6).

Por que seria inferior?

Porque o que tem amor filial jamais se preocupa com a perda dos bens creiados, contanto que consiga a posse de Deus, Bem Incriado (XIX, 4, 5).

Qual é, por conseguinte, o motivo do temor filial?

Unicamente o pesar e o sentimento de perder o bem infinito, ou de expor-se a perdê-lo (XIX, 2).

Tem alguma conexão o temor filial com o dom do Espírito Santo chamado dom de temor?

Tem-na e muito estreita (XIX, 9).

Logo, o dom do Espírito Santo chamado temor, anda unido de uma maneira especial à virtude da Esperança?

Sim, Senhor.

102

Em que consiste o dom de temor?

Em que, por sua virtude, o homem se mantém sujeito a Deus, e, em vez de resistir aos movimentos da graça, segue com docilidade seus impulsos.

Em que se diferenciam o dom de temor e a virtude da Esperança?

Em que a Esperança olha diretamente ao bem infinito alcançável com o favor divino, e o dom de temor considera a irreparável desdita de perder a Deus, fazendo-se, pelo pecado, indigno dos auxílios sobrenaturais (XIX, 9 ad 2).

É mais nobre a virtude da esperança que o dom de temor?

Sim, porque as virtudes teologais são superiores aos dons, e também porque a esperança nos move e impele para Deus em qualidade de bem supremo, e o temor se estaciona na consideração do mal que resultaria em perdê-lo.

É o dom de temor inseparável da caridade?

Sim, Senhor; porque dela depende, como o efeito da sua causa (XIX, 10).

Pode a caridade coexistir com o temor servil no caso deste não ser pecaminoso?

Sim Senhor; e quando isto sucede, recebe o nome de temor *inicial****;*** porém à medida que toma incremento a caridade, evoluciona o temor até adquirir todos os caracteres do filial, o único saturado de amor de Deus, como objeto e termo de uma felicidade cuja perda seria o maior, ou para melhor dizer, o único mal (XIX, 8).

Permanece o dom do temor no céu?

Sim, Senhor; porém, em estado perfeito e com atos algo distintos dos deste mundo (XIX, 11).

Em que consistem esses atos?

Numa espécie de aniquilamento, produzido, não pelo temor de perder a Deus, mas pela admiração de sua soberana grandeza e estremecedora majestade, comparada com a própria pequenez, pois o bem-aventurado tem sempre a mais íntima convicção de que sua felicidade só de Deus depende (*Ibid*).

VII

DOS PRECEITOS RELATIVOS À ESPERANÇA

Existe na lei divina algum preceito relativo à virtude da Esperança ou ao dom de temor?

Sim, ainda que, como os relativos à fé, têm em seus princípios um caráter especial que os distingue dos propriamente chamados mandamentos da lei de Deus (XXII, 1,2).

103

Que caráter ou forma têm os preceitos da fé e esperança considerados como preâmbulo da lei?

Que não se deram com caráter de preceitos; os da fé deram-se em forma de enunciados, e os de esperança e temor em forma de promessas e ameaças (*Ibid*).

Por que se deram desse modo?

Porque eram destinados a preparar convenientemente os homens para receber com fruto os mandamentos (*Ibid*).

Por que razão?

Porque, antes de promulgar a lei, era necessário, primeiramente, que o homem reconhecesse e acatasse o seu Autor, e que, depois, se lhe propusesse o quadro de recompensas e castigos como incentivo para observá-la; o primeiro se conseguiu mediante os preceitos relativos à fé, o segundo mediante os relativos à esperança e ao temor (*Ibid*).

Quais são os que propriamente constituem a substância da lei?

Suposta a preparação de que falamos, os que dão regras para ordenar e governar a vida, especialmente no que se refere à virtude da Justiça.

Logo, são os mesmos que formam o Decálogo?

Sim, Senhor.

Fazem parte do Decálogo os preceitos relativos à fé e à esperança?

Propriamente não, Senhor; pois o seu objeto primitivo foi o de preparar os homens para o advento e promulgação do Decálogo, se bem que, mais tarde, quando Jesus Cristo e os Apóstolos explicaram e ampliaram a lei, tomaram, às vezes, a forma de conselho e, não raro, de preceitos formais complementares (XXII, 1 ad 2).

Existe, portanto, coisa mais necessária, ou rigorosamente preceituada, do que a submissão absoluta do espírito a Deus por meio da fé, e o ato de esperança, baseado nos auxílios divinos?

Não, Senhor.

Há alguma virtude especial cuja missão seja converter a vida da alma em vida sobrenatural, e merecedora do mesmo Deus, como prêmio?

Sim, Senhor, a virtude da Caridade.

104

VIII

NATUREZA DA CARIDADE. — ATO PRINCIPAL DA CARIDADE E SUA FÓRMULA

Que coisa é a Caridade?

Uma virtude que nos proporciona comunicação e amizade íntima com Deus, fundada na participação do mesmo Deus como objeto que é da sua bem-aventurança e da nossa (XXIII, 1).

Que pressupõe a amizade íntima com Deus?

Primeiramente, requer em nós uma participação da natureza de Deus, capaz de deificar a nossa, de elevar-nos acima de tudo o que é criado, seja homem ou anjo, até equiparar-nos em nobreza com Deus, de fazer-nos seus filhos, verdadeiros Deuses; em segundo lugar, requer faculdades operativas proporcionadas à dignidade de Deuses e filhos de Deus, para conhecê-Lo como Ele se conhece, amá-Lo como Ele se ama, e, como Ele, gozar da sua própria bem-aventurança (XXIII, 2).

Acompanham a caridade, necessariamente, estes dois grupos de bens?
Sim, Senhor; já que a caridade não é mais que seu complemento.

Logo, todo aquele que possui a caridade, necessariamente tem graça santificante, virtudes e dons?*
Sim, Senhor (XXIII, 7).

É a caridade a rainha das virtudes?
Sim, Senhor (XXIII, 6).

Por que?
Porque, só sob seu império, executam as virtudes atos meritórios de vida eterna (*Ibid*).

De que maneira nos une a Caridade com Deus?
Por meio do amor (XXVII).

Em que consiste o ato de amor, mediante o qual a Caridade nos une com Deus?
Consiste em amá-Lo por ser quem é, Bem Infinito, e em querer unir-se a Ele para participar da sua eterna felicidade (XXV, XXVII).

Em que se diferenciam estes dois amores?
Em que o primeiro é um amor de complacência em Deus por ser o que é em si mesmo, e o segundo se compraz

105

em que o acúmulo de perfeições divinas esteja destinado a fazer o homem feliz.

Podem separar-se estes dois amores na virtude da caridade?
Não, Senhor.

Por que?
Porque, se Deus não fosse o objeto da nossa bem-aventurança, não haveria motivo suficiente para amá-Lo, e se não estivessem Nele a fonte e primeira origem de toda felicidade com que nos brinda, não O amaríamos como O amamos (XXV, 4).

É cada um destes amores um ato de amor puro e perfeito?
Sim, Senhor.

É cada um ato de caridade?
Sim, Senhor.

Há alguma subordinação entre eles, e em caso afirmativo, qual obtém a preferência?
Guardam subordinação entre si, e ocupa o primeiro lugar o ato de complacência em Deus, por ser Bem Infinito.

Por que ocupa o primeiro lugar?
Porque Deus é maior e mais excelso em si mesmo, do que enquanto se comunica à alma no céu. Não quer isto dizer que Deus, objeto da bem-aventurança, seja distinto de Deus em si mesmo, mas que as suas perfeições estão Nele de modo infinito e à alma se comunicam de modo finito e limitado.

Estender-se este amor a algum outro ser, fora de Deus?

Sim, Senhor; a todos os que O gozam, ou se acham em estado de O gozar algum dia (XXV, 6,10).

Quem são os que já gozam de Deus?
Os anjos e os justos que estão no céu.

Quem são os que se acham em estado de possuí-Lo?
As almas do Purgatório e quantos homens vivem na terra.

Logo, devemos amar a todos os homens com amor de caridade?
Sim, Senhor.

Estamos obrigados a guardar alguma ordem e preferência no amor de caridade que devemos a Deus, ao próximo e a nós mesmos?
Sim, Senhor. Depois de Deus, primeiramente devemos

106

amar-nos a nós mesmos; depois aos outros e entre eles, com preferência, aos que estão mais próximos de Deus na ordem sobrenatural, e aos que estão mais ligados a nós ou com laços de sangue ou com os da amizade, comunidade de vida etc. (XXVI).

Qual é o sentido das palavras, "depois de Deus, primeira e principalmente devemos amar-nos a nós mesmos?"
Quer dizer que, depois de Deus, a quem amamos como fonte do bem para onde se encaminha a caridade, devemos querer possuí-Lo, com preferência a todos os homens.

Logo, em virtude da caridade, somente devemos querer a posse de Deus, o mesmo para nós que para os nossos próximos?
Podemos e devemos querer também tudo o que se ordene para consegui-la.

Há alguma coisa expressamente destinada para alcançá-la?
Sim, Senhor; os atos das virtudes sobrenaturais (XXV, 2).

Logo, depois da posse de Deus, e como meio para consegui-la, devemos querer a prática das virtudes sobrenaturais?
Sim, Senhor.

Podemos, em virtude da caridade, querer bens temporais para nós e para o nosso próximo?
Podemos, e, em determinadas ocasiões, devemos querê-los.

Quando devemos querê-los?
Quando sejam indispensáveis para viver e para praticar a virtude.

Quando podemos?
Quando, sem serem indispensáveis, são úteis e convenientes.

Se fossem obstáculo para o exercício das virtudes, poderíamos desejá-los sem faltar à caridade?
Não, Senhor.

Poderíeis ensinar-me uma fórmula breve e exata para exercitar-me na virtude da caridade?
Eis aqui uma: "Deus e Senhor meu; amo-vos sobre todas as coisas; não quero outra recompensa mais do que a Vós mesmo, e amo-a, primeiramente, porque vós com ela sois

ditoso, e depois por ser a bem-aventurança de todos os que vos possuem e dos chamados a possuir-vos algum dia."

107

IX

DOS EFEITOS DA CARIDADE; ALEGRIA OU GOZO, PAZ, MISERICÓRDIA, BENEFICÊNCIA, ESMOLA E CORREÇÃO FRATERNA

Que efeitos produz na alma o exercício da virtude da Caridade?

Primeiramente gozo ou alegria (XXVIII, 1).

O gozo, efeito da Caridade, anda misturado com alguma tristeza?

Quando é gozo de complacência em Deus como Bem Infinito, não, Senhor; mas afirmativamente, quando nos alegramos em Deus, termo de nossa bem-aventurança futura e não possuída, como sucede às almas do Purgatório e a quantos vivem na terra (XXVIII, 2).

Por que anda neste caso acompanhado de tristeza?

Porque há ou pode haver algum obstáculo físico ou moral que se oponha à união íntima com Ele.

E, em tal caso, predomina a alegria ou a tristeza?

Predomina a alegria que tem por objeto e causa principal a felicidade e o gozo eterno, pacífico, seguro, que, na contemplação de sua essência, desfruta o divino Amigo (*Ibid*).

Produz algum outro efeito o ato principal da Caridade?

Sim, Senhor; produz a paz (XXIX, 3).

Em que consiste?

Na tranqüilidade que desfruta o espírito quando todos os nossos pensamentos e afetos, e os de todas as criaturas intelectuais, se orientam e dirigem a Deus, fim supremo da felicidade (XXIX, 1).

Produz a caridade algum outro fruto ou ato secundário ?

Sim, Senhor; o ato de misericórdia (XXX).

Que entendeis por misericórdia?

Uma virtude especial, fruto da Caridade, ainda que distinta dela, que inclina o ânimo a compadecer-se das misérias e desgraças do próximo, considerando-as, de algum modo, como próprias, visto que afligem ao nosso irmão, e tendo em conta que podemos ver-nos em idênticas condições (XXX, 1-3).

108

Possui nobreza especial a virtude da Misericórdia?

É por excelência a virtude de Deus, não porque Ele seja capaz de sentimentos afetivos de dor ou tristeza, mas pelos benefícios que concede por impulsos do seu amor (XXX, 4).

É entre os homens a virtude própria dos perfeitos?

Sim, Senhor; pois quanto mais um ser se aproxima de Deus, tanto mais compassivo e inclinado está para remediar desgraças e misérias, por todos os meios espirituais e temporais ao seu alcance (*Ibid*).

É de grande proveito a prática desta virtude para restabelecer e garantir a paz social?
Sim, Senhor.

Há algum ato exterior que seja efeito da virtude da caridade?
Há vários, e o primeiro é a beneficência (XXXI, 1).

Em que consiste a beneficência?
Como o seu próprio nome indica, consiste em fazer algum bem a outrem (*Ibid*).

É sempre ato da virtude da caridade?
Sempre, sim, Senhor (*Ibid*).

Pode ser ato de virtudes distintas da caridade, ainda que dela dependentes?
Pode e efetivamente o é, quando à razão geral do bem que se faz ao próximo, se ajunta a de ser necessário, devido, ou outras razões especiais (*Ibid*).

Que virtude intervém na beneficência, quando é obrigatória?
A virtude da Justiça (XXX, 1, ad 3).

E quando, sem o ser, se acha o próximo em necessidade?
A virtude da misericórdia (*Ibid*).

Como se chama o ato de caridade que consiste em beneficiar ao próximo, mediante a virtude da misericórdia?
Chama-se esmola (XXXII, 1).

Quantas classes há de esmola?
Duas: espiritual e corporal (XXXII, 2).

Quais são as esmolas corporais?
São as seguintes: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar pousada aos peregrinos, visitar os enfermos, remir os cativos e sepultar os mortos (*Ibid*).

109

Quais as espirituais?
Rogar a Deus por vivos e defuntos, ensinar os ignorantes, dar bom conselho a quem o há mister, consolar os tristes, castigar os que erram e perdoar as injúrias (*Ibid*).

Deus dá grande importância à esmola?
Dá-lhe tanta que, segundo o Evangelho, ela servirá de critério no dia de Juízo para fundamentar a sentença de prêmio ou condenação eterna.

Quando teremos obrigação grave e estrita de dar esmola?
Quando o próximo se ache em necessidade espiritual ou corporal grave e não haja quem o socorra (XXXII, 5).

Ainda que a necessidade não seja grave, nem opressora, há obrigação estrita de não acumular, mas de empregar em proveito do próximo ou da sociedade, os bens espirituais e temporais supérfluos que tenhamos recebido de Deus?

Sim, Senhor.

Há alguma esmola que tenha particularíssima importância?

Sim, Senhor: a correção fraterna (XXXIII, 1).

Que entendeis por correção fraterna?

A esmola espiritual ordenada a dar remédio aos pecados do próximo (*Ibid*).

É esta esmola ato da virtude da caridade?

Sim, Senhor; por intermédio da misericórdia e com o concurso da prudência, encarregada de excogitar meios adequados para conseguir fim tão excelente, como delicado e difícil (*Ibid*).

Constitui obrigação de preceito?

Havendo ocasião e circunstâncias oportunas, sim, Senhor (XXXIII, 2).

Quem está obrigado a corrigir?

Todos os que se sentem animados do espírito de caridade e sem as faltas ou pecados que tratam de emendar, estão obrigados a corrigir o seu próximo, quem quer que seja, ainda que seja superior, com a obrigação de guardar as devidas atenções e considerações, e contanto que possam abrigar a esperança fundada de emenda; em caso contrário, estão dispensados, e devem abster-se de corrigir (XXXIII, 3 – 6)

110

X

DOS VÍCIOS OPOSTOS À CARIDADE E DE SEUS ATOS; ÓDIO, TÉDIO OU PREGUIÇA ESPIRITUAL, INVEJA, DISCÓRDIA, OBSTINAÇÃO, CISMA, GUERRA, RIXA (DUELO), SEDIÇÃO E ESCÂNDALO.

Qual é a primeira coisa de que deve estar isento o coração do homem para tratar com seus semelhantes?

Do sentimento do ódio (XXXIV).

Que é o ódio?

É o vício mais funesto e diametralmente oposto ao ato principal da caridade, o amor de Deus e do próximo (XXXIV, 2-4).

É possível que alguma criatura tenha ódio a Deus?

Sim, Senhor (XXXIV, 1).

Como pode isto ser, considerando-se que Deus é Bem Infinito e Autor de todos os bens, naturais e sobrenaturais das criaturas?

É tal a depravação moral de alguns seres, que não consideram a Deus como bem infinito e fonte de toda a perfeição e de toda luz, mas apenas como legislador que proíbe cometer pecados e juiz que castiga os cometidos, dos quais não querem arrepender-se (*Ibid*).

Logo, o ódio a Deus é ume espécie de obstinação diabólica no mal?

Sim, Senhor.

Há pecado maior do que este?
Não, Senhor (XXXIV, 2).

Pode ser lícito em alguma ocasião odiar ao próximo?
Não, Senhor (XXXIV, 3).

Mas se há homens que praticam o mal, por que não havemos de odiá-los?
Não devemos odiar aos que procedem mal, mas tão somente detestar o seu pecado, em atenção ao amor que devemos ter-lhes (*Ibid*).

Não poderemos jamais desejar-lhes algum mal?
Não, Senhor; se bem que, em virtude do amor que devemos ao próximo, à sociedade e sobre tudo a Deus, podemos desejar-lhes alguns males e castigos como meios de trazê-los ao bom caminho e ressalvar os direitos da sociedade e da honra de Deus (*Ibid*).

111

Podemos desejar a alguém a condenação eterna?
Por grandes que sejam seus crimes e pecados, nunca será lícito, pois tal ato é diretamente oposto à caridade que nos ordena desejar a todos, exceto aos demônios e aos réprobos que já estão no inferno, a bem-aventurança celestial.

Há algum vício oposto particularmente ao segundo ato de caridade, chamado gozo ou alegria?
Sim, Senhor; o vício da tristeza quando se manifesta em forma de fastio das coisas e bens sobrenaturais que são o objeto da caridade (XXXV).

Como é possível tal fastio?
Porque os homens têm o gosto espiritual tão depravado, que não acham prazer em Deus e assim consideram o que a Ele se refere como coisa odiosa, sombria e melancólica.

É sempre pecado mortal?
Quando degrada o apetite sensitivo e chega a invadir a razão, sim Senhor (XXXV, 1).

Por que neste caso é pecado mortal?
Porque é diretamente contrário à caridade que, ao impor-nos a obrigação de amar a Deus sobre todas as coisas, nos manda buscar Nele a alegria, o repouso e a tranqüilidade (XXXV, 3).

É a tristeza, de que vimos falando, pecado capital?
Sim, Senhor; porque é origem de outros muitos que os homens cometem, certas vezes pretendendo evitá-la e em outras vezes impelidos por ela mesma (XXXV, 4).

Que nome tem?
Chama-se tédio ou fastio espiritual.

Podereis enumerar os pecados derivados da preguiça?
Sim, Senhor; desesperação, pusilanimidade, indolência para observar os mandamentos, rancor, malícia e divagação pelos campos do ilícito (XXXV, 4 ad 2).

É a preguiça o único vício oposto à alegria da caridade ?
Não, Senhor; há outro, chamado inveja (XXXVI).

Em que se diferencia a inveja da preguiça ou tédio espiritual?

Em que, o tédio se opõe a alegrar-se no bem divino conforme é e está em Deus e que nós teremos de gozar algum dia, e a inveja se opõe a alegrar-se no bem do próximo (XXXV, XXXVI).

Logo, que entendeis por inveja?

Um pesar do bem alheio, não porque nos prejudique, mas porque outro o possui (XXXVI, 1-3).

112

A inveja é pecado?

Sim, Senhor, porque o bem do próximo produz ao invejoso desgosto e incômodo, quando lhe devera causar alegria (XXXYI, 2).

É sempre pecado mortal?

Sim, Senhor, por ser essencialmente contrário à caridade; só pode ser venial quando se limite aos primeiros movimentos indeliberados da sensibilidade (XXXVI, 3).

É pecado capital?

Sim, Senhor, porque origina outros muitos, já por se derivarem dela, já por entrarem nela inteiramente (XXXVI, 4).

Que pecados se derivam da inveja?

A murmuração, a maledicência ou difamação, a alegria na adversidade do próximo, a tristeza na sua prosperidade e o ódio (*Ibid*).

Há vícios opostos à caridade, por se oporem também à paz?

Sim, Senhor.

Quais são?

A discórdia, que reside no coração, a porfia nas palavras e na ação: o cisma, a rixa, a sedição e a guerra (XXXVII, XLII).

Em que consiste a discórdia?

Na atitude do que, deliberadamente e consciente do seu erro, se opõe ao parecer e ditame dos outros, em coisas que pertencem à honra de Deus ou ao bem do próximo; em manter a dita atitude ainda que seja de boa fé, em matéria indispensável para a salvação; e, em qualquer circunstância, sustentá-la com obstinação e pertinácia (XXXVII, 1).

Em que consiste a porfia?

Em contender com palavras (*Ibid*).

É pecado a porfia ou contenção?

É pecado quando se porfia pelo prazer de contradizer; também o é, com maioria de razão, quando se prejudica o próximo, ou os foros da verdade; também o é finalmente, quando, ainda que se defenda a verdade, se faz em tom imoderado e com palavras mortificantes (XXXVIII, 1).

Que entendeis por cisma?

A cisão ou ruptura com que alguém, livre e espontaneamente, se aparta da unidade eclesiástica, recusando obstinadamente submeter-se à Autoridade do Soberano Pontífice, ou conviver com os demais fiéis, como membro da mesma Igreja (XXXIX, 1).

113

Por que enumerais a guerra entre os pecados opostos à caridade?

Porque a guerra injusta é um dos maiores crimes que se podem cometer contra o próximo.

É lícito em alguma ocasião fazer a guerra?

Com causa suficiente e sem cometer injustiças durante o seu desenvolvimento, sim, Senhor (XL, 1).

Que entendeis por causa suficiente?

A dura necessidade de fazer respeitar pelas armas os direitos essenciais para as boas relações entre os homens, rompidas por uma nação que se nega a desagravar e satisfazer (*Ibid*).

Sem estas duas condições é alguma vez lícita a guerra?

Não, Senhor (*Ibid*).

Praticam ato de virtude os que pelejam na guerra justa e pessoalmente não cometem injustiças?

Sim, Senhor; porque se expõem aos maiores perigos, para defender a causa de Deus e de seus irmãos.

Em que consiste o pecado oposto à paz, chamado rixa?

Em uma espécie de guerra entre particulares, estabelecida sem mandato da autoridade pública; por este único conceito é sempre falha grave para quem a provoca (XLI, 1).

Acha-se compreendido neste vício o combate especial chamado duelo?

Sim, Senhor; com a agravante de que o duelo se combina a sangue frio e não sob o impulso repentino das paixões.

É o duelo ato essencialmente mau?

Sim, Senhor; porque o duelista põe em grave perigo a sua vida e a do seu adversário, contra o disposto por Deus.

Em que consiste a sedição como vício oposto à Caridade?

Na formação de partidos ou bandos, no seio de uma nação ou Estado com o objeto de conspirar ou de promover arruaças e tumultos, uns contra os outros, ou contra a autoridade e o poder legítimo (XLII, 1).

Tem especial gravidade o pecado de sedição?

Sim, Senhor; porque assim como não pode haver bem mais apreciado num povo do que a ordem pública, base e condição indispensáveis para a sua prosperidade, assim também não se pode cometer contra ele maior crime

114

do que o da guerra intestina; assim, em certo modo, a sedição é um crime superior ao da guerra injusta (XLII, 2).

Há algum pecado especial oposto à caridade per ser contrário ao seu ato exterior, chamado beneficência?

Sim, Senhor; o pecado de escândalo (XLIII).

Em que consiste o pecado de escândalo?

Em dizer ou fazer alguma coisa capaz de ocasionar a ruína espiritual do próximo, ou em tirar das palavras e feitos de outros, ocasião de pecar; no primeiro caso se dá escândalo, no segundo se recebe (XLIII, 5).

Escandalizam-se somente os imperfeitos?

Ainda que qualquer ato reprovável pôde levar a turbação ao ânimo dos mais virtuosos, no sentido próprio da palavra só os imperfeitos se escandalizam (XLIII, 5).

Podem os justos dar escândalo?

Não, Senhor; porque, enquanto forem justos, nada farão que possa escandalizar e, se alguém tira dos seus feitos motivos de escândalo, deve atribuí-lo à própria malícia e perversidade (XLIII, 6).

Têm os justos, em determinadas ocasiões, a obrigação de abster-se de algumas coisas para não escandalizar os pusilânimes?

Não sendo em coisas necessárias para a Salvação eterna, sim, Senhor (XLIII, 7).

Há obrigação de abandonar algum bem para evitar o escândalo dos maus?

Não, Senhor (XLIII, 7, 8).

XI

DOS PRECEITOS RELATIVOS À CARIDADE

Existe na lei de Deus algum preceito relativo à Caridade?

Sim, Senhor (XLIV, 1).

Qual é?

É o seguinte: Amarás ao Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu ser e com todas as tuas forças (XLIV, 4).

Que se nos manda com estas palavras?

Que as nossas intenções terminem sempre em Deus; que a Ele estejam submetidos e por Ele regulados todos os

115

nossos pensamentos e afetos sensíveis, e que a norma de nossas ações exteriores seja o cumprimento de sua santíssima vontade (XLIV, 4, 5).

Tem grande importância este preceito?

Tem-na, tão grande e tal, que é o resumo e centro de todos os demais (XLIII, 1-3).

É um ou múltiplo?

É as duas coisas, ainda que se considere unicamente como preceito da Caridade; quer dizer que, bem entendido, bastaria um só, porque é impossível amar a Deus sem amar também ao próximo; mas para que melhor o compreendamos, se lhe ajuntou outro: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. (XLIV, 2. 3, 7).

Encontram-se estes preceitos no Decálogo?

Não, Senhor; são anteriores, porque os preceitos do Decálogo estão destinados a assegurar o cumprimento dos da Caridade (XLIV, 1. ad 3).

Suposta a ordem sobrenatural, são estes preceitos evidentes e conaturais, sem necessidade de especial promulgação?

Sim, Senhor: porque assim como é lei natural gravada nos corações, a de amar a Deus sobre todas as coisas na ordem natural, a mesma lei, e pelas mesmas razões, rege a ordem sobrenatural.

Logo, é contrário ao Direito Natural e ao bom emprego das potências afetivas, não amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos?

Sim, Senhor.

XII

DO DOM DA SABEDORIA CORRESPONDENTE À CARIDADE. VÍCIO OPOSTO

Existe algum dom do Espírito Santo correspondente à Caridade?

Sim, Senhor, e o mais excelente: o dom de Sabedoria (XLV).

Que entendeis por dom de Sabedoria?

Um dom do Espírito Santo, mercê do qual, o homem forma juízo e opinião acerca das coisas, tomando por norma e regra a sua causa suprema, a ciência infinita de Deus,

116

na medida em que ele consegue conhecê-la pela revelação (XLV, 1).

Poderíeis dizer-me em que se distingue o dom de Sabedoria da virtude intelectual do mesmo nome, e dos dons de inteligência, ciência e conselho, distintos por sua vez das virtudes intelectuais chamadas entendimento, ciência e prudência ?

Sim, Senhor: Possui o entendimento, relativamente às verdades da fé, multiplicidade de atos essencialmente distintos, aos quais correspondem virtudes e dons diferentes. O ato de fé consiste em dar assentimento às proposições reveladas. O ato de assentir leva consigo outros complementares; tais são a percepção da verdade sobrenatural e o juízo e ditame a respeito dela. O Juízo e ditame dependem do critério que se empregue; quando se tomam por norma os ensinos da fé, corresponde-lhes o dom de sabedoria e a virtude intelectual do mesmo nome; se se baseia em critério e razões humanas, o dom e a virtude intelectual, chamada ciência; quando deixando a ordem especulativa, se trata de reduzir o ditame à prática, a virtude intelectual da prudência e o dom de conselho.

Que nome genérico poderíamos dar a esta doutrina?

O de plano e economia no desenvolvimento do organismo psicológico sobrenatural.

A quem devemos tão prodigiosa síntese doutrinal?

Ao gênio de Santo Tomás de Aquino. o qual nos adverte que, só depois de largos estudos e profundas meditações, chegou a surpreender tão maravilhosa harmonia (VIII, 6).

Qual é a mais importante das virtudes e dons que aperfeiçoam o entendimento?

A virtude da fé, centro de todas as outras, visto que o seu objeto é auxiliar e facilitar os seus atos.

Qual é o dom que segue em categoria à fé?

O dom de sabedoria.

Que benefícios nos traz o dom de sabedoria, especialmente em relação com a ciência?

O dom da ciência nos dá a faculdade de formar juízo acerca das verdadeiras relações das coisas com suas causas e fins imediatos, e o de Sabedoria com a causa suprema e fim último, aos quais todos os outros estão subordinados.

Logo, em virtude do dom de Sabedoria, elevamo-nos ao mais alto grau de ciência que se pode alcançar neste mundo?

Sim, Senhor.

117

Existe algum vício oposto a tão excelso dom?

Sim, Senhor; o que consiste em querer formar juízo cabal de uma coisa sem ter em conta o destino que Deus lhe assinalou (XLVI, 1).

Como deverá chamar-se?

Insensatez e necedade supremas.

É muito comum este pecado?

Sim, Senhor; e cometem-no todos os que forjam planos ou ajustam projetos, sem lembrar-se de Deus, ou prescindindo Dele.

Podem cair nele homens mesmo acostumados e peritos no manejo dos negócios?

Sim, Senhor.

Há oposição irredutível entre a Sabedoria do mundo e a de Deus?

Sim, Senhor; visto que uma, no conceito da outra, é loucura.

Em que consiste esta oposição irredutível?

Em que as gentes têm por sábio àquele que, considerando os bens deste mundo como fim supremo, organiza a vida de forma que nada falta aqui na terra, ainda em coisas que redundam em detrimento e desprezo de Deus, Bem supremo, prometido no céu; ao passo que a Sabedoria dos Filhos de Deus consiste em subordinar todos os bens da vida presente à futura posse da Glória.

Logo, estes dois gêneros de sabedoria são totalmente diversos?

Sim, Senhor; porque conduzem fatalmente a termos distintos e o fim ou o termo é o que especifica a ação.

Logo, a prática das virtudes teologais e dos dons correspondentes, constituem os únicos meios de que dispõe o homem para orientar-se e encaminhar-se para o seu verdadeiro fim último?

Sim, Senhor.

XIII

DAS VIRTUDES MORAIS. — A PRUDÊNCIA: SUA NATUREZA, PARTES DA PRUDÊNCIA, VIRTUDES ANEXAS: ESPÉCIES, PRUDÊNCIA INDIVIDUAL, FAMILIAR, REAL E MILITAR

Que deve fazer o homem para gozar um dia no céu, o que a fé, a esperança e a caridade lhe propõem?

Além de possuir as ditas virtudes, deve exercitar-se na prática das morais e de seus correspondentes dons.

118

Qual é a primeira virtude moral?
A virtude da Prudência (XLVII).

Que entendeis por Prudência?
Uma regra moral do senso prático que põe no homem tacto e discrição suficientes para ordenar a sua vida e mandar em cada caso, aos seus subordinados, o mais apropriado à observância das virtudes (XLXIII, 1-9).

Tem muita importância?
Grandíssima, porque sem ela é impossível praticar ato algum virtuoso (XLVII, 13).

É suficiente o influxo da prudência, em todo o seu vigor, para garantir e manter em seus limites o exercício de todas as virtudes?
Sim, Senhor (XLVII, 14).

Donde lhe provem tal privilégio?
Da propriedade que tem de congregar todas as virtudes, de forma que nenhuma pode existir sem ela, nem ela pode existir sem o concurso de todas as outras.

É necessário o concurso de muitas condições para que o ato da prudência seja perfeito?
Sim, Senhor.

Como podereis classificá-las?
Em três grupos: umas são elementos constituintes ou partes integrantes essenciais; outras, virtudes adjuntas e ordenadas a atos secundários em conexão com o principal; por último, o ato principal encerra tantas classificações, como o dirigido e governado (XLVIII-LI).

Quais são os elementos constitutivos ou partes integrantes essenciais?
São as seguintes: Memória ou recordação do passado; inteligência ou conhecimento do presente, quer seja em geral quer em particular; docilidade e respeito ao disposto por antecessores sábios e prudentes; sagacidade para saber o que no momento dado se pode esperar de alguém; firmeza e segurança de juízo para aplicar as regras gerais aos casos particulares; providência ou determinação do tempo e do lugar de cada ato para obter o fim desejado; circunspecção ou conhecimento das circunstâncias; precaução contra tudo o que puder ser obstáculo ou comprometer o êxito da empresa (XLIX, 1-8).

119

Quais são as virtudes adjuntas e ordenadas para atos secundários em conexão com o principal?
A virtude do conselho e as duas virtudes do bom senso prático, uma referente à maneira de portar-se nos casos e circunstâncias ordinárias e outra nas extraordinárias e de grande empenho (LI, 1-4).

Supostos, os atos das anteriores virtudes, qual é o ato próprio da prudência?
O mandato executivo (XLVIII, 8).

Logo, a prudência é propriamente a virtude que serve para dirigir e mandar?
Sim, Senhor.

Não será melhor a virtude de obrar sem arrebatamentos, ou inconsiderações, visto que todos chamam prudente ao homem que mede e aquilata as suas obras e ditames?

É certo que assim o entendem; mas, apesar disso, o ato próprio da prudência consiste em mandar com energia e decisão quando chega o momento oportuno (XLVIII, 8 ad 2).

Quantas são as espécies de prudência?

Tantas, quantas as espécies de mandatos necessários, a respeito de atos difíceis na prática da virtude.

A quantas podemos reduzi-las?

A quatro: o mando e governo de nós mesmos, o da família, o da sociedade civil e o da militar (L, 1-4).

Como se chamam as espécies da virtude da prudência correspondentes a estes atos?

Prudência individual, familiar, real e militar (*Ibid*).

Que entendeis por prudência individual?

A que cada um necessita para governar sua vida moral e procurar o bem próprio.

Que entendeis por prudência familiar?

A que necessita cada membro da família para manter-se e atuar em sua própria esfera e sob a direção do chefe, para bem e proveito da sociedade familiar (L, 3).

Que entendeis por prudência real?

A prudência especial que necessita o chefe supremo de toda sociedade perfeita e independente para governá-la como convém (L, 3).

É suficiente, para que esteja bem regida uma nação, que sejam prudentes seus governantes?

Não, Senhor; é necessário que os governados possuam outra prudência proporcionada à dos primeiros (L, 2).

120

Em que há de consistir a prudência dos súditos?

Em submeterem-se às ordens e decisões do governante, de forma que os seus atos sociais jamais sejam peia ou obstáculo à consecução do bem comum (*Ibid*).

Ordena-se também a prudência militar para a consecução do bem da sociedade?

Sim, Senhor, e é da maior importância, porque tem por destino assegurar a defesa eficaz do Estado contra os inimigos exteriores, e isto só pode conseguir-se mediante a prudência mais delicada no mando e a mais completa disciplina nos subordinados (L, 4).

XIV

DO DOM DE CONSELHO CORRESPONDENTE À PRUDÊNCIA

Existe algum dom do Espírito Santo correspondente à virtude da prudência?

Sim, Senhor; o dom de conselho (LII).

Que entendeis por dom de conselho?

Ainda que suponhamos o homem provido de todas as virtudes infusas e adquiridas para melhor discernir o lícito do ilícito, é impossível que possa apreciar todos os casos particulares e contingentes, e a variedade quase infinita de circunstâncias capazes de modificar a sua moralidade. Tendo isto em conta, o dom de conselho é uma disposição ou qualidade transcendente da razão prática, em virtude da qual o homem abraça com prontidão e docilidade as ilustrações e moções com que o Espírito Santo vem em seu auxílio, quando se põe a meditar e discernir, no conglomerado de atos e práticas humanas, as que podem servir-lhe para alcançar a vida eterna (LII, 1, 2).

Permanece este dom no céu?

Sim, Senhor; ainda que em forma muito particular e distinta da de cá (LII, 3).

Em que consiste?

No conhecimento perfeitíssimo que têm os bem-aventurados de tudo o que contribuiu para a felicidade que já possuem e com ela se relaciona, como propriedade e conseqüência da posse atual ou como meio para iluminar, auxiliar e socorrer os que neste mundo lutam por se lhes juntar no céu (*Ibid*).

121

XV

DOS VÍCIOS OPOSTOS À PRUDÊNCIA; IMPRUDÊNCIA, PRECIPITAÇÃO OU TEMERIDADE, INCONSIDERAÇÃO, INCONSTÂNCIA. — VÍCIOS QUE A SIMULAM; PRUDÊNCIA DA CARNE, ASTÚCIA, DOLO, FRAUDE, FALSA SOLICITUDE

Existem vícios opostos à prudência?

Há-os de duas classes; uns que se opõem por defeito, e outros por excesso.

Com que nome se conhecem os opostos por defeito?

Com o nome geral de imprudência (LIII).

Que entendeis por imprudência, em geral?

Todo ato que não se ajuste às normas da reta razão e da prudência (LIII).

O ato imprudente pode ser pecado mortal?

Sim, Senhor; quando se menosprezam ou infringem regras e normas divinas (*Ibid*).

Quando será pecado venial?

Sempre que se executa algum ato, ainda que seja bom, com precipitação, inconsideração ou negligência (LIII, 2).

Que entendeis por precipitação?

Um ato contra a prudência, que consiste em tomar resoluções antes de informar-se convenientemente (LIII, 3).

Que entendeis por inconsideração?

O pecado daquele que não toma em conta todos os elementos de que dispõe para formar juízo acertado nas coisas práticas (LIII, 4).

Por que a inconstância se opõe à prudência?

Porque se opõe ao seu ato principal, que, como vimos, é o de mandar; o inconstante carece de firmeza e resolução para levar à prática os seus projetos e desígnios (LIII, 5).

Há algum outro defeito oposto ao ato principal da prudência?
Sim, Senhor; a negligência (LIV).

Que entendeis por negligência?
A falta de solicitude e presteza em ordenar a execução das resoluções tomadas depois de maduro exame, no concernente à prática da virtude (*Ibid*).

122

É grande o pecado de negligência?
De muito grande podemos qualificá-lo pelo pernicioso influxo que exerce em toda a economia espiritual, pois, ou a paralisa inteiramente, estorvando os seus atos ou fazendo que sejam frouxos, indolentes e como que forçados, perdendo deste modo o seu valor e mérito (LIV, 3).

Como se chama a negligência quando se estende aos atos exteriores?
Chama-se preguiça, e enervamento ou tardança (LIV, 2 ad 1).

É distinta da negligência propriamente dita?
Sim, Senhor; porque a negligência consiste na falta de presteza e energia para ordenar a execução e este defeito provem da indolência da vontade (LIV, 2).

Devemos ter cuidado especialíssimo em combater a negligência?
Sim, Senhor; pois como estende o seu influxo a todos os domínios da atividade, é veneno posto na fonte, capaz de contaminar todo o caudal de obras e virtudes.

Pode ser em alguma ocasião pecado mortal?
Quando impede que o homem se resolva a fazer algo de necessário para salvar-se, sim; porém, ainda no caso de que não o seja, produz um estado de apatia e indolência que conduz fatalmente à caducidade e à morte, se não se põe grande empenho em desarraigá-la (LIV, 3).

Que nome têm os vícios que pecam por excesso contra a prudência?
Prudência ou solicitude fingidas ou simuladas (LV).

Que entendeis por prudência simulada?
Um conjunto de vícios que desnaturalizam o caráter da verdadeira prudência, abusando dos seus meios próprios, para procurar-se um fim ilícito (LV, 1-5).

Qual é o vício que, simulando prudência, busca um fim ilícito?
A prudência da carne (LV, 1).

Em que consiste a prudência da carne?
Em dispor e ordenar a vida, procurando como fim a maior soma possível de prazeres sensuais (*Ibid*).

A prudência da carne é pecado mortal?
Quando o homem busca o prazer como fim último de seus atos, sim Senhor; se o busca e procura com excessiva afeição, porém considerando habitualmente a Deus como fim último, será pecado venial (LV, 2).

123

Quais são os vícios opostos à prudência, por abuso dos seus meios?

O de astúcia, e seus anexos, o dolo e a fraude (LV, 4).

Que entendeis por astúcia?

Uma simulação da prudência, que consiste em excogitar meios tortuosos e artes de dissimulação e engano para conseguir um fim, quer seja bom ou mau (LV, 3).

Em que consiste o dolo?

Na execução exterior dos planos forjados pela astúcia (LV, 4).

Em que se diferenciam os vícios de dolo e fraude?

Em que o dolo consiste na execução exterior dos planos forjados pela astúcia, empregando indistintamente palavras ou obras e a fraude tem o mesmo objeto, empregando somente obras (LV, 5).

A astúcia, o dolo e a fraude, confundem-se com a mentira?

Não Senhor; porque a mentira tem por fim enganar, e nestes vícios o engano não é fim, senão meio para conseguir alguma coisa.

Que se segue desta distinção?

Que a mentira é um pecado especial, exclusivamente oposto à virtude da veracidade, ao passo que a astúcia, o dolo e a fraude, como opostos à da prudência que se incorpora a todas as outras virtudes, podem andar misturados com todo gênero de pecados e vícios.

Que entendeis por falsa solicitude?

A daquele que se preocupa exclusivamente com os bens temporais; a do que põe, em procurá-los, mais trabalho e solicitude que nos da alma; e a do que teme que possam faltar-lhe, se cumpre com seu dever (LV, 6).

Temos obrigação de ser solícitos em procurar os bens temporais?

Com diligência moderada, ordenando-os à consecução da glória e confiando sempre na Divina Providência, sim, Senhor (*Ibid*).

Que opinião tendes da preocupação do porvir?

Que é má, quando peca por excessiva, ou se antecipa, usurpando o lugar de outros cuidados mais peremptórios (LV, 7).

Quando será boa?

Quando se limite a prevenir para o futuro o que depende e há de ser conseqüência do presente e deixa para

124

mais tarde cuidados que terão de trazer tempos vindouros (Ibid).

XVI

DOS PRECEITOS RELATIVOS À PRUDÊNCIA

Existe no Decálogo algum preceito relativo à prudência?

Não, Senhor; porque os preceitos do Decálogo, expressão do que a lei natural exige, têm por objeto os fins da vida humana, e a prudência versa sobre os meios de consegui-los; se bem

que, em certo modo a ela se referem todos os mandamentos, como reguladora de todas as virtudes (LVI. 1).

Logo, os preceitos relativos à prudência são posteriores e complementares dos do Decálogo?

Sim, Senhor; e se encontram também na Sagrada Escritura, no Antigo Testamento, e de modo mais concreto no Novo (*Ibid*).

Não há no Antigo Testamento preceitos severíssimos contra os vícios opostos à prudência?

Sim, Senhor; contra a astúcia, o dolo e a fraude (LVI, 2).

Por que proibiu Deus de modo tão especial estes pecados?

Porque quase sempre se tocam com as matérias da Justiça, ponto de vista de todo o Decálogo (*Ibid*).

XVII

DA VIRTUDE DA JUSTIÇA. — O DIREITO NATURAL, POSITIVO, PRIVADO, PUBLICO, NACIONAL, INTERNACIONAL, CIVIL E ECLESIÁSTICO. — JUSTIÇA LEGAL E PARTICULAR — VÍCIOS OPOSTOS.

A virtude da justiça, segue em categoria e importância à da prudência?

Dado o seu caráter particular, a prudência, sem a qual não pode existir nenhuma virtude moral, ocupa o primeiro lugar; depois dela, a Justiça (LVII, CXXI).

Que entendeis por Justiça? *125*

A virtude que tem por objeto o direito, isto é, o justo (LVII, 1).

Que entendeis quando afirmais que tem por objeto o direito, ou o justo?

Que está destinada a manter a paz e harmonia entre os homens, fazendo que cada um respeite as pessoas, atribuições, faculdades e bens legitimamente adquiridos e possuídos pelos outros (*Ibid*).

A que normas devemos atender para averiguar quais são os direitos legítimos dos outros?

Primeiramente, ao que dita a razão natural; em segundo lugar, aos convênios havidos entre os homens prudentes, e, por último, às disposições da autoridade legitima (LVII, 2-4).

Como se chama o direito fundado nos ditames da razão?

Chama-se direito natural.

E o fundado em convênios e em leis promulgadas pela autoridade competente?

Direito positivo, o qual se divide em privado e público, e este, por sua vez, em nacional e internacional, baseado o primeiro em convênios privados e em leis da nação e o segundo, em pactos entre os diversos Estados (*Ibid*).

Não falastes também de direito civil e eclesiástico?

Sim, Senhor; e se distinguem em que o primeiro se apóia em atos emanados da autoridade civil, e o outro nos da eclesiástica.

Limita-se o direito, enquanto objeto da virtude da Justiça, a impor ordem nas relações dos particulares entre si, ou estende-se às dos particulares com o conjunto ou sociedade?

Abrange as duas coisas (LVTII, 5-7).

Que nome tem a virtude da Justiça no segundo caso?

Chama-se Justiça legal (*Ibid*).

E no primeiro?

Justiça particular (*Ibid*).

Poderíeis definir com precisão a virtude da justiça?

Sim, Senhor; consiste na disposição consciente, duradoura e irrevogável da vontade, mediante a qual se dá a cada um tudo o que lhe pertence (LVTII, 1).

Como se chama o vício oposto a esta virtude?

Chama-se injustiça; e o mesmo se opõe tanto à justiça legal quando prejudica o bem comum, como à particular.

126

cujo objeto é manter as relações dos cidadãos sobre a base da igualdade (LIX).

Em que consiste propriamente este último pecado de injustiça ?

Em atentar livre e espontaneamente contra o direito de outrem, isto é, em negar o que outro natural e razoavelmente deve e pode querer (LIX, 3).

XVIII

DO JUÍZO COMO ATO DA JUSTIÇA PARTICULAR

Tem a Justiça algum ato de especial importância, considerada, sobretudo, como justiça particular?

Sim, Senhor; o ato do Juízo, que consiste em determinar com exatidão aquilo que a cada um se deve dar, principalmente se se trata de ofício para administrar justiça aos litigantes, cargo próprio dos juízes, ou em particular para discernir em consciência e por amor à Justiça, até onde se estendem os deveres e os direitos de cada um (LX).

Em caso de dúvida, deve inclinar-se o Juízo para o lado da benevolência?

Tratando-se do próximo, sim, Senhor; pois a Justiça exige que jamais se pronuncie sentença condenatória, quer seja exterior, ou simplesmente interior e de pensamento, enquanto permaneça de pé alguma dúvida (LX. 4).

Apesar disto, podemos em determinadas ocasiões presumir e suspeitar da existência do mal sem provas suficientes?

Sim, Senhor; quando devamos preveni-lo ou remediá-lo, pois a Justiça legal, a prudência e a caridade nos mandam ser cautos e supor, ao menos como possível, a maldade de certos homens, ainda que dela não tenhamos a certeza, mas apenas conjecturas (LX, 4, ad 3).

Tendes que formular alguma reserva a esta doutrina?

Sim, Senhor; porque ainda neste caso, temos obrigação de não emitir contra quem quer que seja, juízo formalmente desfavorável.

Poderíeis explicar-mo com um exemplo?

Se eu visse um homem de catadura suspeita, não teria o direito de julgá-lo ladrão, nem mesmo consigná-lo como tal; porém se o visse rondar a minha casa ou as dos meus amigos, teria direito de tomar cuidado para que tanto

127

dentro de minha casa como das suas, tudo estivesse a salvo de uma surpresa ou tentativa de roubo.

XIX

ESPÉCIES DA JUSTIÇA PARTICULAR: JUSTIÇA COMUTATIVA E DISTRIBUTIVA

Quantas espécies compreende a justiça particular?

Duas: a distributiva e a comutativa (LXI, 1).

Que entendeis por justiça distributiva?

A justiça particular que estabelece o equitativo nas relações do grupo, ou sociedade, com as partes ou indivíduos (*Ibid*).

Que entendeis por justiça comutativa?

A justiça particular que governa as relações entre duas partes na mesma sociedade (*Ibid*).

Que espécie de justiça preside às relações dos homens considerados como partes ou indivíduos subordinados ao todo ou sociedade?

A grande virtude da justiça legal (LXI, 1-acl 4).

XX

DA RESTITUIÇÃO COMO ATO DE JUSTIÇA COMUTATIVA

Existe algum ato característico da justiça comutativa?

Sim, Senhor; a restituição (LXII, 1).

Que entendeis por esta palavra restituição?

O ato de restabelecer a igualdade exterior entre os homens, quando algum a quebra, apoderando-se do alheio (*Ibid*).

O ato de restituir envolve sempre a reparação de uma injustiça?

Não, Senhor; porque compreende também o ato de devolver com exatidão e escrúpulo o que em espécie se havia tomado.

Poderíeis dar-me em poucas palavras as regras essenciais da restituição?

Ei-las aqui, como as dita a equidade natural: A restituição tem por objeto dar ou devolver o que a outro pertence ou que injustamente se lhe tirou. Deve devolver-se o

128

subtraído ou o seu equivalente exato, no estado e forma em que atual ou virtualmente o possuía seu dono, antes do ato que modificou a posse, com mais a obrigação de compensar os estragos e prejuízos que naquele ato, ou em conseqüência dele, tenham sobrevindo em prejuízo do legítimo possuidor. Está obrigado a restituir o detentor ou causante voluntário da

injustiça cometida. Excetuando-se o caso de impossibilidade, deve restituir-se sem demora (LXII, 2, 8).

XXI

DA ACEPÇÃO DE PESSOAS, VÍCIO OPOSTO À JUSTIÇA DISTRIBUTIVA. — VÍCIOS OPOSTOS À JUSTIÇA COMUTATIVA: DO HOMICÍDIO, DA PENA DE MORTE, MUTILAÇÃO, VERBERAÇÃO E ENCARCERAMENTO

Entre os vícios opostos à virtude da justiça, há algum particularmente oposto à distributiva?

Sim, Senhor; a acepção de pessoas (LXIII).

Que entendeis por acepção de pessoas?

A injustiça que comete o governante em conceder ou negar mercês, e em impor ou isentar de impostos, em atenção às pessoas, e não à dignidade e merecimentos que possam fazê-las dignas (LXVIII, 1).

Quais são os vícios opostos à justiça comutativa?

São muito numerosos e classificam-se em dois grupos (LXIII-LXXVIII).

Quais são os que figuram no primeiro?

Os que prejudicam o próximo contra sua vontade (LXIV-LXVI).

Dizei-me o primeiro.

O primeiro é o homicídio, pecado de ação contra o próximo e que consiste em arrebatar-lhe o maior bem que possui, que é a vida (LXIV).

É muito grave o pecado de homicídio?

É o maior dos pecados contra o próximo.

Nunca é lícito atentar contra a vida do próximo?

Não, Senhor.

É a vida do homem um bem que nunca é lícito arrebatar-lhe?

Nunca, exceto quando por um crime tenha merecido ser privado dela, (LIV, 2, 6).

129

Quem tem neste caso o direito de tirar-lha?

Somente a autoridade pública (*Ibid*).

Em que se baseia este direito da autoridade pública?

Na obrigação que tem de velar pelo bem comum (*Ibid*).

Pode erigir o bem comum que se imponha a um homem a pena de morte?

Sim, Senhor; porque, bem pode ocorrer o caso em que não haja outro meio eficaz de por termo à arrogância dos criminosos, ou em que a consciência pública exija esta satisfação por alguns crimes odiosos e execráveis (*Ibid*).

Logo, é o crime a única razão que pode invocar a autoridade pública para impor a pena de morte?

Sim, Senhor (LIV, 6).

A razão do bem público, não poderia em algum caso justificar a morte do inocente?

Não, Senhor; porque o bem supremo da sociedade é o bem da virtude (*Ibid*).

É lícito aos particulares matar ao injusto agressor em defesa de suas pessoas ou bens?

Não, Senhor; exceto quando seja necessário para defender a própria vida e a dos seus e não haja nenhum outro meio de repelir a agressão; e ainda neste caso, õ que se defende não há de ter intenção de tirar a vida alheia, senão defender a própria (LXIV, 7).

Quais são os outros pecados contra o próximo?

Os de mutilação, ou atentado contra a integridade; verberação, que consiste em privá-lo do repouso e tranqüilidade; e o encarceramento ou privação da liberdade (LXV, 1-3).

Quando são pecaminosos estes atos?

Quando os impõe quem não tem autoridade sobre o paciente, ou se a tem, quando se excede no castigo (*Ibid*).

XXII

DO DIREITO DE PROPRIEDADE E SEUS DEVERES ANEXOS. — VIOLAÇÃO DO DTREITO DA PROPRIEDADE: O ROUBO E A RAPINA

Qual é o maior pecado contra o próximo, depois dos que o prejudicam na sua pessoa?

Os que lhe ocasionam prejuízo em seus bens.

130

Tem o homem direito de possuir alguma coisa como própria ?

Sim, Senhor; tem o direito de propriedade e de administrar suas posses, como melhor entender, sem que os outros possam intrometer-se nos seus negócios ou coarctar a sua liberdade de ação (LXVI, 2).

Em que se funda este direito?

Na natureza humana, porque, sendo o homem um ser racional, criado para viver em sociedade, assim o exige o seu próprio bem, o da família e o da coletividade de que faz parte (LXVI, 1, 2).

Por que?

Porque a propriedade é condição necessária para ter independência e liberdade de ação; porque é o meio por excelência para constituir e perpetuar a família, e por último, porque a sociedade obtém grandes benefícios, não só porque a propriedade individual evita inumeráveis litígios e desavenças que sobre o uso das coisas possuídas em comum se produziriam, mas também porque os bens serão melhor administrados e gozados em benefício da coletividade.

O direito de propriedade tem obrigações anexas?

Sim, Senhor, ei-las em poucas palavras: A primeira obrigação do proprietário é não deixar improdutivos os seus bens. — Descontando, dos produtos, o que necessita para sua vida e decoro seu e de sua família, não lhe é permitido considerar o restante como propriedade privada, excluindo em absoluto de sua participação os demais membros da sociedade; tem,

por conseguinte, o dever de justiça social de repartir o supérfluo com a maior equidade possível, principalmente facilitando trabalho e ocupação para o desenvolvimento do bem estar comum e como meio para que todos possam atender às suas necessidades. — A razão do bem público autoriza o Estado a tomar da propriedade o que julga necessário e útil com o objetivo de socorrer as necessidades sociais, e neste caso, os súditos estão obrigados, em justiça estrita, a conformar-se e obedecer. — As necessidades particulares não impõem ao proprietário deveres tão imperiosos, como as públicas, e não há nesta matéria lei positiva alguma, cujo cumprimento possa exigir-se por via judicial; porém fica de pé, com toda a sua força e vigor, a lei natural e peca contra ela, faltando à obrigação primária de amar e socorrer ao próximo, quem, possuindo bens supérfluos, se desinteressa da miséria e angustiosa situação do necessitado.

131

Esta obrigação, rigorosa por lei natural, adquire o caráter de dever sagrado em virtude da lei positiva divina e particularmente da lei evangélica, como se Deus quisesse corroborar, impondo sanção penal, o preceito que gravara nos corações humanos (LXVII, 2-7; XXXII, 5,6).

Supostas as ditas obrigações, que direitos tem os proprietários?

Têm direito a que todos respeitem os seus bens e a que ninguém lhes arrebate o domínio legitimo contra a sua vontade (LXVI, 5,8).

Como se chama o ato de apropriar-se do alheio contra a vontade do proprietário?

Chama-se roubo e rapina (LXVI, 3-4).

Que- entendeis pela palavra roubo?

O ato de tomar o alheio às escondidas do dono (*Ibid*).

E o que é a rapina?

O ato de despojar alguém de alguns dos seus bens, não às escondidas, como no roubo, mas ostensiva e violentamente (LXVI. 4).

Qual dos dois pecados é o mais grave?

O segundo; todavia, tanto o roubo como a rapina são sempre por sua natureza pecados mortais, se não os escusa o pouco valor do objeto roubado (LXVI. 9).

Logo, têm os homens obrigação de abster-se de todo ato que tenha aparência de roubo?

Sim, Senhor; porque assim o requer o bem da sociedade.

XXIII

PECADOS DE PALAVRA CONTRA A VIRTUDE DA JUSTIÇA — PECADOS DOS ENCARREGADOS DE ADMINISTRAR A JUSTIÇA: POR PARTE DO JUIZ, DO ATO DO JUIZ, DO ACUSADOR, DO ACUSADO, DAS TESTEMUNHAS E DO ADVOGADO

Além dos pecados de obras, cometem-se também contra o próximo pecados de palavra?

Sim, Senhor; e dividem-se em duas categorias: uns, em que se incorre, no ato de administrar justiça; e outros, nas ações correntes e ordinárias da vida (LXVII-LXXVI).

132

Qual é o primeiro pecado na administração da justiça ?

A do Juiz que não julga ou que decide em desacordo com a razão e a equidade natural (LXVII).

Que qualidades necessita possuir o Juiz para estar à altura do seu cargo?

Precisa ser uma como personificação da Justiça, encarregado pela sociedade de reconhecer e amparar, em seu nome, os direitos daqueles que, achando-se prejudicados, recorrem à sua autoridade (*Ibid*).

Logo, a que normas deve ater-se para cumprir dignamente o seu ofício?

Às seguintes: Não pode conhecer de causas que não sejam de sua jurisdição e incumbência; está obrigado a fundamentar a sentença nos fatos e dados que resultem juridicamente comprovados no processo e tais como as partes, os expõem; não deve intervir, se ninguém se queixa, nem reclama justiça; porém, quando interpõe a sua autoridade, deve administrá-la integra e imparcial, sem mal entendida compaixão com os delinqüentes, quaisquer que sejam as penas que haja de impor-lhes, conformemente ao direito, quer seja divino quer humano (LXVII, 2,4).

Qual é o segundo pecado contra a Justiça no ato do Juízo?

O pecado dos que faltam à obrigação de denunciar, ou acusam injustamente (LXVIII).

Que entendeis por obrigação de denunciar?

A que tem todo cidadão que conhece algum ato prejudicial à sociedade, de por o autor nas mãos do Juiz, para que aplique a devida sanção. Só a impossibilidade de provar juridicamente o fato o excusa deste dever (LXVIII, 1).

Quando dizeis que é injusta a acusação?

Quando maliciosamente se imputa a alguém um crime que não cometeu, e também quando não se persegue, como a Justiça requer, o crime, quer entendendo-se fraudulentamente com a parte contrária, quer desistindo, sem motivo, da acusação (LXVIII, 3).

Qual é o terceiro pecado contra a Justiça, no ato do Juízo?

O do acusado que não conforma o seu proceder com as normas do direito (LXIX).

133

Quais são as normas do direito a que deve ajustar-se o acusado, sob pena de pecar contra a Justiça?

Tem obrigação de dizer a verdade quando o Juiz, no uso das suas atribuições, lha perguntar e a de não empregar em sua defesa meios reprováveis (LXIX, 1,2).

Pode o acusado apelar da sentença condenatória?

Já que nenhum acusado tem direito de defender-se empregando meios ilícitos, não pode apelar de uma sentença justa com o fim exclusivo de ganhar tempo e retardar a execução; quando, porém, for vítima de uma injustiça manifesta, e sempre dentro dos limites que a lei lhe faculta, pode apelar da sentença condenatória (LXIX, 3).

Pode um condenado à morte resistir à execução da sentença?

Se a condenação é injusta, pode resistir, usando, se for preciso, astúcia e violência, com tanto que evite o escândalo. Se a sentença é justa tem o dever de sofrer a execução sem opor resistência.

Pode, apesar disso, fugir, se achar ocasião propícia, pois, ninguém é obrigado a cooperar para a sua própria morte (LXIX, 4).

Qual é o quarto pecado que pode cometer-se contra a justiça, no ato do Juízo?
O das testemunhas que faltam ao seu dever (LXX).

De quantas maneiras podem faltar as testemunhas à sua obrigação?
Abstendo-se de declarar, não só quando lhes requer a autoridade judicial a que estão obrigados a obedecer no concernente à administração da justiça, mas também quando seja necessária a sua declaração para evitar dano de terceiro, e com maior razão quando prestam declarações falsas (LXX, 1.4).

A declaração judicial falsa é sempre pecado mortal?
Sim, Senhor; porque ainda que, pela razão da parvidade da matéria, possa ser venial em determinadas ocasiões, é sempre mortal em atenção ao perjúrio, e também à injustiça quando atenta contra alguma causa justa (LXX, 4).

Que outros pecados se cometem contra a Justiça no ato do Juízo?
Os dos advogados, quando se negam a patrocinar uma causa justa e não é possível recorrer a outro; quando defendem causa injusta, especialmente em assuntos cíveis, e quando exigem por seu trabalho retribuição excessiva (LXX, 1, 3, 4).

134

XXIV

PECADOS DE PALAVRA NOS ATOS ORDINÁRIOS DA VIDA: INJÚRIA, DIFAMAÇÃO (MALEDICÊNCIA E CALÚNIA), MURMURAÇÃO, IRRISÃO E MALDIÇÃO

Quais são as injustiças de palavra que na vida se cometem contra o próximo?
São as de injúria, difamação, murmuração, irrisão e maldição (LXXII - LXXVI).

Que entendeis por injúria?
Entendem-se por injúria, insulto, ultraje, e às vezes por menosprezo, censura e repreensão, as palavras que se usam para qualificar excessos ou injustiças, o fato de afrontar a alguém por palavra ou obra, agravando-o tanto na honra, como no respeito e consideração que se lhe merece (LXXII, 1).

A injúria é pecado mortal?
Quando as palavras ou fatos constituem por sua natureza ultraje grave, e existe intenção formal de ofender, sim, Senhor; porém, será venial, apesar do exposto, quando a honra do ofendido não fica seriamente comprometida, ou falta no agressor intenção de injuriar (LXXII, 2).

Têm todos os homens obrigação estrita de justiça de tratar os outros, quaisquer que sejam, com a devida consideração e respeito?
Sim, Senhor; visto que este respeito mútuo é de grande importância para a boa harmonia nas relações sociais (LXXII, 1-3).

Em que se funda e qual é a importância desta obrigação?
Funda-se em ser a honra um dos bens que os homens têm em maior estima, e, por conseqüência, há obrigação de tratar com as devidas considerações até os mais humildes e pequenos, sempre em harmonia com a sua condição; afrontá-los, deprimi-los, humilhá-los com olhares, gestos e palavras é mortificá-los naquilo que mais amam (*Ibid*).

Logo, estamos obrigados a evitar em presença de outros, qualquer palavra ou fato que possa mortificá-los, humilhá-los ou entristecê-los?
Sim, Senhor (*Ibid*).

135

A ninguém é permitido afastar-se desta regra?
A ninguém, exceto os superiores com o fim exclusivo de corrigir os seus súbditos, quando realmente o mereçam, ainda que, neste caso, jamais devem fazê-lo alucinados pela paixão, nem com formas e modos arrebatados ou indiscretos (LXXII, 2 ad 2).

Como devemos portar-nos com os que nos injuriam e ofendem?
A caridade e a mesma justiça podem exigir que não deixemos impunes os atentados diretos ou indiretos contra a nossa honra ou de outras pessoas que nos estão confiadas. Porém, ao reprimir a audácia do ofensor, devemos guardar a circunspecção precisa e sobretudo o modo de não devolver novo agravo ou injustiça (LXXII, 3).

Que entendeis por difamação?
No sentido estrito, consiste em atentar por meio de palavras contra a reputação e bom nome do nosso próximo, ou em fazer-lhe perder, total ou parcialmente, e sem razão nem motivo justificado, a estima e consideração dos outros (LXXIII, 1).

É a difamação um pecado muito grane?
Sim, Senhor; porque arrebata ao próximo bens mais estimáveis que a riqueza, objeto do pecado do roubo (LXXIII, 2, 3).

Quantas classes há de difamação?
Quatro diretas: imputar ao próximo, culpa ou delito que não cometeu; exagerar os seus defeitos, divulgar segredos que lhes sejam desfavoráveis, e atribuir-lhe intenções e propósitos torcidos, ou. ao menos, suspeitos, nas suas melhores ações (LXXIII, 1. ad 3).

Existe alguma outra maneira de difamar o próximo?
Há outra, indireta, que consiste em negar-lhe as suas boas qualidades ou silenciá-las com malícia ou diminuí-las dissimuladamente (*Ibid*).

Que entendeis por murmurar, ou semear cizânia?
O pecado do que diretamente se propõe, por meio de frases ambíguas e pérfidas insinuações, introduzir a discórdia entre os que se acham unidos com laços de amizade e mútua confiança (LXXIV, 1).

É pecado muito grave?
É o mais grave, odioso e digno de reprovação perante Deus e os homens, de quantos de palavra se cometem contra o próximo (LXXXIV, 2).

Que entendeis por irrisão?
A irrisão, zombaria ou chacota injuriosa é um pe-

136

cado de palavra contra a justiça, e consiste em ridicularizar o próximo em sua presença, encontrando nele defeitos e torpezas que lhe façam perder o domínio de si mesmo, nas relações com os outros (LXXV, 1).

É um pecado grave?

Sim, Senhor; porque envolve desprezo da pessoa, e o desestimar e ter em pouco a outrem, é ato detestável e digno de reprovação (LXXV, 2).

Confunde-se a ironia com o pecado de irrisão, e tem a mesma gravidade?

Pode a ironia ser falta venial, quando, com ela, a modo de diversão, se criticam defeitos leves, sem desdenhar, nem ofender as pessoas. Pode acontecer que não seja falta quando não passa de travessura e passatempo inocente e nem haja perigo de mortificar, nem contrariar a quem dela é alvo. De qualquer modo, é um sistema de diversão muito delicado e melindroso e convém usá-lo com extrema prudência (LXXV, 1 ad 1).

Pode ser a ironia, em alguma ocasião, ato de virtude?

Manejada com habilidade e delicadeza, é um meio de que pode utilizar-se o superior para admoestar e repreender os súditos, e também pode empregar-se entre iguais, a modo de caritativa correção fraterna.

Que precauções devem tomar-se nestes casos?

Antes de tudo, deve usar-se com grande tacto e discrição, porque, se bem que às vezes pode ser útil abater, até limites justos, a vã opinião que de si mesmo têm os propensos à jactância, é preciso também não destruir a segurança e confiança legítima que cada um deve ter em si mesmo, sem a qual se paralisa toda iniciativa e espontaneidade, convertendo a vítima da ironia em um ser tímido e irresoluto, degradado e envilecido aos seus próprios olhos.

Que relações têm a injúria, a difamação, a murmuração e a irrisão com o hábito vicioso de mal dizer?

Tem de comum estes vícios o serem pecados de palavra contra o próximo e diferenciam-se em que, os quatro primeiros consistem em proposição ou enunciados com que se imputam males ou se negam bens, e a maldição em invocar o mal para que caia sobre os nossos semelhantes.

É a maldição ou praga ato essencialmente mau?

Sim, Senhor; porque é desejar o mal por mal; por conseqüência, é sempre, e por sua natureza, falta grave (LXXVI, 3).

137

XXV

PECADOS QUE SE COMETEM ENGANANDO O PRÓXIMO OU ABUSANDO DELE: A FRAUDE E A USURA

Qual é a última classe de pecados contra a justiça comutativa?

Aqueles, mediante os quais, indevidamente, se obriga ao próximo o consentir naquilo que o prejudica (LXXVII, Prólogo).

Que nome têm?

Chamam-se fraude e usura (LXXVII; LXXVIII).

Que entendeis por fraude?

O ato, contrário à justiça, de enganar o próximo nos contratos de compra e venda, persuadindo-o a que aceite como bom o que não o é (LXXVII).

Por quantos modos se comete o pecado de fraude?

Comete-se, umas vezes, no preço, quer comprando por muito menos do que valem as coisas, quer vendendo por preços excessivos; outras, enganando nas qualidades e natureza da mercadoria, saiba-o ou não, o vendedor; outras vezes comete-o o comerciante, ocultando os defeitos do gênero; comete-se, por último conforme o fim a que se destinam os lucros, ou propósito que sobre eles forme o negociante (LXXVII, 1-4).

Nunca se pode comprar, cientemente, uma coisa por menos, ou vendê-la por mais do que vale?

Não, Senhor; porque o preço dos contratos de compra e venda deve corresponder ao valor real da mercadoria; pedir mais ou dar menos, é ato essencialmente injusto e impõe obrigação de restituir (*Ibid*).

É contra a justiça vender uma coisa por outra?

Sim, Senhor; porque é enganar na natureza ou espécie, quantidade e qualidades da mercadoria; é pecado, se se faz conscientemente, e obriga à restituição. Mesmo no caso em que não tenha havido pecado, permanece a obrigação de ressarcir prejuízos ao vendedor ou ao comprador de boa fé, quando se descobre a fraude (LXVII, 2).

138

Está o vendedor sempre obrigado a manifestar os defeitos da mercadoria?

Quando são ocultos e podem acarretar danos e prejuízos, sim, Senhor (LXXVII, 3).

É lícito a alguém dedicar-se ao negócio de compra e venda com o fim exclusivo de obter lucros e amontoar dinheiro?

O negócio pelo negócio tem algo de brutal e agressivo, porque fomenta o afã desmedido do lucro, insaciável por natureza (LXXVII, 3).

Que fins ou circunstâncias poderiam cohonestá-lo?

É necessário que não seja o lucro a finalidade do negócio, mas haja um fim mais honrado e moral, por exemplo, sustentar a família, socorrer os indigentes; dedicar-se-lhe tendo em vista a utilidade pública, para que não faltem no mercado os artigos de consumo necessário, ou ainda, querer o lucro como retribuição do trabalho empregado em sua aquisição (*Ibid*).

Que entendeis por pecado de usura?

O ato de injustiça, que consiste em aproveitar a indigência ou a situação crítica de um homem para emprestar-lhe dinheiro ou coisa de valor apreciável, porém destinada a cobrir as suas necessidades e sem outro uso que o consumo, obrigando-o a devolver-lho em data fixa, com mais uma quantia adicional a título de usura (LXXVIII, 1, 2, 3).

O empréstimo com juro é o mesmo que usura?

Não, Senhor; porque, se bem que toda usura é empréstimo com juros, nem todo empréstimo com juros é usura.

Em que se distinguem?

Em que, no empréstimo com juros, se considera o dinheiro como coisa produtiva, dadas as condições sociais e econômicas em que hoje se desenrola a vida.

E que condições deve reunir o empréstimo com juros para não degenerar em usura?

Duas: 1.ª que a taxa de juros não exceda à legal, ou à usada entre pessoas de boa consciência; 2.ª que os ricos, que possuem bens supérfluos, não sejam exigentes com os pobres, se estes pedem emprestado, não para negociar, mas para atender às necessidades mais imperiosas da vida.

139

XXVI

COMPONENTES DA VIRTUDE DA JUSTIÇA: PRATICAR O BEM E EVITAR O MAL. — VÍCIOS OPOSTOS: A OMISSÃO OU TRANSGRESSÃO

Podemos achar elementos constitutivos ou partes integrantes da virtude da justiça, conforme fizemos ao falar da prudência, prescindindo de suas diversas espécies?

Sim, Senhor; e se condensam neste aforismo: pratica o bem e evita o mal (LXXIX, 1).

Por que não se distinguem estes dois componentes nas outras virtudes morais?

Porque, na fortaleza e temperança, não fazer mal se identifica com a prática do bem; mas na virtude da justiça, fazer bem consiste em estabelecer a igualdade jurídica com o nosso próximo; e evitar o mal, em abster-nos de tudo o que possa destruir aquela igualdade (*Ibid*).

Como se chamam os pecados contra o primeiro componente?

Pecados de comissão ou transgressão (LXXIX, 3).

E os cometidos contra o segundo?

Pecados de omissão (LXXIX, 2).

Quais são mais graves?

Por natureza, os de comissão, ainda que há omissões mais graves do que algumas transgressões. Assim, por exemplo, falta mais grave é injuriar a alguém do que deixar de demonstrar-lhe o devido respeito; porém, maior injúria comete quem falta ao respeito ou se nega a prestar o devido acatamento a um superior de elevada hierarquia, sobre tudo se o faz em público (pecado de omissão), do que quem desdenha ou ligeiramente mortifica a um homem de categoria ínfima (pecado de comissão) (LXXXIX, 4).

XXVII

DAS VIRTUDES ANEXAS À JUSTIÇA: RELIGIÃO, AMIZADE, LIBERALIDADE E EQUIDADE NATURAL

Relacionam-se com a Justiça outras virtudes que sejam como que suas partes potenciais, ou virtudes anexas?

Sim, Senhor (LXXX, 1).

140

Em que se distinguem da Justiça propriamente dita?

Em que a Justiça tem por objeto dar a outrem, sem cercear-lhe coisa alguma, quanto em direito se lhe deve, e estas outras virtudes, ainda que concordem com ela em terem por objeto os direitos de outrem, diferenciam-se em que, ou versam sobre direitos ou ações que propriamente e conformemente à Justiça fundada em lei não se devem, nem são exigíveis perante os tribunais; ou, se bem que em rigor se devem, nunca podem satisfazer-se ou cumprir-se inteira e cabalmente (*Ibid*).

Quantas e quais são as virtudes deste modo subordinadas à Justiça?

As nove seguintes: religião, piedade, observância, gratidão, vindicta, verdade, amizade, liberdade e equidade natural (*Ibid*).

Poder eis dar razão desta divisão?

Sim, Senhor; as oito primeiras referem-se à justiça particular e a nona à geral ou legal. — Entre as primeiras há três, a religião, a piedade e a observância, que têm de comum com a. justiça o regular estritos e imperiosos deveres, porém se diferenciam dela em que são deveres em cujo cumprimento nunca se enche a medida do correspondente direito; a religião abrange todos os deveres para com Deus, a piedade para com os pais e a pátria, e a observância para com os virtuosos e os constituídos em dignidade. — Também não se identificam com a justiça as cinco últimas, porque as obrigações que elas impõem não são legais, nem exigíveis perante um tribunal de direito, mas simplesmente morais, sem outros limites ou condições que os prescritos pela consciência do homem virtuoso, ainda que sempre necessários para manter a ordem, facilidade e boa harmonia nas relações sociais; e ainda porque admitem dois graus: ou são absolutamente necessárias para a convivência humana, como a verdade, a gratidão e a vindicta, ou muito convenientes, como a amizade e a fidelidade (*Ibid*).

XXVIII

NATUREZA DA VIRTUDE DE RELIGIÃO

Que entendeis por virtude de religião?

A virtude de religião é assim chamada, porque constitui o vínculo que deve ligar o homem com Deus, como

141

princípio de todo bem, e uma perfeição da vontade, mediante a qual se aprecia e estima em seu verdadeiro valor a relação de dependência do homem para com Deus, como primeiro princípio, último fim, ser infinitamente perfeito e causa primeira de toda a perfeição (LXXXI, 1-5).

Quais são os seus atos?

Os atos próprios da religião são todos os que por sua natureza manifestam e confessam esta dependência. Pode, além disso, a virtude da religião ordenar para este mesmo fim os atos das outras virtudes, e neste caso, podemos dizer, que converte a vida do homem em um ato de culto permanente (LXXXI, 7-8).

Como poderemos chamá-la neste último caso?

Chamar-lhe-emos Santidade, porque santo é o homem cuja vida se transforma num ato de religião (LXXXI, 8).

É grande e excelente a virtude da religião?

Depois das Teologais é a mais excelsa (LXXXI-6).

Por que?

Porque, entre todas as virtudes morais, cuja finalidade é disciplinar a atividade consciente do homem para lançá-lo na conquista de Deus, conhecido pela fé, prometido pela esperança e amado pela caridade, nenhuma tem objeto mais elevado e próximo do último fim. As outras virtudes regulamentam os atos e deveres do homem para consigo mesmo ou para com as outras criaturas; a religião ensina-lhe as suas obrigações para com Deus, a reconhecer e acatar a sua soberana majestade, a servi-lo e honrá-lo como servido e honrado quer ser

Aquele cuja grandeza e perfeição excedem com diferença infinita, à de todas as criaturas (*Ibid*).

XXIX

ATOS INTERIORES DA RELIGIÃO. — A DEVOÇÃO. — A ORAÇÃO: SUA NECESSIDADE. FÓRMULA. O PADRE NOSSO, OU ORAÇÃO DOMINICAL. SUA EFICÁCIA

Qual é o primeiro ato da religião?

O ato interior chamado devoção.

Que entendeis por devoção?

Um movimento da vontade, em virtude do qual ela (e quanto dela depende) se acha sempre disposta para empregar-se no serviço de Deus. (LXXXII, 1, 2).

142

Qual é, depois da devoção, o primeiro ato com que o homem se ocupa no serviço de Deus?

A oração.

Que entendeis por oração?

No sentido mais elevado da palavra, é um ato da razão prática, mediante o qual intentamos persuadir a Deus, para que cumpra os nossos desejos, e, para consegui-lo, empregamos a súplica e a petição (LXXXIII, 1).

É possível e razoável semelhante intento?

Sim, Senhor; e não há coisa no mundo mais razoável, nem mais conforme com a nossa natureza (LXXXIII,2).

Por que?

Posto que sejamos seres racionais e conscientes, temos necessidade de saber quem é Deus e quem somos nós: Ele é fonte e origem de todo o bem e perfeição; nós pura indigência; logo, com quanta maior firmeza nos formos convencendo da nossa pequenez e miséria, tanto em geral, como em cada caso particular, e de que só Ele pode remediar-nos, mais nos ajustaremos ao que de nós exige a própria natureza; este é, pois, o objeto da oração: donde se segue que, tanto mais perfeita será quanto melhor nela adquiramos o conceito mais cabal da própria pequenez e da grandeza e generosidade divinas: e por onde viremos ao conhecimento da razão por que Deus, em sua infinita misericórdia, quis que orássemos e decretou não conceder-nos coisa alguma se não com a condição de pedirmos.

Logo, quando tratamos de forçar a Deus para satisfazer os nossos desejos, limitamo-nos a cumprir a sua vontade?

Quando pedimos bens conducentes à nossa salvação, sim, Senhor.

Deus ouve e atende sempre às nossas orações?

Quando, movidos pelo Espírito Santo, pedimos alguma coisa em harmonia com a nossa felicidade, sim, Senhor (LXXXIII, 15).

Existe alguma fórmula de orar, com cujo emprego podemos estar seguros de pedir sempre o que convém?

Há uma que podemos chamar fórmula por excelência, conhecida com o nome de Padre Nosso ou Oração dominical (LXXXIII, 9).

Que entendeis por oração dominical?

A que Nosso Senhor Jesus Cristo ensinou no Evangelho.

143

Qual é?

Padre nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu. — O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai as nossas dividas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal. Amém.

Contem esta oração tudo o que podemos e devemos pedir a Deus?

Sim, Senhor; e quanto lhe pedimos, se é justo o nosso desejo, se acha incluído nalguma das petições do Padre Nosso (LXXXIII, 9).

Tem a oração Dominical alguma outra qualidade própria e exclusiva dela?

Sim, Senhor; a de por nos lábios, com a mesma ordem que deve ter no coração, o que estamos obrigados a querer e a desejar (*Ibid*).

Podereis dar a razão da ordem das suas petições?

Sim, Senhor; a primeira coisa que estamos obrigados a desejar, é a glória de Deus, fim e objeto da criação; donde se segue que também nós devemos cooperar para ela, e o único meio eficaz de cooperar consiste em sermos admitidos a participar dela no céu. Este é o significado das duas primeiras petições: ***Santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino.*** A glória de Deus e a nossa Nele é o término da jornada da vida; mas para obtê-lo, necessitamos conquistá-lo e merecê-lo; a única maneira de merecê-lo é fazer neste mundo, do modo mais perfeito possível, a vontade de Deus. Isto pedimos ao dizer: ***Faça-se a vossa vontade assim na terra, como no céu.*** Porém, como não podemos cumprir devidamente a vontade de Deus se Ele não vem em auxílio de nossa fraqueza, tanto nas necessidades materiais, como nas espirituais, por isso ajuntamos: ***O pão nosso de cada dia nos dai hoje.*** Com este auxílio teríamos o suficiente, se além disso não tivéssemos necessidade de afastar certos obstáculos que se opõem, uns à aquisição do reino dos céus, outros ao cumprimento da vontade de Deus, e outros que impedem de nos dedicarmos ao serviço divino, como os padecimentos, as penas e a falta do necessário para viver; por isso dizemos: *Perdoai as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixeis cair em tentação; mas livrai-nos do mal* (LXXXIII, 9).

144

Por que encabeçamos a oração Dominical com as palavras Padre Nosso que estais no céu?

Para excitar em nós uma confiança ilimitada, pois Aquele a quem invocamos é Pai, e reina no céu como Dono Onipotente do universo (LXXXIII, 9 ad 5).

E conveniente rezar com freqüência o Padre Nosso?

Convém, antes de tudo, nutrir-se da sua seiva e espírito, e depois rezá-lo de quando em quando, com a maior freqüência que nos permitam as nossas ocupações e gênero de vida (LXXXIII, 14).

Quaisquer que sejam as nossas ocupações, devemos passar um dia sequer sem rezá-lo?

Não, Senhor.

A quem devemos dirigir as nossas orações?

Exclusivamente a Deus, pois só Dele esperamos o que Lhe pedimos. Podemos contudo, orar a algumas criaturas, suplicando-lhes que intercedam em nosso favor diante do trono do Senhor (LXXXIII, 4).

Quais são as criaturas a quem podemos orar?
Os Anjos e Santos do céu e os justos da terra (LXXXIII, 11).

É conveniente e louvável encomendar-se aos Santos e solicitar as suas orações?
Sim, Senhor.

Existe alguma criatura que tenha títulos especiais para que os homens se acolham ao seu amparo e proteção?
Sim, Senhor; a Santíssima Virgem Maria, Mãe do Verbo Encarnado e Senhor Nosso, Jesus Cristo.

Que nome se deu à Santíssima Virgem, atenta a missão especial que tem de rogar pelos homens?
O de Onipotente pela intercessão.

E isto o que quer dizer?
Que Deus acolhe favoravelmente as súplicas daqueles por quem ela intercede.

Há alguma fórmula consagrada de orar para pedir a mediação e amparo da Santíssima Virgem?
Sim, Senhor: a Ave Maria.

Dizei-a.
Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amém.

Quando devemos rezá-la?
Com a maior freqüência possível e particularmente, nas rezas privadas, depois do Padre Nosso.

145

Existe algum modo de orar em que de maneira singularmente perfeita se juntem e enlacem estas duas orações para assegurar a sua eficácia?
Sim, Senhor; o Santíssimo Rosário.

Que entendeis por Rosário?
Uma maneira de orar, que consiste em meditar os quinze principais mistérios da nossa Redenção, e rezar durante a Meditação cie cada um, um Padre Nosso e dez Ave-Marias, terminando com o ***Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo, assim como era no princípio, agora e sempre, por todos os séculos dos séculos. Amém.***

XXX

ATOS EXTERIORES DA RELIGIÃO: ADORAÇÃO. SACRIFÍCIO. OBLACÃO. EXPENSAS DO CULTO. VOTO. JURAMENTO. INVOCAÇÃO DO SANTO NOME DE DEUS

Além dos atos anteriores, que outros tem a virtude da religião?
Todos os exteriores destinados a honrar a Deus (LXXXIV-CXI).

Quais são?
Em primeiro lugar, certos movimentos corporais, como inclinação de cabeça, genuflexão, prostrações, e, em geral, todos os compreendidos na palavra adoração (LXXXIV).

Em que consiste a sua bondade?
Em que, por meio deles, se honra a Deus com o corpo, e, sobre tudo, em que atuam a modo de excelentes auxiliares, para fazer melhor os interiores, quando se praticam como convém (LXXXIV. 2).

Não podemos utilizar mais que o nosso próprio corpo para honrar a Deus com a virtude da religião?
Podemos oferecer-lhe também as coisas exteriores em sacrifício, homenagem e tributo (LXXXV-LXXXVIII).

Se considerarmos o sacrifício no sentido próprio de imolação de uma vítima, quantas formas há na Nova Lei?
Uma só, o sacrifício da Missa, em que, sob as espécies sacramentais do pão e do vinho, se oferece a Deus a única vítima agradável aos seus olhos, imolada no sacrifício da Cruz (LXXXV, 4).

146

É ato de religião grato a Deus contribuir, conforme o permitam os bens da fortuna, para estabelecer e realçar o culto e sustentar aos seus ministros?
Sim, Senhor (LXXXVI-LXXXVII).

Pratica-se este ato de religião, só quando se dá alguma coisa a Deus ou para o sustento dos seus Ministros?
Não só se pratica, dando, como também prometendo coisas do agrado divino (LXXXVIII).

Que nome têm tais promessas?
Chamam-se votos (LXXXVIII, 1, 2).

Há obrigação de cumprir o prometido com voto?
Exceto em casos de impossibilidade ou dispensa, sim, Senhor (LXXXVIII, 3, 10).

Há alguma outra classe de atos externos de religião?
Sim, Senhor; o uso e manejo de coisas destinadas a honrar a Deus (LXXXIX).

Quais são?
Os objetos sagrados e o Santo Nome de Deus.

Que entendeis por objetos sagrados?

Os que, por intermédio da Igreja, receberam de Deus uma benção e consagração especiais, tais como as pessoas consagradas a Deus, os Sacramentos, os sacramentais como a água benta, os objetos de piedade e os lugares destinados ao culto (LXXXIX Prólogo).

De que maneira podemos usar o Santo Nome de Deus em sua honra?

Amando-O por testemunha dos nossos assertos e invocando-O, para louvá-Lo e bendizê-Lo (LXXXVIX-XCI).

Como se chama o ato de invocar o Nome de Deus por testemunha do que dizemos ou prometemos?

Chama-se juramento (LXXXIX, 2).

É o juramento ato virtuoso e recomendável?

Somente o é em caso de grande necessidade e usando-o com a mais severa circunspecção (LXXXIX, 2).

Em que consiste a adjuração?

Em invocar o nome de Deus ou de alguma coisa sagrada para obrigar outrem a executar ou desistir de algum propósito (XC, 1).

É lícita?

Feita com o respeito que merece o invocado, sim, Senhor.

É louvável evocar com freqüência o Nome de Deus?

Fazendo-o com o devido respeito e veneração, sim, Senhor (XCI).

147

XXXI

DOS VÍCIOS OPOSTOS À RELIGIÃO: SUPERSTIÇÃO, ADIVINHAÇÃO. — DA IRRELIGIÃO: TENTAR A DEUS, PERJÚRIO E SACRILÉGIO.

Que vícios se opõem à virtude da religião?

Há-os de duas classes; uns opostos por excesso e conhecidos com o nome de *superstição***,** e outros por defeito, chamados em geral *irreligião* (XCII, Prólogo).

Que entendeis por superstição?

Uma aglomeração de vícios que consiste em dar a Deus um culto indigno Dele ou em dar às criaturas o que só a Deus pertence (XCII-XCIV).

Qual é o motivo mais freqüente de se cometerem estes pecados?

O desejo imoderado de conhecer o oculto e secreto e o futuro, pelo que se entregam os homens a práticas divinitórias e vãs e ridículas observâncias (XCV - XCVI).

Que excessos abrange a irreligião?

Dois: o de ver com indiferença ou desdém o que se refere ao culto e serviço de Deus e o de abster-se inteiramente de praticar atos de religião.

Reveste o último especial gravidade?

Sim, Senhor; visto como supõe desprezo ou esquecimento desdenhoso Daquele a quem todos os homens estão obrigados a servir e honrar.

Em que forma se propaga hoje em dia este vício?

Em forma de laicismo.

Que entendeis por laicismo?

Consiste o laicismo em por de parte completamente a Deus, já positivamente, perseguindo-o e tratando de expulsá-lo de toda a parte, a Ele, Dono e Senhor de tudo quanto existe, já negativamente, organizando a vida social, familiar ou individual, como se Ele não existisse.

Donde provem o grande pecado do laicismo?

A *forma positiva*, do ódio e fanatismo sectários; a *negativa*, de uma espécie de entorpecimento ou estupidez intelectual e moral, na ordem sobrenatural e metafísica.

148

Temos obrigação de nos opor energicamente e por todos os meios ao laicismo?

Sim, Senhor.

Que outros vícios abrange a irreligião?

O tentar a Deus, e o perjúrio, por opostos ao mesmo Deus e à reverência devida ao seu Santo nome; o sacrilégio e a Simonia, por contrários às coisas sagradas (XCVII-XCVIX).

Que entendeis por tentar a Deus?

O pecado que contra a virtude da religião cometem os que, sem respeito pela Majestade divina, pedem e exigem a intervenção de Deus, como pondo à prova a sua onipotência, ou a esperam em circunstâncias em que Deus não poderia intervir, sem negar-se a si mesmo (XCVII, 1).

Tentamos a Deus quando confiamos em seu auxílio, sem por de nossa parte o que podemos e devemos?

Sim, Senhor (XCVII, 1, 2).

Que entendeis por perjúrio?

O pecado contra a virtude da religião que consiste em confirmar uma falsidade apelando para o testemunho divino, ou negar-se a cumprir o prometido com juramento (XCVIII, 1).

Tem conexões com o perjúrio a invocação irrefletida do nome de Deus, por costume e com qualquer pretexto?

Sem ser propriamente perjúrio, relaciona-se com ele e é, desde logo, intolerável falta de respeito ao Santo Nome de Deus.

Que entendeis por sacrilégio?

Uma profanação de pessoas, lugares ou coisas santificadas e consagradas ao culto e serviço de Deus (XCIX, 1).

É o sacrilégio pecado muito grave?

Sim, Senhor; porque atentar contra o consagrado a Deus é de algum modo atentar contra o próprio Deus, que por isso impõe aos sacrílegos, os mais severos castigos, ainda neste mundo (XCIX, 2-4).

Que entendeis por Simonia?

O pecado especial de irreligião que cometem os que, imitando a impiedade de Simão, o Mago, vilipendiam as coisas sagradas, considerando-as como vulgares mercadorias que os homens podem por à venda e comprar com dinheiro (C, 1).

149

XXXII

DA PIEDADE PARA COM OS PAIS E A PÁTRIA

Depois da religião, qual é a virtude mais importante entre as agregadas à Justiça?
A virtude da piedade (CI).

Que entendeis por virtude da piedade?
A que tem por objeto honrar e venerar aos pais e à pátria pelo grande benefício de nos terem dado a vida, conjuntamente com tudo o mais que a conserva e completa (CI, 1-3).

São estes deveres especialmente sagrados e obrigatórios ?
Depois dos deveres para com Deus, não há outros mais sagrados.

Que obrigações impõe a piedade para com os pais?
As obrigações de respeitá-los sempre, obedecer-lhes enquanto se vive debaixo da sua autoridade e socorrê-los em suas necessidades (CI, 2).

E para com a pátria?
A obrigação de reverenciar àqueles que a personificam e representam, obedecer às suas leis e sacrificar, se necessário, a vida por ela na guerra justa.

XXXIII

DA OBSERVÂNCIA PARA COM OS SUPERIORES

Além das virtudes de religião e piedade, há alguma outra em que possa intervir também a obediência?
Sim, Senhor; a virtude de observância (CII).

Que entendeis por virtude de observância?
A que tem por objeto regular as relações dos inferiores com os superiores, feita a exceção dos casos em que os superiores sejam Deus. os pais, ou as autoridades que governam em nome da pátria (CII, CIII).

Logo, é a virtude da observância a que põe ordem nas relações entre professores e discípulos, entre patrões e operários e em geral entre superiores e inferiores?
Sim, Senhor (CIII, 3).

150

A observância inclui a obediência?
Somente nos casos em que o superior tenha jurisdição sobre o inferior.

Logo, há superioridades sem jurisdição?

Sim, Senhor; por exemplo, as do talento, engenho, riquezas, idade, virtude etc. (CIII, 2).

Pode exercer-se nestes casos a virtude da observância?

Sim, Senhor; visto que o seu objeto, como dissemos, é honrar e acatar todo gênero de superioridades, começando sempre pelos superiores com autoridade e jurisdição (*Ibid*).

É necessária a prática desta virtude nas relações sociais?

É indispensável, porque não se concebe sociedade sem membros e subordinação, e todo subordinado está no dever de praticá-la, sob pena de perturbar a harmonia e boas relações sociais.

É virtude que todos os homens podem praticar?

Sim, Senhor; pois, por elevada que seja a hierarquia de um homem, sempre tem, nessa mesma hierarquia ou em ordem distinta, algum superior (CIII, 2 ad 3).

XXXIV

DA GRATIDÃO OU RECONHECIMENTO

Qual é a primeira das virtudes agregadas à Justiça, que tem por objeto, não propriamente um débito em rigor impossível de satisfazer cabalmente, mas uma dívida moral, ainda mesmo em matéria necessária para o bem comum?

O reconhecimento ou gratidão (CVI).

Qual é o seu objeto?

A obrigação de agradecer e recompensar os benefícios particulares que tenhamos recebido (CVI, 1).

É virtude muito necessária?

Sim, Senhor, e evidencia-se a sua necessidade, considerando o odioso e repugnante do vício contrário, a ingratidão (CXII).

Deve o agraciado recompensar mais do que recebe?

Deve procurar fazê-lo, para se igualar com o benfeitor (CVI, 6).

151

XXXV

DA VINDICTA

•***Que conduta devemos observar com os que nos agravam e fazem mal?***

Seguir o ditame de uma virtude especial chamada vindicta, que aconselha não deixar impunes os agravos, quando assim o exige a obrigação de conservar e olhar por algum bem (CVIII).

XXXVI

DA VERDADE. — VÍCIOS OPOSTOS: MENTIRA, SIMULAÇÃO OU HIPOCRISIA

Que outra virtude, da mesma ordem que a anterior, é necessária para o bem estar social, não em atenção aos outros, mas a nós mesmos?

A virtude da verdade (CIX).

Que entendeis por virtude da verdade?

A que nos ensina a mostrar-nos tanto nas palavras como nas ações, tais como na realidade somos (CIX, 1-4).

Quais são os vícios opostos a esta virtude?

Os da mentira, simulação ou hipocrisia (CX-CXIII).

Que entendeis por mentira?

Qualquer dito ou fato destinado a manifestar ou a afirmar uma coisa falsa (CX, 1).

É a mentira essencialmente má?

É má em tal grau que não há nenhum fim ou pretexto que possa justificá-la (CX, 1).

Logo, estamos sempre obrigados a dizer a verdade toda?

Não, Senhor; porém estamos obrigados a não dar a entender e a nunca dizer mentiras (*Ibid*).

Quantas classes há de mentira?

Três: jocosa, oficiosa e perniciosa (CX, 2).

Em que se distinguem?

Em que a jocosa tem por fim divertir os outros; a oficiosa ser-lhes útil e a perniciosa causar-lhes algum detrimento ou prejuízo.

Qual é a pior?

A perniciosa; e assim como as duas primeiras podem não exceder de pecados veniais, esta, por sua natureza, é

— 152 — *152*

sempre pecado mortal, e se algumas vezes é venial, o será em atenção à parvidade da matéria ou prejuízo causado (CX, 4).

Que entendeis por simulação ou hipocrisia?

Consiste a simulação em aparentar exteriormente o que interiormente não somos; e a hipocrisia, em simular virtudes que não temos (CXI, 1, 2).

Estamos obrigados, para não cairmos nestes vícios, a descobrir e declarar publicamente os nossos defeitos e más qualidades?

De nenhum modo; estamos, pelo contrário, obrigados a encobri-los para não perder o crédito na opinião dos outros, e para não dar-lhes mau exemplo, nem motivo de escândalo; a verdade ou sinceridade somente exigem que não tenhamos intenção de dar a conhecer feitos e qualidades, boas ou más que realmente não possuímos (CXI, 3,4).

Obriga a virtude da verdade a alguém abster-se de toda manifestação que pode admitir diversas interpretações e a prevenir e evitar as falsas?

Não, Senhor; exceto nos casos em que a má interpretação acarretasse prejuízos que estivéssemos obrigados a evitar (CXI, 1).

Existem modos de cometer pecados de mentira, simulação e hipocrisia que constituam faltas especificamente distintas?

Sim, Senhor; pode o homem cometer faltas atribuindo a si mesmo excelências que não possui e temos o pecado da jactância, ou dando a conhecer que carece de qualidades e merecimentos que, na verdade, tem e isto constitui o pecado da falsa humildade (CXII-CXIII).

XXXVII

DA AMIZADE. — VÍCIOS OPOSTOS: DESPREZO E ADULAÇÃO

Existe algum outro dever moral necessário para a pacífica convivência, ainda que não seja tão necessário como a vindicta, a gratidão e a bondade?

Sim, Senhor; os deveres da amizade (CXIV, 2).

Que entendeis por amizade?

A virtude que nos impele a por em nossas palavras e ações exteriores quanto possa contribuir para fazer amá-

153

vel e prazenteiro o trato com os nossos semelhantes (CXIV, 1).

É virtude de grande estima no trato social?

É a virtude social por excelência, ao ponto de podermos chamar-lhe a flor e aroma das virtudes da justiça e da caridade.

De quantas maneiras se pode faltar a ela?

De duas: por defeito, quando não se repara nem se toma em conta o que pode agradar ou molestar ao próximo; por excesso, adulando-o ou não o contradizendo, oportunamente, quando o mereçam as suas palavras e atos (CXV, CXVI).

XXXVIII

DA LIBERALIDADE. — VÍCIOS OPOSTOS: AVAREZA E PRODIGALIDADE

Qual é a última virtude conexa à virtude da justiça particular e destinada, como as anteriores, a satisfazer as obrigações morais dos homens uns para com outros?

A virtude da liberalidade (CXVII, 5).

Que entendeis por liberalidade?

Uma disposição de ânimo, em virtude da qual o homem não tem apego excessivo às coisas exteriores de utilidade comum, e está disposto sempre, com regra e medida, a desprender-se delas e especialmente do dinheiro que as representa, em bem da sociedade (CXVII, 1-4).

É virtude de grande importância?

Classificando-a pelo seu objeto, que são as riquezas, é a ínfima das virtudes, mas dignifica-se com a nobreza das outras quando contribui para que consigam os seus respectivos fins (CXVII, 6).

Que vícios se lhe opõem?
Os de avareza e prodigalidade (CXVIII, CXIX).

Que entendeis por avareza?
O amor desordenado às riquezas (CXVIII, 1-2).

É pecado grave?
Atendendo ao fim humano a que se propõe, é pecado ínfimo, porque se limita a introduzir a desordem no amor aos bens exteriores ou riquezas; porém, considerando a desproporção existente entre o espírito e os bens mate-

154

riais de que se faz escravo, é o vício mais degradante e vergonhoso (CXVIII, 4,5).

É, além disso, vício muito pernicioso?
Sim, Senhor; porque é insaciável e, com o afã de amontoar riquezas, o avarento não se detém às vezes em cometer crimes e atropelos contra Deus, contra o próximo e contra si mesmo (CXVIII, 5).

É a avareza pecado capital?
Sim, Senhor; porque a abundância das riquezas, às quais todos obedecem, promete o que todos os homens desejam, a felicidade, e serve de acicate a todas as suas ações boas e más (CXVIII, 7).

Quais são as filhas que a avareza tem?
As seguintes: avareza ou falta de misericórdia e compaixão, inquietação, violência, astúcia ou dolo, perjúrio, fraude e traição, porque o amor das riquezas leva consigo o afã de retê-las, a cobiça de aumentá-las e o emprego de meios ilícitos, como a violência, o engano, o perjúrio, a fraude e a traição, para adquiri-las (CXVIII, 8).

A prodigalidade, vício contrário à liberalidade, opõe-se também à avareza?
Sim, Senhor; porque se o avarento, por amor desmedido das riquezas, não está disposto a desprender-se delas para que frutifiquem em bem e proveito de todos, o pródigo, pelo contrário, não sabe olhar convenientemente por elas e tem propensão excessiva para dissipá-las (CXIX, 3).

Qual é destes dois vícios o mais pernicioso?
O da avareza, porque se opõe mais diretamente à liberalidade, cuja norma é: melhor é dar do que guardar.

Poderíeis fazer um resumo do número, ordem e nobreza das virtudes agregadas à justiça particular, tendendo aos seus objetos e fins?
Sim, Senhor. Ocupa o primeiro lugar a religião, que tem por objeto o culto e serviço de Deus, considerado como Criador e Soberano Dominador de todas as coisas; vem depois a piedade para com os pais e para com a pátria, em agradecimento pelo benefício de nos terem dado o ser; a seguir, a observância para com os superiores em autoridade, dignidade e excelência; em continuação, a gratidão para com os benfeitores particulares, e a vindicta contra os que nos agravaram em matéria que exija reparação; por último, a verdade, a

amizade e a liberalidade para com todos os nossos semelhantes por motivo de respeito a nós mesmos.

155

XXXIX

DA EQUIDADE NATURAL OU EPIQUEIA

Não dissestes que existia também uma virtude anexa à Justiça geral ou legal?

Sim, Senhor; a que poderemos chamar com o nome genérico de equidade natural, conhecida também com o de epiqueia (CXX).

Qual é o seu objeto?

O de conferir à vontade o privilégio e o desejo de distribuir a Justiça em contraposição ou à margem das leis, quando a razão natural ou a luz dos primeiros princípios de caridade declaram inaplicável a lei escrita ou consuetudinária (CXX, 1).

Tem grande importância esta virtude?

Ela está à frente e de certo modo, governa e mantém em sua própria esfera todas as que são destinadas a dirigir e consolidar as relações sociais (CXX, 2).

XL

DO DOM DE PIEDADE CORRESPONDENTE À JUSTIÇA

Qual dos dons do Espírito Santo corresponde à justiça ?

O dom de piedade (CXXI).

Em que consiste o dom de piedade?

Em certa preparação habitual da vontade, que dispõe o homem para receber uma moção direta e pessoal do Espírito Santo que o impele a tratar com Deus na ordem sobrenatural, como com um pai a quem com ternura se ama, reverencia e obedece, e com todas as criaturas racionais, como filhas de Deus e membros da grande família divina (CXXI, 1).

Logo, o dom da piedade põe o último e mais delicado toque nas relações do homem com Deus e com os seus semelhantes?

Sim, Senhor; é o complemento da virtude da Justiça e de todas as suas agregadas, e se os homens, correspondendo à moção do Espírito de Deus, o reduzissem à prática, o gênero humano se converteria em uma grande família divina, imagem fiel da que reina no céu.

156

XLI

DOS PRECEITOS RELATIVOS À JUSTIÇA CONTIDOS NO DECÁLOGO; DOS TRÊS PRIMEIROS; DOS QUATRO ÚLTIMOS

Existem preceitos relativos à virtude da Justiça e suas anexas e com o seu complemento, o dom de piedade?

Sim, Senhor; todos os preceitos do Decálogo (CXXXII, 1).

Logo, o Decálogo limita-se a preceituar estas virtudes?

Sim, Senhor; e os mandamentos referentes a outras são posteriores e à maneira de complemento e explicação dos primeiros (CXXII, 1).

Por que?

Porque, sendo os mandamentos do Decálogo primeiros princípios da lei moral, devem ter por objeto matérias de Justiça, e a justiça se encarna no conceito da coisa devida e na vontade de dá-la, chave das relações humanas fundadas na virtude (*Ibid*).

Como se classificam os preceitos do Decálogo?

Em dois grupos, chamados Tábuas da lei.

Quais são os que compreende a primeira tábua?

Os três primeiros, referentes à religião ou às relações do homem com Deus.

Em que ordem estão dispostos?

Os dois primeiros removem os principais obstáculos que se opõem ao culto divino; a superstição ou o culto dos falsos deuses, e a irreligião ou falta de acatamento ao verdadeiro Deus; o terceiro indica o único culto digno de Deus (CXXII, 2, 3).

Que obrigações impõe o terceiro mandamento do Decálogo?

As de abster-se de trabalhos servis, e dedicar-se aos do serviço de Deus (CXXII, 4 ad 3).

Que entendeis por abster-se de trabalhos servís?

A obrigação de abandonar qualquer trabalho manual dispensável para a manutenção da vida material ou não imposto por uma necessidade urgente e inadiável, em um dia da semana, que, na atual disciplina, é o domingo, e nas festas de preceito que são em toda a Igreja, as da Natividade, Circuncisão, Epifania, Ascensão, festa de Corpus Christi, a

157

Imaculada Conceição, a Assunção, festa de S. José, S. Pedro e São Paulo e Todos os Santos (CXXII, 3, ad 3; Código, 1247).

A que obriga o mandamento de empregar-se nas obras do serviço divino?

Obriga a estar desimpedido para ouvir missa aos domingos e dias de festa, sob pena de pecado mortal (*Ibid*).

Aquele que, em dia de preceito, não pode ouvir missa, fica obrigado a praticar algum outro exercício de piedade?

Não, Senhor; porém, certamente faltará à obrigação de santificar as festas o que desejasse passar estes dias sem exercitar ato algum de religião.

Quais são os mandamentos que contem a segunda tábua?

Os que se referem à virtude da piedade para com os pais e aos deveres de estrita justiça para com o próximo (CXXII, 5, 6).

XLII

DA FORTALEZA COMO VIRTUDE E COMO ATO: O MARTÍRIO. VÍCIOS OPOSTOS: COVARDIA, INDIFERENÇA E TEMERIDADE

Qual é a terceira virtude cardeal?

A fortaleza (CXXII-CXL).

Que entendeis por fortaleza?

Uma perfeição moral da parte afetiva sensível, cujo objeto é afrontar com denodo e intrepidez os grandes riscos, ou moderar os ímpetos da audácia nos perigos de morte em guerra justa, mantendo sempre o homem no cumprimento do dever (CXXIII, 1-6).

Tem esta virtude algum ato, em que se condense toda a sua perfeição?

Sim, Senhor; o Martírio (CXXIV).

Que entendeis por Martírio?

Um ato da virtude da fortaleza mediante o qual não teme o cristão a morte, para dar testemunho da verdade, nesta espécie de guerra privada que deve sustentar contra os perseguidores do nome de Cristo (CXXIV, 1-5).

Que vícios se opõem à virtude da fortaleza?

De um lado, a covardia, própria de quem desmaia e se aterra nos transes da morte; e a impassibilidade diante do perigo, vício de quem não o evita, podendo e devendo fazê-

158

lo. De outro lado, a temeridade, pecado dos que postergam os conselhos da prudência para ir ao encontro do perigo (CXXV-CXXVII).

Logo, é possível pecar por excesso de valor?

Não, Senhor; é, porém, possível pecar por excesso nesta matéria, nos arrebatamentos de ousadia não refreados pela razão, executar atos que pareçam de valor e em realidade não o sejam (CXXVII, 1 ad 2).

XLIII

DAS VIRTUDES ANEXAS À FORTALEZA: A MAGNANIMIDADE. VÍCIOS OPOSTOS: PRESUNÇÃO, AMBIÇÃO, VANGLORIA, PUSILANIMIDADE

Existem virtudes parecidas com a da fortaleza na maneira de obrar, ainda que em matéria menos difícil?

Por um conceito, parecem-se a magnanimidade e a magnificência, e, por outro, a paciência e a perseverança (CXXVIII).

Em que se distinguem estes dois grupos de virtudes?

Em que, as duas primeiras, têm semelhança com a fortaleza, porque os seus atos são árduos e difíceis, e as duas últimas porque têm por objeto conservar alentos e serenidade nas grandes aflições e situações violentas (*Ibid*).

Qual é o objeto próprio da magnanimidade?
Infundir no ânimo alento e esperanças para levar ao fim empresas ilustres e gloriosas (CXXIX, 1, 2).

Logo, tudo é grande na magnanimidade?
Sim, Senhor; é a virtude própria dos grandes corações.

Opõe-se-lhe algum vício?
Sim, Senhor, muitos; uns por defeito, outros por excesso.

Quais são os que se lhe opõem por excesso?
A presunção, a ambição e a vangloria (CXXX -CXXXII).

Em que se diferenciam?
Em que a presunção nos arrasta a iniciar empresas superiores às nossas forças; a ambição, a procurar honras indevidas ao nosso estado e merecimentos; e a vangloria, a procurar fama e nomeada sem objeto, ou por falta de méritos em que apoiá-las ou por não serem ordenadas para o seu verdadeiro fim, que é a glória de Deus e o bem do próximo (*Ibid*).

159

A vangloria é pecado capital?
Sim, Senhor; porque é a grande propensão dos homens; e arrasta-os a cometer uma multidão de pecados, o prurido de alardear a sua própria valia e excelência (CXXXII, 4).

Quais são as suas filhas, ou os vícios que dela se derivam ?
São os de jactância, hipocrisia, pertinácia, discórdia, emulação e desobediência (CXXXII, 5).

Que vício se opõe por defeito à magnanimidade?
A pusilanimidade (CXXXIII).

Por que é pecado a pusilanimidade?
Por ser contrária à lei natural que obriga a todos os seres a desenvolver a sua atividade, contribuindo para isso com todos os meios e energias de que estejam dotados (CXXX, 1).

Logo, é censurável a conduta dos que, por desconfiança em si mesmos ou por humildade mal entendida, não fazem frutificar todos os talentos que receberam de Deus?
Sim, Senhor (*Ibid*).

XLIV

DA MAGNIFICÊNCIA. — VÍCIOS OPOSTOS: MESQUINHARIA E DESPERDÍCIO

Em que consiste a virtude da magnificência?
Em projetar e empreender obras de difícil execução, sem recuar diante da grandeza do trabalho, nem dos gastos necessários para levá-las a cabo (CXXXIV, 1, 2).

Logo, o exercido desta virtude supõe grandes riquezas, e ocasião propícia para empregá-las no culto de Deus ou em proveito e utilidade dos nossos concidadãos?

Sim, Senhor (CXXXIV, d).

É por conseguinte, a virtude própria dos ricos e poderosos?

Sim, Senhor.

Que vícios se lhe opõem?

A mesquinharia ou avareza, que obriga a mesurar e cercear, mais do que é justo, os gastos necessários para as obras em projeto ou execução, e o vício do desperdício ou dos gastos supérfluos e injustificados, em relação com a obra construída (CXXXVI, 1-3).

160

XLV

DA PACIÊNCIA, LONGANIMIDADE E CONSTÂNCIA

Qual é o característico da virtude da paciência?

Suportar as tristezas e tribulações que o decorrer da vida, a cada momento, nos proporciona, e de uma maneira especial as que nos ocasiona o trato com os nossos semelhantes, olhos postos na vida futura, objeto da caridade (CXXXVI, 1-3).

Identifica-se a paciência com a longanimidade e a constância?

Não, Senhor; porque, se bem que estas virtudes nos dispõem a suportar as tribulações da vida, a paciência nos sustem nas contrariedades ocasionadas pelo trato diário com os homens, a longanimidade nos sustem contra a tristeza de ver como se afasta ou desvanece um bem intensamente desejado, e a constância contra o desgosto e desfalecimento que podem assaltar-nos na prática continuada do bem (CXXXVI, 5).

XLVI

DA PERSEVERANÇA. — VÍCIOS OPOSTOS; MOLEZA OU DESÂNIMO E PERTINÁCIA

Tem alguma coisa de comum a perseverança com as virtudes de que acabamos de falar?

O fim da perseverança não é entrar em reação contra a tristeza, senão contra a fadiga e o desânimo que, em determinadas ocasiões, nos assaltam na prolongada prática da virtude (CXXXVII, 1, 3).

Opõe-se-lhe algum vício?

Sim, Senhor; o desânimo ou moleza que faz perder o ânimo e desistir das empresas diante das dificuldades e fadigas que se prevêem; e a pertinácia, vício dos que se obstinam em não ceder quando seja útil e razoável (CXXXV-III, 1, 2).

161

XLVII

DO DOM DE FORTALEZA CORRESPONDENTE À VIRTUDE DO MESMO NOME

Existe algum dom do Espírito Santo correspondente à virtude da fortaleza?
Sim, Senhor; o dom conhecido com o mesmo nome (CXXXIX).

Em que se diferençam o dom e a virtude da fortaleza?
Ambos tem por objeto o temor e, de certo modo, a audácia; porém; ao passo que o temor e a audácia, que a virtude da fortaleza modera, dizem respeito aos perigos que o homem pode com suas forças afastar, o temor e a confiança, que o dom correspondente excita, consideram males e perigos que de maneira alguma podem evitar-se; tal é por exemplo a dolorosa separação que a morte impõe entre o homem e os bens da vida presente; sem dar por isso a única dádiva que poderia supri-los ou compensá-los seria a posse efetiva da vida eterna. A ação própria e exclusiva do Espírito Santo é dar a vida eterna em troca das misérias da temporal, apesar de todos os inconvenientes e dificuldades que se interponham, inclusive a morte. A Ele, por conseguinte, incumbe infundir no homem desejos desta troca e permuta, inspirando-lhe tal confiança que o faça desprezar os maiores perigos e, de certo modo, desafiar a morte, não para sucumbir na luta, senão para obter o triunfo definitivo sobre ela. Este é o efeito do dom de fortaleza e, se quisermos declarar qual o seu objeto próprio, poderemos dizer que é a vitória sobre a morte (CXXXIX, 1).

XLVIII

DOS PRECEITOS RELATIVOS À FORTALEZA

Existem na lei divina preceitos relacionados com a virtude da fortaleza?
Sim, Senhor; e estão dados na forma mais conveniente, porque, suposto que a lei divina e especialmente a Nova, está destinada a fixar a alma em Deus, vemos que convida o homem, com preceitos negativos a não temer os males terrenos e, com mandatos positivos, a combater sem trégua nem descanso o seu mortal inimigo (CXL, 1).

162

São tão sábios como estes os preceitos das demais virtudes relacionadas com a fortaleza?
Sim, Senhor; porque, a respeito da paciência e da perseverança que têm por objeto as lutas ordinárias da vida, há preceitos positivos; porém, tratando-se da magnificência e da magnanimidade, virtudes que moderam atos perfeitos, não existem mandatos, senão conselhos (CXL, 2).

XLIX

DA TEMPERANÇA, ABSTINÊNCIA E JEJUM. — VÍCIO OPOSTO: A GULA

Qual é a quarta virtude moral necessária para não nos extraviarmos no caminho de retorno a Deus?
A virtude da temperança (CXLI-CLXX).

Que entendeis por virtude da temperança?

Aquela que mantém o apetite sensitivo sujeito aos ditames da razão, para evitar que se exceda nos prazeres, especialmente do tacto, nos atos necessários a conservação da vida corporal (CXLI, 1-5).

Que prazeres são estes?

Os da mesa e os do matrimônio (CXLI, 4).

Que nome recebe a virtude da temperança quando se aplica a por em ordem os prazeres da mesa?

Chama-se abstinência ou sobriedade (CXLIX).

Em que consiste a abstinência?

Em governar conforme a razão o desejo imoderado de manjares e bebidas (CXLVI, 1).

Qual é a maneira própria de praticar a virtude da abstinência?

O jejum (CXLVII).

Em que consiste?

Em suprimir parte da alimentação normal (CXLVII, , 1, 2).

Não será ilícito e prejudicial?

Pelo contrário, pode ser de grandes benefícios, porque serve para reprimir a concupiscência, de modo que o espírito se eleve com maior liberdade à contemplação das mais sublimes verdades, e serve também para satisfazer pelos pecados.

163

Que condições há de reunir o jejum para ser salutar e meritório?

As de ser dirigido e ordenado pela prudência e discrição, não comprometer a saúde, nem ser obstáculo para o cumprimento das obrigações do próprio estado (CXVII, 1, ad 2).

Estão obrigados a jejuar todos os que chegam ao uso da razão?

Nem todos os homens estão obrigados ao jejum eclesiástico, porém todos são obrigados a privar-se de alimento, na medida que o exija a prática das virtudes morais (CXLVII, 3, 4).

Que entendeis por jejum eclesiástico?

O prescrito pela Igreja, em determinados dias e a partir da idade por ela marcada (CXLVII, 5-8).

Em que consiste?

Em não fazer mais que uma só refeição no dia (CXLVII, 6).

É necessário fazê-la na hora fixa?

Não, Senhor; pode fazer-se no meio dia, ou à noite.

Pode tomar-se alimento fora da comida?

Pode tomar-se uma quantidade módica, pela manhã. como desjejum, e outra à noite como consoada (Código, 1251).

Quem está obrigado ao jejum eclesiástico?

Todos os batizados, desde a idade de vinte e um anos até os cincoenta e nove completos (Código, 1254).

Que causas dispensam do jejum?

Motivos de saúde ou de trabalho, e, em caso de dúvida, a dispensa concedida pela autoridade legítima (CXLVII,
4).

Quem pode dispensar?

Praticamente basta a dispensa do superior eclesiástico imediato.

Em que dias há obrigarão de jejuar?

No Brasil, a Santa Sé costuma conceder que sejam os seguintes: Todas as sextas-feiras da quaresma e quarta-feira de cinzas, jejum com abstinência de carne; todas as quartas-feiras da quaresma, quinta-feira da semana Santa e sexta-feira das têmporas do advento, jejum sem abstinência de carne.

Em que consiste a lei eclesiástica da abstinência?

Em abster-se de carnes e caldos preparados com elas.

Em que dias obriga?

No Brasil, segundo costuma conceder a Santa Sé, só na quarta-feira de cinzas, todas as sextas-feiras da quaresma

164

e nas vigílias do Espírito Santo, Assunção de Nossa Senhora, de todos os Santos e do Natal.

Quem está obrigado à lei da abstinência?

Todos os fiéis que tenham completado sete anos (Código 1254).

Que vício se opõe à abstinência?

O da gula (CXLVIII).

Que entendeis por gula?

O apetite desordenado de comer e beber (CXVIII, 1).

Contem este vício várias espécies?

Sim, Senhor; pode cometer-se, umas vezes, atendendo à natureza, quantidade ou qualidade dos manjares, modo de condimentá-los, e outras vezes na maneira de consumi-los, já antecipando a hora sem necessidade, já tomando-as com excessiva avidez e glutoneria (CXLVIII, 4).

É a gula vício capital?

Sim, Senhor; visto que facilita os prazeres que com mais força solicitam e arrastam o homem (CXLVIII, 5).

Quais são as filhas da gula?

Torpeza e estupidez do entendimento, alegria injustificada, intemperança na linguagem, chocarrice e impureza (CXLVIII, 6).

Por que estes vícios repugnantes provem especialmente da gula?

São repugnantes, porque degradam e quase extinguem a razão, e provem da gula, porque o entendimento, obscurecido e adormecido com os vapores dos manjares, perde o governo e abandona a direção dos nossos atos (*Ibid*).

L

DA SOBRIEDADE. — VÍCIO OPOSTO: A EMBRIAGUEZ

Existe, além da abstinência, alguma outra virtude que ajude o homem a evitar tão desastrosos resultados?

Sim, Senhor; a virtude da sobriedade (CXLIX).

Que entendeis por sobriedade?

Uma virtude, cujo fim é moderar o uso das bebidas alcoólicas (CXLIX, 1, 2).

Como se peca contra ela?

Excedendo-se no uso desta classe de bebidas até chegar ao estado de embriaguez (CL).

165

Que entendeis por estado de embriaguez?

O estado físico no qual, por abusar da bebida, se chega a perder o uso da razão (CL, 1).

Constitui sempre pecado?

Quando provem, como conseqüência de não se tomarem precauções, nem reparar nos resultados que podia trazer o excesso da bebida, sim, Senhor (CL, 2).

Quando será pecado mortal?

Quando, previsto o resultado, se prefere o estado de embriaguez ao de privar-se do prazer da bebida (CL, 2).

É a embriaguez um vício repugnante e embrutecedor?

Sim, Senhor; porque priva o homem do uso da razão, e o rebaixa a um nível inferior ao dos animais que sempre conservam expedito o instinto, para se governarem. (CL 3).

LI

DA CASTIDADE E VIRGINDADE. — VÍCIO OPOSTO: A LUXÚRIA

Além da abstinência e sobriedade, qual é a outra grande virtude de que forma por si só uma das espécies da Temperança?

A virtude da Castidade (CLI).

Que entendeis por virtude da Castidade?

A que faz o homem senhor de todos os movimentos do apetite sensitivo em matéria venérea (CLI, 1).

Em que virtude se compendiam e resumem todas as perfeições da Castidade?

Na Virgindade (CLII).

Que entendeis por virgindade?

O propósito firme, confirmado com voto, de renunciar para sempre aos prazeres do matrimônio (CLII, 1-3).

Que vício se opõe à castidade?
A luxúria (CLIII).

Em que consiste?
Em procurar, por obras, desejos ou pensamentos consentidos, os prazeres dos atos destinados à propagação da espécie, prescindindo do que exige a honestidade ou impõe a natureza (CLIII, 1-3).

166

Tem a luxúria várias espécies?
Sim, Senhor; tantas quantas as maneiras de cair nela (CLIV).

Quais são?
A simples fornicação, contrária ao fim do matrimônio, que é a criação e educação dos filhos; os pecados contra a natureza, os mais graves nesta matéria, opostos ao fim primário do matrimônio, isto é, à procriação; o incesto, adultério, estupro e rapto, que consistem, o primeiro, em abusar dos parentes próximos, o segundo de pessoas casadas, o terceiro dos que vivem sob a tutela de seus pais ou encarregados e tutores, o quarto em enganar ou violentar a qualquer pessoa com fins libidinosos (CLIV, 1-12).

O vício da luxúria, base e trama de todos os enumerados, é pecado capital?
Sim, Senhor; por ser o que, com maior força e veemência, fustiga os homens (CLIII, 4).

Quais são as filhas da luxaria?
A cegueira do espírito, a precipitação, a inconsideração, a inconstância, o amor de si mesmo, o ódio a Deus, o apego a esta vida e o horror à futura (CLIII, 5).

Têm estes vícios alguma qualidade ou traço comum?
Sim, Senhor; concordam na propensão para sobrepor a carne ao espírito, como para aniquilá-lo; e a sua torpeza, como a de sua mãe, a luxúria, consiste em degradar o homem, reduzindo-o à condição dos brutos (CLIII, 5).

LII

DAS VIRTUDES ANEXAS À TEMPERANÇA: A CONTINÊNCIA. VÍCIO OPOSTO: A INCONTINÊNCIA

Além das virtudes que constituem espécies da temperança, não há outras que se relacionam com ela na qualidade de agregadas?
Sim, Senhor; aquelas cujos atos são análogos aos da temperança, ainda que elas sejam diferentes, não só por terem objetos mais dóceis e fáceis, mas também porque os seus atos não se lhe igualam em perfeição (CLV).

Quais são?
A continência, a clemência, a mansidão e a modéstia (CLV-CLXX).

167

Que entendeis por continência?
A virtude, ainda que como tal imperfeita, de resistir às cadeias e encantos das paixões, com os olhos postos no dever (CLV, 1).

Por que dizeis que como virtude é imperfeita?
Porque a virtude perfeita avassala e domina as paixões, e a continência delimita-lhes a ação (*Ibid*).

Opõe-se-lhe algum vício?
Sim, Senhor; a incontinência (CLVI).

Em que consiste?
Em ceder à paixão e deixar-se por ela dominar e arrastar (CLVI, 1).

Qual é o pecado mais grave, o da intemperança ou o da incontinência?
O da intemperança, porque assim como a temperança é virtude mais perfeita do que a continência, o vício oposto é mais grave pecado (CLVI, 3).

LIII

DA CLEMÊNCIA E DA MANSIDÃO. — VÍCIOS OPOSTOS: A IRA, A CRUELDADE OU FEROCIDADE

Que entendeis por clemência e mansidão?
São duas virtudes, uma destinada a moderar os castigos que hajam de impor-se, para que não excedam os limites da Justiça, e a outra destinada a moderar os movimentos interiores da ira (CLVII, 1).

A clemência opõe-se à severidade, e a mansidão à vindicta?
De maneira alguma, porque não têm o mesmo objeto e também porque, por caminhos distintos, propendem para o mesmo fim (CLVIII, 2 ad 1).

Que vícios se opõem à clemência e à mansidão?
A ira, a crueldade e a ferocidade (CLVIII, CLIX).

Que é a ira?
Um movimento do apetite irascível, que nos arrasta a tirar vingança, sem motivo, ou contra a ordem e a razão (CLVIII, 2).

Quantas espécies compreende?
Três: a cólera dos *violentos*, que se irritam pelo motivo mais insignificante; a dos *rancorosos*, que guardam por muito tempo a recordação das injúrias; a dos *obstinados*

168

que não descansam enquanto não tiram vingança (CLVIII, 5).

A ira é pecado capital?
Sim, Senhor; porque o seu fim, a vingança, com a aparência de justa reparação, seduz e arrasta com facilidade os homens (CLVIII, 7).

Quais são as suas filhas?
A indignação, o orgulho, a vociferação, a blasfêmia, a injúria e a rixa (CLVIII, 7).

Existe algum vício contrário ao vício da ira?

Sim, Senhor; a apatia e a indolência, que se revelam em deixar impunes faltas que merecem corretivo (CLVIII, 8).

Que entendeis por crueldade?
A dureza de alma, que se manifesta na imposição de castigos ou penas injustas e irracionais (CLXI, 1).

Em que consiste a ferocidade?
Numa alegria e complacência selvagens, brutais e desumanas, nos sofrimentos do próximo, não os considerando como castigos merecidos, senão como meios de satisfazer rancores, ou objeto de diversão. A ferocidade opõe-se diretamente à virtude da piedade (CLIX, 2).

São possíveis tais excessos?
Ainda que pareça incompreensível, aí está a história para demonstrá-lo. Povos houve, e se contam entre os mais civilizados em aparência, que achavam o mais saboroso prazer nas horripilantes cenas do anfiteatro.

LIV

DA MODÉSTIA E DA HUMILDADE. — VÍCIO OPOSTO: O ORGULHO. — PECADO DOS NOSSOS PRIMEIROS PAIS. — NATURALISMO E LAICISMO.

Qual é a última virtude agregada à temperança?
A modéstia (CLX, CLXX).

Que entendeis por modéstia?
Uma virtude que serve para refrear e moderar o apetite em matérias mais fáceis do que as da temperança, da continência, da clemência e da mansidão (CLX, 1, 2).

Logo, sobre que coisas exerce o seu influxo?
Sobre o desejo imoderado de grandezas, de saber e aprender; sobre os ademanes e movimentos do corpo e a maneira de vestir (CLX, 2).

169

Que nomes têm as virtudes deputadas para regular os movimentos afetivos relacionados com cada uma destas matérias?
As de humildade, estudiosidade e modéstia (*Ibid*).

Que entendeis por humildade?
Uma virtude que inclina o homem a reprimir e disciplinar a ambição de honras e grandezas, de forma que não queira, nem procure senão as correspondentes à hierarquia em que Deus o colocou (CLXI, 1, 2).

Que conseqüências práticas devemos tirar desta definição?
A convicção íntima de que, prescindindo dos dotes que Deus graciosamente nos concedeu, a nada temos direito, já que, de colheita própria, só recolhemos como frutos, pecados; e pelo contrário, todas as honras e excelências pertencem aos outros, na proporção da medida com que a Deus aprouve fazê-los participantes das suas perfeições; além disso, ao reconhecermos em nós mesmos as boas qualidades e dons de Deus, devemos procurar que os outros homens honrem em nós a Deus, como neles nós O honramos (CLXI, 3).

Logo, a humildade é inseparável da verdade, e apoiado na verdade, pode um homem considerar-se inferior a todos os outros?

Com as preditas delimitações, sim, Senhor (*Ibid*).

Que nome tem o vício oposto à humildade?

O de soberba ou orgulho (CLXII).

Que entendeis por soberba?

Um vício especial e, em certo modo, também geral, por cujo impulso, esquecendo e desprezando a lei, o homem se inclina a dominar e submeter tudo ao seu capricho, considerando-se superior a tudo quanto o rodeia (CLXII, 1, 2).

Por que dizeis que, sendo um vício especial, também é de alguma maneira geral?

É especial porque tem como fim próprio o desejo de dominar e sobressair-se, sem levar em consideração a subordinação e o respeito devidos a Deus; e é geral, porque este mesmo desejo é aproveitado por todos os outros pecados.

É muito grave o pecado da Soberba?

É o mais grave de todos os pecados, porque envolve desprezo direto de Deus e, neste conceito, aumenta a gravidade de todos os outros, qualquer que seja a que tenham por si mesmos. (CLXII, 6).

170

É e tem sido sempre a soberba o primeiro pecado?

Sim, Senhor; porque envolve primária e essencialmente desprezo, aversão e separação de Deus, que nos outros pecados não é elemento constitutivo, mas simplesmente resultado; portanto, não pode existir pecado mortal que não pressuponha o da soberba ainda que dele se distinga (CLXII, 7).

É pecado capital?

É mais do que pecado capital; é o chefe e rei de todos os vícios e pecados (CLXII, 8).

Qual foi o pecado dos nossos primeiros pais?

O da Soberba, como antes o tinha sido dos anjos rebeldes (CLXIII, 1).

Não seria antes o pecado da gula, da desobediência, da curiosidade ou da falta de fé na palavra de Deus?

Todos estes pecados, que, com efeito, acompanharam a primeira falta, foram conseqüência do pecado de soberba, antes do qual não podiam ter-se cometido (CLXIII, 1).

Por que dizeis que, antes de se ter cometido o pecado de Soberba, não se podia cometer nenhum outro?

Porque o estado de inocência era acompanhado do dom da integridade, em virtude do qual todas as potências e faculdades guardavam perfeita subordinação, enquanto o espírito permanecesse sujeito a Deus; logo, para romper o equilíbrio foi necessário que a razão sacudisse o jugo divino, obtendo uma independência que não lhe pertencia, e nisto consiste o pecado da soberba (CLXIII, 1, 2).

Os pecados do naturalismo e laicismo, tão difundidos depois da reforma protestante, da renascença pagã e da revolução francesa, são pecados de soberba?

Sim, Senhor; e daí provem a sua gravidade, por serem a reprodução do grito de rebelião que proferiram, primeiro, Satanás e os seus anjos, e, depois, os nossos primeiros pais.

LV

DA ESTUDIOSIDADE. — VÍCIO OPOSTO: A CURIOSIDADE

Que entendeis por estudiosidade, segunda virtude anexa à temperança, sob a influência da modéstia?

A que preside e modera a afeição ao estudo e ao desejo de saber (CLXVI, 1).

171

Como se chama o vício oposto?

Curiosidade (CLXVII).

Em que consiste?

No desejo imoderado de saber o que nos não interessa, ou o que nos pode ser prejudicial (CLXVII, 1, 2).

Comete-se este pecado com muita freqüência?

Sim, Senhor; quer na aquisição de toda classe de conhecimentos, quer na daqueles que só podem servir para procurar prazeres para os sentidos e fomentar as paixões (*Ibid*).

Logo, é pecado de curiosidade a afeição desmedida à leitura, sobretudo à leitura de novelas e romances, o assistir a festas profanas e espetáculos como teatros, cinematógrafos e outros do mesmo gênero?

Sim, Senhor; e costuma ser também pecado de luxúria e sensualidade.

LVI

DA MODÉSTIA EXTERIOR

Qual é a última das virtudes anexas à temperança e conhecidas com o nome geral de modéstia?

A propriamente chamada virtude da modéstia (CLXVII - CLXX).

Que entendeis por virtude da modéstia?

O ápice da perfeição nos movimentos afetivos, cujo resultado é que todas as ações exteriores, como sejam movimentos, gestos, palavras, tom de voz, atitudes, etc, convenham ao decoro da pessoa e se acomodem às suas circunstâncias, estado e situação, de forma que nada destoe, senão que resplandeça em tudo a mais perfeita harmonia. Neste conceito se relaciona a modéstia com a amizade ou afabilidade e com a verdade (CLXVIII, 1).

Pertencem também à virtude da modéstia os atos relacionados com o jogo, as diversões e os recreios?

Sim, Senhor; e neste caso toma a virtude o nome de *eutrapélia,* ou virtude que preside às diversões e aos recreios, evitando que se peque seja por excesso, seja por defeito (CLXVIII, 2-4).

Está a cargo da modéstia o que se refere à maneira de vestir?

Sim, Senhor; e neste sentido, rigorosamente, se chama modéstia (CLXIX).

172

Que normas prescreve?

Não ter afeição desmedida aos vestidos caros e faustosos, nem fazer ostentação de pobres e desalinhados (CLXIX, 1).

Logo, pecam contra a virtude da modéstia as pessoas mundanas, escravas dos exageros a que chamam moda, incentivo e freqüente ocasião de pecado?

Pecam contra a modéstia e contra a castidade e são dignas de severa repreensão (CLXIX, 2).

LVII

DO DOM CORRESPONDENTE À VIRTUDE DA TEMPERANÇA

Existe algum dom do Espírito Santo correspondente à virtude da temperança?

Sim, Senhor; o dom do temor (CLI, 1 ad 3).

Porém, não dissestes que o dom de temor corresponde à virtude teologal da esperança?

Corresponde às duas, porém, sob distintos aspectos (*Ibid*).

Quando pertence a uma, e quando à outra?

Corresponde à virtude teologal da Esperança, quando o homem reverencia a Deus e evita as suas ofensas em consideração à sua grandeza infinita; e pertence à virtude cardeal da temperança quando, por conseqüência do grande respeito devido à Majestade divina que o dom inspira, procura não incorrer nos pecados com que se ofende a Deus com maior freqüência, como é o abuso dos prazeres sensuais (*Ibid*).

Não basta a virtude da temperança para evitá-los?

Sim, Senhor; porém, em muito menor eficiência, porque não dispõe de outros meios além dos próprios do homem guiado pela luz da razão e da fé; enquanto que o dom do temor o auxilia com a moção pessoal e onipotente do Espírito Santo, permitindo-lhe, em virtude do respeito e reverência devidos à majestade divina, manter refreados os prazeres dos sentidos e os incentivos de pecar.

173

LVIII

DOS PRECEITOS RELATIVOS À TEMPERANÇA

Existe na lei divina algum preceito relativo à temperança?

Sim, Senhor; há dois (CLXX).

Quais são?

O sexto e nono preceitos do Decálogo: *Não cometerás adultério. Não desejarás a mulher do teu próximo.*

Por que os preceitos falam só do adultério e por que há no Decálogo dois preceitos nesta matéria?

O primeiro porque entre os pecados contra a temperança, é o que mais profundamente perturba as boas relações entre os homens em matéria de justiça, objeto principal do Decálogo, e o segundo, para dar-nos a entender a grande necessidade de combater o funesto pecado do adultério (CLXXI).

Existem no Decálogo mandamentos relativos às virtudes agregadas à temperança?

Não, Senhor; porque, consideradas em si mesmas, não moderam diretamente as relações com Deus, nem com o próximo; porém, tendo em consideração os seus efeitos, abrangem preceitos da primeira e da segunda tábua; como, por exemplo, o de honrar a Deus e aos pais, dever que o homem esquece por conseqüência do pecado de soberba; o que proíbe o homicídio, extremo a que o homem chega pela ira (CLXX, 2).

Deviam ter-se dado no Decálogo mandamentos e normas positivas para exercitar a virtude da temperança e suas agregadas?

Não, Senhor; porque os mandamentos do Decálogo devem ser aplicáveis a todos os homens em todas as épocas, e o exercício positivo destas virtudes, tais como a maneira de apresentar-se, vestir, falar, etc, varia com os tempos, lugares e costumes (CLXX, 1 ad 3).

Quem tem autoridade para regulamentar estas ações?

A Igreja.

Há na Sagrada Escritura alguma passagem em que somos convidados a pedir a Deus o dom de temor correspondente à virtude da temperança?

Sim, Senhor; aquele belo texto do Salmo 118, V. 120: *"Confige timore tuo carnes meas: O vosso temor extermine as rebeliões da minha carne".*

174

LIX

DE COMO SÃO SUFICIENTES AS VIRTUDES ENUMERADAS PARA CONSEGUIR A VIDA ETERNA. — DA VIDA ATIVA, DA VIDA CONTEMPLATIVA E DO ESTADO DE PERFEIÇÃO. — DA VIDA RELIGIOSA. AS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS NA IGREJA

Já temos conhecimento suficiente de todas as virtudes que o homem deve praticar para alcançar a glória, e dos vícios de que se deve precaver para se não expor a perdê-la?

Sim, Senhor; porque aprendemos a conhecer e a amar o fim sobrenatural e a tomá-lo por norte da vida, nas grandes virtudes da fé, esperança e caridade; estudamos as quatro virtudes morais cardeais: prudência, justiça, fortaleza e temperança, consideradas não só na ordem natural e como hábitos adquiridos, mas também como virtudes infusas em proporção com as teologais; e, conjuntamente com elas, as normas práticas para governar a nossa vida em harmonia com o fim sobrenatural; por conseguinte, basta praticar o estudado e de resto corresponder à inspiração dos dons do Espírito Santo, para alcançarmos um dia a bem-aventurança eterna da glória. E, se, por desgraça, cairmos em algum pecado, dispomos de meios para satisfazer por ele e para aplicar em nós o valor satisfatório da paixão de Cristo, mediante outra virtude, a da penitência, que estudaremos na *Terceira Parte.*

Quantos métodos de vida existem para praticar o conjunto das virtudes enunciadas, objeto principal, ou para melhor dizer, único de nossa passagem pela vida?

Dois, chamados, vida ativa e vida contemplativa (CLXXLX - CLXXXII).

Que entendeis por vida contemplativa?

Aquela em que o homem, vencidas e sossegadas as paixões, isento e livre de cuidados e negócios temporais, passa a vida, na medida que lho permite a pobre condição humana, sem outros afãs, nem ocupações, nem deleites, do que os de meditar e contemplar a beleza e perfeições de Deus e as da natureza, obra de suas mãos; em conhecer estas verdades encontra a sua perfeição, e em amar o que contempla encontra tão delicado deleite que foge de tudo mais, parecendo-lhe vão tudo o que não seja Deus (CLXXX, 1 - 8).

175

Logo, a vida contemplativa supõe todas as virtudes?

Supõe-nas todas, como disposições, e, além disso, aperfeiçoa-as, porque consiste numa atuação em que intervém todas, as intelectuais e as morais, dispostas para que nelas se exerça a ação pessoal do Espírito Santo, mediante os seus dons (CLXXX, 2).

Em que consiste a vida ativa?

No exercício das virtudes morais, especialmente da prudência, porque o seu objeto não é a contemplação, mas a ação neste mundo, e para regular as ações se necessitam as virtudes morais (CLXXXI, 1-4).

Qual destes dois gêneros de vida é mais perfeito?

Indubitavelmente, a contemplativa, porque é na terra uma imagem da do céu (CLXXXI, 1-4).

A prática das virtudes, em que se constitui a vida ativa e contemplativa, é compatível com todos os estados e condições, ou está ligada a algum em especial?

Pode encontrar-se em todos os estados ordinários ou desenvolver-se no estado de perfeição.

Que entendeis por estado de perfeição?

Um gênero de vida fixo e permanente em que o homem, livre dos laços com que o escravizam as necessidades da vida, pode, sem prisões nem estorvos, dedicar-se ao serviço de Deus (CLXXXIII, 1,4).

Perfeição é o mesmo que estado de perfeição?

Não, Senhor; porque a perfeição é interior, e no estado de perfeição se considera principalmente um conjunto de atos exteriores (CLXXXIV, 1).

Podemos ser perfeitos sem viver em estado de perfeição, ou viver em estado de perfeição e não ser perfeitos?

Sim, Senhor (CLXXXIV, 4).

Logo, para que ingressar no estado de perfeição?

Porque facilita a sua aquisição, e é ali que ordinariamente se encontra.

Logo, que é que constitui o estado de perfeição?

A obrigação perpétua e adquirida em forma solene de levar uma vida interior em conformidade com o que a perfeição exige (*Ibid*).

Quem vive em estado de perfeição?

Os Bispos e os religiosos (CLXXXIV, 5).

Por que se acham os Bispos no estado de perfeição?

Porque no momento de receberem a consagração e tomarem o ofício e cargo pastorais, se obrigam solenemente a dar a vida por suas ovelhas (CLXXXIV, 6).

176

Por que o estão os Religiosos?

Porque se obrigam, com votos perpétuos, feitos com a solenidade que a profissão ou a benção requerem, a por de parte os bens deste mundo que licitamente poderiam usufruir, para mais livremente se consagrarem ao serviço de Deus (CLXXXIV, 5).

Qual destes dois estados é o mais perfeito?

É o dos Bispos (CLXXXIV, 7).

Por que?

Porque, tendo em devida conta o aforismo, é *mais nobre quem dá do que quem recebe,* os Bispos têm obrigação de ser perfeitos, e os Religiosos a obrigação de aspirar à perfeição (*Ibid*).

Por que dizeis que os Religiosos, pelo seu estado, propendem para a perfeição?

Porque, em virtude, dos três votos de pobreza, castidade e obediência, se encontram felizmente impossibilitados de pecar e obrigados a fazer bem todas as coisas (CLXXXVI, 1 - 10).

São essenciais os três votos no estado religioso?

São tão essenciais que sem eles não poderia existir (CLXXXVIII).

Em que se distinguem?

Nos diferentes ministérios em que o homem pode consagrar-se totalmente ao serviço de Deus, e nas diversas práticas e exercícios com que se dispõe para exercê-los (CLXXXVIII, 1).

Como se classificam as Ordens religiosas?

Em dois grupos ou famílias. segundo o gênero de vida que observem (CLXXXVIII, 2-6).

Logo, há Congregações de vida ativa e Congregações de vida contemplativa?

Sim, Senhor.

Que entendeis por congregações de vida ativa?

Aquelas em que a maior parte das ocupações de seus membros se ordenam a servir ao próximo pelo amor de Deus (CLXXXVIII.2 ad 2).

E por congregações de vida contemplativa?

Aquelas cujos religiosos se dedicam exclusivamente ao culto e serviço de Deus (*Ibid*).

Quais são as mais perfeitas?

As da vida contemplativa; apesar disso, ainda as excedem aquelas que têm por objeto principal os estudos sagrados e o culto divino, para comunicar aos povos o fruto

177

de suas meditações e estudos, e atraí-los, por este meio, ao serviço de Deus (CLXXXVIII, 6).

É conveniente que haja Congregações religiosas em contado com a sociedade?

É muito conveniente e sumamente útil, porque além de serem asilo de todas as virtudes, e constituírem santuários onde elas se praticam com maior perfeição, contribuem para o bem estar do próximo com obras de caridade, de apostolado e de sacrifício.

Por que é própria e característica das congregações religiosas a prática de todas as virtudes em grau excelente?

Porque os seus membros se consagram por dever e vocação a marchar pelo único caminho que devem percorrer os homens, a fim de praticarem as virtudes e alcançarem a bem-aventurança.

Qual é este caminho fora do qual não é possível ir ao encontra de Deus, ou praticar as virtudes?

É Nosso Senhor Jesus Cristo ou o Mistério do Verbo feito carne. Dele vamos tratar e o seu estudo será objeto da *Terceira Parte.*

178-179

TERCEIRA PARTE

JESUS CRISTO

Único caminho para o homem voltar para Deus

I

O MISTÉRIO DE JESUS CRISTO, OU DA ENCARNAÇÃO, TEM POR FIM CONDUZIR O HOMEM PARA DEUS

Que significa o mistério incompreensível da Encarnação?

Que a segunda Pessoa da Santíssima Trindade, Verbo e Filho único de Deus, unido desde toda a Eternidade ao Pai e ao Espírito Santo na indivisão de Deus, criador e governador soberano do universo, se encarnou e nasceu da Santíssima Virgem Maria, viveu a nossa vida mortal, evangelizou o povo judeu da Palestina ao qual havia sido pessoalmente enviado por seu Pai; foi desprezado, vendido e entregue ao governador romano Pôncio Pilatos, condenado à morte, crucificado e sepultado; desceu aos infernos, e ao terceiro dia ressuscitou dentre os mortos; subiu aos céus quarenta dias depois, e está assentado à direita de Deus Padre, donde governa a Igreja por Ele fundada, à qual enviou o seu Espírito, que é também o do Pai, santificando-a com os sacramentos da graça e dispondo-a para a segunda vinda no fim dos tempos; então julgará os vivos e os mortos, depois de os ressuscitar; e estabelecerá a separação definitiva entre os bons, que com Ele gozarão eternamente as delícias de seu Pai, e os maus, que feridos com a sua maldição, receberão digno castigo nos suplícios do fogo eterno.

180

II

CONVENIÊNCIA, NECESSIDADE E HARMONIA DA ENCARNAÇÃO

Harmoniza-se bem a Encarnação com o que sabemos a respeito de Deus?

Sim, Senhor; porque sabemos que Deus é o bem por essência; é próprio e característico do bem, o comunicar-se e Deus não pode comunicar-se às criaturas de modo mais inefável e sublime que no mistério da Encarnação (1,1).

Foi necessária a Encarnação do Filho de Deus?

Considerada em si mesmo, não Senhor; porém, suposto que o gênero humano caiu do primitivo estado de Justiça original, se se queria reabilitá-lo e, sobretudo, dar satisfação completa e abundante por aquele pecado, era absolutamente indispensável que um Deus-Homem tomasse a seu cargo a empresa (1, 2).

Logo, o motivo da Encarnação foi remir os homens do pecado?

Sim, Senhor (I, 2, 3).

Nestas condições, por que não se encarnou o Filho de Deus, desde o princípio da queda dos nossos primeiros pais?

Porque era necessário que o homem reconhecesse a sua desdita e a necessidade de um Deus Salvador e para dar tempo aos anúncios e conveniente preparação ou apresto de sua vinda (1, 5, 6).

Em que consiste essencialmente o mistério da Encarnação?

Na união substancial e indissolúvel das naturezas divina e humana em unidade de pessoa divina, a segunda pessoa da Santíssima Trindade, conservando cada natureza todas as suas propriedades (II, 1,6).

Por que se encarnou a pessoa do Filho com preferência à do Pai e à do Espírito Santo?

Porque, sendo o Filho, Verbo de Deus, e simbolizando o Verbo, por apropriação, a ciência e a sabedoria divinas, pelas quais todas as coisas foram feitas, a Ele parece que pertencia reparar os estragos que na natureza humana havia produzido o pecado; e, além disso, porque, procedendo do Pai, Este podia enviá-Lo e Ele por sua vez enviar o Espírito Santo (III, 8).

181

III

DO QUE JESUS CRISTO SE APROPRIOU OU TOMOU NO MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO

Que significam as expressões: o Filho de Deus se encarnou, o Verbo se fez carne, se fez homem etc.?

Que assumiu e se apropriou da nossa natureza humana, concreta, individual, tal como se encontra nos descendentes do primeiro homem depois do pecado, para incorporá-la à pessoa divina (IV, 1-6).

Logo no Verbo Encarnado há indivíduo humano?

De modo algum; há natureza individual, não indivíduo ou pessoa humana, porque esta natureza está individualizada na Pessoa do Verbo, o Filho de Deus (IV, 3).

A natureza humana, que o Filho de Deus assumiu, consta dos dois elementos essenciais que integram a de todos os outros homens?

Sim, Senhor (V, 1-4).

Logo, o Filho de Deus Encarnado tem corpo, carne, ossos, membros, sentidos e órgãos, como nós?

Sim, Senhor (V, 1, 2).

Tem, como nós, alma dotada de inteligência e vontade com as demais faculdades?

Sim, Senhor; tem alma exatamente igual à que descrevemos no estudo do homem (V, 3, 4).

O Filho de Deus incorporou simultaneamente todos os elementos que integram a natureza humana individual?

Sim, Senhor; porém com certa ordem (VI, 1-6).

Em que consiste esta ordem?

Em que tomou o corpo mediante a alma, e a alma e suas potências mediante o espírito, e o corpo, alma e espírito mediante a natureza humana por eles formada (VI, 1-5).

A união da natureza humana com a pessoa do Verbo realizou-se direta e imediatamente, sem intervenção, nem interposição de alguma coisa criada?

Sim, Senhor; porque o fim da união é a comunicação do ser divino à natureza humana (VI, 6).

182

IV

DAS GRAÇAS E PRIVILÉGIOS COM QUE DEUS ENOBRECEU A NATUREZA HUMANA UNIDA AO VERBO NA ENCARNAÇÃO. GRAÇA HABITUAL OU SANTIFICANTE, VIRTUDES E DONS DO ESPÍRITO SANTO. — GRAÇAS "*GRATIS DATAE*".

Existem na natureza humana e nas faculdades da alma, unidas à pessoa do Verbo, dons criados de ordem gratuita?

Sim, Senhor; porém, não se lhe concederam para que ela pudesse unir-se à pessoa divina, senão como efeito de união tão sublime e transcendente (VI, 6).

Quais são?

Na essência da alma, a graça habitual; nas potências, todas as virtudes, exceto a fé e a esperança; todos os dons do Espírito Santo e todas as graças *gratis datae***,** cujo objeto é manifestar ao mundo a verdade divina, sem excetuar a profecia no que propriamente ela tem do estado profético (VII, 1-8).

Que objeto tem a graça habitual na alma de Cristo?

Tem e terá por toda a Eternidade o de fazê-la participante da essência divina e, derivando-se nas potências, fazer que possua os princípios sobrenaturais da ação, alma das virtudes (VII, 1).

Por que dizeis que a alma de Cristo possui todas as virtudes, exceto a fé e a esperança?

Porque estas duas virtudes supõem alguma coisa de imperfeito, incompatível com a perfeição da alma de Cristo (VII, 3, 4).

Em que consiste esta imperfeição?

Em que a fé supõe que não se compreende o que se crê, e a esperança impele para Deus os que O não possuem (*Ibid*).

Que entendeis por graças gratis datae?

Certos privilégios catalogados por São Paulo na primeira Epístola aos Coríntios, cap. XII, V-8 e seguintes, a saber: fé, sabedoria, ciência, graça de curar enfermos, de fazer prodígios, discernimento de espírito, diversidade de idiomas e interpretação de palavras (VII, 7).

183

A fé, graça* gratis data, *é distinta da fé virtude?

Sim, Senhor; porque, como graça *gratis data,* consiste numa segurança e certeza extraordinárias das verdades reveladas que habilitam o homem a ensiná-las com fruto (l.[a] 2, CXI, 4 ad 2).

As graças de ciência e sabedoria são distintas das virtudes intelectuais e dons do Espírito Santo do mesmo nome?

Sim, Senhor; porque consistem em certa abundância de luz e sabedoria, em virtude da qual o homem se encontra apto não só para discorrer acertadamente em coisas divinas, como para instruir os outros e refutar os erros (l.[a], 2, CXI, 4 ad4).

Jesus Cristo utilizou neste mundo a graça* gratis data *chamada diversidade de línguas?

Não teve necessidade disso, visto que exerceu o ministério do apostolado só entre os judeus ou entre os gentios que conheciam a sua língua; todavia, possuía-a em grau eminente e se a oportunidade se apresentasse, a teria utilizado (VII, 7 ad 3).

Que significa que Jesus Cristo possuiu a graça da profecia no que propriamente ela tem do estado profético?

Considerando que a vida de Jesus Cristo neste mundo era igual à nossa, estava, neste sentido, incomunicado com o céu, e, por conseguinte, com as verdades divinas de que falava, ainda que a parte superior de sua alma visse e gozasse os mistérios ocultos em Deus: anunciar, pois, o que naturalmente não se pode saber é próprio e característico da profecia (VII, 8).

Que relação guardam as graças gratis datae com a graça habitual e com as virtudes e os dons?

A graça habitual, as virtudes e os dons têm por objeto santificar a quem os possui e as graças *gratis datae***,** habilitar a quem exerce junto ao próximo, o ministério do Apostolado (1.[a], 2, CXI, 1, 4).

Pode o homem possuir um destes gêneros de graças sem possuir o outro?

Sim, Senhor, a que todos os justos possuem, graça habitual ou santificante, conjuntamente com as virtudes e os dons inseparáveis dela; porém as *gratis data* são mercês que se fazem aos destinados a exercer algum ministério. Nestes costumam andar unidas, mas também podem estar separadas, como sucedeu com Judas, que era um malvado, e, apesar disso, possuía as graças *gratis data* conferidas a todos os Apóstolos.

184

Possuía Cristo, simultaneamente, todos os ditos gêneros de graças e no mais alto grau de perfeição?

Sim, Senhor (VII, 1, 8).

Por que?

Porque a sua dignidade pessoal era infinita, e era, além disso, o Doutor por excelência em matéria de fé (VII, 7).

V

DA PLENITUDE DA GRAÇA CONCEDIDA À NATUREZA HUMANA DO FILHO DE DEUS

Podemos dizer que na humanidade de Cristo atingiu a graça toda a sua plenitude?

No sentido de que não há graça que Ele não tivesse e de que possuiu todas as graças no grau mais eminente possível, sim, Senhor (VII, 10).

Exigia a humanidade de Cristo tal plenitude de graça?

Sim, Senhor; por sua união pessoal com Deus, fonte e origem da graça, e pelo objeto da vinda de Cristo, que foi fazer os homens participantes da sua (VII, 10).

Poderemos dizer que a natureza humana de Jesus Cristo teve graça infinita?

De certo modo, sim Senhor; a graça de união é infinita no sentido mais amplo da palavra, visto que consiste no assumir a natureza humana para subsistir com a subsistência da Pessoa divina. A graça habitual, com seu séquito de virtudes e dons, excede, incomparavelmente, no plano atual da Providência divina, aquela que tiveram e terão todos os demais seres juntos, ainda que em si mesma é finita, visto ser coisa criada (VII, 11).

Podia ser aumentada a graça inicial de Cristo?

Em absoluto, sim, Senhor; o poder de Deus é infinito; considerada, porém, a atual ordem divina, não podia ser aumentada (VII, 12).

Que conexões têm a graça habitual com a de união?

A de ser efeito seu e proporcional a ela (VII, 13).

Que nome tem a graça de união, causa e princípio de todas as outras?

Tem o nome de graça de união *hipostática***,** de uma palavra grega que significa *pessoa*, pois, como temos dito, consiste no fato único, incompreensível, obra do Filho de

185

Deus, de acordo com o Pai e o Espírito Santo, de conferir à natureza humana um excesso de honra e dignidade, unindo-a imediatamente à divina na pessoa do Verbo.

VI

DA GRAÇA CAPITAL PRÓPRIA DA NATUREZA HUMANA ASSUMIDA PELO FILHO DE DEUS FEITO HOMEM

Além da graça habitual ou santificante com seu cortejo de virtudes e dons, e das graças gratis datae conferidas à natureza humana de Cristo em atenção à graça de união hipostática, e tendo em conta o objeto da vinda do Salvador (graça que convinha a Cristo pessoalmente como

indivíduo distinto dos outros) não teve Ele outra, chamada capital, como chefe e cabeça de seu corpo místico que é a Igreja?

Sim, Senhor (VIII).

Que entendeis ao dizer que Jesus Cristo é cabeça e chefe do seu corpo místico, a Igreja?

Que o Verbo Encarnado é o ser mais próximo de Deus, possui a perfeição absoluta e a plenitude de todas as graças, e tem o poder de comunicá-las a todos aqueles que, por qualquer título, estejam incorporados à ordem da graça (VIII, 1).

É Jesus Cristo chefe da Igreja somente quanto à alma, ou também o é quanto ao corpo?

Também o é quanto ao corpo, e isso quer dizer que a alma e o corpo de Cristo são instrumentos da divindade para distribuir os bens sobrenaturais, principalmente nas almas, mas também nos corpos; aqui na terra, para que o corpo auxilie a alma na prática da virtude, e no céu para receber a parte de glória e imortalidade que lhe corresponde (VIII, 2).

É Jesus Cristo cabeça de todos os homens no sentido que acabamos de explicar?

Sim, Senhor; pois se bem que aqueles que tiveram a desgraça de morrer na impenitência final não são membros seus e estão separados Dele por toda a Eternidade, em compensação o é de uma maneira particularíssima dos que morreram em graça e desfrutam agora das doçuras da glória; é-o também de todos aqueles que, unidos a Ele por meio da graça, estão no Purgatório, ou vivem neste mundo; dos que lhe estão unidos pelos laços da fé, embora não possuam a caridade; dos que nem ainda pela fé lhe estão incorporados,

186

mas o estarão algum dia, conformemente com os decretos da divina predestinação; é-o, finalmente, de quantos vivem neste mundo, pois enquanto são "viadores", têm capacidade para ser membros seus, embora de fato nunca cheguem a sê-lo (VIII, 3).

Podemos dizer que Jesus Cristo é também chefe e cabeça dos anjos?

Sim, Senhor; porque é o primeiro entre todas as criaturas chamadas a participar da visão beatífica, possui a plenitude da graça, e da sua plenitude participam todos (VIII, 4).

A graça capital de Cristo, com a extensão que acabamos de expor, identifica-se com a sua própria graça pessoal, como tal, homem determinado, distinto dos outros homens e com maior razão, dos anjos?

Sim, Senhor; no fundo e na essência é a mesma graça, porém recebe os nomes de graça pessoal e capital pela dupla função que desempenha: enquanto aperfeiçoa a natureza humana do Filho de Deus chama-se pessoal; e capital, enquanto se comunica aos que Dele dependem (VIII, 5).

É próprio e exclusivo de Cristo ser chefe e cabeça da Igreja?

Sim, Senhor; pois, no que respeita à comunicação dos bens interiores da graça, só a humanidade de Cristo pode justificar interiormente ao homem, atenta a sua união hipostática com a divindade; tratando-se do governo exterior da Igreja, podem intervir, e de fato intervém os homens, que, com hierarquia e títulos diferentes, governam ou seja uma parte, como os bispos as suas dioceses, ou toda a Igreja Militante, como o Soberano Pontífice durante o seu pontificado; porém, tendo sempre presente que estes superiores se limitam a exercer o cargo de vigários e lugares tenentes do único superior efetivo, Jesus Cristo, em cujo nome governam (VIII, 6).

Logo, Jesus Cristo, concentra e cumula em si mesmo toda a obra da Redenção e santificação dos homens?

Sim, Senhor.

Assim como Jesus Cristo é superior e cabeça dos bons, existe também um chefe dos maus, cujos intentos são fomentar as suas rebeldias contra Deus e conduzi-los à perdição eterna?

Sim, Senhor; é Satanás, caudilho dos anjos rebeldes (VIII, 7).

187

Em que sentido dizemos que o demônio é o superior do império do mal, como Jesus Cristo o é da sua Igreja?

No sentido de que Satanás pode infundir intrinsecamente a maldade, à maneira como Jesus Cristo infunde o bem, com a diferença que, no governo e disposição dos sucessos, ele se esforça por apartar aos homens de Deus, ao passo que Jesus Cristo se esforça por uni-los a Deus; e também, em que o pecador imita a rebeldia e orgulho de Satanás, como o justo a submissão e obediência de Cristo (*Ibid*).

Logo, é certo que, como conseqüência desta oposição, existe um empenhado duelo pessoal entre Jesus Cristo, chefe dos bons e Satanás, caudilho dos maus, cujas origens explicam o estado de luta perpétua e incompatibilidade irredutível entre bons e maus em todos os períodos da história?

Certamente que sim.

Virão tempos em que esta guerra adquirirá tais caracteres de violência que pareça que Satanás tenha concentrado toda a sua malícia e poder destruidor num só indivíduo, assim como o Filho de Deus acumulou a sua potência redentora na natureza humana que uniu à sua divina Pessoa?

Sim, Senhor; isto sucederá durante o reinado do Anti-Cristo.

Logo, o Anti-Cristo, terá qualidades e títulos especiais para ser chefe dos maus?

Sim, Senhor; porque terá maior quantidade de malícia que homem algum antes dele, será o agente mais ativo e competente de Lúcifer, e se esforçará em perder os homens e em acabar com o reino de Cristo, com tenacidade e meios de destruição dignos do chefe dos demônios (VIII, 8).

Que partido devem tomar os homens diante da luta perene e irredutível entre os dois chefes do gênero humano?

O de não pactuar em coisa alguma com o demônio e seus satélites, e o de alistar-se debaixo das bandeiras de Cristo e, às suas ordens, lutar como valentes e não abandoná-las jamais.

VII

DA CIÊNCIA DE CRISTO ENQUANTO HOMEM: CIÊNCIA BEATÍFICA, INFUSA E ADQUIRIDA

Além da graça que o Filho de Deus concedeu à natureza humana, unida à sua divina Pessoa dotou-a também com outras prerrogativas?

Sim, Senhor; e em primeiro lugar, com as de ciência (IX-XII).

188

Quantas classes de ciência possuía o Filho de Deus Encarnado?

Três: aquela, em virtude da qual são felizes os Santos no céu, ou ciência da visão beatífica; a ciência infusa ou inata, derivada do Verbo, a qual põe na alma as noções e idéias necessárias para saber e compreender todas as coisas de um só relance e de um modo natural; e a ciência experimental ou adquirida, resultado do exercício ordinário das faculdades mentais que assimilam o mundo exterior por meio dos sentidos (IX, 2, 3, 4).

Foi especial e perfeitíssima a ciência de visão beatífica de Cristo Nosso Senhor?

Foi tão grande que excede sem proporção a de todos os anjos e homens bem-aventurados; desde o primeiro instante de sua Encarnação, pode Jesus Cristo, enquanto homem, conhecer no Verbo todas as coisas, de sorte que nada houve, presente, passado ou futuro, fossem ações, palavras ou pensamentos, qualquer que fosse a sua causa ou motivo, que o Filho de Deus não conhecesse, segundo a natureza humana a Ele unida hipostaticamente (X, 2-4).

Foi também, singularmente perfeita, a ciência infusa de Jesus Cristo?

Sim, Senhor; visto que Jesus Cristo, enquanto homem. sabia quanto pode conhecer a inteligência humana, utilizando as suas luzes naturais, e além disso, quantos conhecimentos pode a revelação proporcionar a qualquer inteligência criada mediante o dom de sabedoria, do de profecia ou de qualquer outro dos dons do Espírito Santo, e isto com uma perfeição e abundância absolutamente transcendentais, não só em comparação com a ciência dos outros homens, mas também com a dos espíritos angélicos (XI, 1. 3. 4).

Que devemos pensar da ciência adquirida pelo Filho de Deus feito homem?

Que possuía toda quanta a inteligência humana pode alcançar trabalhando sobre os dados dos sentidos; que esta ciência foi progredindo e aperfeiçoando-se, à medida que o entendimento reflexionava sobre os novos dados que iam aflorando aos sentidos, sem que jamais tivesse aprendido qualquer verdade dos lábios de um mestre, porque à medida que se ia desenvolvendo, aprendia por si mesmo nas obras de Deus, tudo o que um mestre poderia explicar-lhe (XII, 1,3).

189

Aprendeu alguma coisa dos anjos?

De maneira nenhuma, pois toda a ciência que, enquanto homem, possuía, adquiriu-a, ou imediatamente do Verbo ao qual pessoalmente estava unido, ou no exercício de suas faculdades naturais, e qualquer outro modo de adquiri-la teria sido indigno Dele (XII, 4).

VIII

DO PODER DE JESUS CRISTO ENQUANTO HOMEM

Possuiu Jesus Cristo, enquanto homem, alguma outra prerrogativa, além da ciência?

Sim, Senhor, a do poder (XIII).

De que poderes estava investida a alma humana de Cristo?

Em primeiro lugar, do poder que tem toda alma pelo fato de ser forma substancial do corpo; além disso, do poder próprio e exclusivo da alma de Cristo na ordem da graça, visto que está destinada a comunicá-la a todos os que hajam de possuí-la; por último, a natureza humana de Cristo participa instrumentalmente do poder do Filho de Deus que, unido pessoalmente a ela, transformará e restaurará todas as coisas no céu e na terra, conforme o plano fixado por Deus e em harmonia com o fim da Encarnação (XIII, 1-4).

IX

DOS DEFEITOS DA NATUREZA HUMANA UNIDA HIPOSTATICAMENTE AO FILHO DE DEUS; DEFEITOS POR PARTE DO CORPO E POR PARTE DA ALMA

Foi conveniente que, ao lado das prerrogativas de ciência, graça e poder, tomasse o Filho de Deus a natureza humana com alguns defeitos de alma e corpo?

Pensando que o fim intentado pelo Filho de Deus na Encarnação foi satisfazer pelos nossos pecados, aparecer no mundo como um dentre os homens, reservando todo o seu mérito para a fé, e dar-nos exemplo com a prática das mais sublimes virtudes de paciência e imolação, sim, Senhor.

190

Que defeitos corporais tinha a natureza humana assumida pelo Verbo?

As misérias e debilidades inerentes a toda a natureza humana, como pena do pecado de nossos primeiros pais, tais como a fome, a sede, a morte etc; não, porém, os defeitos conseqüentes a pecados pessoais, nem os hereditários, nem os acidentalmente contraídos na concepção (XIV, 1).

Logo o corpo de Jesus Cristo, com a exceção das debilidades mencionadas, era soberanamente formoso e perfeito?

Sim, Senhor; porque assim convinha à dignidade do Verbo divino e à ação do Espírito Santo, que diretamente o modelou nas entranhas da Santíssima Virgem, como mais tarde diremos.

Que defeitos de alma tinha a natureza humana unida ao Filho de Deus?

Em primeiro lugar, a possibilidade de experimentar dor sensível, especialmente a que produziriam as lesões corporais que havia de padecer no curso de sua paixão; em segundo lugar, o sentir a contrariedade produzida pelos movimentos interiores da ordem afetiva sensível e intelectual que supõem sempre um mal iminente, tais como a tristeza, o temor e a cólera, tendo em vista que esses movimentos em Cristo nunca estiveram em desacordo com a razão, à qual estavam em tudo submetidos (XV, 1-9).

Podemos dizer que Jesus Cristo, enquanto homem, era ao mesmo tempo "compreensor" por estar em termo e "viador" por achar-se no caminho da bem-aventurança?

Sim, Senhor; o primeiro, porque gozava plenamente da visão da essência divina, e o segundo porque, suspensa milagrosamente a derivação da glória da alma para a parte sensível, como o fim de não impedir a obra da redenção, conquistou e mereceu durante a sua vida mortal a glorificação do corpo que começou a desfrutar depois da Ressurreição e da Ascensão (XV, 10).

X

CONSEQÜÊNCIAS DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS; DE QUE MANEIRA PODEMOS EXPRESSAR-NOS AO FALAR DO VERBO ENCARNADO

Que proposições podemos sustentar, referindo-nos ao adorável mistério da Encarnação?

Podemos dizer com verdade, *Deus é homem*, porque uma pessoa de natureza divina é homem; também podemos

191

dizer, o *homem é Deus*, por quanto uma pessoa, que é realmente homem se identifica com a pessoa de Deus; e em geral, podemos atribuir a Deus todas as propriedades da natureza humana, porque se realizam numa pessoa divina, e as da natureza divina podem dizer-se do homem Verbo Encarnado, porque aquele homem é pessoa de Deus. Ao contrário, não podemos atribuir à divindade os predicados da humanidade, nem a esta os daquela, porque na pessoa do Filho de Deus Encarnado permanecem inconfusas as duas naturezas, conservando cada uma as suas propriedades (XVI, 1,2).

***Podemos dizer:* Deus se fez homem?**

Sim, Senhor; porque uma pessoa divina, que não era homem, começou a sê-lo no tempo (XVI, 6).

Podemos dizer que o Verbo Encarnado é uma criatura?

Não, Senhor; porque tal locução faria supor que um puro homem chegou a transformar-se em Deus (XVI, 7).

Podemos dizer que o Verbo Encarnado é uma criatura?

Em absoluto, não, Senhor; porém acrescentando: *em atenção à natureza humana que assumiu hipostaticamente,* sim, porque a natureza humana, unida à pessoa do Verbo, é uma criatura (XVI, 8).

Podemos dizer: este homem (indicando a Cristo) começou a existir?

Não, Senhor; porque daríamos a entender que quem começou a existir foi a pessoa divina. Poderíamos, apesar disto, empregar a frase, ajuntando: *enquanto homem, ou em atenção à natureza humana* (XVI, 9).

XI

DA UNIDADE E MULTIPLICAÇÃO EM CRISTO CONSIDERADAS QUANTO AO SER, À VONTADE E ÀS OPERAÇÕES

Constitui Jesus Cristo um só ser ou um agregado de seres?

Um só, Deus e homem ao mesmo tempo, porque uma só é a pessoa que subsiste em ambas as naturezas divina e humana (XVIII, 1, 2).

192

Há em Cristo mais de uma vontade?

Sim, Senhor; possui a vontade divina como Deus; e como homem, a vontade humana (XVIII, 1).

A vontade humana de Cristo é uma ou múltipla?

Se entendemos por vontade não só o apetite afetivo intelectual, mas também o sensível e ainda os atos diversos da mesma potência afetiva, é múltipla (XVIII, 2, 3).

O Verbo Encarnado teve e tem livre arbítrio?

Sim, Senhor; e em grau excelente e perfeitíssimo, apesar do que, de maneira alguma, pode pecar, porque a sua vontade deliberada esteve sempre de acordo com a divina até nas coisas

em que o apetite sensitivo e as propensões naturais da vontade o inclinavam a desviar-se do que a vontade deliberada exigia, conforme ao divino querer (XVIII, 4).

Houve e há em Jesus Cristo diversas classes de operações?

Sim, Senhor, visto que, se bem que a pessoa a quem os atos se atribuem é uma única, atendendo aos princípios imediatos de operação, estes se multiplicam quanto se multiplicam as potências ou faculdades da natureza humana, mesmo sem ter em conta a variedade dos atos divinos, distintos dos próprios da humanidade (XIX 1, 2).

Logo, em que sentido falamos de operações Teândricas em Jesus Cristo, e que significa esta expressão?

Significa que em Jesus Cristo, Deus e homem ao mesmo tempo, existiam subordinação e dependência entre as faculdades ou princípios operativos próprios da natureza humana e os exclusivos da divina, de tal forma, que, Nele, as obras humanas revestiam um gênero especialíssimo de perfeição e enobrecimento, sob a influência da natureza divina, e as divinas, poderíamos dizer, como que se humanizavam, manifestando-se ao exterior por meio da natureza humana e com o seu concurso (XIX, 1 ad 1).

Pôde Jesus Cristo merecer alguma coisa com suas obras humanas?

Pôde e foi conveniente que merecesse tudo aquilo, cuja falta não redundava em desdouro de sua perfeição e suprema dignidade, e assim mereceu a glória do corpo e a exaltação do seu nome no céu e na terra (XIX, 3).

Pode merecer pelos outros?

Sim, Senhor; e com mérito adequado, visto que, como temos dito, forma unidade mística com todos os membros da Igreja, da qual Ele a cabeça é, de tal sorte que os seus

193

atos não só foram meritórios para Ele pessoalmente, mas também em favor de todos os que de algum modo pertencem à sua Igreja, no sentido e com a extensão explicada quando tratamos da sua graça capital (XIX, 4).

Que é necessário para que aproveitem aos homens os méritos de Jesus Cristo?

Que se unam a Ele mediante a graça do batismo, que é graça de incorporação, como logo veremos (XIX, 4, ad 3).

XII

CONSEQÜÊNCIAS DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS COM RESPEITO AO PAI. — SUJEIÇÃO AO PAI; ORAÇÃO E SACERDÓCIO DE CRISTO

Que se segue do fato da Encarnação, atendendo às relações do Filho de Deus com o Pai, e às Deste com o Filho?

Segue-se que o Verbo Encarnado esteve sujeito ao Pai; que orou, que o serviu como Sacerdote, e que, permanecendo Filho natural e não adotivo, pode e deve ser sujeito de predestinação divina (XX-XXIV).

Que entendeis, quando afirmais que Jesus Cristo esteve sujeito ao Pai?

Que, considerando que o Pai é a bondade por essência, e o Filho, atendendo à natureza humana, só tem bondade participada, segue-se que, no que se refere à vida humana, tudo

estava regulado, disposto e ordenado pelo Pai, e que, enquanto homem, viveu a Ele sujeito com a obediência mais perfeita e absoluta (XX, 1).

Podemos deduzir destas razões que também estava sujeito a si mesmo enquanto Deus?

Sim, Senhor; porque a natureza divina, base da superioridade do Pai sobre o Filho, é comum aos dois (XX, 2).

Por que devemos admitir que o Verbo Encarnado pôde e pode orar?

Porque a sua vontade humana, independentemente da divina, não podia realizar todos os seus anelos; isto é razão suficiente para que o Filho se dirija ao Pai, suplicando-Lhe que com sua vontade onipotente, que é também a sua enquanto Deus, execute o que a vontade humana não pode realizar (XXI, 1).

194

Pode Jesus Cristo orar e pedir alguma coisa em seu favor?

Sim, Senhor já para pedir ao Pai os bens do corpo e a exaltação do seu nome, coisas que não possuía enquanto viveu na terra, já também para dar-Lhe graças por todos os dons e privilégios que lhe havia concedido na natureza humana, e neste sentido durará a sua oração eternamente XXI, 3).

Foram sempre bem acolhidas as orações de Jesus Cristo enquanto viveu na terra?

Tomando a oração no sentido de súplica e desejo deliberado e firme de alguma coisa, sim, Senhor; porque, Jesus Cristo, que conhecia maravilhosamente os planos divinos, jamais quis com vontade deliberada coisa menos conforme com o querer do Pai, que era o seu enquanto Deus (*Ibid*).

Que entendeis por sacerdócio de Cristo?

Entendo que a Ele, por excelência, pertence distribuir aos homens os dons celestiais e em nosso nome apresentar-se diante de Deus, para oferecer-Lhe as nossas súplicas, aplacar a sua cólera e reconciliar-nos com Ele (XXII, 1).

Podemos dizer que Jesus Cristo foi, ao mesmo tempo, sacerdote e vítima?

Sim, Senhor; já que, ao aceitar a morte por nós, verificou em sua pessoa os três antigos sacrifícios de vítima pelos pecados, hóstia pacífica e holocausto, porque lavou nossos pecados, satisfazendo por eles, alcançou-nos a graça e abriu-nos as portas da glória, onde definitivamente nos uniremos com Ele (XXII, 2).

Foi Jesus Cristo sacerdote em benefício próprio?

Não, Senhor; porque estava capacitado de que, para acercar-se de Deus, não tinha necessidade de intermediários e porque, isento de pecado, do qual só tinha tomado a aparência, não necessitava oferecer sacrifícios expiatórios por si mesmo, mas por nós (XXII, 4).

É eterno o sacerdócio de Cristo?

Sim, Senhor; porque eternamente durará o seu efeito que é a glória consumada dos santos, purificados em virtude do seu sacrifício (XXII, 5).

Por que se diz que Jesus Cristo é sacerdote segundo a ordem de Melquisedec?

Para fazer notar a superioridade do sacerdócio de Cristo sobre o levítico, sombra e figura sua (XXII, 6).

195

XIII

DA FILIAÇÃO DIVINA E DA PREDESTINAÇÃO DE CRISTO

Que quereis dizer quando falais da adoção divina?

Que Deu, por um ato de infinita bondade, se dignou admitir as criaturas racionais na participação dos seus próprios bens, isto é, na glória da bem-aventurança eterna, pois, não podendo ser os anjos nem os homens filhos por natureza (já que isto só pertence ao Verbo), enobreceu-os com o titulo e direitos de filhos adotivos (XXIV, 1).

O Verbo Encarnado é, enquanto homem, filho adotivo de Deus?

Não, Senhor; porque a filiação é propriedade pessoal, e, portanto, onde existe filiação natural, não há lugar para a adotiva que é similitudinária (XXIII, 4).

Jesus Cristo foi predestinado?

Sim, Senhor; porque a predestinação é um decreto eterno em que Deus determina o que Ele próprio há de executar, com o correr do tempo, na esfera e vida da graça; o fato de um ser humano ter sido pessoa divina e Deus ter sido homem é um fato por Deus realizado no tempo, e constitui o florão e remate da ordem da graça; logo, com maior razão que nenhuma outra criatura, foi predestinado o Filho de Deus feito homem (XXIV, 1).

A predestinação de Jesus Cristo é modelo e causa da nossa?

Sim, Senhor; porque o decreto de nossa predestinação é que sejamos, por adoção, o que o Verbo Encarnado é por natureza, e que Jesus Cristo seja o autor da nossa glorificação, já que por seus merecimentos havemos de alcançar a bem-aventurança eterna (XXIV, 3,4).

XIV

CONSEQÜÊNCIAS DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS EM RELAÇÃO CONOSCO. — COMO DEVEMOS ADORÁ-LO. COMO É MEDIADOR ENTRE DEUS E OS HOMENS.

Que se segue do falo da Encarnação em relação a nós?

Que temos a obrigação de adorar ao Filho de Deus

196

feito homem e de reconhecer que é nosso mediador (XXV - XXVI).

Que quereis exprimir quando dizeis que temos obrigação de adorar ao Verbo Encarnado?

Que estamos obrigados a tributar à pessoa do Verbo o culto próprio de Deus, que é o de *latria*, onde quer que esteja e qualquer que seja a forma, divina ou humana, em que se apresente; posto que, se em Jesus Cristo atendêssemos exclusivamente a natureza humana, só poderíamos tributar-lhe o culto de *dulia* (XXV, 1,2).

É esta a razão por que tributamos culto de latria ao Sagrado Coração de Jesus?

Sim, Senhor; porque o Coração de Jesus faz parte de sua adorável pessoa. Entre os elementos integrantes da pessoa de Cristo, nenhum há tão apropriado como o coração para ser objeto de um culto especial, porque simboliza a obra do amor infinito levada ao extremo, em nosso obséquio, pelo Verbo feito homem, no mistério da Encarnação e Redenção; por tanto, o culto tributado ao Sagrado Coração de Jesus é culto tributado a Jesus Cristo na qualidade de amante do homem.

Devemos adorar com culto de latria as imagens de Jesus Cristo?

Sim, Senhor; porque o culto que se rende a uma imagem, formalmente como imagem, e não como coisa, se identifica com o que se tributa ao que por ela é representado (XXV, 5).

Deve adorar-se a Cruz de Jesus Cristo com o culto de latria?

Sim, Senhor; porque é imagem de Cristo que nela morreu por nós, e, tratando-se da Cruz em que foi crucificado, merece ademais o dito culto por haver estado em contacto imediato com o divino Salvador e ter-se umedecido com o seu precioso sangue (XXV, 4).

Podemos render culto de latria à Santíssima Virgem, Mãe de Deus?

Não, Senhor; porque não a honramos somente por ser mãe de Cristo, mas pelo que ela é em si mesma e, sendo pura criatura, não podemos tributar-lhe o culto próprio e exclusivo de Deus. Não obstante isto, suposto que o motivo de prestar culto de *dulia* às criaturas é o seu degrau para a união com Deus, já que não existe nenhuma tão intimamente unida com ele, lhe tributaremos um culto especial, conhecido com o nome de *hiperdulia* (XXV, 5).

197

Estamos obrigados, em atenção a Jesus Cristo, a prestar culto às relíquias dos Santos e especialmente aos seus corpos?

Sim, Senhor; porque os Santos foram e são membros de Cristo, amigos de Deus e nossos intercessores; logo, tornaram-se credores de que tenhamos em grau de estima quanto lhes pertenceu, e em especial os seus corpos que foram templos do Espírito Santo e estão destinados a ser a imagem do corpo glorioso de Cristo, quando chegar a hora da ressurreição (XXV, C).

Que entendeis quando afirmais que Cristo é mediador entre Deus e os homens?

Que atenta a sua natureza humana, ocupa um lugar intermédio entre Deus, de quem se distingue pela referida natureza, e os homens, de quem o separa a excelência da sua dignidade e os dons da graça e glória que possui; se ocupa este lugar intermédio, segue-se que lhe corresponde, por direito próprio, o comunicar aos homens os mandatos e distribuir os favores divinos, e comparecer diante de Deus. como representante dos homens, para rogar e satisfazer por eles (XXVI, 1, 2).

XV

DA MANEIRA COMO SE DESENROLOU O MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO

De que maneira e com que ordem e sucessão se realizou o adorável mistério que acabamos de explicar?

Para responder a esta pergunta dividiremos a matéria em quatro partes: Consideraremos em primeiro lugar a entrada de Jesus Cristo neste mundo; em segundo lugar, a sua vida mortal; em terceiro, o modo como a abandonou, e, por último, a sua exaltação e glorificação (XXVII, Prólogo).

XVI

DA VINDA DE JESUS CRISTO A ESTE MUNDO. SEU NASCIMENTO

De que modo veio a este mundo o filho de Deus Encarnado?

Sendo concebido por obra sobrenatural do Espírito Santo e nascendo da Santíssima Virgem Maria.

198

A Santíssima Virgem, a quem o Filho de Deus havia escolhido para sua futura Mãe, quando realizasse a obra da sua Encarnação, desfrutou privilégios especialíssimos, em atenção à sua maternidade?

Sim, Senhor; e o mais precioso foi o da sua Imaculada Conceição (XXVII).

Que entendeis por privilégio da Imaculada Conceição?

O fato de que, em atenção a que a Santíssima Virgem era a criatura escolhida para ser mãe do Salvador, por privilégio especial e único em virtude do qual se lhe aplicaram antecipadamente os méritos da Redenção, foi preservada da mancha do pecado original em que havia de incorrer por descender de Adão pecador, por via de geração natural; e não só foi preservada do pecado, mas também, desde o primeiro instante da sua concepção, foi enriquecida e adornada com a plenitude dos dons sobrenaturais da graça (Pio IX. — Definição dogmática da Imaculada Conceição).

Que entendeis quando afirmais que o Verbo feito homem nasceu da Virgem Maria?

Que a Mãe de Cristo, em vez de perder a virgindade, em conseqüência da maternidade, viu como Deus a consagrava e fortalecia, de sorte que foi Virgem antes da concepção, depois dela, no parto e durante o resto de sua vida (XXVIII, 1, 2,3).

Logo a concepção do Filho de Deus, no seio da Virgem Santíssima, por obra do Espírito Santo, foi totalmente sobrenatural e miraculosa?

Sim, Senhor; foi de um modo todo miraculoso que a gloriosa Virgem Maria concebeu o Filho de Deus, revestindo este a nossa natureza humana no seu seio virginal; porém, tenhamos presente que nesta concepção a Santíssima Virgem não deixou de tomar aquela parte necessária e suficiente para ser verdadeira mãe, como as outras mães o são de seus filhos (XXXI, 5; XXXII).

Foi instantânea a formação do corpo de Cristo no seio virginal de Maria e conferiram-se-lhe, naquele primeiro instante, todas as prerrogativas e graças com que, segundo temos visto, Deus enriqueceu a natureza humana que Cristo assumiu na unidade de pessoa?

No mesmo instante em que a Santíssima Virgem pronunciou o *fiat***,** expressão do seu consentimento, se realizaram no seu seio, sob o influxo onipotente do Espírito San-

199

to, todos os privilégios e maravilhas que constituem o mistério da Encarnação (XXXIII-XXXIV).

Teve o Filho de Deus, desde aquele primeiro instante, uso de razão e livre arbítrio, e, por conseguinte, capacidade para merecer?

Naquele instante o Verbo Encarnado obteve, enquanto homem, todos os tesouros da ciência beatífica e infusa de que falamos, gozou plena liberdade e começou a merecer com mérito perfeito (XXXIV, 1-3).

Quando dizeis que o Filho de Deus nasceu da Virgem Maria, entendeis um verdadeiro nascimento da Segunda Pessoa divina? E como distinguir este nascimento temporal daquele outro eterno com que nasceu do Pai?

Em ambos os casos entendemos verdadeiro nascimento da pessoa de Cristo; porém, como esta consta de duas naturezas, quando dizemos que nasceu, no tempo, da Virgem Maria, entendemos que dela recebeu a natureza humana e quando falamos de como nasceu do Pai. entendemos que Este, na Eternidade, lhe comunicou a divina (XXXV, 1, 2).

Logo, por ter nascido da Virgem, o Filho de Deus é Filho de Maria, e ela é verdadeiramente sua Mãe?

Sim, Senhor; porque tudo quanto uma mulher comunica a seu filho, o mesmo comunicou a Virgem Maria ao Filho de Deus (XXXV. 3).

Segue-se daqui que a Santíssima Virgem é Mãe de Deus?

Indubitavelmente, porque com toda a verdade é sua Mãe, segundo a natureza humana unida hipostaticamente ao Verbo, que é Deus como seu Pai (XXXV, 4).

XVII

DO NOME DE JESUS CRISTO IMPOSTO AO VERBO ENCARNADO

Quando se impôs ao Filho de Deus o nome de Jesus?

Conforme o que o Anjo do Senhor havia ordenado a Maria e a José, foi-lhe imposto, no oitavo dia do seu nascimento, na cerimônia da Circuncisão (XXXVII, 2).

200

O que significa o nome de Jesus imposto por ordem do Céu ao Filho de Deus feito homem?

Designa a sua qualidade característica na ordem da graça, a de Salvador do gênero humano.

Por que ao nome de Jesus se ajunta o de Cristo?

Por que a palavra Cristo, que significa *Ungido*, dá a entender a unção divina que o converte em Santo, Sacerdote e Rei dos domínios sobrenaturais (XXII, 1 ad 3).

Logo, qual é o seu significado integral, e a quem designamos em concreto ao pronunciar o nome de Jesus Cristo?

Designamos ao Filho de Deus, coeterno e consubstanciai com o Pai e o Espírito Santo, Criador, conservador e governador supremo do universo; queremos dizer que este Verbo divino se revestiu da natureza humana, e, sem deixar de ser Deus, se fez homem; que, como dote de tão inefável união, obteve, enquanto homem, graças e privilégios de valor quase infinito, entre os quais sobressai a qualidade de Salvador dos homens, em virtude da qual é, por direito próprio, Mediador único junto de Deus, Pontífice Soberano, Rei Supremo, Profeta sem igual, chefe e cabeça dos eleitos, quer sejam homens ou anjos, pois uns e outros completam o seu corpo místico.

XVIII

DO BATISMO DE JESUS CRISTO

Por que, sendo Jesus Cristo o que acabamos de dizer, quis ser batizado com o batismo de São João ao começar a sua vida pública?

Porque assim convinha que inaugurasse a sua missão na terra. Era esta a de remir-nos; a Redenção consiste em perdoar os pecados, e esta remissão se efetuaria por sua vez mediante o batismo que ia promulgar e inaugurar. O batismo de Jesus Cristo é batismo de água, administrado em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Todos os homens, sem exceção, devem recebê-lo, visto que todos são pecadores: por isso, querendo o divino Redentor dar a entender a sua imprescindível necessidade, solicitou, Ele, que só a aparência tinha de pecador, o batismo de São João, simples figura do seu; e recebeu-o para santificar a água com o seu contacto e dispô-la para ser a matéria do Sacramento. No seu batismo se revelaram e manifestaram as três Pessoas da Santíssima Trindade. Ele, na natureza humana; o Espírito Santo, na forma de pomba; e o Pai, na voz que se ouviu,

201

como vinda do céu, dando-nos com isso a entender qual seria a forma do Sacramento. Por último, se declarou ali o seu efeito quando se abriu o céu sobre a cabeça do Salvador, pois também ao receberem a água batismal, o céu se abre para os homens, em virtude do batismo de Sangue com que Cristo havia de lavar em sua própria pessoa os pecados do mundo (XXXIX, 1-8).

XIX

DA VIDA PUBLICA DE JESUS CRISTO; DA TENTAÇÃO PREGAÇÃO, MILAGRES E TRANSFIGURAÇÃO

Foi a vida pública de Jesus Cristo digna da sua concepção e nascimento e do batismo com que a inaugurou e, além disso, conforme com a sua missão e dignidade?

Sim, Senhor; porque levou uma vida modesta, simples, e de extrema pobreza, com que preparou os ânimos para receberem a Nova Lei, fazendo que na sua própria pessoa acabasse o império da Antiga (XL, 1-4).

Por que quis Jesus Cristo ser tentado depois do batismo?

Para ensinar-nos a maneira como devemos resistir aos assaltos do inimigo, e para subjugar com a sua vitória a audácia do demônio, ensoberbecido com a derrota que fez sofrer aos nossos primeiros pais no Paraíso (XLI, 1).

Pregou e ensinou Jesus Cristo da maneira mais convincente?

Sim, Senhor; porque percorreu pessoalmente todo o território do povo escolhido, a quem seu Pai o havia enviado, e em três anos de vida pública não teve um momento de repouso, na empresa de ensinar aos homens, acomodando à sua capacidade os mistérios do reino dos céus (XLII, 1-4).

Foram convenientes e oportunos os milagres que fez?

Sim, Senhor; pois, com eles, deu provas irrefragáveis de quem era e de como dava aos homens meios infalíveis para reconhecê-lo, demonstrando a sua superioridade e Onipotência

sobre os espíritos, os corpos siderais, as enfermidades e misérias humanas e até sobre os próprios seres irracionais e insensíveis (XLIII, XLIV).

Fez algum que, por sua natureza e pelas circunstâncias que a rodearam, tivesse particularíssima e excepcional importância?

Sim, Senhor; o da Transfiguração (XLV).

202

Por que?

Porque, tendo revelado aos discípulos o mistério da sua paixão e morte ignominiosa num patíbulo, e prognosticado como os seus sequazes haviam de acompanhá-lo no caminho do padecimento e da dor, quis que os três discípulos privilegiados vissem na sua pessoa a finalidade a que o padecimento conduz aos que têm a valentia de arrostá-lo por seu amor; e como esta doutrina e experiência eram o ponto culminante dos seus ensinos, aproveitou aquele momento solene para que proclamassem e dessem testemunho da sua autoridade e da veracidade das suas palavras, de um lado a Lei, personificada em Moisés, e os Profetas, representados por Elias, e de outro, O Pai Celestial que deixou ouvir a sua voz, declarando-o Filho muito amado, a quem era necessário ouvir (XLV, 1-4).

Por que declarou o Pai a filiação divina do Filho por ocasião do Batismo e da Transfiguração?

Porque a filiação natural de Jesus Cristo é o modelo com que deve conformar-se a nossa filiação adotiva, e esta começa com a graça do batismo e consuma-se na glória da bem-aventurança (XLV, 4 ad 2).

De que falavam Moisés e Elias com Jesus Cristo quando se apresentaram envoltos em resplendores de glória, no monte Tabor?

Do mistério da paixão e morte de Cristo, ou como disse S. Lucas, com frase gráfica, da saída de Jesus de Jerusalém (XLV, 3).

XX

DE COMO JESUS CRISTO DEIXOU ESTE MUNDO; DA PAIXÃO, MORTE E SEPULTURA

Que causas compreende a saída de Jesus, verificada em Jerusalém?

Quatro coisas: a paixão, a morte, a sepultura e a descida aos infernos (XLVI-LII).

Por que quis Jesus Cristo padecer as torturas da paixão, antes de padecer a morte na cruz?

Primeiramente para obedecer aos mandatos do Pai que assim o havia determinado nos seus decretos eternos e, além disso, porque Jesus Cristo, profundo conhecedor do plano divino, sabia que a Paixão era a obra prima da sabedoria

203

e amor de Deus, planejada para levar ao fim, com a maior eficácia, a redenção do gênero humano, além de confundir o demônio, nosso mortal inimigo, e oferecer aos homens o testemunho supremo do grande amor com que Deus os amou (XLVI, 1).

Os tormentos que Jesus Cristo padeceu, na sua paixão, excedem, em conjunto, a quanto se há padecido e se há de padecer?

Sim, Senhor; porque o seu corpo, cuja sensibilidade foi a mais delicada e perfeita que pode haver, foi torturado com toda a diversidade de suplícios, os quais não deixaram órgão, nem sentido que não atormentassem, sem que a parte superior do espírito, que desfrutava o pleno

gozo da visão beatífica, viesse em auxílio do corpo, ou mitigasse os tormentos da dolorosa sensibilidade; e a sua alma, ao tomar sobre si a responsabilidade e a obrigação de satisfazer por todos os pecados do mundo, quis experimentar torturas e dores proporcionadas àquele objeto (XLI, 5, 6).

De que modo levou ao fim a paixão de Cristo a obra da nossa salvação?

Considerada a paixão de Cristo em relação com a divindade, da qual a humanidade paciente era instrumento, é causa *eficiente* de nossa Salvação; se a consideramos como livremente aceita por sua vontade humana, é causa *meritória;* tomada em si mesma, como padecimento e suplício da parte sensível do Redentor, obrou-a por modo de *satisfação,* já que os seus tormentos compensaram os que mereciam os nossos pecados; por modo de *Redenção,* se atendermos a que, por ela, nos resgatou da escravidão do pecado e do demônio; e por modo de *Sacrifício,* se considerarmos que nos reconciliou com Deus e voltamos a achar graça diante dos seus olhos (XLVIII, 1-4).

É próprio e exclusivo de Cristo o atributo de Redentor do gênero humano?

Sim, Senhor; porque foi Ele quem, para partir as cadeias com que nos tinham algemados o demônio e o pecado, ofereceu e entregou ao Pai o sangue e a vida, como preço do nosso resgate e liberdade. Não obstante isto, tendo em conta que a humanidade do Salvador havia recebido sangue e vida da Santíssima Trindade, e que o movimento que impeliu a vontade humana a oferecer semelhante preço por nossa redenção, partiu, em sua origem, da Divindade, causa primeira de todo bem, segue-se que a obra da redenção se atribui à Santíssima Trindade, como causa primeira,

204

ao Filho de Deus, enquanto homem, como causa imediata (XLVIII, 5).

Logo, a paixão de Cristo remiu-nos da escravidão do demônio, arrancando-nos do seu poder?

Sim, Senhor; porque destruiu o pecado com que o homem, cedendo às sugestões do demônio, tinha merecido ficar sujeito ao seu domínio, e nos reconciliou com Deus, a quem havíamos ofendido, cuja justiça havia abandonado o homem ao poder do demônio, e utilizou até o poder tirânico de Satanás, permitindo-lhe enfurecer-se contra o Filho de Deus, até fazê-lo condenar à morte, sendo inocente (XLIX, 1-4).

Podemos considerar como efeito especial da paixão de Cristo, o de abrir-nos as portas do céu?

Sim, Senhor; porque dois eram os obstáculos que impediam a entrada no céu, ao gênero humano: o pecado original, comum a todos os homens como descendentes, por via de geração, de Adão pecador, e os pecados pessoais; ambos estes obstáculos se destruíram com a paixão de Cristo (XLIX, 5).

Foi conveniente que a paixão do Redentor terminasse com a morte?

Sim, Senhor; porque foi o meio mais adequado e apropriado para que o homem sacudisse o jugo e a servidão com que o tinham cativo a morte espiritual do pecado e a física imposta como castigo da culpa original; e com efeito, ao morrer Cristo pelos homens, venceu a Morte e logrou que nós triunfássemos também dela, perdendo o horror natural que ela inspira, pois sabemos que morremos para ressuscitar, e sobretudo, para que, como membros seus, morramos com as mesmas disposições com que Ele morreu e consigamos sobre a morte o triunfo que Ele alcançou (L, 1).

Por que quis ser sepultado depois de morrer?

Primeiramente, para demonstrar que realmente estava morto, pois, de ordinário, a ninguém se sepulta antes de comprovar suficientemente a morte real; em segundo lugar, para confirmar, com a sua ressurreição, o dogma da ressurreição universal; e por último, para

ensinar-nos que, se queremos morrer para o pecado, temos que nos despedir da vida turbulenta, em que imperam o desregramento e a paixão, e abandoná-la para levar uma vida escondida e oculta em Deus (LI, 1).

205

XXI

DA DESCIDA AOS INFERNOS

Por que quis Jesus Cristo descer aos infernos?

Para evitar-nos a nossa descida; para vencer ao demônio, libertando aos que ali tinha detidos; e para demonstrar como o seu poder alcança até os infernos, já que pode visitá-los e iluminá-los com o resplendor da sua luz (LII, 1).

A que infernos desceu?

À parte dos infernos em que, por conseqüência do pecado original, estavam detidos os justos que já não tinham pecados pessoais que purgar. Somente ali penetrou para consolar e alegrar aos antigos patriarcas; porém, daquele lugar fez notar os efeitos da sua presença em todos os âmbitos: no inferno dos condenados, para confundir a sua incredulidade e pertinácia; no purgatório, para infundir alentos às almas atribuladas que ali padeciam com a esperança de ser admitidas na glória logo que terminasse o tempo da sua expiação (LII, 2).

Esteve ali muito tempo?

Tanto quanto o seu corpo no sepulcro (LII, 4).

Levou consigo, ao sair, as almas dos justos?

Sim, Senhor; no primeiro instante em que a sua alma penetrou naquela morada, comunicou aos justos a graça da visão beatífica e, ao abandonar aqueles lugares para unir-se ao corpo na ressurreição, quis que o acompanhassem todos para nunca mais se separarem Dele (LII, 5).

XXII

DA GLORIFICAÇÃO DE JESUS CRISTO: A RESSURREIÇÃO

Foi necessário que Jesus Cristo ressuscitasse glorioso?

Sim, Senhor; porque Deus estava obrigado a manifestar a sua Justiça, exaltando àquele que se havia humilhado até à morte, e morte de cruz; porque era conveniente esta suprema prova da divindade de Cristo, para robustecer a nossa fé, arraigar a esperança, orientar e conformar a nossa vida transformada em ressurreição espiritual, com a de Jesus ressuscitado; e, finalmente, para que o Redentor desse manifes-

206

tações, em sua própria pessoa, dos maravilhosos dotes da vida gloriosa, a que nos destina e que começou com a sua ressurreição (LIII, 1).

Quais foram os dotes do corpo de Cristo ressuscitado?

O corpo de Cristo ressuscitado foi o mesmo que ficou pendente da cruz, e que os discípulos desencravaram e depositaram no sepulcro; porém, desde o momento da ressurreição, possuiu os dotes gloriosos da impassibilidade, da subtileza, da agilidade e da claridade que, como

transbordamento da glória da alma em liberdade, com toda a abundância e plenitude se lhe comunicavam, fazendo participante o corpo da sua perfeição (LIX, 1-3).

Conserva o corpo de Cristo, depois da ressurreição, as cicatrizes dos pés, das mãos, e do lado?

Sim, Senhor, e é conveniente que as conserve afim de que contribuam para a sua glória, como troféus de vitória sobre a morte e porque serviram para convencer aos discípulos da verdade da ressurreição e porque são no céu como uma *súplica* viva, dirigida à clemência e misericórdia do Pai, e porque servirão para confundir os inimigos da Cruz no dia do juízo final (LIV, 4).

XXIII

DA ASCENSÃO DE JESUS CRISTO: AUTORIDADE E PODER JUDICIAL

Onde se encontra agora o corpo glorioso de Jesus Cristo?

No céu, para onde o Redentor, quarenta dias depois da ressurreição, subiu por virtude própria, à vista de seus discípulos, que do alto do monte Olivete (das Oliveiras) o contemplavam (LVII, 1).

Que significa a expressão "Jesus Cristo subiu ao céu e está assentado à direita de Deus Padre?"

Significa que, sem sobressaltos, aflições, nem temores para o futuro, goza e desfrutará eternamente o repouso da bem-aventurança celestial, e que, igual ao Pai, no uso de um privilégio exclusivo, é Rei do universo e julga a todos os seres da criação (LVII, LVIII).

207

Por que se atribui especialmente a Cristo o poder judicial?

Primeiramente, porque Jesus Cristo, enquanto Deus, é a Sabedoria do Pai, e o ato de julgar é um ato da Sabedoria e da verdade; em segundo lugar, porque Jesus Cristo, enquanto homem, é pessoa divina, e na sua natureza humana radica a dignidade de chefe da Igreja e portanto, de todos os homens, já que todos hão de comparecer diante do tribunal de Deus; além disso, porque possui em toda a sua plenitude a graça santificante, que dá capacidade ao homem espiritual para emitir juízo reto e acertado; finalmente, porque merece ser denominado juiz dos céus e da terra, aquele que neste mundo sofreu os rigores de um processo e que condena os injustos para defender os foros da Justiça divina (LIX, 1-4).

Começou Jesus Cristo a exercer o poder judicial, que constitui a prerrogativa mais excelsa da sua realeza, desde o momento em que subiu aos céus e tomou assento à direita de Deus Padre?

Sim, Senhor, e tudo quanto desde então ocorre no mundo, o movimento do universo, o desenvolvimento e evolução do gênero humano, o ciclo dos seres inanimados, as ações dos anjos bons e maus com sua influência nos acontecimentos. Ele o dirige e governa; e não só tem direito à realeza e mando enquanto Deus, de Quem a Providência é um dos atributos, mas também enquanto homem, por ser Filho de Deus e pessoa divina, e também porque, com a sua morte e paixão, conquistou tão elevado cargo e dignidade (LIX, 5).

Esta ação judicial tão intensa e minuciosa que Jesus Cristo vem exercendo desde o dia da sua Ascensão, não faz inútil o juízo universal que há de realizar-se no fim dos tempos?

Não, Senhor; porque até então não haverá ocasião propícia para manifestar a plenitude e alcance do poder e da Soberania de Cristo; só quando se fechar o livro da história se poderá apreciar em conjunto, não só o valor dos atos, mas também o de suas conseqüências, e, portanto, premiar ou castigar a cada criatura conforme o total de seus merecimentos.

Governa Cristo aos anjos com os mesmos títulos com que rege aos homens?

Não, Senhor, porque, se bem que o Filho de Deus recompensa aos anjos bons com a glória eterna e castiga aos maus com o suplício da eterna condenação, nem os premia nem os castiga, enquanto homem, mas somente como Deus; os homens, ao contrário, recebem de Cristo, enquanto homem, o poderem entrar na posse da bem-aventurança; e dos seus

208

lábios ouvirão os réprobos, no dia do juízo final, a sentença definitiva que os condena aos suplícios eternos. Apesar disto, os mesmos anjos, assim como os demônios, estão sujeitos ao poder soberano do Filho de Deus feito homem, desde o momento da sua Encarnação, e de um modo especial, desde o dia da sua Ascensão e entrada triunfal no céu.

Todas as ações e intentos para salvar ou perder os homens ficam submetidos ao foro judicial de Jesus Cristo e os primeiros receberão Dele, enquanto homem, o suplemento da recompensa devido aos seus bons ofícios, assim como os maus o aumento de pena de que os faz merecedores a sua perversidade (LIX, 6).

XXIV

DOS SACRAMENTOS INSTITUÍDOS POR CRISTO PARA COMUNICAR AOS HOMENS O FRUTO DA REDENÇÃO: NATUREZA, NÚMERO E CONVENIÊNCIA, NECESSIDADE E EFICÁCIA DOS SACRAMENTOS

Que meios estabeleceu Jesus Cristo para comunicar aos homens o fruto dos mistérios realizados em sua divina pessoa?

Os Sacramentos (LX, Prólogo).

Que entendeis por sacramento?

Uma coisa, ou um ato sensível, acompanhado de certas palavras que precisam e particularizam o seu sentido, e aplicação, que significam e produzem na alma determinadas graças destinadas a conformar a nossa vida com a de Cristo (LX – LXIII).

Quantos são os sacramentos?

São sete: Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Extrema Unção, Ordem e Matrimônio (LXI, 1).

Poderíamos achar alguma razão de conveniência que nos explicasse por que são sete?

Sim, Senhor, achamo-la na analogia existente entre o desenrolar da vida corporal e da vida da graça. Podemos considerar o homem como indivíduo e como ser social. Como indivíduo, tem necessidades e requer perfeições de duas classes, umas diretas e ordinárias e outras extraordinárias e indiretas; são perfeições do primeiro grupo, antes de tudo, a necessidade de existir, a de crescer e desenvolver-se e a de alimentar-se e nutrir-se. Acidentalmente po-

209

de contrair enfermidades, e neste caso, necessita de remédio para recuperar a saúde, e regime higiênico, para restabelecer-se. Pois, na ordem espiritual há um sacramento, o do *Batismo*, que nos comunica a vida da graça; outro, o da *Confirmação* que fortalece e desenvolve, e o da *Eucaristia*, pão do céu e alimento sobrenatural. Para o caso de enfermidade contraída depois do batismo, dispomos da medicina espiritual do sacramento da *Penitência*, e da *Extrema-unção* para apagar os vestígios da enfermidade passada. Para socorrer as necessidades do homem como ser social, existem outros sacramentos, o da *Ordem*, destinado a que jamais faltem ministros na Igreja, e o do *Matrimônio*, cujo fim é a propagação do gênero humano (LXV, 1).

Qual dos sete Sacramentos tem a primazia e é como o centro para onde convergem todos os outros?

O da Eucaristia. Nele, como mais tarde veremos está Cristo substancialmente, enquanto que os outros só têm o seu poder e virtude. Todos os outros se ordenam para este, ou para realizá-lo, como o Sacramento da Ordem, ou para tornar-nos capazes de sua recepção ou dispor-nos para recebê-lo dignamente, como o batismo, a confirmação, a penitência e a extrema-unção, ou pelo menos, para simbolizá-lo, como o Matrimônio. Além disso, quase todas as cerimônias relativas à administração dos outros sacramentos, até as do batismo quando o neófito é adulto, terminam com a recepção da Eucaristia (LXV, 3).

É facultativa e de simples conselho a recepção de todos os sacramentos ou é absolutamente, necessária, para alcançar a graça correspondente a cada um?

É absolutamente necessária no sentido de que, se se deixam de receber por malícia ou negligência, nunca se receberá a graça correspondente e, além disso, há três que reproduzem um efeito particular, impossível de alcançar se não se recebeu de fato (LXV, 4).

Quais são e qual é o seu efeito?

O batismo, a confirmação e a ordem; e o efeito a que nos referimos é o caráter que imprimem (LXIII, 6).

Que entendeis por caráter?

Uma qualidade, espécie de potência espiritual da parte superior da alma, que nos faz participantes do Sacerdócio de Cristo, ou para exercermos faculdades hierárquicas anexas a este sacerdócio, ou para sermos admitidos à participação dos benefícios eu se derivam dos atos da hierarquia sacerdotal (LXIII, 1-4).

210

É indelével o caráter impresso na alma?

Sim, Senhor, e durará eternamente naqueles que uma vez o tenham recebido, para sua maior glória no céu, se foram dignos dele; ou para maior confusão no inferno, daqueles que não souberam cumprir as obrigações que ele impõe (LXIII, 5).

Qual é o que imprime na alma a imagem de Cristo e faz a homem apto para participar dos bens do seu sacerdócio?

O caráter do sacramento do batismo (LXIII, 6).

XXV

DO SACRAMENTO DO BATISMO: NATUREZA E MINISTRO DESTE SACRAMENTO

Que entendeis por sacramento do batismo?

Um rito instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo, que consiste em lavar o neófito com água natural, enquanto o ministro pronuncia estas palavras: "Eu te batizo em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo" (LXVI, 1-5).

Pode administrar-se mais de uma vez à mesma pessoa?

Não, Senhor, porque imprime na alma caráter indelével (LXVI, 9).

***O batismo de água pode ser suprido pelo chamado de Sangue, e pelo de amor, ou batismo* flâminis**?

No sentido de que se pode alcançar a graça correspondente à recepção do Sacramento, quando este se torna impossível, sim; o batismo de água pode ser suprido pelo martírio, ou batismo de Sangue, que faz o homem imagem de Cristo em sua paixão e morte, e pelo de amor ou desejo, que consiste num movimento de anelo, procedente da caridade por impulso do Espírito Santo; porém, tenha-se presente que nestes dois últimos casos não se recebe o caráter sacramental (LXVI, 11).

Quem pode administrar este sacramento?

Validamente, qualquer homem ou mulher que tenha uso de razão, se executarem com exatidão o rito e tiverem intenção de fazer o que faz a Igreja Católica quando o administra (LXVII).

211

Que condições há de reunir o ministro para administrá-lo licitamente?

As que prescreve e determina a Igreja Católica (*Ibid*).

Quais são?

Fora dos casos ordinários em que o sacerdote o administra por si mesmo e conforme ao que está legislado no direito canônico e prescrito no ritual, ou faz administrá-lo por um diácono como ministro extraordinário, fora desses casos, é necessário que haja necessidade urgente, isto é, perigo de morte; neste caso pode administrá-lo licitamente a primeira pessoa disponível, quer seja sacerdote, clérigo, leigo, homem ou mulher, e até um pagão, guardando entre si a ordem e turno de preferência com que acabamos de enumerá-los, se vários puderem fazê-lo (LXVII, 1-5).

Quando se administra solenemente o batismo ou se suprem as cerimônias do de urgência, necessita o neófito de padrinhos?

Sim, Senhor; assim o ordena a Igreja seguindo uma tradição antiquíssima, fundada na necessidade que tem o recém batizado de alguém com o encargo e oficio de instruí-lo em seus deveres religiosos e animá-lo no cumprimento das obrigações contraídas (LXVII, 7).

Logo, o cargo de padrinho ou madrinha é oficio grave e de responsabilidade e não fórmula de mero expediente?

Sim, Senhor, pois que lhes incumbe a obrigação rigorosa de procurar, por todos os meios, que os seus afilhados se mantenham sempre fiéis ao prometido e jurado no batismo (LXVII, 8).

XXVI

QUEM PODE RECEBER ESTE SACRAMENTO, E COMO TODOS NECESSITAM DELE

Estão obrigados todos os homens a receber o batismo?'

Sim, Senhor; de tal sorte que se alguém, podendo não o recebe, é impossível que se salve. A razão é porque, mediante o batismo, somos incorporados a Cristo e começamos a ser membros seus, e ninguém, depois do pecado de Adão, pode entrar no reino dos céus, senão com o título de membro de Cristo (LXVIII, 12).

Não basta a fé e a caridade para fazer parte do corpo místico de Jesus Cristo e ter direito à entrada na Glória?

Indubitavelmente que sim; porém, nem a fé pode ser sincera, nem a graça informar a alma, se voluntariamente

212

se fecham os canais por onde ordinariamente fluem, recusando o batismo, que é o sacramento da fé, e é destinado a produzir a primeira graça que nos une com Cristo.

Logo, pode receber-se o batismo em pecado mortal, quer se restrinja ao pecado original, quer a outros que acompanhem os que chegaram ao uso da razão?

Sim, Senhor; e por isto se lhe chama Sacramento de Mortos, visto como não supõe a alma na posse da graça, como os chamados sacramentos de vivos, mas tem por objeto infundi-la. Contudo, quando o batizado é adulto com pecados pessoais graves, está obrigado a arrepender-se convenientemente deles para alcançar o fruto do sacramento (LXVIII, 4).

Precisam os adultos ter intenção de recebê-lo?

Sim, Senhor; e sem ela o sacramento é nulo (LXV II, 8).

Precisam também ter fé?

Para receber a graça do sacramento, sim, Senhor, mas não para receber o sacramento ou o caráter (LXVII, 7).

Logo, é lícito batizar as crianças, posto que não podem ter nem fé, nem intenção?

Sim, Senhor; pois, têm fé e intenção, por eles, os que, em nome deles, pedem o batismo, ou, na falta destes, a Igreja (LXVIII, 9).

Podem ser batizados contra a vontade de seus pais e antes do uso da razão, os filhos dos infiéis e dos judeus e, em geral, daqueles que de nenhum modo estão sujeitos à autoridade da Igreja?

Não, Senhor; fazê-lo é pecar contra o direito natural, já que a mesma natureza concedeu aos pais o direito de tutela sobre os seus filhos até à idade em que livremente podem dispor de si mesmos. Se, contravindo esta lei, fosse algum batizado, o batismo seria válido e a Igreja adquire sobre o menino direitos preferenciais, visto que são da ordem sobrenatural fundados no batismo (LXVIII, 10).

Pode-se, em perigo de morte, batizar uma criança no seio materno?

Não, Senhor; porque, antes de desprender-se da mãe e sair à luz, não pode ser considerado como um membro mais da sociedade, nem esta tem ação sobre ele para administrar-lhe os sacramentos; deve-se, em tais casos, confiá-lo inteiramente aos imperscrutáveis juízos de Deus (XLVIII, 11 ad 1).

213

Podem salvar-se os meninos que morrem antes do batismo?

Não, Senhor; visto como Deus não estabeleceu no mundo outro meio de agregar-se ao corpo místico de Jesus Cristo e de receber a sua graça, sem a qual nenhum homem pode salvar-se (LXVIII, 3).

Podem receber o batismo os loucos e idiotas?

Se nunca tiveram uso da razão, correm a mesma sorte que os meninos, e, portanto, podem ser, como eles, batizados; porém, se alguma vez tiveram uso da razão só podem batizar-se quando, em estado de lucidez, hajam manifestado desejos de receber este sacramento (LXVIII, 12).

XXVII

DOS EFEITOS DO SACRAMENTO DO BATISMO

Que efeitos produz o sacramento do batismo, naqueles que não põem obstáculos à sua virtude e eficácia?

Incorpora o homem a Cristo, fazendo-o participante dos frutos da sua paixão; lava na alma até a última sombra do pecado e exime da obrigação de satisfazer a pena devida por todos os pecados anteriormente cometidos; tem poder para suprimir todas as penalidades e misérias desta vida; porém, Deus suspende este efeito até ao dia da ressurreição, para que o cristão se assemelhe a Jesus Cristo, encontre oportunidade de entesourar merecimentos e dê provas de que não o recebe para procurar comodidades na vida presente, e sim para conquistar a glória da vida futura (LXIX. 1-3).

Infunde o batismo a graça e as virtudes?

Sim, Senhor; porque une com Jesus Cristo, manancial da graça, donde flui para todos os seus membros; e, como graça característica sua, confere especial agudeza de entendimento, para fazer obras dignas do cristão (LXIX, 4,5).

Produz estes dois efeitos na alma das crianças?

Sim, Senhor; ainda que em estado habitual e latente, como germe que aguarda tempo oportuno para desenvolver-se e produzir frutos (LXIX, 6).

Podemos dizer que o efeito próprio do batismo é o de abrir-nos as portas do céu?

Sim, Senhor; porque, ao lavar o pecado e indultar-nos da pena devida por ele, aplaina o único obstáculo que, depois da paixão de Cristo, estorva a entrada no céu (LXIX, 7).

214

Produz o batismo todos os sobreditos efeitos no adulto que o recebe sem as devidas disposições?

Não, Senhor; só recebe o caráter sacramental, porém, como este é indelével, serve-lhe para que o batismo produza efeitos íntegros, desde o momento em que remova os obstáculos e se disponha convenientemente (LXIX, 9, 10).

Têm alguma eficácia os ritos e cerimônias com que se administra?

Sim, Senhor; ainda que de categoria e ordem muito inferior à da graça, visto que o seu objeto é dispor o catecúmeno para receber todos os efeitos do sacramento; por esta razão não se computam entre os sacramentos, mas entre os sacramentais (LXXI, 3).

XXVIII

DA DIGNIDADE E OBRIGAÇÕES DOS BATIZADOS

Confere a graça do batismo especial dignidade e nobreza, e impõe por sua vez obrigações próprias de tão alto estado?

Os que tiveram a dita de recebê-lo e, na devida medida, correspondem a tão assinalado favor, excedem em dignidade a todas as criaturas cujo último destino é alcançar um fim natural. São filhos de Deus e irmãos de Cristo; poderemos dizer que são como a continuação de- Jesus Cristo que, neles como membros, vive, se reproduz e prolonga a série de triunfos e merecimentos que pessoalmente conquistou quando vivia na terra, porém, por sua vez,

"nobreza obriga", e o que a possui tem o dever de não manchar a sua vida com atos ou costumes indignos da própria pessoa de Jesus Cristo.

XXIX

DA NECESSIDADE, NATUREZA E EFEITOS DO SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO: INSTRUÇÃO QUE REQUER E OBRIGAÇÕES QUE IMPÕE.

É suficiente a graça do batismo para levar em tudo vida digna de Jesus Cristo?

Não, Senhor; porque a graça do batismo é graça ini

215

cial ou de principiantes, se assim é lícito falar; comunica-nos a vida de Cristo, porém, não o vigor para crescermos e desenvolvermo-nos até à plenitude (LXV, 1; LXXII, 7, ad 1).

Que graças produzem tais resultados?

As da Confirmação e Eucaristia (LXV, 1).

Que entendeis por Confirmação?

O sacramento da Nova Lei, destinado a conferir a graça, em virtude da qual medra e se desenvolve o ser sobrenatural recebido no batismo (LXXII, 1).

Em que consiste?

Em ungir, em forma de cruz, com o Crisma bento, a fronte do confirmando, enquanto o ministro pronuncia estas palavras: "Assinalo-te com o sinal da cruz e confirmo-te com o Crisma da salvação, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Amém" (LXXII, 2, 4, 9).

Que simboliza o Crisma empregado como matéria neste sacramento?

A plenitude da graça do Espírito Santo que conduz o cristão à vida perfeita para que, com a prática das virtudes, difunda, ao redor de si, o odor de Cristo. Por isso o Crisma está composto de azeite de oliveira, símbolo da graça, e da planta aromática por excelência, o bálsamo (LXXII, 2).

Que manifestações compreende a forma deste sacramento ou as palavras que o ministro pronuncia?

Três: nomeia-se a Santíssima Trindade, para dar a entender que ali está a fonte e manancial de toda a graça; diz-se: "Eu te confirmo com o Crisma da salvação”, para indicar que o efeito deste sacramento é conferir fortaleza e vigor, e imprime-se na fronte do confirmando o sinal da cruz, porque ela, instrumento do triunfo do nosso comandante e Rei, há de ser a bandeira, a divisa e o distintivo do soldado de Cristo, aprestado para os grandes combates da vida cristã (LXXII, 4) .

Logo, o sacramento da Confirmação é o sacramento da virilidade cristã, o que transforma o cristão menino em cristão homem, capaz de lutar e vencer os inimigos exteriores do nome de Cristo?

Sim, Senhor; e por isso o administra ordinariamente o bispo, a quem, por virtude do cargo, está encarregado tudo o que é perfeito na Igreja (LXXII, 11).

216

Se o sacramento da Confirmação é o que acabais de dizer, que necessidade os confirmados têm de padrinhos?

Necessitam-nos, porque, em toda a milícia bem organizada, há instrutores encarregados de adestrar os recrutas nas artes da milícia e da guerra (LXXII, 10).

Logo, têm os padrinhos da Confirmação dever estrito de velar pelos recém confirmados e iniciá-los nos caminhos e dificuldades da vida cristã?

Certamente que sim, e seria muito para desejar que na prática tivessem cuidado mais exato de tão sagrada obrigação e a cumprissem melhor.

Imprime caráter este sacramento?

Sim, Senhor; e por isso não pode repetir-se (LXXII, 5).

Se alguém o receber sem as disposições convenientes, pode alcançar mais tarde os seus efeitos?

Sim, Senhor, porque, permanecendo o caráter, se logrará o fruto quando a alma ficar livre de obstáculos. Pela mesma razão, devemos vigorizar a graça, própria deste sacramento, que é a graça de fortaleza espiritual, exercitando-nos com freqüência em combater os inimigos da nossa fé.

Logo, este sacramento tem especial importância para os que vivem entre povos hostis à vida e nome cristãos?

Sim, Senhor; porque eles, mais que ninguém, necessitam de valor e fortaleza de ânimo para manter-se fiéis e para defender-se das arremetidas e ciladas de quantos os desprezam ou perseguem.

Que considerações deve fazer o cristão para não esmorecer e enervar o vigor adquirido na Confirmação?

Todo aquele que teve a ventura de receber este sacramento, e com ele a plenitude dos dons do Espírito Santo, deve ter sempre presente que leva gravada na alma com caracteres indeléveis, a insígnia gloriosa de soldado de Cristo, e que, assim como o ardor bélico e a fidelidade à bandeira, são as primeiras e mais formosas virtudes militares, assim também não há qualificativo mais odioso e envilecedor que a nota de covarde, aplicada a quem com ela desonra o uniforme de combatente.

Se tais são as obrigações que impõe este sacramento, deverá exigir-se do confirmando, sólida instrução em matéria de fé e práticas cristãs?

Sim, Senhor. Na verdade, deve possuir o suficiente, não só para ordenar e dirigir a sua vida privada, mas também para defender o seu credo e a sua moral contra os assaltos de quem lhas combate (LXX, II, 4 ad 3).

217

XXX

QUAL DOS SACRAMENTOS REQUER MAIS FUNDADA INSTRUÇÃO RELIGIOSA, O DA CONFIRMAÇÃO OU O DA EUCARISTIA?

Há outro sacramento para cuja recepção se necessita de um conhecimento bastante completo dos mistérios da fé?

Sim, Senhor; o da Eucaristia e, se bem que o ensino religioso começa antes de receber o batismo quando os catecúmenos são adultos, como nos países cristãos se administra o

Batismo em muito tenra idade, não surge a obrigação de instruí-los até à época da Confirmação ou a de receber a Eucaristia, suposto o sacramento da Penitência.

Qual dos dois requer maior instrução, o da Confirmação ou o da Eucaristia?

Ambos requerem a mesma, se o confirmando está na idade em que já obriga o preceito de receber a Eucaristia. Porém, como pode suceder, e de fato ocorre na prática, que muitos recebem antes da Confirmação a Eucaristia, podemos assentar como regra geral que o segundo não requer preparação catequética tão completa como o primeiro, porque o confirmado deve, como temos dito, possuir um cabedal de conhecimentos religiosos suficientes para poder resistir às argúcias dos seus inimigos. Não se esqueça, apesar disso que, depois de receber um ou ambos os sacramentos, está obrigado o cristão a continuar estudando com ardor e diligência os mistérios da nossa santa religião.

XXXI

DO SACRAMENTO DA EUCARISTIA

Que entendeis por sacramento da Eucaristia?

Um sacramento admirável e misterioso em que, sob as aparências ou espécies de pão e vinho, se dá em alimento o corpo e em bebida o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, ali realmente presente em forma sacramental, no mesmo estado de vítima imolada como esteve no Calvário (LXXIII - LXXXIII).

218

É necessário este sacramento para nos salvarmos?

Sim, Senhor; porque simboliza e leva ao extremo a unidade da Igreja, corpo místico de Jesus Cristo, à qual forçosamente hão de pertencer quantos hajam de entrar reino uno dos céus. Porém, tenha-se presente que para conseguir este efeito basta que o homem tenha pessoal e atual intenção de receber o sacramento ou, pelo menos, a tenha habitual, como a têm os meninos, comunicada pela Igreja o batismo (LXXIII, 3).

Que nomes tem a Eucaristia?

Considerada como recordação da paixão do nosso Divino Redentor, chama-se *Sacrifício,* visto como aquela imolação foi o sacrifício por excelência; enquanto realiza a unidade de seu corpo místico, que é a Igreja, tem o nome de *Comunhão;* o de *Viático,* como prenda da glória futura, e o de *Eucaristia* ou *boa graça,* porque contem realmente a Jesus Cristo, fonte e origem de todas as graças (LXXIII, 4).

Quando foi instituído?

Na tarde de quinta-feira santa, véspera do dia da Paixão, para consolar os homens e compensar a ausência de Cristo, prestes a voltar para os céus, cumprida na terra a sua missão; para fazer compreender o enlace íntimo deste sacramento com a paixão do Redentor, única origem da graça, e para promover o seu culto, escolhendo para instituí-lo aquelas memoráveis e soleníssimas circunstâncias (LXXIII, 5).

Teve, na antiga lei, figuras que de uma maneira especialíssima o simbolizavam?

Sim, Senhor; como sacramento ou sinal externo, foi prefigurado no pão e vinho do sacrifício de Melquisedec; enquanto contem realmente o corpo de Cristo, pelos sacrifícios do Antigo Testamento, e, em especial, pelo mais solene de todos, a expiação; como manjar espiritual,

pelo maná, e, em todos os conceitos, pelo cordeiro pascal, que, depois de imolado, se comia com pão ázimo e cujo sangue protegia contra as iras do anjo exterminador (LXXIII, 6).

219

XXXII

MATÉRIA E FORMA DO SACRAMENTO DA EUCARISTIA: TRANSUBSTANCIAÇÃO, PRESENÇA REAL E ACIDENTES EUCARÍSTICOS

Qual é a matéria do Sacramento da Eucaristia?

Pão de trigo e vinho de uva (LXXIV, 1, 2).

Que sucede na matéria, no momento de consagrar?

Que a substância do pão deixa de ser pão e a do vinho deixa de ser vinho (LXXIV, 2).

Em que se convertem as substâncias do pão e do vinho?

A do pão no corpo de Jesus Cristo e a do vinho no seu sangue (LXXV, 3, 4).

Que nome tem esta conversão ou troca?

O de *Transubstanciação* (LXXV, 4).

Que expressa a palavra transubstanciação?

A conversão de toda a substância do pão na substância do corpo de Cristo, e de toda a substância do vinho na substância do seu sangue.

Quem é capaz de efetuar tão estupenda transformação?

Só a Onipotência divina (*Ibid*).

Converte-se no corpo e sangue de Cristo somente a substância, ou tudo o que existe no pão e no vinho?

Somente a substância, permanecendo sem alteração os acidentes (LXXV, 2 ad 3).

Que entendeis, quando afirmais que permanecem os acidentes?

Que continuam, no mesmo estado, a extensão ou quantidade, a figura, a cor, o gosto, resistência e mais propriedades ou entidades sensíveis, por meio das quais viemos ao conhecimento do pão e vinho, antes da consagração.

Por que não se transformam também os acidentes?

Porque são necessários para manter e assegurar a presença sacramental de Jesus Cristo (*Summa contra gentes*, livro IV cap. LXIII).

Que aconteceria, se os acidentes se transformassem em corpo e sangue de Cristo?

Que o que foi pão e vinho desapareceria absoluta e totalmente (*Ibid*).

220

Que se segue, pelo contrário, com a permanência das espécies sacramentais?

Que, ligados a elas, mediante as suas respectivas substâncias, estão o corpo e sangue de Cristo, do mesmo modo como o estavam as substâncias do pão e vinho, de sorte que, assim como antes da transubstanciação, ao tocar os acidentes, tínhamos nas mãos as substâncias do pão e do vinho, temos, depois da transubstanciação, o corpo e o sangue de Cristo (*Ibid*).

O que há sob as espécies depois da consagração é, identicamente, o mesmo corpo e sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo?

Sim, Senhor (LXXV, 1).

Acha-se Jesus Cristo inteiro e completo no sacramento da Eucaristia?

Sim, Senhor; porque, se bem que sob as espécies do pão, em virtude das palavras sacramentais, só está o corpo e sob as do vinho o sangue, por concomitância, e, já porque é impossível separar, na sua humanidade, os dois elementos, como foram separados na cruz, onde quer que esteja o corpo, ali está o sangue e a alma, e, onde se ache o sangue, o acompanham a alma e o corpo. Quanto à divindade não há dificuldades, pois, nunca, nem mesmo durante a morte do Redentor, se separou a pessoa divina de cada um dos componentes de sua humanidade (LXXVI, 1, 3).

Está Jesus Cristo inteiro em cada parte das espécies sacramentais?

Enquanto as espécies permanecem indivisas está completo em todo o Sacramento, e quando se fracionam, está tantas vezes inteiro e completo, quantas partes se hajam feito (LXXVI, 3).

É possível ver, tocar, ou de algum modo chegar ao corpo de Jesus Cristo no estado sacramental?

Não, Senhor; porque aquelas espécies acessórias aos nossos sentidos, não são acidentes do corpo de Cristo, único meio de chegar à sua substância (LXXV, 4-8).

Que se deduz desta verdade?

Que as espécies sacramentais o encerram como prisioneiro, e por sua vez o protegem, de sorte que, quando algum desalmado intente enfurecer-se contra o corpo de Cristo, só consegue profanar o Sacramento.

221

São inalteráveis as espécies sacramentais depois da consagração?

Não, Senhor; decompõem-se e transformam-se depois de poucos momentos de ingeridas como alimento, e também se corrompem abandonadas por muito tempo à ação dos agentes atmosféricos (LXXVII, 4).

Que sucede quando as espécies deixam de ser os acidentes do pão e do vinho, consagrados?

Que no mesmo instante cessa a presença eucarística de Jesus Cristo, pelo fato de desaparecer o motivo que o retinha enlaçado aos acidentes, e, mediante os acidentes, ao lugar por eles ocupado (LXXVI, 6 ad 3).

Logo, a presença eucarística de Jesus Cristo num lugar depende exclusivamente da consagração e da permanência dos mesmos acidentes do pão e do vinho consagrados?

Sim, Senhor; visto que a razão de tal presença, não podem ser as mudanças operadas no corpo impassível de Cristo, mas no pão e no vinho (*Ibid*).

Como se consagra?

Pronunciando, com as devidas condições, a forma da Consagração (LXXVIII).

Qual é?

Para consagrar o pão: *Isto é o meu corpo.* Para consagrar o vinho: *Este é o Cálice do meu Sangue, o Sangue do novo e eterno testamento, que por vós e por muitos será derramado em remissão dos pecados.*

XXXIII

EFEITOS DO SACRAMENTO DA EUCARISTIA

Produz efeitos especiais e característicos o Sacramento da Eucaristia?

Sim, Senhor; pois que, como nenhum outro, enriquece a alma com tesouros de vida eterna.

Por que tem tanta eficácia?

Em primeiro lugar, porque, real e verdadeiramente, contem o próprio Jesus Cristo, princípio e autor da graça; além disso, porque é o sacramento da sua paixão cujos méritos vai distribuindo e aplicando a gerações sucessivas, visto que nele se nos dá em alimento o mesmo corpo, e em bebida o próprio sangue do Redentor; e, finalmente, porque a eficácia dos Sacramentos corresponde ao seu Simbolismo e este representa a unidade que formam Jesus Cristo e o seu corpo místico, a Igreja (LXXIX, 1).

222

Fundados nestas razões, podemos assegurar que a entrada no reino dos céus é efeito especialíssimo deste sacramento?

Sim, Senhor; por ser uma prenda da glória que Cristo com sua morte nos mereceu. (LXXIX, 2).

Tem eficácia para perdoar os pecados mortais?

Indubitavelmente que tem, porque contem a Jesus Cristo em pessoa; atendendo, porém, a que está em forma de alimento espiritual, e que, para poder alimentar-se, é preciso viver, não pode experimentar os seus efeitos reparadores o que está morto pelo pecado. Sem embargo disso, quando alguém o recebe, crendo-se de boa fé na graça de Deus, ainda que assim não seja, a boa fé o salva e o Sacramento lavará as culpas não perdoadas (LXXIX, 3).

Perdoam-se com este sacramento os pecados veniais?

Sim, Senhor; porque a graça que infunde é uma graça destinada a reparar as perdas e desperdícios da vida quotidiana, e a vigorizar e dar fervor que compense a falta do ato de caridade que o pecado venial implica sempre (LXXIX, 4).

Perdoa-se na Eucaristia toda a pena devida pelos pecados?

Na qualidade de alimento espiritual não tem por objeto remitir penas, mas reparar forças e estreitar os laços que unem cada membro da Igreja com os demais e com Jesus Cristo, sua cabeça; mas, por concomitância, remite-as, não na sua totalidade, mas na proporção com o fervor e devoção com que nos acercamos dele. Pelo contrário, considerado como sacrifício, em que se oferece a Deus a vítima do Calvário, é Sacramento satisfatório, se bem que em seu poder de satisfação influi mais a devoção dos oferentes que o valor do sacrifício, e portanto, ainda que, como sacrifício, tem valor infinito, não remite toda a pena, mas somente a parte correspondente ao fervor e devoção do sacerdote oferente e daqueles por quem se aplica (LXXIX, 5).

Preserva, além disso, de cometer novos pecados?

Sim, Senhor; e este é o efeito mais imediato e admirável, porque, como Sacramento de nutrição tonifica e vigoriza o organismo espiritual, para a luta contra os agentes que alteram ou minam a vida Cristã, e, como recordação da paixão do Redentor, põe em fuga os demônios vencidos por Cristo na Cruz (LXXIX, 7).

223

Pode a eficácia deste sacramento aproveitar a quem o não recebe?

Como alimento da alma, não Senhor; pois a comida só aproveita a quem a toma; porém, como sacrifício, pode e, em realidade, estende a sua ação a todos aqueles por quem se oferece, se, unidos a Cristo e aos demais membros da Igreja pela fé e pela caridade, estão em disposição de aproveitar-se dos seus frutos (LXXIX, 7).

São compatíveis os frutos da Eucaristia com os pecados veniais?

Se se cometem no ato de receber o sacramento, por exemplo, no caso de chegar-se a comungar distraído, ou dissipado, com o espírito em pensamentos ou afetos impertinentes, priva necessariamente do gosto ou doçura, suavidade e deleite que produz aquele manjar divino, ainda que não prive do aumento da graça habitual; porém, se se trata de pecados veniais anteriormente cometidos, em nada estorvam o fruto do sacramento, contanto que se receba com o devido fervor (XXIX, 1).

XXXIV

DA RECEPÇÃO DA EUCARISTIA

De quantos modos se pode receber o sacramento da Eucaristia?

De dois: espiritual ou sacramentalmente (LXXX, 1).

Em que se diferenciam?

Em que, na recepção exclusivamente sacramental, os frutos e o proveito da comunhão não a acompanham e na espiritual sim, — ou parcialmente, quando só se recebe com o desejo, e a esta chamamos *comunhão espiritual*, ou plena e totalmente, quando a recepção efetiva do Sacramento acompanha o desejo (*Ibid*).

É o homem o único habitante da terra que pode receber a Eucaristia?

Sim, Senhor; por ser o único que pode crer em Jesus Cristo e desejar recebê-lo conforme está no Sacramento (LXXX, 2).

Comete falta grave o que recebe com consciência de pecado mortal?

Comete um sacrilégio, porque, ao receber um sacramento que contem o próprio Filho de Deus feito homem, e

224

simboliza a unidade vital que forma com o seu corpo místico, despossuído e privado da única coisa que pode incorporá-lo e unificá-lo com Cristo, viola e atenta contra a própria natureza do Sacramento, falseando o seu simbolismo e significação (LXXX, 4).

Logo, este é um pecado gravíssimo?

Sim, Senhor; porque, com ele, se injuria e escarnece a humanidade de Cristo no sacramento do seu amor (LXXX, 5).

É tão grave como a profanação do sacramento?

Não, Senhor; porque este pecado supõe intenção formal de injuriar a Cristo e isto aumenta a sua gravidade (LXXX, 11).

Que disposições se requerem para receber dignamente a Eucaristia?

Ter uso de razão, achar-se em estado de graça e ter veemente anelo de perceber os seus frutos (LXXX, 9, 10).

Pode alguém considerar-se desobrigado de recebê-la?

Fora do caso de impossibilidade, não, Senhor; porque ninguém pode salvar-se se não tem a graça especial que ela confere, graça que ninguém pode possuir, se, ao menos, não tem desejo de receber sacramentalmente a Eucaristia quando possa (LXXX, 11).

Há dias assinalados pela Igreja, em que os Cristãos têm obrigação de recebê-la?

Sim, Senhor; tem-na todos, depois de convenientemente instruídos, quando cheguem ao uso de razão, uma vez no ano durante o tempo pascoal, e, em forma de viático, sempre que se achem em perigo de morte (Código, cans. 354, 859 e 864).

É permitido recebê-la com mais freqüência e até mesmo diariamente?

Sim, Senhor; e além de permitido, é muito recomendável e proveitoso, se se levam as devidas disposições. (LXXX, 10).

Há obrigação de recebê-la sob as duas espécies?

Somente está obrigado o sacerdote celebrante. Quanto aos fiéis, devem conformar-se e obedecer ao disposto pela Igreja; e, de fato, na Igreja latina, somente sob a espécie de pão se administra (LXXX, 12).

Qual é habitualmente o tempo mais a propósito para recebê-la?

O da celebração da missa, depois de o sacerdote con-

225

sumir, por ser o momento em que se consuma a imolação sacramental de Jesus Cristo, em cujo sacrifício intervém e participam quantos se chegam para recebê-lo.

Que disposições se requerem por parte do corpo?

Estar em jejum desde a meia noite (*Ibid*).

Logo, nunca pode receber-se sem este requisito?

Exceto quando, em perigo de morte, se toma em forma de viático, não, Senhor. Sem embargo disso, a Igreja tem concedido aos enfermos que levam um mês de cama, sem esperança fundada de próximo restabelecimento, e com anuência de prudente confessor, o privilégio de receberem a sagrada comunhão uma ou duas vezes por semana, ainda que depois da meia-noite tenham tomado remédio ou alimento líquido (Código, can. 858).

XXXV

DO MINISTRO DO SACRAMENTO DA EUCARISTIA

Quem pode consagrar o sacramento da Eucaristia?

Somente os sacerdotes validamente ordenados segundo o rito da Igreja Católica (LXXXII, 1).

Quem pode distribuí-la aos fiéis?

Por lei ordinária, os mesmos sacerdotes; e onde a Igreja permitir a comunhão sob as duas espécies, os diáconos distribuem o precioso sangue contido no Cálice; podem também

administrá-la estes últimos em toda a Igreja sob a espécie do pão, em caso de necessidade e com delegação do sacerdote (LXXXII, 3).

Pode qualquer sacerdote, ainda que esteja em pecado mortal, consagrar e administrar o sacramento da Eucaristia?

Validamente e sem diminuir a eficácia do Sacramento, sim, Senhor; comete, porém, gravíssimo pecado (LXXXII, 5).

Diminui o valor e eficácia da missa, quando a celebra um sacerdote pecador e indigno?

O valor e eficácia da missa, quando é comemoração sacramental do sacrifício do calvário, em nada depende da santidade do celebrante. Porém, como diversas orações acompanham o sacrifício, alcançarão estas tanto maior grau de eficácia, quando maior for a devoção de quem as recite; todavia, ainda que o celebrante não tivesse nenhuma devo-

226

ção, sempre ficará em pé a eficácia apoiada na devoção da Igreja em cujo nome se proferem (LXXXII, 6).

Podem consagrar os hereges, cismáticos e excomungados?

Licitamente, não Senhor; mas validamente, sim, com tanto que estejam ordenados e tenham intenção de fazer o que faz a Igreja Católica (LXXXII, 7).

Pode consagrar validamente um sacerdote degradado?

Sim, Senhor; porque a degradação não pode lavar o caráter indelével do sacramento da Ordem (LXXXII, 8).

É lícito ouvir missa e receber a sagrada comunhão das mãos de sacerdote herege, cismático, excomungado ou notoriamente pecador e indigno?

Está absolutamente proibido, sob pena de pecado mortal, ouvir missa ou receber a sagrada comunhão das mãos de um sacerdote herege, cismático ou excomungado. Quanto ao indigno, se a sua indignidade é pública e notória por sentença da Igreja, privando-o das faculdades de celebrar, está compreendido na proibição anterior; no caso contrário, não senhor (LXXXII, 9).

XXXVI

DO SANTO SACRIFÍCIO DA MISSA

Que entendeis por celebração do Santo Sacrifício da Missa?

Que o ato pelo qual se efetua o Sacramento da Eucaristia *constitui* um verdadeiro sacrifício ou imolação ritual, o único da religião católica, cujo culto, com exclusão dos demais, é agradável a Deus (LXXXIII, 1).

Por que o ato de que falamos constitui um verdadeiro sacrifício?

Porque consiste na imolação do mesmo Jesus Cristo, única vítima aceita aos olhos de Deus.

Por que é a imolação de Jesus Cristo?

Porque é o sacramento ou sinal da paixão com que o Redentor foi sacrificado no Calvário (LXXXII, 1).

Que entendeis, quando afirmais, que é sacramento ou sinal da paixão de Jesus Cristo?

Que assim como se separaram realmente o corpo e o

227

Sangue de Jesus Cristo quando morreu na Cruz para redimir-nos do pecado, assim também, mediante o ato de consagrar primeiro o pão e depois o vinho, se separam sacramentalmente o corpo e o Sangue de Cristo.

Que se segue daqui?

Que o sacrifício da missa é o mesmo sacrifício da Cruz.

Pode chamar-se reprodução daquele?

Propriamente, não, Senhor; porque o Sacrifício da Cruz teve lugar uma só vez e não se reproduz, e a missa não é reprodução, mas o mesmo sacrifício.

Pode chamar-se a missa representação do sacrifício da Cruz?

Se com isso se intenta dizer que é só a sua imagem, não, Senhor, porque é o mesmo sacrifício; se bem que pode chamar-se representação, no sentido de que ele se nos apresenta diante dos olhos, para que de novo o presenciemos.

Como pode, pois, ser o mesmo sacrifício da Cruz, se ele já passou, e se além disso, Jesus Cristo então derramou o seu sangue e morreu, e agora nem pode derramá-lo nem morrer?

Porque da mesma maneira que o próprio Jesus Cristo que está nos céus, sem alteração nem mutação por sua parte, se faz presente na Eucaristia, ainda que com a aparência e forma exteriores das espécies sacramentais, assim também a paixão ou imolação que há tempo teve lugar no Calvário é a mesma que presenciamos no sacrifício, não com exterioridade de martírio cruento como aquela, mas em forma de sacramento; isto é, que no altar se nos apresenta, no estado de separação indispensável para que haja sacrifício, o mesmo corpo e o mesmo sangue imolados, e, portanto, separados na Cruz.

Logo, onde quer que se celebre o Santo Sacrifício da Missa, verifica-se realmente, ainda que em forma Sacramental, o Sacrifício do Calvário?

Sim, Senhor.

Logo, assistir à missa equivale a presenciar à paixão de Cristo?

Sim, Senhor; equivale a presenciar ao grande sacrifício com que fomos redimidos, donde manam todas as graças e favores divinos, no qual Deus se compraz. Como

228

ato de religião por excelência é o único que dignamente o honra e glorifica.

Logo, é este o motivo pelo qual a Igreja recomenda aos fiéis assistirem ao Santo Sacrifício da missa, com a maior freqüência possível?

Sim, Senhor; por isso não só o recomenda, senão que manda ouvi-la todos os domingos e dias festivos (*Ibid*; Código can. 1248).

Que motivos escusam do cumprimento deste preceito?

A impossibilidade ou um inconveniente grave.

Que condições se necessitam para cumpri-lo devidamente?

Achar-se no lugar em que se celebra, não ter ocupado o corpo, nem o pensamento, em coisas incompatíveis com a participação em tão augusto sacrifício, e não faltar durante os atos principais.

Que entendeis por atos ou partes principais, aos quais não se pode faltar, sob pena de não cumprir com o preceito?

Todos os compreendidos entre o ofertório e a comunhão inclusive.

Qual é o modo mais proveitoso de ouvir a Santa Missa?

O de unir-se ao celebrante e seguir ponto por ponto as preces, ritos e cerimônias.

Logo, é conveniente por livros litúrgicos nas mãos dos fiéis para que a ouçam com maior aproveitamento?

Sim, Senhor; e serão tanto mais úteis quanto melhor reproduzam o missal.

XXXVII

DA NATUREZA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA VIRTUDE DO MESMO NOME

Que entendeis por sacramento da penitência?

Um dos sete ritos sagrados instituídos por Jesus Cristo para restituir aos homens a graça do batismo, se depois dele têm a desgraça de perdê-la pelo pecado (LXXXIV, 1).

Em que consiste?

Em atos e palavras que significam, por parte do penitente, que ele detesta o pecado, e, pela do sacerdote, que

229

Deus lhe perdoa por intermédio do seu ministério (LXXIV, 2, 3).

Proporciona este sacramento grandes benefícios ao homem, e deve ser, portanto, motivo de especial agradecimento a Cristo Nosso Redentor?

Indubitavelmente que sim, porque, dada a fragilidade que afeta a natureza humana, sempre nos achamos em perigo de perder a vida sobrenatural recebida no batismo, e, uma vez vítima da culpa, não teria o homem meio sacramental para repará-la, nem sair daquele estado, se Jesus Cristo não tivesse instituído o sacramento da penitência. Por isso se chama segunda tábua da salvação depois do naufrágio (LXXXIV, 6).

Se o homem recai depois de recebê-lo, pode de novo recorrer a ele?

Sim, Senhor; porque Jesus Cristo, compadecido do miserável estado do pecador, não limitou a um número determinado as vezes que a ele pode recorrer em demanda de perdão, com tanto que sincera e lealmente se arrependa (LXXXIV. 10).

Existe alguma virtude cujo ato seja indispensável na recepção do sacramento da penitência?

Sim, Senhor; a virtude da penitência (LXXXV).

Em que consiste?

Na qualidade sobrenatural que inclina o homem a reparar a ofensa feita a Deus, fazendo, livre e espontaneamente, quanto está em suas mãos, para satisfazer à justiça divina, e deste modo obter perdão (LXXXV, 1, 5).

Necessita a virtude da penitência o concurso de outras virtudes, para produzir o seu ato próprio?

Tem esta virtude a propriedade característica de necessitar co concurso de todas as demais. Pressupõe e requer *fé*, na paixão de Cristo, causa meritória do perdão; implica *a esperança* na remissão, e o ódio ao pecado enquanto se opõe ao amor de Deus, que, por sua vez, pressupõe a *caridade*. Como virtude moral, tem apoio e direção na *prudência* que, como

temos dito, mantém em justos limites os atos de todas as virtudes morais; como espécie da virtude da *justiça*, já que o seu objeto é obter o perdão de Deus, compensando a ofensa com uma satisfação voluntária, precisa utilizar-se da *temperança* para abster-se dos prazeres e da *fortaleza* para impor-se, ou, pelo menos, suportar dura satisfação e penitência (LXXXV, 3 ad 4).

230

Que objetivo tem a satisfação na penitência?

Aplacar a ira de Deus, justamente irritado, reconciliar-nos com o mais amoroso Pai, gravemente ofendido, e volver à graça do mais amante Esposo, vilmente enganado (LXXXV, 3).

Deve o homem que tem a desgraça de ofender a Deus exercitar-se em freqüentes atos da virtude da penitência?

O ato de arrependimento e dor interior de haver ofendido a Deus deverá ser, em certo modo, contínuo; quanto às mortificações e outras obras exteriores satisfatórias, se bem que têm um limite, além do qual não se deve passar, como sempre temos motivos para supor que a nossa satisfação seja incompleta, no nosso interesse está não nos darmos por satisfeitos, para satisfeitos nos acharmos no momento de comparecer ao tribunal de Deus; com mais a vantagem de praticar todas as virtudes cristãs, sempre que nos exercitarmos em atos de penitência (LXXXIV, 8, 9).

XXXVIII

EFEITOS DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

É efeito próprio deste sacramento perdoar os pecados?

Sim, Senhor; naqueles que o recebem com as devidas disposições.

Que pecados se perdoam no sacramento da penitência?

Todos os sujeitos ao poder das chaves, que são quantos o homem pode cometer depois do batismo (*Ibid*).

É possível alcançar o perdão dos pecados sem o sacramento da penitência?

Para obter a remissão dos mortais é indispensável que o pecador tenha vontade ou desejo de submetê-los ao poder das chaves, pela forma e modo que lhe seja possível; para obter perdão dos veniais, suposto o estado de graça, é suficiente um ato fervoroso de caridade, sem recorrer ao Sacramento (LXXXVII, 2 ad 2).

Se, obtido o perdão no sacramento da penitência, o homem recai nos mesmos ou outros pecados mortais, revestem estes maior gravidade?

Sim, Senhor; não porque de novo se lhe imputem os perdoados, mas porque a recaída agrava os novos com os

231

vícios de ingratidão e desprezo da misericórdia e bondade de Deus (LXXXVIII, 1, 2).

Logo, a ingratidão e desprezo da misericórdia e bondade divinas que a recaída leva consigo, constituem pecado distinto dos demais que se tenham cometido?

Se o pecador propôs e intentou diretamente tal desprezo, sim, Senhor; em caso contrário, são circunstâncias agravantes dos novamente cometidos (LXXXVIII, 4).

Imputa Deus ao homem e torna a debitar-lhe os pecados perdoados no tribunal da penitência?

Não, Senhor; porque Deus jamais se arrepende dos favores concedidos (LXXXIII, 1).

Recobram valor e vida no sacramento da penitência os bens espirituais de que o homem fica privado ao cometer o pecado mortal?

Certamente que sim; recobra, em primeiro lugar, o bem essencial que é a graça e o direito à glória, no mesmo grau em que, antes de pecar, o possuía, se as disposições com que recebe o sacramento equivalem ao antigo fervor e caridade; em maior grau, se são maiores, e em menor se são menores. O mérito contraído no exercício das virtudes revive íntegro para ser premiado com recompensa acidental (LXXXIX, 1-4; 5 ad 6).

Logo, é importantíssimo receber este sacramento com as melhores disposições?

Sim, Senhor; pois, como tenho dito, o fruto guarda com elas proporção.

XXXIX

DA PARTE QUE O PENITENTE TOMA NO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA; DA CONTRIÇÃO, CONFISSÃO E SATISFAÇÃO

Contribui o penitente para produzir os efeitos deste sacramento?

Sim, Senhor; porque os atos por ele executados fazem parte do sacramento.

Por que?

Porque constituem a matéria, assim como os do ministro a forma (XC, 1).

232

Que atos do penitente constituem a matéria do sacramento?

Os de contrição, confissão e satisfação (XC, 2).

Por que são necessários estes três atos para constituir a matéria do sacramento?

Porque é sacramento de reconciliação do homem ofensor com Deus ofendido. Requer-se para uma reconciliação desta natureza, que o homem ofereça e Deus aceite uma compensação suficiente, afim de que Deus esqueça a ofensa e fique saldada a injustiça; e, para consegui-lo, são necessárias três coisas: l.ª, que o pecador esteja disposto a satisfazer pela forma que Deus determine; 2.ª que se apresente ao confessor, lugar-tenente de Deus para conhecer as condições que Ele lhe impõe; 3.°, que as aceite sem reservas e as cumpra lealmente. A contrição, a confissão e a satisfação coordenam-se no sentido do reto cumprimento destas três condições (*Ibid*).

Há verdadeiro sacramento se falta algum destes atos?

Sem alguma manifestação exterior dos três, não, Senhor; porém, pode havê-lo, sem contrição interior e sem satisfação, ainda que não produz fruto atual (XC, 3).

Que entendeis por contrição?

A dor sobrenatural que invade o espírito do pecador quando serenamente pensa em suas culpas, dor que o amargura e lhe faz detestável o prazer do pecado e lhe arranca a resolução de prostrar-se aos pés do sacerdote, ministro do Senhor, confessar-se, aceitar a satisfação que, ele lhe imponha e cumpri-la escrupulosamente (Suplemento, I, 1,).

Que se requer para que a dor seja sobrenatural?

Que a sua causa e motivo o sejam; começa pelo temor aos castigos que, conforme o que ensina a fé, impõe Deus justamente indignado pelos pecados dos homens, temor misturado com a esperança de conseguir perdão, mediante a penitência, e mais tarde se converte em ódio e detestação do pecado, porque dá morte à alma, privando-a da graça, e sobretudo, por ser ofensa a Deus, Bem e objeto supremo do amor (I, 1, 2).

Haverá contrição quando se detesta o pecado exclusivamente por temor à pena de sentido, inevitável neste mundo ou no outro?

Não, Senhor; para que exista verdadeira contrição é necessário detestar o pecado, ou pelos grandes prejuízos que acarreta à alma, ou porque priva do amor de Deus e

233

do direito de possuí-lo, mediante a graça neste mundo, e da glória do céu (I, 2).

Que nome tem a dor sobrenatural fundada no primeiro motivo?

Chama-se atrição (I, 2 ad 2).

Logo, a atrição se distingue da contrição pelas razões e motivos em que cada uma se funda?

Sim, Senhor; porque na atrição a dor é resultado de um temor servil, e a contrição baseia-se no temor filial (*Ibid*).

Basta a dor de atrição para alcançar o perdão dos pecados no sacramento da penitência?

É suficiente para nos aproximarmos dele, porém, no momento de receber a absolvição e com ela a graça, à dor de atrição sucede a da verdadeira contrição (I, 3; XVIII, 1).

É necessário doer-se e arrepender-se de todos e cada um dos pecados cometidos?

Quando o pecador se dispõe para receber o sacramento, deve arrepender-se e conceber dor de cada pecado em particular, especialmente se são mortais; porém, quando a dor está já informada pela graça, basta que se arrependa de todos em conjunto, pela razão comum de ofensa feita a Deus (II, 3, 6).

Poderíeis ensinar-me alguma fórmula para exercitar-me em atos de contrição?

Sim, Senhor; eis aqui uma: *Pesa-me e arrependo-me, Deus e Senhor meu, de haver cometido tantos pecados que me mereceram a vossa inimizade e justa indignação, privando-me da vossa graça e paralisando em mim o exercício das virtudes, porque eram ofensas dirigidas a Vós, Bem Infinito; tende misericórdia de mim, perdoai-me; infundi-me de novo a vossa graça, na qual desejo e quero viver e morrer; de vossas mãos aceito a morte com todas as suas enfermidades, dores e padecimentos, e os uno aos da paixão e morte de Jesus Cristo, meu divino Salvador, em satisfação de minhas culpas e pecados.*

Que deve fazer o pecador arrependido e pesaroso das suas culpas, para obter o perdão?

Estar pronto e disposto a confessá-las a um sacerdote, se a isso o obriga algum preceito da Igreja ou as circunstâncias em que se ache (VI, 1-5).

234

Quando obriga a Igreja a confessar?

Uma vez, pelo menos, ao ano, e com preferência no tempo pascoal, porque então obriga também o preceito da comunhão e ninguém que tenha consciência de pecado mortal deve recebê-la sem se confessar (VI, 5; Código, Can. 906).

Por que é a confissão parte do sacramento da penitência?

Por ser o único meio com que o confessor pode julgar, com conhecimento de causa, sobre as disposições do penitente para receber a absolvição, e decretar, em nome de Deus, a pena satisfatória que há de cumprir, como justa compensação, para recuperar a graça (VI, 1).

Como há de ser a confissão para que o sacramento seja válido?

É necessário que o penitente manifeste, quanto seja possível, o número e espécie dos pecados mortais, e que o faça com o fim de receber a absolvição sacramental (IX, 2).

Perdoam-se no sacramento da penitência os pecados confessados sem dor de contrição nem de atrição?

Não, Senhor; porém a confissão, enquanto relaciona um penitente com o sacerdote, pode existir ainda naquele que não tem contrição; permanece, não obstante isto, a obrigação de manifestar na confissão seguinte aquela falta de dor (*Ibid*).

Se o penitente, involuntariamente, se esquece dalgum pecado grave, tem obrigação de manifestá-lo na confissão seguinte?

Sim, Senhor; porque estamos obrigados a submeter ao poder das chaves todos os pecados mortais (IX, 2).

Em nome de quem recebe o sacerdote a confissão?

Em nome e lugar de Deus, de sorte que, exceto no ato de exercer esta função do seu ministério, não tem capacidade para ouvi-la, nem para manifestar coisa alguma com ela relacionada (XI, 1-5).

Que deve fazer o penitente depois de se confessar?

Cumprir com esmero o castigo satisfatório que, como condição para recuperar a amizade de Deus, e em seu nome, lhe imponha o sacerdote (XII, 1, 3).

A quantos grupos podem reduzir-se as penitências satisfatórias?

A três: esmola, jejum e oração, porque para satisfazer a Deus, justo é sacrificar alguns bens em sua honra. Três classes de bens possuímos: os da fortuna, os do corpo e os da *235*
alma. O sacrifício dos primeiros recebe o nome geral de esmola, o dos segundos, o de jejum, e o dos terceiros, de oração (XV, 3).

Perde-se a graça recebida na absolvição, caso se não cumpra a penitência sacramental?

Não, Senhor; quer seja por esquecimento quer seja por negligência, exceto quando se deixa de cumprir por desprezo ao sacramento; fica, porém, de pé a obrigação de sofrer, neste mundo ou no outro, a pena temporal devida pelos pecados e, além disso, não se recebe o aumento de graças, vinculado ao cumprimento da penitência (Terceira Parte, XC, 2 ad2).

XL

DO MINISTRO DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA; DA ABSOLVIÇÃO, INDULGÊNCIAS, COMUNHÃO DOS SANTOS E EXCOMUNHÃO

Que entendeis por poder das chaves?

A faculdade ou poder de abrir as portas do céu, tirando de permeio o pecado e a pena por ele devida, únicos obstáculos que as mantêm fechadas (XVII, 1).

Em quem reside este poder?

Primeiramente na Santíssima Trindade; depois, na humanidade de Jesus Cristo, pelos méritos da sua paixão; e suposto que a eficácia e virtude da paixão se comunica aos

sacramentos, que são como canais por onde flui à alma a graça divina, segue-se que os ministros da Igreja, dispensadores dos sacramentos, são depositários, por delegação de Cristo, do poder das chaves (*Ibid*).

Como se exerce o poder das chaves no sacramento da penitência?

Pelo ato do ministro, quando julga do estado do pecador, absolvendo-o, depois de lhe impor a penitência, ou negando-lhe a absolvição (XVII, 2).

Logo, o sacramento da penitência produz o efeito vinculado ao poder das chaves, por virtude da absolvição, e no momento em que o sacerdote a dá?

Sim, Senhor; e sem ela, nem existiria sacramento, nem, por conseguinte, produziria efeito algum (X, 1, 2; XVIII, 1).

236

Quais são os depositários do poder das chaves?

Só os sacerdotes validamente ordenados, segundo o rito da Igreja Católica, têm o poder de abrir as portas do céu, perdoando os pecados mortais no tribunal da penitência (XIX, 9).

Basta que o sacerdote esteja validamente ordenado para que possa exercer o poder das chaves com todos os balizados que desejem receber o sacramento da penitência?

Não, Senhor; é necessário, além disso, que esteja aprovado pela Igreja para ouvir confissões e que tenha jurisdição sobre o penitente (XX, 1-3).

Praticamente pode o sacerdote absolver a quantos se aproximem do tribunal da penitência, na localidade em que tenha faculdades para confessar?

Sim, Senhor; exceto quando o penitente se acusa de pecados reservados ao superior.

Tem a Igreja, em virtude do poder das chaves, algum outro meio, distinto da absolvição e imposição da penitência sacramental, para perdoar a pena devida pelos pecadores?

Sim, Senhor; tem a admirável faculdade de conceder indulgências (XXV, 1).

Em que consiste?

Em poder tirar do inesgotável tesouro, formado pelos méritos e valor satisfatório das obras de Jesus Cristo, da Santíssima Virgem e de todos os Santos, o que for necessário para satisfazer, no todo ou em parte, à justiça divina, pela pena que neste mundo ou no outro, deve sofrer o pecador, uma vez perdoada a sua culpa, e de aplicar estes méritos a determinados indivíduos, livrando-os assim do merecido e inevitável castigo temporal (*Ibid*).

Que condições se requerem para que se lucre o efeito das indulgências?

Três: autoridade competente, em quem as concede, estado de graça em quem se disponha a ganhá-las, e motivo ou razão suficiente para concedê-las, que pode ser qualquer obra que redunde em honra de Deus e em utilidade da Igreja, como práticas piedosas, obras de zelo e apostolado, esmolas, etc.

Logo, são estas práticas o preço com que a Igreja taxa e concede as indulgências?

De modo algum, pois a indulgência não é indulto que se obtém por permuta com obras satisfatórias equiva-

237

lentes; é uma transferência do valor satisfatório das boas obras de uns indivíduos em favor de outros, se estes cumprem certas condições que a Igreja impõe, transferência feita em virtude da comunhão dos Santos e com o consentimento dos primeiros (XXV, 2).

Beneficiam somente a quem cumpre as condições prescritas para ganhá-las?

Podem aproveitar às almas do purgatório, quando a Igreja assim o concede (XVII, 3 ad 2; Código, can. 930).

Quem pode concedê-las?

Somente aquele que, em virtude do supremo poder de ligar e desligar, em todos os assuntos espirituais dos fiéis, é depositário e administrador do tesouro formado pelos méritos de Jesus Cristo e dos Santos, isto é, o Soberano Pontífice. Sem embargo disso, dentro dos limites fixados pelo supremo Hierarca, podem também os bispos concedê-las aos seus súditos, considerando que são juízes ordinários das diversas igrejas e compartilham com o Soberano Pontífice das fadigas e solicitude pastorais (XVII, 1,3).

Que conseqüências práticas se deduzem da doutrina que acabamos de expor?

Se atentamente pensarmos na faculdade de conceder indulgências, no poder das chaves, no Sacramento da penitência, e, em geral, no maravilhoso poder que tem a Igreja Católica de tomar e aplicar a cada um dos seus membros, os méritos da paixão do Redentor, deduziremos que o maior benefício que o homem pode receber neste mundo é o de ser admitido na Igreja Católica, e gozar a plenitude dos direitos que o batismo confere, vivendo em comunhão perfeita com todos os seus membros e com o seu chefe supremo, o Pontífice Romano, único depositário do tesouro de graças sobrenaturais que *constitui* a herança dos membros de Cristo.

Pode dar-se o caso de que alguém, incorporado à Igreja Católica pelo batismo, não participe de todos os seus direitos e privilégios?

Sim, Senhor; todos aqueles sobre quem haja recaído alguma censura eclesiástica, e, em especial, a mais temível de todas, a excomunhão (XXI, 1, 2).

Os ***hereges e cismáticos estão excomungados?***

Sim, Senhor; e, por conseqüência, não têm parte na comunhão dos Santos.

238

Logo, só os batizados, sujeitos ao Pontífice Romano e isentos de censuras, têm pleno gozo dos direitos de católicos?

Sim, Senhor; e, além disso, para obterem os benefícios das indulgências, devem estar em perfeita comunhão com os Santos, pela graça e pela caridade.

Em que consiste o que vós chamais perfeita comunhão com os Santos?

Em que todos os membros do corpo místico de Jesus Cristo, os que vivem neste mundo, os que expiam as suas faltas no purgatório e os que no céu já receberam a recompensa, vivem em estreita união e participação comum dos bens conducentes à felicidade eterna, mediante a hierarquia da Igreja visível, cuja alma é o espírito de Deus.

XLI

DO SACRAMENTO DA EXTREMA-UNÇÃO

Existe na Igreja algum sacramento especial cujo objeto seja dispor os moribundos para entrar no céu?

Sim, Senhor; o Sacramento da Extrema - unção (XXIX, 1) .

Que entendeis por sacramento da Extrema-Unção?

Um rito instituído por Jesus Cristo, que consiste em ungir com óleo consagrado os enfermos em perigo de morte, pedindo a Deus que lhes perdoe os vestígios e restos das culpas passadas e lhes restitua completa saúde espiritual, para que, em pleno vigor da alma, entrem a desfrutar os gozos da Bem-aventurança eterna (XXIX, XXXII).

Serve este sacramento para perdoar os pecados?

Não, Senhor; pois nem foi instituído contra o pecado original, como o batismo, nem contra os mortais, como a penitência, nem contra os veniais, como indiretamente o foi a Eucaristia. Todavia, como infunde uma graça especial, e a graça é incompatível com o pecado, indiretamente o perdoa, se o sujeito age de boa fé, e fez tudo quanto estava em suas mãos para obter o perdão das suas culpas (XXXI, 1).

Pode este sacramento restaurar a saúde do corpo?

Sim, Senhor; de sorte que, se o sujeito se acha convenientemente disposto, em virtude da sua própria e exclusiva eficácia sacramental, devolve o vigor físico, quando recuperar a saúde corporal é útil e conveniente para desfru-

239

tar a espiritual, objeto próprio deste sacramento (XXX, 2).

Quando se pode e quando se deve receber?

Só pode receber-se quando a enfermidade ou extenuação corporal ponha o homem em transe de morte e deve fazer-se o possível para que o enfermo o receba com pleno conhecimento e grande fervor (XXXII, 1, 2).

Pode repetir-se?

Durante o mesmo perigo de morte, não Senhor; porém, se o enfermo convalesce, ou, pelo menos, sai do perigo, pode recebê-lo tantas quantas vezes recair, quer em enfermidades distintas, quer nas alternativas da mesma doença (XXXIII, 1-2).

É a Extrema-Unção o último sacramento, instituído por Jesus Cristo, em favor dos homens?

Considerado o homem como pessoa privada, sim, Senhor; porém, considerado como membro de uma sociedade a propagar-se por todo o mundo e a durar até ao fim dos tempos, desfruta os benefícios de outros dois.

Quais são?

A ordem e o matrimônio.

XLII

DO SACRAMENTO DA ORDEM. DOS SACERDOTES, BISPOS E SOBERANO PONTÍFICE; DA IGREJA, MÃE DAS ALMAS

Que entendeis por Sacramento da Ordem?

Um rito sagrado, instituído por Jesus Cristo, para conferir aos homens o poder de consagrar um corpo real em beneficio do corpo místico (XXXVII, 2).

O poder conferido neste Sacramento é um ou múltiplo?

É múltiplo, porém, a multiplicidade não prejudica a unidade do Sacramento, porque as ordens inferiores são meras participações da superior (*Ibid*).

Que entendeis por ordem superior?

O presbiterado ou a ordem dos que têm faculdade para consagrar a Eucaristia (*Ibid*).

Que são ordens inferiores?

As que precedem o presbiterado e instituem ministros para servir ao sacerdote no ato da consagração. Ocu-

240

pam, entre eles, o primeiro lugar os diáconos, os subdiáconos e os acólitos, cuja missão é servirem ao sacerdote no altar. É ofício dos primeiros distribuir a Eucaristia, pelo menos sob a forma de vinho, nos lugares em que os fiéis comungam em ambas as espécies; os segundos colocam nos vasos sagrados a matéria do sacramento, preparada e oferecida pelos terceiros. Vêm em segundo lugar os ministros cujo ofício é dispor os fiéis para receberem a Eucaristia, no que se refere à absolvição sacramental reservada ao sacerdote, expulsando os indignos, instruindo os catecúmenos e livrando os possessos do furor do demônio; e, se bem que estes ofícios não têm hoje aplicação, nos países católicos, tiveram-na nos primitivos tempos do Cristianismo, quando os fiéis se recrutavam entre os pagãos, e subsistem, com o fim de conservar íntegra a hierarquia eclesiástica (*Ibid*).

Quais são, por conseguinte, as ordens maiores e quais são as menores?

São ordens maiores o presbiterado, o diaconato e o subdiaconato, e menores as que servem para instituir acólitos, exorcistas, leitores e ostiários ou porteiros (XXXVII, 2,3).

Onde residem ordinariamente os ministros inferiores ao sacerdote?

Nos seminários e outros estabelecimentos eclesiásticos destinados à formação intelectual e moral dos que se preparam para a ordem suprema do sacerdócio

Logo, ao receberem o presbiterado, é quando se põem os ministros da Igreja em contado com os fiéis para trabalhar na obra da sua santificação?

Sim, Senhor.

Estão os sacerdotes investidos de algum caráter especial que os distingue dos demais fiéis?

Não só o estão os sacerdotes, mas também todos os membros da hierarquia eclesiástica, já que todas as ordens imprimem caráter. Todavia, está, poderemos dizer, mais acentuado e impresso nos presbíteros, facultados para consagrar o corpo e sangue de Cristo e perdoar os pecados no tribunal da penitência.

Logo, os fiéis recebem, por intermédio dos presbíteros, todas as graças e bens espirituais vinculados aos sacramentos?

Sim, Senhor; porque, se excetuarmos a confirmação, reservada ordinariamente aos bispos, aos simples presbíteros está entregue, por oficio, a administração de todos os sa-

241

cramentos destinados a procurar a graça para o homem como pessoa privada, isto é, o batismo, a eucaristia, a penitência e a extrema-unção e assim também a faculdade suprema e divina de oferecer o augusto sacrifício do altar.

A quem são devedores os fiéis, do inapreciável benefício de conhecer os mistérios e verdades de nossa santa religião ?

Aos sacerdotes, que tem como ministério quotidiano o de instruí-los nas verdades da fé.

De quem recebem os presbíteros os seus poderes e faculdades?

Dos bispos (XXXVIII, XL, 4).

Em que são os bispos superiores aos presbíteros e como podem conferir-lhes tais poderes?

Não são os bispos superiores aos simples presbíteros no tocante à consagração do corpo real de Cristo, mas no que se refere ao corpo místico, que é a Igreja; e em atenção a isso podemos dizer que Cristo instituiu o poder episcopal. Encontra-se dentro das suas atribuições tudo quanto seja necessário para criar e organizar igrejas e dispô-las para receber todas as graças vinculadas aos sacramentos. Por conseguinte, em virtude da consagração episcopal, adquirem a plenitude do sacerdócio, e podem, não só consagrar o corpo real de Jesus Cristo como os demais presbíteros, mas também administrar sem limites ou reservas todos os sacramentos, inclusive o da confirmação, consagrar ou ordenar sacerdotes e ministros inferiores, conceder-lhes jurisdição sobre os fiéis e confiar-lhes o seu governo e cuidado espiritual (XL, 4. 5).

Logo, podemos dizer que toda a vida e atuação da Igreja se concentra no Bispo?

Sim, Senhor.

Que necessita, por sua vez, o Bispo para ser centro e origem da jurisdição na Igreja?

Viver :em comunhão e dependência do Bispo de Roma, chefe e cabeça visível de todas as igrejas do mundo, que, sob sua autoridade suprema e poder soberano, formam a congregação universal chamada Igreja de Cristo (XL, 6).

Logo, o Bispo de Roma tem faculdades que os outros não possuem?

No que se refere ao poder de ordem necessário para administrar todos os sacramentos, não, Senhor; porém, no tocante ao poder de Jurisdição, que compreende tudo o que

242

e relativo ao governo da Igreja de Deus e designação de súditos e limites das diversas jurisdições, sim, Senhor.

Deste modo o Soberano Pontífice concentra em Sua Pessoa todos os poderes da Igreja Católica, ao passo que os Bispos só têm jurisdição em suas dioceses, partes integrantes da Igreja Universal, ou nas igrejas que, por ministério da lei eclesiástica, dependam da sua no todo ou em parte, e ainda este poder limitado depende, em sua aquisição e exercício, da autoridade suprema do Soberano Pontífice (*Ibid*).

Por que reside na pessoa do Soberano Pontífice o poder Supremo de jurisdição e governo?

Porque assim o exige a unidade da Igreja; por isso Jesus Cristo deu a Pedro, de quem sucessor legitimo é e será até ao fim dos séculos o Pontífice de Roma, o cargo e ofício de apascentar todo o seu, rebanho, tanto as ovelhas como os cordeiros (*Ibid*).

Logo, a união do homem com Jesus Cristo mediante a graça dos Sacramentos, e, por conseguinte, a Salvação eterna de todos os mortais, depende e dependerá sempre e exclusivamente do Soberano Pontífice?

Sim, Senhor; porque, se embora seja certo que a graça não está de modo absoluto ligada aos sacramentos, os quais podem ser supridos pela ação interior do Espírito Santo, pelo menos nos adultos impossibilitados, sem culpa sua, de recebê-los, — não é menos certo que o homem, que conscientemente se separa da comunhão com o Romano Pontífice, se incapacita para receber a graça de Deus, e se em tal estado morre está irremediavelmente perdido.

Logo, este é o sentido da frase, "fora da Igreja não há salvação?"

Sim, Senhor; como também o é desta outra e equivalente: "Não pode ter a Deus por pai quem não tem a Igreja por mãe".

XLIII

DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO: SUA NATUREZA, IMPEDIMENTOS, OBRIGAÇÕES, DIVÓRCIO, SEGUNDAS NÚPCIAS, ESPONSAIS.

Qual é o outro sacramento instituído por Jesus Cristo para aperfeiçoar o homem, enquanto membro de uma sociedade com fins sobrenaturais?

O do matrimônio (XLII).

243

De que modo está ordenado o Sacramento do Matrimônio para o bem da sociedade sobrenatural?

Pela propagação da espécie humana, cujos indivíduos são os destinados a formá-la (XLI, XLII).

Que entendeis por Sacramento do matrimônio?

A união de um só homem com uma só mulher, indissolúvel até à morte de um deles, contraída por mútuo consentimento, entre pessoas batizadas, com direito recíproco e exclusivo, nos atos que têm por fim dar à pátria terrestre e à celestial dignos moradores e cidadãos (*Ibid*).

Por que o contrato matrimonial entre cristãos tem categoria de Sacramento?

Porque assim o quis Jesus Cristo, ao elevá-lo à dignidade, de simbolizar a sua própria união com sua esposa, a Igreja, nascida do seu lado aberto na cruz, a maneira da primeira mulher, da costela de Adão, misteriosamente adormecido (XLII, 2).

Que é necessário para que um homem e uma mulher batizados possam unir-se em matrimônio?

Que ambos possam livremente dispor de si mesmos e que não exista entre eles qualquer obstáculo.

Que obstáculos se opõem à união matrimonial?

Os chamados impedimentos do matrimônio.

São da mesma natureza todos os impedimentos do matrimônio?

Não, Senhor; pois que uns somente o fazem ilícito e outros completamente nulo.

Que nome têm os primeiros e qual o dos segundos?

Os primeiros chamam-se impedientes e os segundos dirimentes (Código, Can. 1036).

Quais são os impedientes?

O voto simples de virgindade, o de castidade perpétua ou de não contrair matrimônio, o de receber ordens sacras, ou de abraçar o estado religioso; o parentesco legal procedente da adoção, nos países em que a lei civil o considera impedimento impediente, e o chamado de religião mista, que tem lugar quando um dos contraentes, ainda que validamente batizado, professa as doutrinas de alguma seita herética ou cismática (Código, Cans. 1058, 1059 e 1060).

Que é necessário para contrair matrimônio quando existe algum dos preditos impedimentos?

Que a Igreja o dispense, se bem que, para fazê-lo,

244

exige razoes muito atendíveis, especialmente quando se trata de um matrimônio em que intervenha o impedimento de religião mista, exigindo à parte acatólica dar garantias

suficientes para afastar todo perigo de perversão do outro cônjuge e para que a prole receba o batismo e educação católica (Código, Can. 1061).

Quais são os impedimentos dirimentes?

Ei-los aqui, extraídos do novo Código do Direito Canônico: 1.° a *falta de idade* legal, que são dezesseis anos completos, para o homem e quatorze para a mulher, igualmente completos; 2.°, a *impotência*, conhecida ou desconhecida, absoluta ou relativa, contanto que seja perfeita e anterior ao matrimônio; 3.° o *matrimônio válido*, anteriormente contraído, ainda que não tenha sido consumado; 4.° *disparidade de cultos*, que tem lugar quando um dos contraentes está batizado na Igreja Católica, ou se converteu da heresia ou do cisma, e o outro se acha sem batizar; 5.° as *ordens sagradas;* 6. a *profissão religiosa solene* e também a simples, quando assim o decretou a Santa Sé; 7.° o *rapto ou detenção violenta* feita com o objetivo de arrancar o consentimento, até que a pessoa raptada seja posta em lugar seguro e possa manifestar livremente a sua vontade; 8.° o *crime de adultério* com promessa ou tentativa civil de matrimônio, o adultério seguido de assassinato, em que intervenham um ou ambos os adúlteros, e a cooperação física ou moral no assassinato de um dos cônjuges, ainda que não haja precedido o adultério; 9.° a *consangüinidade*, em linha reta, indefinidamente, e na colateral até ao terceiro grau inclusive; multiplica-se este impedimento quantas vezes se multiplica o tronco comum; 10.° a *afinidade*, em linha reta indefinidamente e na colateral até ao segundo grau inclusive; multiplica-se este impedimento como o da consangüinidade que o origina, e por matrimônio subseqüente com o consangüíneo do cônjuge defunto; 11.° a *pública honestidade*, proveniente do matrimônio inválido, consumado ou não, e de concubinato público e notório; dirime o matrimônio no primeiro e segundo grau da linha reta entre o homem e os consangüíneos da mulher e vice-versa; 12.° o *parentesco espiritual* que contraem com o batizado, o batizante, o padrinho e a madrinha; 13.° o *parentesco legal*, proveniente da adoção, nos países em que a lei civil o considera impedimento dirimente (Código, Cans. 1067-1080; LLXII).

245

Dispensa alguma vez a Igreja nos impedimentos dirimentes?

Nem dispensa, nem pode dispensar nos impedimentos que são de direito divino, ou natural estrito, como a impotência, o matrimônio consumado e a consangüinidade na linha reta e na colateral muito próxima. Pode e, de fato, dispensa nos outros, ainda que para fazê-lo exige causa grave.

Não existe outro impedimento dirimente que poderemos chamar extrínseco, visto que não afeta as partes contraentes?

Sim, Senhor; o da *clandestinidade.*

Que entendeis por impedimento de clandestinidade?

O que estabelece a lei eclesiástica, declarando nulos os matrimônios entre batizados na Igreja Católica, vivam ou não no seu seio, entre católicos e acatólicos, estejam ou não estes últimos batizados, e entre latinos e orientais, quando não se contraem perante o pároco, ou o ordinário do lugar em que se efetua, ou perante um sacerdote delegado de qualquer deles, nos limites das suas respectivas jurisdições e com assistência de duas testemunhas pelo menos.

É, todavia, válido o matrimônio celebrado apenas em presença de duas testemunhas quando, em perigo de morte, seja impossível ou grandemente difícil recorrer ao Ordinário ou ao Pároco, e quando as dificuldades para contraí-lo perante qualquer,deles hajam durado um mês (Código, Cans. 1094-1099).

Quando as partes contraentes reúnem as devidas condições, que é preciso para que recebam o sacramento e quem é o ministro?

Basta, para o primeiro, que livremente, isto é, sem pressão, medo grave e injusto, nem violência exterior, prestem consentimento formal recíproco e atual, manifestado por palavras ou por meio de gestos inequívocos. São ministros do Sacramento os mesmos contraentes (Código, Cans. 1081-1087; XLVII, 1-6).

É nulo o consentimento matrimonial quando algum dos contraentes está em algum erro a respeito do outro?

Se o erro é acerca da pessoa do outro cônjuge, sim, Senhor; porém, quando recai em suas qualidades pessoais, o matrimônio, ainda que ilícito, é válido (Código, Canon 1083).

246

É conveniente assistam à missa própria do ato em que o sacerdote abençoa a sua união?

Sim, Senhor; além de tudo, a Igreja deseja e recomenda que todos os seus filhos se disponham para receber tão grande sacramento, mediante uma boa confissão e fervorosa comunhão (Código, Can. 1101).

Que graça especial confere este sacramento aos que dignamente o recebem?

A de perfeita fidelidade e harmonia conjugal fundada num amor sincero, profundo, sobrenatural, suficiente para resistir até à morte, a quanto tenda a destruí-la ou quebrantá-la, e, ao mesmo tempo, uma graça de generosidade, abnegação e espírito de sacrifício em favor dos futuros filhos, afim de que os pais não estorvem a sua procriação, os recebam com alegria e lhes prodigalizem os mais minuciosos cuidados de alma e corpo, para fazer deles dignos cidadãos da pátria terrena e da pátria celeste (XLIX, 1-6).

Pode a lei do divórcio civil anular o matrimônio validamente contraído?

De maneira nenhuma, visto que nenhuma lei humana pode separar o que Deus uniu. Por conseguinte, ainda que decretado e executado o divórcio civil, permanecem ambos os cônjuges unidos com os laços do matrimônio e, se algum passa a segundas núpcias, Deus e a Igreja consideram a sua união como mero concubinato.

Ocorrida a morte de um dos cônjuges, pode o sobrevivente contrair novo matrimônio?

Não existe lei que o proíba, se bem que considerado em si mesmo, é mais perfeito o estado de viuvez; advirta-se que, se é viúva a mulher e ao celebrar-se o primeiro matrimônio recebeu solenemente a benção nupcial, não pode recebê-la segunda vez (LXIII, Código, Cans 1142, 1143).

São úteis e convenientes os esponsais?

Sim, Senhor. Consistem, essencialmente, na promessa que fazem mutuamente os futuros cônjuges de contrair matrimônio. Para sua validade, tanto no foro interno como no externo, é necessário que conste de escritura, firmada pelos interessados, pelo Pároco ou Ordinário do lugar e por duas testemunhas pelo menos. Se algum dos prometentes não sabe escrever ou está impossibilitado, é preciso fazer constar na ata e acrescentar a firma de outra testemunha (XLIII, 1; Código, Can. 1017).

Dão os esponsais direito de usar do matrimônio antes de celebrá-lo?

Não, Senhor; e os desposados que o usem, além de

247

cometer pecado mortal, expõem-se a que a justiça divina lhes faça, mais tarde, pagar caro semelhante abuso da honestidade dos esponsais.

XLIV

DO ESTADO INTERMEDIÁRIO DAS ALMAS ANTES DA RESSURREIÇÃO UNIVERSAL: O PURGATÓRIO

Para onde guia e conduz Jesus Cristo, por meio dos Sacramentos e das inspirações do Espírito Santo com que governa a sua Igreja, a espécie humana redimida com o preço do seu sangue?

Ao reino da glória imorredoura.

É suficiente que a ação redentora de Jesus Cristo atinja os homens, para que instantaneamente e sem transição consigam a vida eterna?

Não, Senhor; porque, se bem que os méritos de Jesus Cristo e os sacramentos, por cuja virtude se aplicam aqueles méritos aos homens, têm bastante eficácia para consegui-lo, dispôs a divina Sabedoria que não fosse plenamente restaurada em seus indivíduos a natureza humana, condenada como pecadora a expiar a culpa original, até o término da sua peregrinação na terra. Esta é a razão por que os batizados e os que recebem os sacramentos, ainda que pessoalmente santificados, continuam sujeitos às penalidades da vida presente e à mais terrível de todas, a morte (LXIX, 1).

Logo, só quando acabem as gerações, será completa e definitiva a vitória sobre a morte, e só então poderão ressuscitar os homens e gozar em corpo e alma as delicias da glória celeste?

Só então, e, até que aquele dia chegue, permanecerão, desde o da sua morte, num estado intermediário.

Que entendeis quando afirmais que permanecerão num estado intermediário?

Que, ou não recebem total e imediatamente o seu merecimento, ou que, se bem que os justos alcançam o prêmio e os réprobos o castigo, devidos pelas respectivas obras que praticaram neste mundo, nem a recompensa dos primeiros é plena, nem o castigo dos segundos alcança a intensidade que há de ter eternamente, até que chegue o dia da ressurreição universal (LXIX, 2).

248

Como se chama o lugar intermédio onde moram os que não alcançam imediatamente a recompensa dos seus méritos?

Chama-se Purgatório (LXXI, 6; Apêndice, II).

Quais são as almas que vão para o Purgatório?

As dos justos que morrem em graça, porém, no instante de falecer não satisfizeram plenamente a pena temporal devida pelos seus pecados (*Ibid*).

Logo, o Purgatório é lugar de expiação destinado a satisfazer á Justiça divina antes de entrar no céu?

Sim, Senhor; e não há nada mais conforme com a Misericórdia e Justiça de Deus (*Ibid*).

Como e em que resplandece no Purgatório a Misericórdia de Deus?

Primeiramente, em que Deus se digna conceder aos justos, ainda depois da morte, tempo e meios para satisfazer pelos seus pecados, e para que, plenamente absolvidos no tribunal divino, se preparem para entrar no céu. Em segundo lugar, porque, mediante a comunhão dos Santos, estabeleceu um meio para que os fiéis da Igreja militante possam auxiliá-los e apressar a sua entrada na glória, oferecendo, em compensação pelo que eles devem satisfazer, o valor satisfatório das suas obras e aplicando-lhes por meio das indulgências os

méritos de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Santíssima Virgem e de todos os Santos (LXXI, 6).

Qual é o meio mais eficaz de que dispõem os justos da terra para mitigar os tormentos das almas do Purgatório?

O de oferecerem por elas o Santo Sacrifício da Missa.

Quando se oferece o sacrifício da missa pelas almas do Purgatório, tem grande importância e especialíssima eficácia o fervor e devoção do oferente, seja este o sacerdote que a celebra ou o simples fiel que a faz celebrar?

Sim, Senhor; porque, tratando-se do valor satisfatório de uma obra boa, se bem que Deus atenda ao seu mérito intrínseco (e neste sentido o valor da missa é infinito), olha e atende mais ao fervor e boas disposições de quem o faz (LXXI, 9; Terceira Parte, LXXIX, 5).

Logo, Deus taxa o fruto aplicável da missa conformemente com a devoção de quem pede que se celebre?

Sim, Senhor; e por aqui verão quanto lhes importa ter devoção.

Quando um justo oferece obras satisfatórias em sufrágio pelas almas do Purgatório em geral, por um grupo deter

249

minado, ou por alguma em particular, aplica Deus o sufrágio conforme o pede o oferente?

Sim, Senhor (LXXI, 6).

Podem, também aplicar-se às almas do Purgatório em geral, ou a algumas em particular, as indulgências, quando a Igreja o autoriza?

Sim, Senhor; já que neste caso, tudo depende da intenção de quem as ganha e das condições que a Igreja estabelece nos termos da concessão (*Ibid*.; Código Can. 930).

Entram no céu as almas detidas no Purgatório no momento em que completam a satisfação?

Sim, Senhor (LXIX, 2; Apêndice, II, 6).

XLV

O CÉU

Que entendeis por céu?

O lugar onde, desde o princípio do mundo, moram os anjos bem-aventurados, e desde o dia da gloriosa ascensão de Cristo, os justos redimidos com o seu Sangue.

Que condições hão de reunir os justos para entrar no céu?

Ter terminado a sua vida mortal e satisfeito à Justiça divina pelos seus pecados (LXIX, 2).

Pode entrar no céu alguma alma, imediatamente depois da morte?

Sim, Senhor; entram as dos justos que, além de morrer incorporadas a Cristo mediante a graça, satisfizeram plenamente neste mundo a pena correspondente aos seus pecados (*Ibid*).

Entram também no céu, imediatamente depois da morte, os meninos batizados que falecem antes do uso de razão?

Sim, Senhor; porque no batismo se lhes perdoou o pecado original, único que podia estorvá-los.

Sucede o mesmo aos que, já adultos e com pecados pessoais, recebem com as devidas disposições o batismo e morrem antes de cometer novas culpas?

Sim, Senhor; porque o batismo, recebido com as disposições convenientes, tem eficácia para aplicar-lhes em toda

250

a sua plenitude, os méritos da paixão de Cristo *(Terceira Parte*, LXIX.1, 2, 7, 8).

E os que, depois do batismo, cometeram pecados mortais ou veniais e não fizeram a penitência suficiente para a remissão da pena temporal, podem entrar imediatamente no céu, se entregam o espírito a Deus num ato de caridade perfeita?

Sim, Senhor; e especialmente se este ato é o martírio (2.ª, 2.ª, CXXIV, 3).

Em que se ocupam os bem-aventurados no céu?

Em gozar, desde o primeiro momento, da felicidade quase infinita, qual é a visão de Deus (l.ª, XII, 11).

Podem os justos no Céu ver a essência divina por virtude própria, ou necessitam que Deus lhes infunda uma qualidade nova, ou perfeição intelectual distinta das que já possuíam, originadas na graça, nas virtudes e nos dons?

Necessitam que Deus lhes conceda a perfeição suprema da ordem Sobrenatural (*Ibid*., XII, 5).

Como se chama?

A luz da glória (*Ibid*).

Que entendeis por luz da glória?

Uma qualidade produzida por Deus na mente dos bem-aventurados, que lhes permite unirem-se à essência divina, como a princípio do ato da visão intelectual (*Ibid*).

Que se segue da união da essência divina com a inteligência dos justos, provida da luz da glória?

Que vêem e contemplam a Deus como Deus é em si mesmo (*Ibid*).

É este modo de ver o que se procura fazer compreender com as palavras: "ver a Deus face a face"?

Sim, Senhor; tal é a visão prometida nas Sagradas Escrituras, última e mais nobre perfeição da obra divina, pois que faz o homem semelhante a Deus, na medida em que pode sê-lo uma criatura.

Logo, a visão da essência divina é o fim que Deus se propõe ao criar, conservar e reger o universo?

Sim, Senhor; e quando, devido ao seu governo providencial, se tenha santificado o último eleito, e com sua entrada no céu se complete o número dos predestinados, terminará a evolução e a marcha do mundo atual e começará a que corresponde ao estado da ressurreição.

Podemos saber quando sucederá isto?

Não, Senhor; porque depende da ordem da predes-

251

tinação, que é o segredo mais impenetrável do plano divino.

Interessa aos bem-aventurados saber a vida dos homens e os sucessos do mundo em que viveram?

Sim, Senhor; porque no mundo continua desenrolando-se o mistério da predestinação, cujo cumprimento há de coincidir com a sua ressurreição gloriosa e com a absoluta plenitude da sua felicidade.

Sabem e vêem o que sucede na terra?

Vêem no mesmo Deus os sucessos que particularmente dizem respeito a cada um, na ordem da predestinação.

Chegam ao seu conhecimento as orações que se lhes dirigem, e conhecem as necessidades espirituais ou temporais de quem lhes toca mais de perto?

Certamente que sim, e estão sempre dispostos a atender as orações e prover às necessidades, interpondo a sua valiosa influência junto de Deus (LXXII, 1).

Logo, por que nem sempre experimentamos os efeitos da sua intercessão?

Porque no Céu se julga das coisas com critério divino, e pode suceder que não se ache bom, nem conforme com o plano da providência o que, visto com critério humano, assim nos parece (LXXII, 3).

Logo, pode haver comunicação permanente entre nós que vivemos desterrados no mundo e os que gozam a segurança da pátria celestial?

Sim, Senhor; pois que consiste em lembrarmo-nos deles, congratularmo-nos da sua ventura, e pedir-lhes que nos ajudem com a sua intercessão a alcançá-la também.

XLVI

DO INFERNO

Existe algum lugar de condições diametralmente opostas às do Céu, e que nome tem?

Sim, Senhor; existe, e recebe o nome de Inferno (LXIX, 2).

Que é o Inferno?

O lugar onde padecem horríveis tormentos todos os que se rebelaram contra a ordem da divina providência e predestinação, e em seus pecados e crimes se obstinaram para nunca mais se converterem.

252

Quais são os que se acham em tão miserável estado?

Os anjos rebeldes e os homens que morreram em impenitência final (*Ibid*).

Que se segue do fato dos condenados jamais poderem arrepender-se das suas culpas?

Que serão eternos os tormentos que por elas padecem.

Não poderia Deus por limites a tais suplícios?

De modo absoluto, sim, Senhor, já que é Onipotente; porém, não o fará, porque Ele mesmo decretou (e as suas determinações são irrevogáveis) que os seres racionais, chegados ao termo da sua peregrinação, sejam confirmados papa sempre no bem ou no mal, e enquanto dure o pecado durar deve o seu castigo (XCIX, 1, 2).

Logo, os condenados padecerão eternamente as penas do inferno?

Sim, Senhor (*Ibid*).

Quais são essas penas?

Há penas de duas classes: a chamada pena de dano e a do sentido (XCVIII, 1, 2).

Em que consiste a pena de dano?

Em ver-se privado da posse do Bem infinito que os justos contemplam na glória.

É esta a maior pena dos condenados no Inferno?

É e será eternamente o seu tormento mais cruel.

Por que?

Porque chegados ao seu estado de finalidade, têm noção exata da grandeza do Bem que perderam, por terem corrido atrás de outros bens cuja pequenez agora compreendem, e pela convicção profundíssima que têm de havê-lo perdido exclusivamente por sua culpa.

***Logo, o remorso da consciência e a convicção da sua responsabilidade na perda do Bem infinito, é o que o Evangelho designa com o nome de* verme roedor que nunca morre?**

Sim, Senhor; porque o tormento mais atroz para um ser consciente é este verme roedor, cujas mordeduras seriam suficientes para matá-lo mil vezes se morrer pudesse (*Ibid*).

***Entende-se também em sentido metafórico e puramente espiritual a outra pena do Inferno que o Evangelho chama* fogo que não se apaga?**

Não, Senhor; este é fogo material, visto que o Evangelho fala da pena do sentido (XCVII, 5 ad 3).

253

Mas, como pode o fogo material atormentar os espíritos e as almas separadas dos seus corpos?

Porque Deus lhe comunica a virtude preternatural para que sirva de instrumento à sua justiça (LXX, 3).

Atormenta por igual a todos os condenados?

Não, Senhor; porque, como instrumento da divina justiça, a sua ação será proporcionada à espécie, número e gravidade dos pecados de cada réu (XCVII, 5 ad 3).

Cresce o suplício dos condenados com a companhia e horrível sociedade de todos os criminosos e malfeitores do gênero humano, misturados com os demônios cujo fim é atormentá-los, às ordens do seu príncipe e rei das trevas?

Sim, Senhor, e isto parece significar o Evangelho quando fala das *trevas exteriores onde só se ouvem prantos e ranger de dentes* (XCVII, 3, 4).

XLVII

DO JUÍZO OU ATO, EM QUE SE CLASSIFICAM OS DESTINADOS AO CÉU, AO PURGATÓRIO E AO INFERNO

Quando se apartam e segregam os que imediatamente hão de entrar no Céu, dos destinados a ir para o Purgatório ou para o Inferno?

No ato do Juízo.

Que entendeis por Juízo?

O ato em que a Justiça divina decide sobre a sorte eterna do indivíduo, pronunciando sentença de prêmio ou castigo.

Quando se realiza o Juízo?

Imediatamente depois da morte, isto é, no momento em que a alma se separa do corpo.

Onde se realiza?

Onde ocorrer a morte.

Quem o realiza?

O mesmo Deus, cujo poder reside na humanidade de Jesus Cristo, desde o dia da sua gloriosa ascensão.

As almas vêem a Deus ou a sacratíssima humanidade de Jesus Cristo?

Somente vêem a essência divina e a humanidade de Cristo as almas que hão de entrar imediatamente na glória.

254

De que forma se celebra o juízo das outras?

Fazendo com que elas contemplem, instantaneamente e de um só golpe, todo o curso de sua vida, donde tirarão a convicção íntima e inquebrantável de que, com justiça, merecem o lugar que se lhes destina, quer no Inferno, quer no Purgatório.

Logo, quando morre um homem, no mesmo instante, e quase no mesmo ato, é a alma julgada, sentenciada e colocada no Céu, no Purgatório ou no Inferno?

Sim, Senhor, porque o poder divino obra instantaneamente.

De que coisas se examina e se acusa a alma neste tremendo juízo?

De todos os atos de sua vida moral e consciente, desde o primeiro, executado com o uso da razão, até ao que precede o último suspiro.

Pode suceder que o último ato consciente decida, por si só, a sorte eterna de uma alma e lhe franqueie a entrada no Céu?

Sim, Senhor; porém, requer-se uma graça especialíssima de Deus, que somente costuma concedê-la quando o homem, de certo modo, a preparou com obras boas anteriormente feitas, e a rogos e vivas instâncias dos justos.

Que coisas entende e vê a alma submetida a juízo, mercê da ilustração instantânea que lhe põe diante dos olhos o curso inteiro da sua vida?

Verá, dia por dia, e momento por momento, todos e cada um dos atos por ela praticados e de que pode ser responsável, com as suas mais insignificantes circunstâncias e pormenores; todos os seus pensamentos, por íntimos e rápidos que tenham sido; todos os movimentos afetivos, qualquer que fosse o seu objeto e caráter; todas as palavras, ainda as mais leves, inconsideradas, vãs ou ociosas, todas as suas ações e a parte que nelas tomaram os sentidos, os órgãos e os membros corporais.

Compreenderá o alcance, a conformidade ou desconformidade de todos os seus atos com todas as virtudes e vícios, começando pela virtude da Temperança e suas numerosas aplicações, seguindo pela da Fortaleza e suas anexas, a Justiça e suas infinitas ramificações, a Prudência e seu constante exercício na prática das demais, quer se considerem estas

virtudes como hábitos naturais, quer como sobrenaturais e infusas, e sobretudo compreenderá como se ajusta-

255

ram as suas ações às grandes virtudes teologais da Fé, Esperança e Caridade que deviam ter sido a norma da sua vida. Verá a estimação em que teve o sangue de Cristo e os meios de salvação com que a presenteou o Redentor nos sacramentos administrados pela Igreja; como utilizou a grande virtude da penitência e como se aproveitou das facilidades que, por intermédio do soberano poder das chaves, se lhe davam para satisfazer por suas culpas e pecados. Este conhecimento universal, compreensivo e instantâneo, será o que lhe fará exclamar com a plácida alegria dos bem-aventurados, ou com a doce resignação dos justos no Purgatório, ou com a raiva desesperada dos condenados no Inferno: *"Vosso juízo e vossa sentença, ó Deus, são a mesma justiça.*

XLVIII

DO LUGAR DESTINADO AOS QUE NÃO SÃO JULGADOS: O LIMBO DAS CRIANÇAS

Há homens que, ao morrerem, não são julgados?

Sim, Senhor; todos os que, por qualquer motivo, não tiveram uso da razão (LXIX, 6).

Correm todos a mesma sorte?

Não, Senhor; porém, também se lhes não dá destino diverso, no ato do juízo, em atenção aos seus méritos ou deméritos.

Logo, a que se atende?

A que uns hajam recebido o batismo e outros não.

Para onde vão os que o recebem?

Para o Céu diretamente.

E os que o não recebem?

Para um lugar especial conhecido com o nome de Limbo.

É o Limbo lugar distinto do Purgatório e do Inferno?

Sim, Senhor; porque ali não se padece a pena do sentido, pelos pecados pessoais (*Ibid*).

Padece-se ali a pena de dano?

Sim, Senhor; porque os seus habitantes compreendem que estarão eternamente privados da felicidade proveniente da visão beatífica, se bem que neles não reveste o caráter de suprema tortura, como nos condenados ao Inferno (Apêndice, 1, 2).

256

Por que esta diferença na dureza da pena de dano?

Porque os condenados do Limbo compreendem que, se estão privados da visão beatífica, não é em castigo de qualquer pecado pessoal, mas por serem filhos de Adão pecador, isto é, pelo pecado de natureza que pessoalmente contraíram pelo simples fato de terem nascido (*Ibid*).

Logo, conhecem os mistérios da Redenção?

Certamente que sim, ainda que o conhecimento que deles têm é superficial e puramente externo, se assim nos podemos exprimir (*Ibid*).

Podemos dizer que possuem a luz da fé?

Se por luz da fé entendemos a claridade interior sobrenatural que aperfeiçoa a inteligência e de algum modo lhe permite penetrar no mais íntimo dos mistérios, e sentir no seu conhecimento gosto e complacência sobrenaturais e desejo eficaz de possuir o que se crê, não, Senhor; posto que conhecem as verdades da fé especulativamente, à maneira dos que estão convencidos da verdade da revelação, porém, incapacitados para crê-la sobrenaturalmente e aprofundar-se no seu conhecimento, por faltar-lhes o impulso da graça.

Logo, podemos dizer que vêem os mistérios da fé à claridade de uma luz mortiça e fria que não tem cores nem comunica vigor?

Sim, porque, nem é luz a cujos resplendores se destaquem as negras cores da ingratidão, nem que ocasione acessos de raiva impotente como a raiva dos condenados, nem calor de adesão, de esperança e de caridade como a dos justos na terra, nem a luz ardente e embriagadora da felicidade que ilumina os Santos no céu; é uma luz sem radiações sobrenaturais, sem esperança, que não causa remorso nem pesar, e que se limita a dar-lhes conhecimento da existência de um bem que não lhes pertence, de uma felicidade que jamais possuirão, notícia que não lhes causa tristeza, pranto, nem ranger de dentes; pelo contrário, experimentam intensa alegria, ao pensar nos dotes e qualidades naturais recebidas de Deus e nas da mesma ordem com que as dotará o dia da ressurreição (*Ibid*, ad 5).

Não fala a Igreja de outro limbo situado junto ao das crianças que morrem sem batismo?

Sim, Senhor; o limbo em que aguardavam a vinda do Redentor os justos completamente isentos de estorvos pessoais para entrar no céu.

257

Está agora desabitado?

Recordando que Jesus Cristo baixou a esse limbo no instante de ressuscitar, levando consigo as almas dos que ali estavam detidos, é evidente que não tem nem pode ler o primitivo destino; pode ser, sem embargo disso, que hoje sirva de morada aos inocentes, formando um só com o limbo das crianças.

XLIX

DO FIM DO MUNDO E DO QUE A ELE SE SEGUIRÁ

Dissestes que, no momento em que o último predestinado chegue ao grau de preparação e merecimento a que Deus o destina, sobrevirá o fim do mundo; em que consistirá tal fim e que ordem de coisas se seguirá? Consistirá, exclusivamente em trasladar para o céu o último eleito, e em determinar o estado e lugar definitivo que hão de ocupar os condenados no inferno e as crianças no limbo?'

Não, Senhor; ao fim do mundo se seguirão os dois atos mais transcendentais e importantes da obra e plano divino; a ressurreição e o Juízo final.

Como acabará este mundo?

O Apóstolo São Pedro nos ensina que no momento em que Jesus Cristo descer, envolto em nuvens de glória para julgar os vivos e os mortos, o mundo terá acabado por meio do fogo (LXXIV, 1, 2).

Logo, a conflagração universal, será o ato preparatório do Juízo?

Sim, Senhor; pois que servirá para purificar todos os elementos e dispô-los para serem úteis no novo estado de coisas.

O fogo da conflagração final queimará e destruirá somente com a sua energia natural, ou possuirá qualidades superiores, como instrumento de Deus?

Atuará como instrumento da divina justiça para que nele possam expiar as suas faltas, as almas que deveriam estar mais ou menos tempo no Purgatório (LXXIV, 3-8).

Logo, o tempo de purificação dos que então morrerem, durará um só instante?

Sim, Senhor; porque Deus graduará a intensidade

258

e energia dos tormentos conforme ao que cada um deve, em Justiça, padecer.

Sabemos quando se dará o fim do mundo?

Não, Senhor; porém, estamos certos de que à vinda do Juiz Supremo precederão certos sinais e formidáveis avisos.

Quais serão?

Extraordinários transtornos e comoções em toda a natureza, a cuja vista, na expressão do Evangelho, andarão os homens desfalecidos de terror.

Podemos determinar, em concreto, quais serão?

Não, Senhor; porém, serão tais que, à sua vista, os justos ou os homens simples e sinceros e não obstinados em cegueira voluntária, reconhecerão a próxima vinda do Juiz.

L

DA RESSURREIÇÃO

Que sucederá depois ou ao mesmo tempo em que o mundo esteja sendo reduzido a cinzas?

Ouvir-se-á em todos os âmbitos da terra o som da trombeta de que fala o Apóstolo São Paulo na sua primeira epístola aos Tessalonicenses; à sua voz se levantarão os mortos das suas sepulturas e, por ela chamados, comparecerão na presença do Juiz Supremo que, para julgá-los, descerá do céu sobre nuvens de glória e revestido de soberana majestade (LIXXV, 1).

Quais são os que ressuscitarão?

Imediatamente, os que morreram no transcurso do tempo desde o princípio do mundo e, além disso, todos os que se acharem vivos, no momento de Jesus Cristo descer e de soar a trombeta do Juízo final.

Ressuscitarão estes últimos no sentido de passar da morte para a vida?

Sim, Senhor; porque, ainda que todos estes acontecimentos sejam instantâneos, como parece indicar São Paulo na primeira epístola aos Coríntios (Cap. XV, v. 51), sucederá que os homens, vivos um momento antes, passarão por uma morte instantânea e imediatamente irão ocupar

259

o lugar que por suas obras lhes corresponda (LXXVIII, 1, 2).

Logo ressuscitarão em estado glorioso os corpos de todos os Santos, vindos do céu, saídos do purgatório, ou surpreendidos na vida mortal pelos últimos acontecimentos?

Sim, Senhor, e todos juntos comparecerão diante da humanidade gloriosa de Jesus Cristo, cuja vinda será a causa da sua ressurreição.

Ressuscitarão os justos com os mesmos corpos que neste mundo tiveram?

Sim, Senhor; com a diferença de que então não terão deformidade, nem imperfeição, nem estarão sujeitos a debilidade alguma, mas que, pelo contrário, possuirão qualidades e dotes que os converterão, de certo modo, em espirituais (LXXXI).

Quem será capaz de efetuar tão nobre transformação?

A Onipotência divina que, assim como tirou do nada todos os seres, pode transformá-los à sua vontade.

Quais serão os dotes dos corpos gloriosos?

Os de impassibilidade, subtileza, agilidade e claridade.

Em que consiste a impassibilidade?

No domínio e senhorio absolutos da alma sobre o corpo, em virtude dos quais este, sob a tutela daquela, estará isento e livre de toda debilidade e padecimento LXXXII, 1).

Alcança este dote o mesmo grau de perfeição nos corpos de todos os bem-aventurados?

No sentido de que a nenhum alcançará a dor por falta de submissão da alma, sim, Senhor; porém, as faculdades e atribuições senhoriais da alma guardarão proporção com a glória de que desfruta, que, por sua vez, depende do grau de intensidade, na visão beatífica (LXXXII, 2).

Se os corpos gloriosos são impassíveis, serão, também insensíveis?

Não, Senhor; pois têm uma sensibilidade rara e delicadíssima. Assim os olhos possuirão uma agudeza visual penetrantíssima, o ouvido finíssima audição e assim os demais sentidos perceberão os objetos próprios e os comuns com uma intensidade e perfeição impossível de compreender nem imaginar, sem que o objeto produza jamais doenças nem ofenda à sensibilidade, limitando-se a cumprir a sua

260

missão que é prover de matéria as percepções mais delicadas (LXXXII, 3, 4).

Em que consiste a subtileza dos corpos gloriosos?

No dote mais peregrino que possuir podem, pois, mercê da união e sujeição à alma glorificada, sem perder a sua qualidade de verdadeiros corpos, sem transformar-se em corpos aéreos ou fantásticos, se tornarão puros e etéreos, sem coisa alguma das que agora os fazem toscos e espessos (XXXIII, 1).

Logo, perdem a propriedade física da impenetrabilidade, e podem, por conseqüência, dois ocupar o mesmo lugar ou subtrair-se às condições do espaço e não o ocupar nenhum?

Não, Senhor; conservarão todas as dimensões e ocupará cada um o seu próprio lugar (LXXX, 2).

Foi em virtude da subtileza que o corpo glorioso de Cristo penetrou no cenáculo com as portas fechadas?

Não, Senhor; mas por virtude divina de Jesus Cristo, e da mesma maneira como nasceu das puríssimas entranhas da Santíssima Virgem, sem destruir a sua virgindade (LXXXIII, 2 ad 1).

Que entendeis por agilidade dos corpos gloriosos?

Um dote que consiste em sujeitá-los tão plena e absolutamente aos impulsos motores da alma, que os obedecerão com uma prontidão e rapidez maravilhosas (LXXXIV, 1).

Utilizarão os Santos esta qualidade?

Desde logo se servirão dela para ir ao encontro de Jesus Cristo quando venha a julgar o mundo, e para subir ao céu com Ele. É possível que desde logo empreendam voluntárias e agradáveis excursões, já para exercício de uma qualidade em que tão maravilhosamente resplandece a sabedoria divina, já também para recrear-se, contemplando as belezas e encantos do universo, pregoeiros da glória de Deus (LXXXIV, 3).

É instantâneo o movimento dos corpos gloriosos?

Não, Senhor; pois ainda que imperceptível (tal será a sua rapidez), necessita de algum tempo para efetuar-se (LXXXIV, 3).

Que entendeis ao dizer que os corpos gloriosos possuem o dote da claridade?

Que o resplendor das almas glorificadas comunicará e infiltrará nos corpos uma claridade que os tornará luminosos e radiantes como o sol, e transparentes como o mais puro

261

cristal; apesar disso, a luminosidade não apagará as cores naturais; pelo contrário, se amoldará às suas distintas tonalidades para realçá-los, embelezá-los e comunicar-lhes uma formosura mais divina de que humana (LXXXVI, 1).

Possuirão todos os corpos o mesmo grau de claridade?

Não, Senhor; porque a claridade dos corpos é o reflexo da alma e, portanto, proporcional ao grau de glória de que esta desfruta. Por isso, querendo São Paulo dar-nos a entender algo destas verdades sublimes, nos disse que serão os corpos gloriosos como os astros do firmamento, entre os quais um é o brilho do sol, outro o da lua e outro o das estrelas, e ainda, umas estrelas diferem das outras em brilho e claridade (l.ª Cor.. Cap. XV. v. 41).

Logo. o conjunto dos corpos gloriosos, formará um quadro vistosíssimo e de incomparável formosura?

Tão grandioso, sugestivo e embelezador que os mais belos panoramas do céu e da terra não poderão dar-nos dele uma idéia sequer aproximada.

Poderão ver com os olhos carnais a claridade dos corpos gloriosos, aqueles que não possuem a glória?

Sim, Senhor; e assim a verão os próprios condenados. (LXXXV, 2).

Será facultativo à alma glorificada deixar ver ou ocultar a claridade do seu corpo?

Sim, Senhor; porque provem dela e aos seus mandatos se sujeita (LXXXV, 3).

De que idade ressuscitarão os corpos dos justos?

Da que corresponde à plenitude do desenvolvimento e energia vital (LXXXI, 1).

Ressuscitarão no mesmo estado os corpos dos condenados?

Sim, Senhor; porém, desprovidos em absoluto das qualidades dos gloriosos (LXXXVI, 1).

Logo, serão corruptíveis?

Não, Senhor; porque então terá terminado o reinado da morte e da corrupção (LXXXVI, 2).

Logo serão ao mesmo tempo passiveis e imortais?

Sim, Senhor, pois Deus, justiceiro e onipotente, dispôs as coisas de maneira que nenhum agente exterior possa alterá-los e muito menos destruí-los, e que, apesar disso, todos, e particularmente o fogo do inferno, lhes inflijam formidável tormento e dor (LXXXVI, 2, 3).

262

Em que estado ressuscitarão as crianças mortas sem batismo?

No de inteira perfeição natural, diferenciando-se dos justos, em que não possuirão os dotes do corpo glorioso, e dos condenados, em que jamais experimentarão enfermidades nem dor (Apêndice, 1, 2).

LI

DO JUÍZO FINAL

Depois da ressurreição, comparecerão todos os homens na presença do Juiz Supremo?

Sim, Senhor (XXXIX, 5).

De que forma se apresentará o Juiz?

Aparecerá a sua humanidade sacratíssima revestida da glória e majestade a que lhe dá direito a sua união pessoal com o Verbo, e o triunfo alcançado sobre os poderes do mal (XC, 1, 2).

Verão todos os homens a glória do Redentor quando apareça para julgá-los?

Sim, Senhor (*Ibid*).

Verão também todos a sua glória como Deus?

Somente a verão os eleitos (XC, 3).

Serão julgados quantos comparecerem na presença do Juiz?

Não, Senhor; somente serão submetidos a Juízo os que neste mundo tiveram uso de razão.

E os que não o tiveram?

Não serão julgados, e se, como os demais, são conduzidos ao tribunal divino, vão ali para ver e admirar a glória de Cristo, e a tremenda justiça e absoluta imparcialidade dos juízos de Deus (LXXXIX, 5 ad 3).

Logo, serão julgados, absolutamente, todos os homens que neste mundo foram senhores dos seus atos?

Se por juízo entendemos a separação entre os bons e os maus e a colocação dos primeiros à direita do Juiz, para ouvirem como os convida a tomar posse do reino dos céus, e dos segundos à esquerda para escutarem a sentença de eterna condenação, sim, Senhor; porém, se por juízo entendemos o processo, e pública e convincente demonstração do mal obrar, somente os réprobos serão julgados (LXXXIX, 6,7).

263

Produzirá nos réprobos grande confusão e vergonha o ver como se descobrem e publicam à face dos céus e da terra os seus crimes e pecados?

Isso lhes causará confusão suprema e tortura horrível porque, no fundo de todo pecado, principalmente se é grave, aninha-se o mais inconfessável orgulho, e naquele tremendo dia passarão pela vergonha de presenciar como o Juiz Supremo, a cujo olhar nada se oculta, põe a descoberto os seus atos, projetos e maquinações, e os segredos mais ocultos do seu orgulho e soberba, pai de todos os vícios e pecados.

Logo, no dia do Juízo, se publicarão à face do mundo inteiro quantos atos reprováveis fizeram durante a sua vida?

Sim, Senhor; ali se publicarão os pecados da vida privada, os cometidos como membros da família e da sociedade, conjuntamente com as conseqüências mais ou menos lamentáveis que de sua intervenção nos negócios públicos se tivessem seguido, quer seja no exercício do poder ou por meio da palavra falada ou escrita; e quanto mais neste mundo tivessem colhido louros, alcançado mais favor público e obtido maiores triunfos, mercê das intrigas dos inimigos de Deus, de Cristo e da sua Igreja, mais esmagados se sentirão, sob o peso da reprovação universal (LXXXVIII 1,2, 3).

De que mais se servirá Deus para por as suas vidas no conhecimento do mundo inteiro?

Da própria ilustração e iluminação do Juízo particular, com a diferença de que nesta assembléia, única em que se acharão presentes quantos homens existiram desde o princípio até ao fim do mundo, não somente verá cada um a sua própria consciência, mas também a de todos os outros (*Ibid*).

Logo, também estará patente aos olhos de todos a consciência dos justos?

Sim, Senhor; e isso constituirá a mais consoladora e sublime compensação da sua humildade e voluntário obscurecimento na terra, porque só então se realizará plenamente a promessa de Jesus Cristo no Evangelho: *O que se exalta será humilhado, o que se humilha será exaltado* (LXXXIX, 6).

Podemos dizer que não se discutirão as ações dos justos, e, neste sentido, que não serão julgados?

Tratando-se daqueles cuja vida é inteiramente santa

264

e sem mistura notável do mal, como a dos que, olhando as vaidades do mundo, põem todo o seu afã em servir a Deus, sim, Senhor; porém, quanto aos outros, isto é, aqueles que, sem amarem as criaturas mais do que a Deus até ao extremo de perdê-lo, viveram afeiçoados às coisas do mundo e com elas mais ou menos transigiram, verão expostas diante dos olhos dos demais as duas facetas de sua vida com o fim de que todos contemplem a preeminência do bem sobre o mal, pois assim o requer a escrupulosidade do Juízo divino (*Ibid*).

Logo, publicar-se-ão todas as suas faltas, apesar do arrependimento e da penitência?

Sim, Senhor, pela razão referida; porém esta manifestação, em vez de ser para eles vergonhosa, será motivo de glória, pois conjuntamente com a culpa se publicará a penitência, e tanto maior será a satisfação, quanto mais a penitência tenha sido fervorosa e generosa (LXXXVII, 2 ad 3).

Haverá justos que, em lugar de réus, serão juízes, e como tais tomarão assento com o Juiz supremo?

Sim, Senhor; os que, a exemplo dos Apóstolos, abandonaram tudo para seguir a Cristo, e cuja vida foi, poderemos dizer, a perfeição evangélica encarnada e viva (LXXXIX, 1, 2).

Naquele dia serão juízes também os anjos do Senhor?

Não, Senhor; porque os adjuntos daquele tribunal devem ser semelhantes ao Juiz, e este será o Verbo divino enquanto homem. Logo, só os homens podem ser seus assistentes (LXXXIX, 7).

Se não são Juízes serão réus?

Propriamente também não, porque o juízo da sua causa se celebrou no princípio do mundo, quando os que permaneceram fiéis entravam na glória, e os rebeldes foram precipitados no

inferno. Sem embargo disso, atenta a parte que os anjos bons tomam na santificação dos justos e considerados os obstáculos e tropeços que lhes põem os maus, encontram-se indiretamente envoltos no Juízo, os primeiros para receberem um prêmio acidental, e os segundos, um aumento de pena e suplícios (LXXXIX, 3).

Como terminará o Juízo final?

Pronunciando o Juiz a sentença definitiva.

Sabeis qual será?

Sim, Senhor; pois Ele mesmo a revelou.

265

Quais serão os seus termos?

Ei-los aqui como se lêem no Evangelho: "Então dirá o Rei aos que estão à sua direita: *Vinde, benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde a formação do mundo*. E dirá aos que se acham à sua esquerda: *Ide, malditos, ao fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos.*

Qual será o efeito desta sentença?

Que “irão estes para o suplício eterno e os justos para a vida eterna”.

LII

DO SUPLÍCIO ETERNO

A sentença contra os réprobos será executada pela mão dos demônios?

Sim, Senhor; apenas pronunciada a sentença, ficarão relegados à ação dos demônios que, superiores a eles por natureza e acostumados a fazer-se obedecer neste mundo, continuarão, como justo castigo, exercendo sobre aqueles desditosos, durante toda a eternidade, o império de seu ominoso e tirânico poder (LXXXIX, 4).

É causa de novo suplício para os condenados o haverem-se unido aos seus corpos e arrastá-los ao inferno?

Sim, Senhor; porque, para o futuro não só padecerão os tormentos da alma, mas também os do corpo (XCVII).

Será geral e muito intensa a tortura do corpo?

Sim, Senhor; porque o lugar que ocupam estará disposto para atormentar cruelmente todos os sentidos e potências, apesar do que nem todos padecerão iguais suplícios, mas os que correspondem ao número e gravidade dos seus pecados (XCVII, 1, 5, ad 3).

O suplicio dos condenados se mitigará com o tempo?

Não, Senhor; porque, dada a sua inquebrantável obstinação no mal, não diminui, nem se atenua a perversidade de ânimo em que os surpreendeu a morte e o juízo particular (XCVIII, 1, 2; XCIX, 1).

A obstinação com que a sua vontade adere a todo o mal implica ódio universal a quanto existe?

Sim, Senhor; de forma que não pensarão nem em coisa nem em pessoa, seja criatura, seja o próprio Criador,

266

sem experimentar um acesso de ódio reconcentrado e desesperada raiva; detestam tudo; quereriam ver a Deus e a todos os seus Santos padecendo com eles os suplícios do inferno e, nos paroxismos ao desespero, chamarão e buscarão a morte, seguros de não alcançar tão triste consolo, pois sabem muito bem que sobre eles pesará eternamente a maldição divina, e que estão condenados, sem possibilidade de remissão, a padecer tormentos que jamais terão fim (XCVIII, 3, 4, 5).

LIII

DA VIDA ETERNA

Ao mesmo tempo que são entregues os réprobos ao pode/ e ***acuo dos demônios para que cs conduzam ao seu destino, que efeito produzirá a sentença do Juiz Supremo, ?m favor dos justos?***

O de abrir as portas do reino celestial, para eles preparado desde o princípio do mundo.

Entrarão imediatamente nele?

Sim, Senhor; entrarão após de Jesus Cristo, seu Rei, que consigo os levará para fazê-los participantes da glória e bem estar do seu reino.

Acrescerá a felicidade dos bem-aventurados por terem-se juntado aos seus corpos?

Sim, Senhor; pois, ainda que na visão beatífica saboreavam doçuras e bem estar quase infinitos, todavia aumentaram em indizível proporção com o prazer de haverem achado de novo os seus corpos (XCIII, 1).

Haverá no céu diversos graus e categorias, e contribuirá para a beleza e harmonia do conjunto, a sua própria diversidade e perfeita subordinação?

Sim, Senhor; pois que o grau de glória corresponde ao da graça e caridade; porém, a mesma caridade cuja posse, ainda que em grau mínimo, é suficiente para entrar na glória, fará que todos, de certo modo, se comuniquem e façam participantes aos outros da sua própria felicidade e que cada um se sinta mais feliz ao ver que os outros o são (XCIII, 2, 3).

Possuirão os homens alguma coisa a que os anjos não tenham idêntico direito?

Sim, Senhor; visto que propriamente só aos homens

267

compete formar a Igreja triunfante, esposa de Jesus Cristo, com a qual celebrará, cheia de inefáveis delícias, o eterno banquete das suas núpcias espirituais (XCV, 1, 2).

Estarão excluídos os anjos deste banquete?

Certamente que não, ainda que, não fazendo parte da Igreja triunfante, não terão com Jesus Cristo, seu Rei, as mesmas conexões que a porção desta Igreja formada pelos homens (XCV, 4).

Por que?

Porque os homens e não os anjos se assemelham e convém com Jesus Cristo em ter a mesma natureza humana; por isso terão com Ele relações de amizade e confiança que, com igual título, não correspondem aos anjos, se bem que a intimidade com o Verbo na visão beatífica, corresponde a todos com o mesmo direito (XCV, 1, 4).

Que se segue desta doutrina?

Que, à semelhança do que ocorre nos desposórios deste mundo, no dia, em que a Igreja, esposa de Cristo, entrar no céu, a Santíssima Trindade a dotará com bens e presentes de incalculável valor para que dignamente possa apresentar-se e contrair eternas núpcias com seu Esposo Celestial (XCV, 1).

Serão estes regalos e presentes o que se conhece com o nome de dotes dos bem-aventurados?
Sim, Senhor.

Quantos são?
Três, que da alma transbordarão para o corpo comunicando-lhe as quatro qualidades de que temos falado (XCV, 5).

Em que consistem?
Numa como envoltura luminosa de extremada e delicadíssima sensibilidade para gozar do bem infinito com tal intensidade, que nenhum prazer da terra pode dar idéia aproximada do delicado e supremo deleite de que se desfrutará nos atos da *visão, possessão e fruição.* Isto queria expressar o Apóstolo São Paulo depois de contemplar o terceiro céu, isto é, o céu dos bem-aventurados: *Nem o olho viu, nem o ouvido ouviu, nem o coração humano jamais pôde sentir, o que Deus tem reservado para os que o amam* (*Ibid*).

268

Não se conhece também com o nome de reino dos céus o conjunto dos eleitos, e a bem-aventurança de que desfrutam, comparável, como dissemos, a um banquete eterno de bodas espirituais?
Sim, Senhor; e dá-se-lhe este nome para indicar que formam um congresso de reis, não só por não terem outro superior senão Deus, mas também porque cada um deles está revestido da dignidade real no sentido mais elevado da palavra (XCVI, 1).

Como é possível que se achem todos investidos da dignidade real?
Porque a visão beatífica que os une a Deus e constitui, em sentido próprio, a vida eterna, os faz participantes da Divindade, e, por conseguinte, sendo Deus Rei imortal, a quem toda glória é devida, participam os justos da sua glória e realeza (*Ibid*).

Não se fala também de auréolas dos justos?
Sim, Senhor; porém, a auréola só a alguns corresponde, ao passo que a coroa é atributo de todos.

Por que tal diferença?
Porque a coroa é o brilho ou emanação luminosa, produzida pela bem-aventurança essencial, ou visão beatífica, que a título de recompensa desfrutam todos, e a auréola é uma radiação acidental, procedente da complacência ou gozo com que Deus premia a alguns eleitos por ações meritórias especiais (*Ibid*).

Podem os anjos cingir auréola?
Não, Senhor; porque não são do seu ministério as obras que dão direito a possuí-la (XCVI, O).

Quais são as obras meritórias que Deus recompensa com a auréola?
O Martírio, a Virgindade e o Apostolado da doutrina (XCVI, 5,6, 7).

Por que?

Porque imprimem em quem as executa especial semelhança com Jesus Cristo, perfeito e soberano vencedor dos três inimigos da alma: mundo, demônio e carne (*Ibid*).

Logo a auréola é o distintivo ou condecoração dos vencedores?

Sim, Senhor; e neste sentido, podemos aplicar especialmente aos mártires, virgens e apóstolos, as palavras que Deus pronunciou, falando dos predestinados em geral: *O que vencer possuirá estas coisas, eu serei seu Deus e ele será meu filho.*

269

Há na Sagrada Escritura alguma frase que compendie tudo o que se refere à felicidade dos justos no céu?

Sim, Senhor: Aquela do Apocalipse de São João, Capítulo XX, v. 5: *O Senhor será a sua luz e reinarão durante perpétuas eternidades.*

EPÍLOGO

Podereis, ao terminar a exposição catequética da* Suma Teológica *de Santo Tomás de Aquino, ensinar-nos alguma oração para pedir a Deus que nos conceda praticar e conseguir o aprendido em tão admirável doutrina?

Sim, Senhor; eis aqui uma:

ORAÇÃO A NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

Ó Jesus meu, filho amoroso da Santíssima Virgem Maria e ao mesmo tempo Filho único de Deus; Deus verdadeiro e eterno, junto com o Pai que no seio de sua natureza infinita vos formou, dando-vos o Seu próprio ser, e com o Espírito Santo, procedente do Pai e de Vós, espírito de ambos e subsistente amor vosso, eu vos adoro e reconheço por meu único e verdadeiro Deus, Criador do Universo ao qual conservais e governais com infinita sabedoria, bondade soberana e supremo poder! Suplico-vos, Senhor, pelos méritos de Vossa Sacratíssima humanidade, que me purifiqueis com o vosso sangue, de todos os meus pecados; que derrameis sobre mim a abundância do Vosso Espírito junto com as virtudes e os dons; que me concedais a graça de crer e esperar em Vós, de amar-vos sobre todas as coisas, de que todas as minhas ações sejam merecedoras de vida eterna, e a graça, sobre todas apreciável, de possuir-vos eternamente na glória com os vossos anjos e santos. Amém.

(Por decreto de Santo Ofício de 22 de Janeiro de 1914, sua Santidade o papa Pio X se dignou conceder *in perpetuum* 100 dias de indulgência, aplicáveis em sufrágio às almas do purgatório, a todos os fiéis que, devotos e contritos, rezarem uma vez ao dia a oração anterior).

FINIS.

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

PRIMEIRA PARTE

DEUS CRIADOR E SOBERANO SENHOR DE TODAS AS COISAS

SEGUNDA PARTE
O HOMEM PROCEDE DE DEUS E PARA DEUS DEVE VOLTAR

SECÇÃO PRIMEIRA
Noções gerais acerca do modo como o homem tem de voltar para Deus

SEGUNDA SECÇÃO

Estudo concreto dos meios que o homem deve empregar para voltar para Deus.

TERCEIRA PARTE

JESUS CRISTO

Único caminho para o homem; voltar para Deus